



**PENSATA** | REVISTA DOS ALUNOS DO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP

V.4 N.2 | OUTUBRO DE 2015

DEBATE  
PERIÓDICOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA PENSATA

ALEXANDRA DELAPLACE | CINTHIA OLIVEIRA | CLAYTON GUERREIRO | DIOGO CORRÊA | FERNANDO CAMARGO |  
ISADORA CARVALHO | KARLENE BIANCA | KASSIA BOBADILLA | LUANA DE PAULA | RAMON BRANDÃO | RODRIGO DOMENECH

## DEBATES

007

APRESENTAÇÃO - PERIÓDICOS EM  
CIÊNCIAS SOCIAIS: CAMINHOS PARA UM DEBATE  
FERNANDO CAMARGO, KASSIA BOBADILLA E LUANA PEREZ

013

SOBRE OS BASTIDORES DA EDITORAÇÃO ACADÊMICA  
EVA L. SCHELIGA

023

NOVAS PERSPECTIVAS PARA AS PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS  
EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, DIGITAIS E EPISTEMOLÓGICAS  
GLEICY MAILLY DA SILVA E VINÍCIUS KAUÊ FERREIRA

032

REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS  
JEAN CARLOS FERREIRA DOS SANTOS, MÔNICA FRIGERI E MARKO SYNÉSIO ALVES MONTEIRO

044

GESTÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA EXPERIÊNCIA  
MAÍRA BAUMGARTEN

053

DESAFIOS PARA OS PERIÓDICOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: CENÁRIOS, ATORES E POLÍTICAS  
BRENO BRINGEL

## ARTIGOS

066

RECONHECIMENTO E MEMÓRIA:  
A FESTA DO PIONEIRO E A ASSOCIAÇÃO DOS PIONEIROS DA MARCHA PARA O OESTE  
NATÁLIA ARRÚJO DE OLIVEIRA

095

NOTA SOBRE A RELAÇÃO EXECUTIVO E LEGISLATIVO NO BRASIL: AGENDAS E INFLEXÕES  
THAIS CAVALCANTE MARTINS E PRISCILLA LEINE CASSOTTA

115

“SOFREDORES DO PRESENTE, LIBERTOS NO FUTURO”:  
UMA ANÁLISE DA MISSÃO PORTAS ABERTAS A PARTIR DE LUC BOLTANSKI  
CLAYTON GUERREIRO

135

CONFLITOS E BARGANHAS POLÍTICAS: UMA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EXEMPLAR NA ARGENTINA?  
MARINA FIGUEIREDO

153

NOTAS ETNOGRÁFICAS DO SER-URSO:  
FLUXOS E DEVIRES NA “NOÇÃO DE PESSOA” ESTRUTURANTE DOS DISCURSOS DA COMUNIDADE BEAR  
ÍTALO VINÍCIUS GONÇALVES

178

POLÍTICA COMUNITÁRIA EM BELO HORIZONTE: A HORA E A VEZ DOS ESTABELECIDOS?  
DEJESUS DE S. SILVA E LUDMILA MENDONÇA LOPES RIBEIRO

## ENSAIOS FOTOGRÁFICOS

207

ARA PYAÚ HAUIPEI KYRINGUE  
PAOLA CORREIA MALLMANN DE OLIVEIRA

## RESENHAS

217

CAPITALISMO PARASITÁRIO: E OUTROS TEMAS CONTEMPORÂNEOS  
RAMON T. P. BRANDÃO

225

## INFORMES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**

Reitora: Soraya Soubhi Smaili

Vice-reitora: Valéria Petri

**ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

Diretor: Daniel Arias Vasquez

Vice-diretora: Marineide de Oliveira Gomes

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Coordenadora: Tatiana Savoia Landini

Vice-coordenador: Bruno Konder Comparato

PENSATA   Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. v. 4, n. 2, ano 5. 2015. Semestral. ISSN: 2237-678X.
--

**COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA**

Alexandra Delaplace, Cinthia Oliveira, Clayton Guerreiro, Diogo Corrêa, Fernando Camargo, Isadora Carvalho, Karlene Bianca, Kassia Bobadilla, Luana de Paula, Ramon Brandão, Rodrigo Domenech.

**CONSELHO EDITORIAL**

Adrian Gurza Lavalle (USP), Adriano Codato (UFPR), Alberto Groisman (UFSC), Alvaro Bianchi, (Unicamp), Andréia Galvão (Unicamp), Anita Simis (Unesp), Bernardo Ricupero (USP), Bernardo Sorj, Iudcovsky (UFRJ), Bruno Wilhelm Speck (Unicamp), Célia Tolentino (Unesp), Cornelia Eckert, (UFRGS), Cynthia Sarti (UNIFESP), Dagoberto José Fonseca (Unesp), Edmundo Peggion (Unesp), Flávio Rocha de Oliveira (UNIFESP), Heloisa Dias Bezerra (UFG), João José Reis (UFBA), José Paulo Martins Junior (UNIRIO), Juri Yuriy Castelfranchi (UFMG), Laura Moutinho (USP), Lucila Scavone (Unesp), Luiz Antonio Machado da Silva (UFRJ), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Márcio Bilharinho Naves (Unicamp), Marco Aurélio Nogueira (Unesp), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Melvina Araújo (UNIFESP), Milton Lahuerta (Unesp), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Peter Fry (UFRJ), Renato Athias (UFPE), Renato Sztutman (USP), Revalino de Freitas (UFG), Rogério Baptistini Mendes (FESPSP), Rosana Baeninger (Unicamp) e Sergio Adorno (USP)

**DESIGN GRÁFICO**

Fábio Pontes Rachid

**WEBMASTER**

Eduardo Palazzo

**ENDEREÇO PENSATA:** <http://www.unifesp.br/revistas/pensata>

**CONTATO:** [trabalhospensata@gmail.com](mailto:trabalhospensata@gmail.com)

## Editorial

É com enorme satisfação que apresentamos aos leitores a sétima edição da Pensata – Revista de Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. Mais que um veículo de divulgação de pesquisas científicas, compreendemos a revista como um espaço de construção e reflexão das formas de produção e publicação acadêmica. Dessa forma, durante nossas reuniões de trabalho temos, cada vez mais, procurado discutir sobre o aprimoramento da própria maneira de conduzir os processos de uma revista científica. Essa contínua reflexão é fundamental para o sucesso da Pensata. Os desafios que enfrentamos, como revista de alunos, são superados com a satisfação de recebermos bons trabalhos e pela liberdade de reflexão, inovação e ousadia no pensar as publicações dentro da vida acadêmica.

Entendemos que o processo de submissão, avaliação e publicação de um artigo científico é fundamental na formação acadêmica. Desta maneira, esperamos contribuir para que esta revista seja pensada como um espaço privilegiado de discussões sobre a produção acadêmica, possibilitando que além de professores e pesquisadores, alunos, de todos os níveis da vida acadêmica, publiquem seus trabalhos. Esperamos, dessa forma, contribuir e incentivar a produção e divulgação de pesquisas nas Ciências Sociais ou em diálogo com nossa área de atuação.

Trazemos na seção *Debates*, desta edição, cinco artigos de professores e pesquisadores sobre publicações na área de Ciências Sociais e sistemas de avaliação e classificação de periódicos, com o intuito de discutirmos pontos de vistas diversos sobre o tema.

Em seguida, apresentamos os artigos de demanda espontânea. O primeiro artigo, de Natália Araújo de Oliveira, discute sobre a produção simbólica da Festa do Pioneiro e sustenta a ideia de que a criação deste evento e de uma associação possibilita a perpetuação da memória cultural deste grupo migrante. No artigo seguinte, Thais Cavalcante Martins e Priscilla Leine Cassotta realizam uma revisão das correntes que trataram da relação entre o Executivo e o Legislativo após o período de redemocratização. No terceiro artigo, Clayton Guerreiro faz uma análise sobre a atuação dos atores ligados à Missão Evangélica Portas Abertas, tomando Luc Boltanski e sua noção de *sofrimento à distância* como principal referencial teórico. O autor considera que a Missão atua como propagadora do sofrimento de cristãos, em países com restrições à liberdade religiosa, com o intuito de mobilizar pessoas para que ajam em favor dos que sofrem. No artigo posterior, a partir da análise da atuação do movimento social Madres de Plaza de Mayo e sua relação

com o primeiro governo civil após o fim da ditadura na Argentina, Marina Figueiredo defende, ao contrário da tese de que naquele país teria existido *uma justiça de transição exemplar*, que esta relação teria sido marcada por conflitos e barganhas. O quinto artigo, escrito por Ítalo Vinícius Gonçalves, parte do tema da noção pessoa e problematiza a configuração da pessoa-ursina. Considerando as possibilidades metodológicas envolvidas em etnografias, o trabalho de Gonçalves vai ao encontro de trabalhos que procuram definir o que seria um *urso* e destaca a heterogeneidade do discurso da *comunidade bear*. O sexto artigo, escrito por Dejesus Silva e Ludmila Ribeiro, traz um estudo sobre a polícia comunitária em Belo Horizonte e nas escolhas das áreas da cidade que receberão esse policiamento, sob uma análise do discurso dos comandantes de batalhões que diferenciam os perfis dos cidadãos entre os estabelecidos e *outsiders*.

Inaugurando a seção *Ensaio Fotográfico* apresentamos o ensaio de Paola Correia Mallmann de Oliveira. Nele, a autora conduz uma narrativa visual sob o universo indígena que, de certa maneira, se aproxima de algumas interrogações caras à Antropologia – sobretudo aquelas que discutem a influência da linguagem fotográfica no trabalho etnográfico.

Posteriormente, na resenha escrita por Ramon Brandão, trazemos ao leitor o olhar crítico de Zigmund Bauman acerca de alguns temas do mundo contemporâneo – questões voltadas à crise financeira de 2009, cartões de crédito, educação, cultura como vitrine de mercadorias, etc.

Finalmente, trazemos ao leitor a seção *Informes* que apresenta três dos grupos de estudos existentes na área das Ciências Sociais da EFLCH/UNIFESP (Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade Federal de São Paulo), sendo estes: VISURB - Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas, GEPECSO - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Conflitos e Classes Sociais e GEMA - Grupo de Estudos sobre Mediação e Alteridade.

Nossa expectativa é de que as propostas contribuam para o aprimoramento da pesquisa acadêmica e para o surgimento de novos debates sociais e novas reflexões críticas. Finalmente, agradecemos aos que enviaram trabalhos – publicados ou não -, aos professores que emitiram pareceres e a todos os que contribuíram de diversas maneiras para a publicação desta nova edição da Pensata. Desejamos uma boa leitura a todos!

Comissão Editorial – Pensata 2015

## SEÇÃO DEBATES

## **Apresentação Seção *Debates***

### **Periódicos em Ciências Sociais: caminhos para um debate<sup>1</sup>**

Fernando Monteiro Camargo<sup>1</sup>

Kassia Beatriz Bobadilla<sup>2</sup>

Luana de Paula Perez<sup>3</sup>

A Pensata – Revista dos Alunos do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unifesp – foi criada no ano de 2010 e tem sido publicada semestralmente, em suporte digital. Mais do que uma revista acadêmica que recebe artigos das três grandes áreas de conhecimento das Ciências Sociais (antropologia, política e sociologia), o periódico se propõe a ser um veículo de reflexão sobre temas atuais, que de alguma forma nos provocam e instigam o debate. Para contemplar essas discussões criamos a Seção *Debates*. A proposta dessa seção é publicar textos curtos em formato ensaístico encomendados de pesquisadores que estão trabalhando com a temática indicada pela Comissão Editorial.

Desse modo, compilamos, para essa seção da 7ª edição da Pensata, reflexões sobre as publicações na área de Ciências Sociais e sistemas de gestão, avaliação, classificação, financiamento de periódicos, bem como, seus desdobramentos para a produção científica brasileira e mundial. O intuito é, a partir de diferentes pontos de vista sobre o assunto, provocarmos a reflexão sobre os desdobramentos políticos e simbólicos para a área.

A imposição de lógicas e parâmetros de outras áreas do conhecimento, como das ciências exatas e biológicas, sempre buscou pautar as formas com quem os cientistas sociais deveriam exercer seu ofício (BOURDIEU et al, 2002 [1968]). O caminho árduo

---

<sup>1</sup> Membro da Comissão Editorial da Pensata. Aluno do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unifesp. Participa desde 2014 do Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas da Unifesp - VISURB.

<sup>2</sup> Membro da Comissão Editorial da Pensata. Aluna do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unifesp. Participa desde 2015 do Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas da Unifesp - VISURB.

<sup>3</sup> Membro da Comissão Editorial da Pensata. Aluna do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unifesp. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisa Educação e Classes Sociais da Unifesp - GEPECSO.

percorrido pelos cientistas sociais, sobretudo os que vivenciaram o auge do projeto da Modernidade, envolveu assim o fomento do debate epistemológico no campo da sociologia e antropologia com o intuito de afirmar tais disciplinas enquanto ciência e de relevante contribuição científica.

Podemos dizer que um dos reflexos dessa busca pela "cientificidade" foi o aumento, significativo, das exigências e cobranças nos processos de produção, divulgação e disseminação do conhecimento nas ciências sociais. Os órgãos de avaliação e financiamento dos programas de pós graduação, obedecendo a lógica mundial, tem exigido, cada vez mais publicações de professores e alunos. Essas exigências acabam por aumentar a demanda de artigos nos periódicos existentes. No entanto, esse aumento não significa maior qualidade dos textos enviados. Para atender as exigências da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), muitos programas de pós graduação, atualmente, exigem dos alunos a submissão de um manuscrito em revista acadêmica para a obtenção do título de mestre ou doutor. Dessa forma, os periódicos científicos acabam recebendo muitos textos ainda não amadurecidos que, aumenta a quantidade de trabalho da comissão editorial.

Para suprir o aumento dessa demanda, temos presenciado, nas últimas décadas, um crescimento na quantidade de periódicos e revistas científicas em diferentes suportes. O aumento na quantidade de artigos científicos coloca tanto desafios, para a avaliação dos manuscritos dentro das revistas acadêmicas, quanto na própria forma de avaliação de periódicos e revistas acadêmicas pelos órgãos responsáveis. Outro desafio se dá, também, pelo avanço nas discussões sobre a incorporação de outros produtos de pesquisas acadêmicas, como por exemplo, ensaios fotográficos, documentários e vídeos etnográficos (MARTÍNS, 2013).

Com essas mudanças a problemática dos parâmetros de avaliação dos periódicos acadêmicos brasileiros, especificamente a avaliação Qualis CAPES, tem sido alvo de intenso e polêmico debate. Diante da divulgação da mais recente avaliação dos periódicos científicos pela CAPES (Qualis 2013/2014) é possível questionar quais são os reais critérios de avaliação das revistas e de que forma os periódicos foram reavaliados. Os editores e as comissões editoriais são consultados na hora de avaliar a revista? Por que as avaliações de cada revista não são divulgadas, de modo que cada editor e comissão editorial possam avaliar as possibilidades para aumentar a qualidade da publicação?



Na avaliação Qualis, há uma tendência à valorização da diversidade institucional e geográfica de autores e pareceristas, à internacionalização, à cooperação científica, à indexação em diretórios e bases de dados, e a periodicidade regular da revista. Dessa forma, alguns editores passaram a priorizar a publicação de manuscritos de autores e instituições do exterior em detrimento de bons manuscritos produzidos no Brasil.

Além disso, revistas que contam com apoio financeiro tem realizado a tradução de manuscritos, originalmente em Português, para o Inglês para atingir a norma de internacionalização.

Apesar disso, diferentemente de outras áreas do conhecimento, a discussão e reflexão crítica sobre a produção, gestão, financiamento e avaliação das revistas acadêmicas nas áreas das ciências sociais ainda são pouco exploradas como campo de pesquisa. Se analisarmos áreas correlatas às ciências sociais como Biblioteconomia, Administração e Educação vemos que existem discussões sobre a produção científica em periódicos e revistas acadêmicas, assim como nas áreas médicas e biológicas. Mas são poucos os aportes sobre a temática em revistas acadêmicas de ciências sociais, assim como existem, também, poucos espaços de discussão sobre o tema na área.

Encontramos, também, poucos eventos específicos e artigos em revistas nas áreas de Ciências Sociais que abordam o tema. Fazendo uma busca rápida nos principais congressos, seminários e simpósios das ciências sociais encontramos alguns Grupos de Trabalhos e Fóruns que têm se dedicado a reflexão dessa temática: 1) Fórum de Editores Científicos ocorrido na UFRGS<sup>4</sup>/2010; 2) Grupo de Trabalho 37: Universidade, ciência, inovação e sociedade ANPOCS<sup>5</sup>/2012 com o texto “Abrindo a caixa preta do Qualis: entendendo a avaliação dos periódicos científicos no Brasil” Mônica Frigeri e Marko Synésio Alves Monteiro (DPCT – IG/ UNICAMP); 3) Fórum Permanente de Periódicos de Antropologia na 29a Reunião Brasileira de Antropologia; 4) Mesa: “Gestão, Avaliação e Financiamento de periódicos científicos” da SBS<sup>6</sup>/2015; 5) Fórum de debates: V Encontro de Editores em Ciências Sociais no 17º Congresso Brasileiro de Sociologia UFRGS Julho/2015 e 6) Seminário “As políticas para a publicação científica: perspectivas para os periódicos de ciências sociais” ANPOCS/2015.

---

<sup>4</sup> UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<sup>5</sup> ANPOCS - Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais

<sup>6</sup> SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia

Ainda que este tema esteja em alguns dos principais congressos brasileiros, ele não possui grande destaque nas publicações científicas da área. Por isso vemos a necessidade da criação e fortalecimento de fóruns permanentes sobre essa discussão em maior escala, não só pela importância do tema para a área, mas também pelos desafios na criação e gestão de periódicos científicos/revistas acadêmicas organizadas por alunos, assim como as avaliações que as revistas acadêmicas são submetidas.

Desse modo, a partir da experiência da Revista Pensata, organizada e gerida por alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP<sup>7</sup>, a comissão editorial da revista tem buscado refletir sobre os desafios, as intempéries e a importância da produção científica, sejam ela na produção de artigos, resenhas, dossiês temáticos ou na incorporação de novas mídias como: ensaios fotográficos, vídeos etnográficos e outras produções audiovisuais que se adequam a estrutura de uma revista eletrônica, assim como sobre questões de infraestrutura, formação da comissão editorial, plataformas de publicação de revistas acadêmicas e avaliação CAPES/Qualis.

Assim sendo, os cinco artigos presentes nessa Seção *Debates* procuram apresentar e explorar alguns aspectos dessa discussão sobre os periódicos, a partir de diferentes perspectivas e reflexões.

Debatendo “*Sobre os bastidores da editoração acadêmica*”, Eva Scheliga analisa em seu artigo os desafios em difundir entre os jovens pesquisadores noções gerais sobre editoração científica e escrita acadêmica. Partindo de sua experiência como editora da *Campos - Revista de Antropologia Social* da Universidade Federal do Paraná, a autora apresenta os problemas e questões que perpassam os processos de escrita, submissão, cumprimento de prazos, avaliação e de seleção de pareceristas no âmbito da revista. No segundo artigo dessa seção, Gleicy Mailly da Silva e Vinícius Kauê Ferreira, editores fundadores da *Revista Novos Debates*, buscam analisar e indagar se os espaços e formatos atuais das publicações nacionais no campo das ciências sociais têm atendido às necessidades de debate e reflexão, diante das transformações sociais e culturais das últimas décadas. Apresentando “*Novas perspectivas para as publicações acadêmicas em Ciências Sociais no século XXI: transformações sociais, digitais e epistemológicas*”, os

---

<sup>7</sup> UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

autores expõem assim casos de revistas e periódicos que vêm inovando o formato e perfil de suas publicações.

Promovendo “*Reflexões sobre o sistema de avaliação e classificação dos periódicos científicos brasileiros*”, Jean Carlos Ferreira dos Santos, Mônica Frigeri e Marko Synésio Alves Monteiro discutem os parâmetros e métricas existentes nas avaliações da produção científica que tendem a penalizar e prejudicar a produção no campo das ciências sociais. Apresentando a política de avaliação do Sistema Qualis de Avaliação os autores problematizam e tecem críticas mais que pertinentes a tais critérios avaliativos. O artigo “*Gestão de periódicos científicos em ciências sociais: uma experiência*” de Maíra Baumgarten traz os problemas referentes à avaliação, financiamento e profissionalização das atividades de gerenciamento de periódicos nacionais. Apresentando o caso da Revista Sociologias, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a autora sintetiza questões de condições e infraestrutura, assim como as políticas institucionais e suas falhas, finalizando com a importância do debate e da troca de experiências sobre os periódicos e a produção científica no Congresso Brasileiro de Sociologia. Fechando a Seção *Debates*, o artigo “*Desafios para os periódicos de Ciências Sociais no Brasil: cenários, atores e políticas*” de Breno Bringel faz sua reflexão a partir de alguns desafios e perspectivas para as revistas de ciências sociais brasileiras na atualidade, buscando sempre traçar considerações e tendências gerais para o contexto brasileiro. Para isso o autor orienta seu texto a partir de três eixos: a) as principais tendências/cenários dos periódicos científicos e seus paradoxos; b) os atores envolvidos e suas funções e visões; c) as políticas para as revistas, suas limitações e algumas alternativas possíveis.

Com isso, esperamos que a seção *Debates* da 8ª edição, sirva para fomentarmos ainda mais a reflexão e discussão sobre essas temáticas que envolvem os desafios da gestão, avaliação e financiamento dos periódicos das ciências sociais. Instigados e com vontade de continuarmos o debate, devido sua importância e a necessidade de discussões acerca deste tema nas ciências sociais, convidamos pesquisadores e editores de revistas acadêmicas a enviar trabalhos para a Pensata sobre suas experiências e desafios na gestão de periódicos científicos criando assim um canal permanente de discussão e reflexão. Convidamos todos a se sentirem provocados pela leitura dos textos que compõem essa seção.

**Referências Bibliográficas**

BAUMGARTEN, M. *Avaliação e gestão de ciência e tecnologia: Estado e coletividade científica*. Revista Crítica de Ciências Sociais, v.70, p.33-56, 2004.

BOURDIEU, P; PASSERON, J.C.; CHAMBOREDON, J.C. *A profissão de sociólogo* - Petrópolis/RJ, Ed. Vozes, 2000.

FRIGERI, M. ; MONTEIRO, M. S. A. QUALIS periódicos: *Indicador da Política Científica no Brasil?*. Estudos de Sociologia, v. 19, p. 299- 315, 2014.

SANTOS, S. M. *Perfil dos periódicos científicos de Ciências Sociais e de Humanidade*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação - ECA/USP, 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD). *Boas práticas da publicação científica: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de corpos editoriais*. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/diversos/boas\\_praticas.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/boas_praticas.pdf). 2010.

MARTINS, H. *Sobre o lugar e os usos das imagens na antropologia: notas críticas em tempos de audiovisualização do mundo*. Etnográfica (Online). Vol. 17 (2). Lisboa, Portugal, 2013. Online desde 20 Junho 2013, consultado em 01 Outubro 2015. URL : <http://etnografica.revues.org/3168> ; DOI : 10.4000/etnografica.3168.

---

<sup>i</sup> Cabe enfatizar que esse texto autoral, elaborado por membros da Comissão Editorial, não expressa a opinião dos autores que colaboraram enviando manuscritos para compor essa seção.

## Sobre os bastidores da editoração acadêmica

Eva L. Scheliga<sup>1</sup>

A escrita acadêmica e os meandros da atividade editorial não costumam ser alvo de debate sistemático<sup>2</sup> ao longo de nossa formação acadêmica, muito embora sejamos cada vez mais demandados a publicar e a editar periódicos e livros. Como já destacado por Fleischer (2013), o tema da divulgação acadêmica e da prática editorial ainda é, de modo geral, tratado de modo bastante individualizado, no escopo das relações entre orientadores/orientadoras e orientandos/orientandas e, eventualmente, no âmbito de alguns núcleos de pesquisa.

Em rápida consulta às informações públicas dos Programas de Pós-graduação em Antropologia confirma-se que ainda são poucas as iniciativas institucionais no sentido de difundir entre jovens pesquisadores noções gerais sobre editoração científica e escrita acadêmica. Alguns Programas de Pós-graduação ofertam disciplinas regulares denominadas “Oficina de escrita etnográfica” ou “Práticas acadêmicas em Antropologia” (caso da UnB e da UFRGS, respectivamente), nos quais o tema ganha algum relevo. O apoio à publicação de revistas acadêmicas editadas exclusivamente pelo corpo discente - *vide a Pensata - Revista dos alunos de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unifesp* e a já longínqua experiência de editoração da *Cadernos de Campos - revista dos alunos de Pós-graduação em Antropologia Social da USP* - são iniciativas que também merecem destaque, embora seja preciso reconhecer que atingem diretamente apenas uma parcela dos alunos que, anualmente, ingressam na pós-graduação.

A pouca atenção dada, ao longo de nossa formação acadêmica, ao conjunto de habilidades e práticas que envolvem a produção e editoração de publicações faz perdurar uma série de dúvidas acerca dos procedimentos editoriais, tendo efeitos significativos - e este é o ponto que gostaria de enfatizar - sobre os modos pelos quais se difunde o conhecimento

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná. Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo, tendo realizado pós-doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo entre 2011 e 2012 (Bolsista Reuni/Capes) e junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná entre 2013 e 2014 (Bolsista PNPD/Capes). E-mail: [evascheliga.ufpr@gmail.com](mailto:evascheliga.ufpr@gmail.com)

<sup>2</sup> Neste sentido parabeno a Comissão editorial da *Pensata* pela proposição deste debate e agradeço o convite para colaborar nesta seção.

científico. Em minha experiência como editora<sup>3</sup>, tenho observado que a pouca familiaridade com o processo de editoração de um periódico científico pode desencorajar a submissão de manuscritos; também suspeito ser esta uma das razões que incide sobre a qualidade dos textos submetidos aos periódicos.

Desnecessário insistir em que, quanto menor o número de submissões de qualidade, maior é a dificuldade, para os editores, em compor as edições; e que, com a manutenção da periodicidade das revistas acadêmicas afetada, a capacidade de atração de novos leitores e autores também fica comprometida.<sup>4</sup> Ou seja: estabelece-se uma dinâmica na qual a promoção do diálogo acadêmico e a contribuição para a difusão de novos conhecimentos - princípios fundamentais que orientam a edição de um periódico científico - são postas à prova.

Ao compartilhar aqui minha experiência editorial mais recente junto a *Campos - Revista de Antropologia Social*, pretendo destacar os pontos que, em minha avaliação, são os mais sensíveis em todo o processo de editoração de um periódico científico, a saber: avaliação preliminar, prazos e pareceres. Ao tratar destes aspectos, pretendo trazer um pouco dos bastidores da produção de uma revista e, assim, contribuir com as reflexões sobre os desafios envolvidos na tarefa de gestão de um periódico e para a divulgação acadêmica.

## 1. Avaliação preliminar

A *Campos*, como integrante da Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR, utiliza o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER / *Open Journal Systems* - OJS. Desde junho de 2015 as novas submissões são aceitas exclusivamente através do Portal da revista, de modo a garantir maior transparência sobre os trâmites de avaliação dos artigos e composição das edições, em consonância com diretrizes recentemente sugeridas aos editores de outros periódicos brasileiros (PACKER, 2015).

---

<sup>3</sup> Minha primeira experiência editorial foi junto a *Cadernos de Campo - revista dos alunos de Pós-graduação em Antropologia da USP*. Integrei sua Comissão editorial entre os anos de 2006 e 2008. Desde 2013 integro a Comissão Executiva e Editorial da *Campos - Revista de Antropologia*, publicação do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná, e também o Conselho editorial da *Revista de Ciências da Religião: história e sociedade*, do Curso de Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Aproveito para registrar meu agradecimento a todos os colegas editores destes três periódicos pela troca de informações, apoio e aprendizados constantes. As opiniões emitidas neste artigo são, contudo, de minha inteira responsabilidade.

<sup>4</sup> Também não são desprezíveis os efeitos da avaliação Qualis periódico. Periódicos classificados nos estratos A1, A2 e B1 tendem a receber maior número de submissões e, com isso, têm menos dificuldade para compor suas edições, o que é refletido na manutenção de sua regularidade e pontualidade. Já os periódicos classificados nos demais estratos recebem, de modo geral, menor número de contribuições - e com isso o fechamento das edições e a regularidade do periódico ficam comprometidos.

Ao recebermos um artigo, o mesmo é designado para leitura por parte dos membros da Comissão Executiva. Nesta etapa, busca-se observar a adequação ao perfil e à linha editorial da revista, além da conformação às diretrizes editoriais. Se aprovado nesta primeira instância, em decisão colegiada, a submissão é então encaminhada a dois pareceristas *ad hoc* para avaliação do conteúdo e qualidade das contribuições.

Um primeiro ponto a sublinhar é a elevada taxa de recusa de artigos. De cada dez artigos submetidos à revista, em média seis são recusados, cinco deles preliminarmente<sup>5</sup>, isto é, ainda na etapa de avaliação de adequação do manuscrito ao escopo editorial da revista. Cabe destacar que parcela significativa das submissões recusadas preliminarmente toma como base para artigos os exercícios de conclusão de disciplinas da pós-graduação, as usuais disciplinas de “Teorias” ou de “Métodos”. Tais escritos podem, seguramente, servir de base para a construção de bons ensaios bibliográficos, mas é necessário, contudo, assegurar uma visada original sobre a bibliografia compulsada a fim de escapar dos lugares-comuns e oferecer uma contribuição efetiva para o debate acadêmico. Conhecer e dialogar com a fortuna crítica das obras ou temas considerados clássicos e buscar uma nova perspectiva a seu respeito é, portanto, requisito para a aprovação preliminar de um artigo de revisão.

A negativa à publicação não deve desencorajar novas submissões; apenas indica que *aquele* manuscrito não está adequado para publicação. Uma revista, ademais, não é composta só por artigos. Ensaaios bibliográficos, entrevistas, traduções, resenhas e informes são aceitos como colaborações pela maior parte dos periódicos - e, até onde me consta, o número de submissões desta natureza costuma ser bastante inferior ao da demanda editorial (fato que amplia, seguramente, as oportunidades de publicação discente). Sobretudo é importante destacar que estes textos, considerados de menor relevância no rol da produção acadêmica<sup>6</sup>, muitas vezes funcionam como porta de entrada para o universo das publicações: muitos dos atuais colaboradores da *Campos* publicaram, outrora, neste ou em outro periódico, manuscritos desta natureza. A submissão destes textos acaba por facultar, portanto, o

---

<sup>5</sup> Índice de recusa preliminar próximo ao contabilizado pelos colegas da *Revista de Sociologia e Política*, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, conforme editorial por eles publicado recentemente.

<sup>6</sup> Sugiro ao leitor consultar as tabelas de pontuação de currículo utilizadas nas provas de títulos de processos seletivos para ingresso em Programas de Pós-graduação e em concursos públicos para a carreira de magistério superior, bem como as resoluções que disciplinam a progressão de carreira do magistério superior em sua instituição de ensino ou de potencial interesse. Assim poderá ter uma ideia mais concreta dos distintos pesos atribuídos a cada uma destas publicações.



aprendizado do passo a passo da publicação - ou, ao menos de alguns de seus passos - tornando a experiência da escrita acadêmica e da editoração mais familiar e inteligível.

## 2. Prazos

Os artigos que seguem no processo de avaliação são encaminhados sempre a dois avaliadores *ad hoc*, escolhidos após extensa pesquisa na base de dados da Plataforma Lattes e em consulta à bibliografia de referência na área do artigo. São obrigatoriamente excluídos do rol de possíveis pareceristas orientadores e pesquisadores da instituição de origem do autor da submissão, bem como colaboradores em projetos de pesquisa conjuntos. Outro critério adotado é o de selecionar especialistas com titulação equivalente ou superior ao do autor. Na *Campos* temos a expectativa de que a etapa de avaliação preliminar do manuscrito, a qual inclui a seleção de pareceristas em caso de aprovação por parte da Comissão Executiva, seja concluída em até trinta dias; dada, porém, a especificidade de alguns temas ou objetos de discussão, o período de seleção de pareceristas pode, eventualmente, ultrapassar o tempo estimado.

Pareceristas que aceitam o convite da *Campos* para avaliar as submissões comprometem-se a encaminhar seu parecer à Comissão executiva em até trinta dias. Excepcionalmente, atrasam o envio de sua avaliação ou nem mesmo a encaminham, a despeito das negociações de prazo - o que em alguns casos nos obriga a reiniciar o processo de seleção de avaliadores. Quando os pareceristas emitem pareceres discordantes, um aprovando e o outro contraindicando a publicação, outro especialista precisa ser acionado para emitir um terceiro parecer, prolongando assim o período de avaliação do manuscrito.

Por estas razões, o tempo da avaliação é, sem sombra de dúvida, um dos pontos mais críticos de todo o processo editorial. Ao submeter um artigo a um periódico é preciso ter em conta, portanto, que o tempo mínimo para avaliação do manuscrito - ou seja, da submissão até o recebimento dos pareceres - é de sessenta dias (trinta dias para avaliação interna e definição de pareceristas e trinta dias para avaliação *ad hoc*). Em média, porém, o processo de avaliação costuma demandar bem mais tempo, sendo finalizado em cento e vinte dias (ou mais, em casos excepcionais).

Somado ao tempo de revisão do artigo após parecer (trinta dias), a uma nova rodada de avaliação para verificação da adequação do artigo aos pareceres (em média quarenta e cinco dias) e ao período de preparação dos originais para publicação e de diagramação, pode-se dizer, sem exagero, que cada artigo envolve um trabalho editorial que é executado por um



período não inferior a seis meses. Com isso desejo fazer notar que a publicação demanda planejamento por parte do autor e, sobretudo, compreensão acerca das múltiplas agendas que determinam o processo de avaliação e editoração de seu artigo.

A *Campos* enfrenta o desafio adicional de alinhar os processos de todas as submissões que serão publicadas em cada uma de suas edições. A revista recebe as submissões em fluxo contínuo e, em termos práticos, isso requer esforços no sentido de compatibilizar as operações editoriais de, pelo menos, nove submissões distintas (seis artigos e ao menos três resenhas). O inevitável descompasso entre as linhas do tempo de cada uma das diferentes submissões acaba por deixar, lamentavelmente, alguns artigos já aprovados para publicação em espera pelo fechamento da edição - o que explica, ao menos em parte, o atraso para o lançamento de alguns números.

A esta altura quem me lê deve então se perguntar sobre a razão de a *Campos* não adotar um calendário fixo para chamada de artigos, algo que, a princípio, concentraria as submissões e ajudaria a coordenar o restante do trabalho. A adoção de datas limite para submissão de artigos é uma medida de fato bastante adequada quando se organizam dossiês temáticos ou se desenvolvem projetos especiais, como tem sido o caso da seleção de resenhistas através do lançamento de edital<sup>7</sup>; para números com temática livre, como é o perfil da *Campos*, porém, a fixação de um prazo único para chamada de artigos não se mostra tão eficaz, demandando contínuas prorrogações dos prazos de submissão. Um caminho que se mostra mais promissor para driblar a demora do fechamento de um número é a adoção do sistema *ahead of print*, recentemente apontada como prioridade da rede Scielo: segundo este sistema, tão logo o artigo recebe o definitivo aceite, ele é encaminhado para publicação; ou seja, não é necessário aguardar a conclusão da composição de uma edição para ser veiculado. Estudamos a viabilidade de adotar este sistema em breve.

As inovações editoriais, dentre elas a adoção dos sistemas de gestão *online* de manuscritos e do sistema *ahead of print*, não são suficientes, porém, para abreviar o intervalo que separa a redação de um artigo de sua publicação definitiva. Estas medidas, sem dúvida, otimizam o trabalho da Comissão Executiva mas não resolvem nossos principais “gargalos”: o tempo da elaboração do parecer e o da revisão do artigo após o parecer.

---

<sup>7</sup> Durante o período em que trabalhei na *Cadernos de Campo* ajudei a elaborar e implantar o “Projeto Resenhas”. Sumariamente, trata-se da seleção, por meio de edital, de resenhistas para a realização do trabalho de crítica aos livros cedidos por autores e editoras à revista. Tal medida permite diversificar a autoria, evitando a endogenia institucional, além de democratizar o acesso ao material bibliográfico. Por ser uma experiência bastante exitosa, desde 2014 esta prática também passou a ser adotada pela *Campos*.

### 3. Pareceres

As submissões encaminhadas para parecer *ad hoc* são submetidas ao regime de avaliação duplo-cego (*double-blind review*): busca-se preservar a identidade de autores e avaliadores, eliminando-se todas as referências que, no texto e no arquivo, permitam a imediata identificação da autoria (do artigo para os avaliadores e dos pareceres para o autor). Certamente esta prática não elimina a possibilidade de reconhecimento de autoria - em um universo não muito grande de pesquisadores, torna-se relativamente fácil reconhecer autores não apenas em função de sua trajetória de pesquisa na área como também por seu estilo de escrita, dentre outros indicadores - mas reconhecidamente contribui para minimizar alguns vieses que a avaliação aberta pode comportar. Visando garantir a observação de um conjunto de princípios éticos também passamos a indicar, desde o segundo trimestre deste ano, a leitura das *Diretrizes Éticas para Revisores* elaborado pelo *Committee on Publication Ethics* – COPE, documento de referência sobre o processo de revisão de artigos.

Uma vez preparado para avaliação, o artigo é encaminhado aos pareceristas junto com nosso formulário padrão, atualmente similar ao de outros periódicos nacionais da área de Antropologia. Nele há uma lista de múltipla escolha visando conhecer a opinião do/da parecerista sobre a estrutura do artigo; pode-se apontar, de modo claro e imediato, os aspectos positivos (“reflexão original”; “bibliografia adequada e atualizada”; “texto bem redigido”) ou negativos (“o texto pode ser sintetizado” ou “requer reestruturação”) da submissão analisada. Em seguida, reserva-se um espaço para o parecer descritivo, solicitando-se atenção para os seguintes aspectos: oportunidade e relevância da publicação do artigo; qualidade e rigor da argumentação; adequação entre a análise e os dados apresentados. Também sugerimos que seja avaliada a adequação do resumo e sejam apontados os trechos que, na opinião do/a avaliador/a, devem ser resumidos ou ampliados.

Eventualmente algumas avaliações *ad hoc* não atendem satisfatoriamente às necessidades editoriais, seja porque exigem dos autores revisões que escapam aos propósitos do artigo (pois concentram-se nos caminhos não percorridos pelo autor ao invés de avaliar o que foi, efetivamente, proposto e realizado), seja porque avaliam o artigo de modo bastante superficial, eximindo-se de apontar quais aspectos permitiriam aprimorar o texto e a qualidade do periódico como um todo. O objetivo da avaliação *ad hoc* é, justamente, zelar pela qualidade científica das publicações, contribuindo para o aprimoramento dos textos; falhas nesta etapa inevitavelmente comprometem, portanto, todo o processo editorial.

Neste sentido, concordamos integralmente com Nelson Sanjad que afirmou, em recente entrevista publicada no blog da revista *História Ciências Saúde - Manguinhos*:

Há duas coisas essenciais, nem sempre citadas em manuais para editores: a primeira é fazer uma leitura atenta do texto. O leitor-parecerista não deve projetar suas ideias ou expectativas sobre o que está sendo defendido pelo autor do texto. Pelo contrário, deve procurar entender da melhor maneira possível os argumentos do autor, isto é, avaliar o que está, efetivamente, lendo, e não o que gostaria de ler ou o que gostaria que o autor tivesse escrito. A esta postura isenta, desprendida, desobrigada, pode-se acrescentar algo mais: a generosidade, que transforma o ato avaliativo em construção, em colaboração desinteressada. Um parecer generoso não precisa, necessariamente, ser longo e detalhado. Deve, contudo, ser claro e preciso, deve vislumbrar o potencial do artigo e oferecer os meios para que ele seja aperfeiçoado. Ambas as qualidades, isenção e generosidade, deveriam ser cultivadas e elogiadas no meio acadêmico. Elas não são inatas, mas frutos de uma boa educação, de formação intelectual, de treinamento e autocrítica (SANJAD, 2015, s/p.).

Outro ponto que geralmente causa dúvida em alguns pareceristas relaciona-se à apreciação final. Após o parecer descritivo, os avaliadores *ad hoc* devem concluir o parecer indicando ou não a publicação, utilizando, para isso, a seguinte escala: publicação sem revisão; publicação após pequenas revisões estilísticas ou textuais; publicação somente após revisões substantivas; rejeição. Há, por vezes, notáveis discrepâncias entre o parecer descritivo e a recomendação final e apresento aqui um exemplo, dentre tantos possíveis: no parecer descritivo são elencados aspectos que sugerem que o artigo não deve ser publicado pois não está adequadamente estruturado, sendo inviável dar conta de mudanças tão significativas no prazo de trinta dias; ao cabo da avaliação, o/a parecerista opta, no entanto, por recomendar a publicação “após pequenas revisões estilísticas ou textuais”, uma sugestão que seria compatível apenas com submissões que não demandam ampla reestruturação do manuscrito. Também é bastante comum ver borradas as fronteiras que separam a rejeição da recomendação para publicação condicionada a revisões substantivas, demandando dos editores esforços adicionais para finalizar a contento o processo de avaliação dos manuscritos.

Observo, por fim, que a incorporação das recomendações dos pareceres na etapa de reformulação do artigo tampouco ocorre sem problemas. Alguns autores enfrentam dificuldades para estabelecer efetivo diálogo com os pareceristas, atendo-se, na maior parte das vezes, aos pedidos para reformulações pontuais ou a questões periféricas, sem enfrentar, de fato, os problemas estruturais apontados em seu artigo, os quais demandariam uma ampla revisão do texto. Também não deixa de ser sintomática a ausência de referências aos pareceristas anônimos, seja em uma nota inicial - um pequeno gesto simbólico de reconhecimento aos apontamentos que permitiram o texto ganhar sua forma final -, seja em comentários pontuais inseridos ao longo do artigo.

Aqui também se aplicam os princípios destacados por Sanjad: tanto quanto os pareceristas, os autores também precisam praticar uma leitura atenta, somada a uma boa dose de generosidade para colocar-se em diálogo com os demais atores do processo editorial. É preciso reconhecer, contudo, que tais disposições precisam ser desenvolvidas e praticadas ao longo de nossa formação e, neste sentido, retomo aqui o ponto inicial do texto: penso que a consolidação de espaços institucionais que nos permitam exercitar a prática da escrita, a crítica consistente e assertiva e a reelaboração da escrita a partir da revisão por pares pode ser uma estratégia eficaz para driblar as (ou ao menos parte das) dificuldades até aqui apontadas. Paralelamente a estes esforços para a formação de espaços coletivos de discussão sobre editoração, é preciso aprimorar nossas ferramentas de trabalho, isto é, desenvolver os instrumentos de avaliação de manuscritos de modo que tanto a etapa de elaboração do parecer quanto a de revisão dos artigos em face aos pareceres recebidos sejam mais eficazes.

Embora evidentemente não haja uma fórmula para a elaboração de pareceres, a reiteração de algumas orientações soa indispensável: abrir o parecer com um parágrafo retomando o foco do texto, seu objeto de análise e principais conclusões do artigo, de modo a evidenciar a compreensão que se teve do artigo; enumerar as solicitações de revisão e as sugestões para desenvolvimento do artigo, tornando-as específicas e inteligíveis, tanto para autores quanto para editores; indicar referências bibliográficas precisas a fim de fornecer caminhos para os autores no processo de revisão dos artigos; ser cortês, propositivo e realista, tendo em consideração os prazos usuais para reformulação do artigo. Para sugestões adicionais pode-se consultar, dentre outros: WAGER *et al*, 2002; HAMES, 2007; ANPAD, 2010; LUCEY, 2013.

Quanto ao processo de revisão, alguns colegas editores têm demandado aos autores a produção de um relatório no qual se detalhe quais sugestões de alteração foram ou não aceitas, bem como se justifique a tomada destas decisões (REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 2015). Noto que alguns autores já encaminham à *Campos*, de modo espontâneo, o texto revisado deixando visíveis as marcas de revisão - o que, sem dúvida, torna o contraste entre a versão original e versão final muito mais imediato. Em ambos os casos, os editores observam com maior nitidez os modos pelos quais os autores estabeleceram diálogo com os pareceres recebidos e isso, sem dúvida, permite a tomada de uma decisão editorial mais segura e, quiçá, mais ágil.

### Em síntese

Aspectos pouco explorados e problematizados durante nossa formação acadêmica, as dinâmicas que envolvem autores, editores e pareceristas afetam, como sugeri aqui, os modos pelos quais se difunde o conhecimento científico: quanto menos se conhece o processo editorial, maior é a dificuldade para fazer circular as ideias e resultados de nossas pesquisas. Familiarizar-se com a série de operações que envolvem a avaliação de um manuscrito submetido a um periódico científico - aqui apresentado sob a perspectiva de uma gestora de revista acadêmica - é, portanto, uma aposta para tornar as publicações mais eficientes, regulares e pontuais e, sobretudo, para tornar mais plurais as vozes que ouvimos e publicamos em nossos periódicos.

### Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD). Boas práticas da publicação científica: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de corpos editoriais. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/diversos/boas\\_praticas.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/boas_praticas.pdf). 2010. Acesso em: 22 junho 2015.

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS (COPE). Ethical Guidelines for Peer Reviewers. Disponível em: [http://publicationethics.org/files/Ethical\\_guidelines\\_for\\_peer\\_reviewers\\_0.pdf](http://publicationethics.org/files/Ethical_guidelines_for_peer_reviewers_0.pdf). Acesso em: 21 janeiro 2015.

FLEISCHER, S. As aventuras de um livro: uma cronologia comentada da produção de uma coletânea em antropologia. *Latitude*, Maceió, v. 7, n. 1, p. 149 - 169, 2013.

HAMES, I. Peer Review and Manuscript Management in Scientific Journals: Guidelines for Good Practice. Blackwell Publishing, 2007.

LUCEY, B. Revisão por pares. Dez dicas de como fazê-la corretamente. *Boletim ABCP*, p. 5 -7, outubro/novembro 2013.

PACKER, A. Gestão online de manuscritos é um critério de indexação obrigatório do SciELO. Blog SciELO em Perspectiva. Disponível em <http://blog.scielo.org/blog/2015/04/01/gestao-online-de-manuscritos-eum-criterio-de-indexacao-obrigatorio-do-scielo> Acesso em: 04 abril 2015.

REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Editorial, Curitiba, v. 23, n. 54, p. 3-8, jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987315235401>. Acesso em: 25 julho 2015.

SANJAD, N. Postura isenta e generosidade para um bom parecer. Blog História Ciência Saúde - Manguinhos Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/postura-isenta-e-generosidade-para-um-bom-parecer/> Acesso em: 04 julho 2015.

SCIELO. Guia para a publicação avançada de artigos (ahead of print) no SciELO. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=60>. Acesso em: 10 junho 2015.

WAGER, E.; GODLIE, F.; JEFFERSON, Tom. How to survive peer review. London: BMJ Books, 2002. 68p.

## **Novas perspectivas para as publicações acadêmicas em Ciências Sociais no século XXI: transformações sociais, digitais e epistemológicas**

Gleicy Mailly da Silva<sup>1</sup>

Vinícius Kauê Ferreira<sup>2</sup>

### **Transformações sociais**

Nos últimos quinze anos, presenciamos um conjunto de transformações no Brasil, relativas especialmente às políticas de redistribuição e reconhecimento, que renovaram consideravelmente o cenário de debates nas ciências sociais. Diante desta nova conjuntura e do ritmo acelerado das mudanças que temos enfrentado, tendo em vista as influências do contexto político-econômico mundial, é mais do que oportuno indagar se os espaços e formatos atuais das publicações nacionais têm atendido às necessidades de debate e reflexão neste momento de particular efervescência política.

A década de 1990 inaugura um período de intenso investimento na criação de institutos de pesquisa e organizações não governamentais (ONGs)<sup>3</sup> articulados e dedicados ao debate e proposição de políticas públicas que começam a dar visibilidade às chamadas “minorias sociais” e às especificidades de suas demandas, onde ganham destaque as áreas da educação, saúde e trabalho, amparadas pelo envolvimento e mediação de instâncias internacionais<sup>4</sup>, expandindo as estratégias de mobilização social dxs sujeitxs na arena pública através de demandas sociais e identitárias.

Já os anos 2000 vão sinalizar a dinamização dos aparelhos de Estado com o desenvolvimento de setores e secretarias específicas para a construção de políticas públicas voltadas agora não apenas às políticas de reconhecimento, mas às políticas afirmativas de caráter redistributivo (LIMA, 2010). Entre tais iniciativas, destacamos a criação do Programa Nacional de Ações Afirmativas e do Programa Diversidade na Universidade, ambos criados em 2002, que tiveram como meta a ampliação do acesso ao

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Antropologia Social (Universidade de São Paulo – USP/PPGAS).

<sup>2</sup> Doutorando em Antropologia Social (École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS/Paris).

<sup>3</sup> Entre estes institutos podemos citar, por exemplo, o Instituto da Mulher Negra Brasileira (Geledés); o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), entre outros.

<sup>4</sup> A III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, em 2001, é considerada um marco na ampliação das demandas dos direitos humanos, ao articular as categorias “raça”, “gênero” e “homossexualidade” no debate público, promovendo a mediação entre as reivindicações dos movimentos sociais e as diretrizes governamentais dos Estados nacionais.

ensino superior no país e que, a despeito de todas as suas incongruências, têm trazido ao cenário político e intelectual uma diversidade de atorxs sociais, revelando a configuração de novas pautas que, amparadas na produção de novas sensibilidades, têm reconstituído formas associativas e mobilizações na cena pública (MOUTINHO, 2014).

O que parece estar em curso é uma redefinição não apenas do perfil das ciências sociais brasileiras, que passam a ser constituídas cada vez mais por sujeitxs pertencentes a grupos até então pouco presentes na universidade, sobretudo nos níveis mais altos de formação, mas também de um desejo de renovação de perspectivas teóricas e abordagens epistemológicas.

Neste amplo cenário, as discussões a respeito das diferentes formas de desigualdade social ganham em complexidade, uma vez que exigem das ciências sociais um debate público que considere as diferentes articulações entre os movimentos sociais, as instâncias governamentais e as pautas internacionais em campos diversos, como educação, políticas científicas, projetos urbanísticos e muito outros. E, com a expansão do ensino universitário, logo, cada vez mais atorxs sociais engajadx politicamente na luta pelos direitos das minorias têm ocupado a cena acadêmica de forma crítica, em diálogo com diferentes instituições e associações.

### **Transformações digitais**

Se nos colocamos a meta de refletir rapidamente sobre como a nova geração de intelectuais (acadêmicxs ou não) têm produzido discursos críticos e contestatórios contra representações estabelecidas, podemos fazer referência ao uso crescente de uma diversidade de linguagens nas quais a articulação entre espaços digitais e artes visuais é cada vez mais frequente.

É verdade que a relação entre essas transformações sociais e a emergência de espaços digitais de comunicação e sociabilidade ainda é fruto de grande controvérsia: se para alguns intelectuais as plataformas digitais significam diversificação das forças políticas e acadêmicas através de ações de resistência e mobilização (CANCLINI, 2012), para outrxs essas ICTs (*Information and Communication Technologies*) precisam ser objeto de reflexão cautelosa sobre o risco de fragmentação e desmobilização da vida política (THIBAUT e MABI, 2015; DIMINESCU e WIEVIORKA, 2015).

Antropólogxs e sociólogxs têm se interessado cada vez mais pelos usos e contra-usos do universo digital, realizados por atorxs diverxs, no sentido de produzir práticas de



resistência e de produção de novos imaginários. Desse modo, um crescente campo de pesquisa tem se dedicado a uma reflexão crítica sobre o fenômeno digital, tomando em conta sua dimensão política e as relações de poder estruturantes das redes nas quais os discursos e instituições do *digital* se produzem.

Mesmo em meio a essas incertezas sobre os efeitos dos recursos digitais sobre nossas vidas, parece-nos crucial para o campo editorial em ciências sociais a apropriação dessas novas tecnologias de comunicação como uma via possível de melhor leitura e interpretação ativa sobre o mundo no qual nos inscrevemos; nós pesquisadorxs, mas também xs sujeitxs sobre os quais produzimos grandes massas de interpretação teórica.

Neste contexto, o papel das ciências sociais contemporâneas é o de uma apropriação crítica dessas ferramentas, que se aproxime daqueles contra-usos já realizados por muitos grupos e sujeitxs. Dito de outro modo, cabe às publicações em ciências sociais na segunda década do século XXI a reflexão ativa – inevitavelmente laboratorial, portanto – sobre o papel das *humanidades digitais*<sup>5</sup> como dispositivos de produção técnica e simbólica de sentido, representações, imaginários e verdades.

Urge, portanto, uma abertura radical e crítica a novos formatos e mídias na transmissão de nossas reflexões atuais sobre grupos e processos extremamente conectados, fluidos e cada vez mais desmaterializados.

Se esses desafios podem parecer algo excessivamente distante ou abstrato, podemos nos referir sem maiores rodeios a um campo de grande importância para nossa disciplina, e diretamente envolvido com esses debates, como é a antropologia visual. Qual o lugar dado em nossas publicações ao número crescente da produção audiovisual em ciências sociais, tendo em vista especialmente o extenso debate da antropologia visual sobre essa linguagem na reflexão teórica de nosso campo? É o texto escrito a única possibilidade de transmissão de conhecimento, de mobilização crítica e de formação de uma sensibilidade etnográfica? São as revistas, mesmo as eletrônicas, capazes hoje de incorporar vídeos e sons ao seu projeto gráfico? E quanto aos portais eletrônicos, como Scielo e SEER, têm eles em vista essas transformações digitais no campo editorial, muito além dos recentes assaltos dos *publishers* internacionais pagos, como Sage, JStor e Elsevier? Mas além da questão audiovisual, qual o espaço para um modelo mais interativo de publicações

---

<sup>5</sup> Este referido campo tem se consolidado sob o termo *humanidades digitais* (*digital humanities* no contexto anglófono, ou *humanités numériques* na academia francófona). Para um debate atual sobre os desafios metodológicos (sobretudo com os *big datas*), de catalogação e editoriais enfrentados pelas ciências sociais diante do enorme crescimento do campo digital, consultar o dossiê organizado por Michel Wieviorka e Dana Diminescu na revista *Socio*. A revista está em acesso livre no seguinte endereço: <https://socio.revues.org/791>.

acadêmicas, que incorpore novas possibilidades de debate entre autorx e leitorx?

### Transformações no sistema acadêmico global

Outra transformação que têm ganhado terreno progressivamente desde os anos 1980, mas que parece ganhar contornos institucionais mais importantes nos últimos quinze anos, é a reivindicação de construção de um cenário acadêmico global mais diversificado, menos polarizado entre poucos centros mundiais de produção e exportação de teorias em ciências sociais. Isso porque se a notoriedade da crítica a quadros eurocêntricos de reflexão datam pelo menos dos anos 1980, com correntes como os *subaltern studies* e a crítica pós-colonial<sup>6</sup>, é a partir do início dos anos 2000 que a circulação de teorias não hegemônicas passa a estar atrelada à criação de espaços *institucionais* globais, com a diversificação interna de antigas associações mundiais, como a International Union of Anthropological and Ethnological Sciences e a International Sociological Association<sup>7</sup>, a criação de novas associações já plurais em sua constituição mesma, como o World Council of Anthropological Associations, ou ainda a criação de fóruns no interior de associações nacionais de grande tradição hegemônica, como a seção de World Anthropologies da American Anthropological Association.

É preciso enfatizar que neste longo período de trinta anos, diversas correntes e concepções de trabalho antropológico emergiram, muitas delas adotando uma postura crítica àquelas dos anos 1980, e que é neste contexto que a própria antropologia brasileira e seus pesquisadorxs têm ganhado cada vez maior projeção mundial. E é neste cenário ainda, para evocar questões ligadas às políticas científicas nacionais, que nossa geração de jovens pesquisadorxs tem se formado e circulado internacionalmente.

Interessa-nos pensar sobre como também essas transformações na constituição do campo devem ser apropriadas pelas nossas publicações em ciências sociais. Quais diálogos devem ser tecidos em nossos números, entre as ciências sociais de quais países e centros de pesquisa? Qual a importância de uma diversidade linguística em nossas revistas? Acreditamos que a abertura de nossas publicações a uma face verdadeiramente cosmopolita (para além de uma noção atlântico-norte-cêntrica de cosmopolitismo) depende

---

<sup>6</sup> Sublinhamos que nos referimos aqui ao fato de que essas correntes ganharam *notoriedade internacional* neste período (e tiveram alguma influência no plano da organização institucional acadêmica), e não que o nascimento desta crítica data deste período, ou através destas correntes. Movimentos mais antigos são facilmente identificáveis, como as conhecidas obras de Franz Fanon, ou os menos conhecidos trabalhos dos sociólogos indianos da Escola de Lucknow, tais quais D.P. Mukherjee, D.N. Majumdar and A.K. Saran.

<sup>7</sup> Ver o volume 4, número 4 de *Global Dialogue*, newsletter publicada pela ISA. Disponível neste link: <http://isa-global-dialogue.net/volume-4-issue-4/>.

de um trabalho ativo de ampliação de nossas redes de debate e de cooperação. Isso significa dizer que é papel de nossas revistas não apenas trazer ao cenário brasileiro a diversidade de debates teóricos existentes no plano global, mas também integrar nossas ciências sociais aos debates sobre esses processos de contestação às epistemologias estabelecidas.

Assim, estes três eixos de transformações mencionadas aqui (político-sociais, tecnológicas e epistemológicas) implicam, portanto, uma reconfiguração dos modelos existentes no campo editorial das ciências sociais que tenha em vista a construção de periódicos mais voltados ao *efetivo* debate de ideias, à incorporação de novas mídias e à abertura de terrenos propícios à divulgação da diversidade epistemológica internacional contemporânea.

### Outras experiências

É evidente que a renovação de nosso campo editorial pode se inspirar em experiências existentes, e nem tão recentes, que fogem aos padrões tradicionais citados. Um caso instigante e que, entre algumas das dimensões citadas, articula notadamente o debate público referente a questões sociais pungentes e projetos de renovação epistemológica em relação a modelos teóricos hegemônicos, é o das revistas indianas em ciências sociais.

É fato notório que o campo intelectual indiano tem sido atravessado por grandes debates públicos em torno de teorias, metodologias, grandes correntes ou transformações sociais que afetaram também a academia. Uma análise de revistas como *Contributions to Indian Sociology*<sup>8</sup>, nascida do debate entre indianistas europeus e pesquisadorxs indianxs, ou de *Sociological Bulletin*<sup>9</sup>, palco de polêmicas que duraram mais de uma década, mostram como a vitalidade de um campo acadêmico depende invariavelmente da vitalidade de suas publicações. O debate público de teorias e pesquisas acompanhado do confronto de ideias constitui-se aqui na força motriz destes periódicos, algo que nos parece faltar ao campo das ciências sociais no Brasil, muito mais pautada na apresentação de resultados de pesquisas que apenas raramente evocam debates públicos *escritos* capazes de mobilizar o campo como um todo.

Nesse sentido, há outros dois tradicionais periódicos indianos, aos quais podemos

---

<sup>8</sup> Para acessar a revista: <http://cis.sagepub.com/>.

<sup>9</sup> Para acessar a revista: <http://www.jstor.org/journal/socibull>.

fazer referência, e que se demarcam naquele cenário nacional por seu pioneirismo e sua importância na construção de debates. *Seminar*<sup>10</sup>, que é um periódico mensal destinado ao debate público de grandes questões teóricas e políticas do cenário nacional indiano, e que se apresenta como um seminário virtual, no qual pesquisadorxs e agentes convidadxs respondem a uma proposição de debate, um “problema”. Tem-se aqui algo que foge ao modelo dominante (francês) no Brasil dos dossiês, que funciona através de artigos isolados que se aproximam tematicamente, mas que não têm em vista o diálogo público entre autorxs. Finalmente, podemos citar a revista *Economic and Political Weekly*<sup>11</sup> que, como periódico semanal, publica textos curtos, de menos de dez páginas, mas mais opinativos. A força e o prestígio desta publicação reside, mais do que nos outros casos, no fato desta ser o cenário de alguns dos grandes debates das ciências sociais indianas ao longo das últimas décadas<sup>12</sup>.

Em suma, alguns dos grandes debates das ciências sociais indianas no século XX, e ainda hoje evidentemente, estão inscritos sobre as páginas desses periódicos, que funcionam não apenas como espaço de divulgação de pesquisas, mas como fóruns de embates teóricos e, portanto, de registro da história das ciências sociais daquele país.

A nosso ver, as ciências sociais brasileiras carecem de espaços semelhantes, e esta ausência não deixa de ser um fato intrigante ainda a ser compreendido.

Ainda, poderíamos citar a criação recente da newsletter da International Sociological Association, *Global Dialogue*, que publica desde 2010, num ritmo de quatro a cinco números por ano, pequenos textos de intelectuais de todas as partes do globo. O conjunto das contribuições deixa claro o cuidado com a diversidade das discussões e instituições, a partir de contribuições concernentes a questões da atualidade, da configuração do campo acadêmico internacional, ou ainda da discussão de pesquisas realizadas. Tratando-se, sobretudo, de um meio de circulação de debates e de pluralização das ciências sociais, sendo importante sublinhar o fato que cada um de seus números é publicado em pelo menos *uma dúzia* de línguas.

Este aspecto é representativo dos processos de transformação ao mesmo tempo epistemológica e institucional sobre o qual atentamos, e sobre o qual precisamos refletir no Brasil, especialmente em um momento de concretização de um grande projeto estatal de internacionalização da ciência brasileira. Assim, cabe-nos perguntar, a partir dos exemplos

---

<sup>10</sup> Para acessar a revista: <http://www.india-seminar.com/>.

<sup>11</sup> Para acessar a revista: <http://www.epw.in/>.

<sup>12</sup> As quatro revistas mencionadas aqui são publicadas há pelo menos 50 anos.

apontados, “como adquirir visibilidade internacional sem nos adequarmos a modelos impostos e estéreis, como o monolinguismo anglófono, as investidas dos multimilionários *publishers* de acesso pago ou a padronização excessiva de modelos editoriais?”.

### **Novos Debates**

Pensando nesse processo, a partir dos exemplos apontados, gostaríamos de abordar nossa experiência enquanto editorxs fundadorxs, entre 2013 e 2015, da revista *Novos Debates*<sup>13</sup>. Como apresentado em seus editoriais, a publicação busca ser um espaço virtual para novas ideias e novos formatos, mas, sobretudo, novos debates. Em grande medida, a revista tentou incorporar as transformações mencionadas ao longo deste texto: as transformações políticas e sociais no Brasil, através da divulgação de pesquisas dedicadas a essas questões, mas também através das seções Opinião e Fórum; as transformações digitais, através da construção progressiva, ainda que inacabada, de uma plataforma digital mais atraente, interativa e acolhedora de formatos como vídeos e imagens; e as transformações no sistema internacional acadêmico, num trabalho ativo de abordagem direta desses temas através de contribuições específicas, mas também pelo convite de pesquisadorxs de circuitos menos comuns às nossas circulações acadêmicas. Ainda quanto a este último ponto, sublinhamos que em grande medida, a concepção da revista se inspira na experiência editorial indiana, exemplificada nas seções anteriores deste texto.

Mas, acima de tudo, *Novos Debates* tem sido um projeto de discussão pública de temas importantes para o cenário social atual e para as ciências sociais contemporâneas. Afinal, a história de nossa disciplina no Brasil nos revela que ambas têm frequentemente caminhado juntas.

Inicialmente, a publicação foi concebida como um periódico da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) destinado a estudantes e jovens pesquisadorxs, o que nos parecia uma tarefa de grande importância e que poderia render muitos bons frutos para o campo como um todo. Mais do que um espaço para que estudantes pudessem “se formar” na atividade de publicar, ou onde pudessem “divulgar suas pesquisas”, *Novos Debates* buscou mostrar que jovens pesquisadorxs têm produzido reflexões inovadoras e fulcrais para a renovação de nossa disciplina, sobretudo diante das transformações sociais anteriormente mencionadas. *Novos Debates* buscou responder, portanto, a este desafio colocado pelo

---

<sup>13</sup> Xs editorxs do primeiro número de *Novos Debates* são Vinicius Kauê Ferreira (Editor Geral), Gleicy Mailly da Silva e Guilherme André Aderaldo (Editorxs da seção “Fórum”). Para acessar a revista: [novosdebates.abant.org.br](http://novosdebates.abant.org.br).

campo atual das ciências sociais e do mundo no qual elas se inscrevem, pois isso significa dizer que devemos repensar *de que modo* podemos dar vazão e potencializar essas novas linguagens e veicular os debates latentes.

Na prática, este projeto não pode se constituir senão a longo prazo, e por isso é preciso sublinhar que *Novos Debates* avança progressivamente no sentido de se transformar neste espaço de controvérsias, de inovação digital, aberto à diversidade epistêmica. Concretamente, podemos citar, por exemplo, os altos custos da construção de plataformas eletrônicas mais inovadoras, interativas e acolhedoras para formatos como som, imagem e mesmo outras linguagens possíveis.

O formato proposto, de textos mais curtos, permite uma circulação mais eficaz de ideias e de divulgação de pesquisas; e os resultados têm sido muito bons. Trata-se de um formato pouco usual para periódicos e que tem se mostrado um desafio mesmo para nossos autorxs, que precisam se dedicar à árdua tarefa de construir textos sucintos. Mas entendemos que, nesse quesito, *Novos Debates* cumpre um papel de complementaridade às revistas tradicionais, com artigos acadêmicos tradicionais, na medida em que a proposta aqui é de ensaio, divulgação e circulação de pesquisas, discussões e novas ideias. Neste sentido, pensamos que seções como Opinião e Fórum têm sido capazes de potencializar essa proposta, sendo que a primeira tem veiculado reflexões importantes sobre novos desafios teóricos e institucionais para a antropologia brasileira, enquanto que a segunda, além de cumprir este mesmo papel, tem sido capaz de reunir pesquisadorxs em torno de questões a serem debatidas coletivamente.

A seção Composições, inaugurada no último número (n.3) de *Novos Debates*, é certamente uma das principais contribuições do periódico para o campo das ciências sociais no Brasil. No momento em que revistas eletrônicas substituem progressivamente as revistas impressas, parece-nos evidente que elas devem incorporar a suas edições formatos como o audiovisual. E não apenas porque a produção antropológica nesse campo é crescente, mas porque ela se consolida cada vez mais enquanto linguagem própria de transmissão de saber etnográfico e possui cada vez mais sentido às novas gerações de antropólogxs, que iniciam sua formação hoje já integradxs ao mundo da produção audiovisual. A resistência à inserção desses formatos na concepção editorial de revistas acadêmicas pode se justificar por argumentos como as dificuldades implicadas para os sistemas de avaliação, como o Qualis CAPES, o que não deixa de ser verdade. Entretanto, faz sentido conformar a reflexão

mesma das ciências sociais a modelos de avaliação que sabemos estarem pautados em disciplinas outras?

Em suma, acreditamos que cada vez mais a interpretação teórica transformadora, que tem caracterizado as ciências sociais engajadas no Brasil, demanda esta renovação em termos de comunicação e de quadros teóricos. Entendemos, contudo, que quadros conceituais importados não têm sido eficazes para pensarmos nossas transformações e que, por esse motivo, debates teóricos realizados em contextos outros, pouco conhecidos aqui, mas igualmente complexos, podem representar um salto em nossas reflexões sobre temas centrais para nossa disciplina hoje. Nosso engajamento avança, por isso, no esforço de construção de plataformas mais interativas e ágeis na comunicação de ideias, acompanhadas de uma renovação epistemológica e de debates entre tradições periféricas.

#### **Referências Bibliográficas:**

CANCLINI, Nestor Garcia; CRUCES, Francisco; POZO, Maritza Urteaga Castro. Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales: prácticas emergentes en las artes, las editoriales y la música. Barcelona/Madrid: Editorial Ariel/Fundación Telefónica, 2012.

DIMINESCU, Dana; WIEVIORKA, Michel. Le défi numérique pour les sciences sociales. Socio, Paris, n.4, pp. 9-17, 2015.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n.87, Julho/2010, p. 77-95.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes, Cadernos Pagu, Campinas, n.42, janeiro-junho de 2014:201-248.

THIBAUT, Françoise; MABI, Clément. Le politique face au numérique: une fascination à hauts risques. Socio, Paris, n.4, pp. 161-173, 2015.



## Reflexões sobre o sistema de avaliação e classificação dos periódicos científicos brasileiros

Jean Carlos Ferreira dos Santos<sup>1</sup>  
Mônica Frigeri<sup>2</sup>  
Marko Synésio Alves Monteiro<sup>3</sup>

### Introdução

As métricas de produção científica fornecidas por bases de dados bibliográficas são objeto de crescente preocupação das políticas de Ciência e Tecnologia (C&T), e diversos países vêm desenvolvendo ações voltadas para a melhoria dessas métricas, especificamente daquelas relacionadas ao número de artigos veiculados em periódicos científicos indexados nessas bases. Por outro lado, a forma como a avaliação da produção científica vem se utilizando das métricas produzidas a partir das bases de dados bibliográficas é alvo de muitas críticas. As principais críticas dizem respeito a não adequação do modelo predominante de avaliação da produção científica, o qual tem sido baseado principalmente em métricas de citações como forma de se verificar o impacto científico.

Um dos problemas centrais que a predominância do modelo de avaliação do impacto coloca, e que pretendemos discutir nas próximas páginas do presente artigo, é que ele enquadra às práticas de publicação a fim de estabelecer padrões que possam ser mensuráveis, desconsiderando que as diferentes áreas do conhecimento possuem práticas de publicação substancialmente diferentes entre si, traduzindo-se em uma série de distorções no sistema de avaliação e na compreensão da dinâmica da ciência. Tais distorções, conforme buscamos abordar ao longo do texto, impõem noções de qualidade à comunidade científica que não são universalizáveis entre as áreas, condicionando de forma negativa a produção científica nacional.

Argumentamos aqui que a avaliação da ciência, ainda que necessária, precisaria desenvolver formas de julgamento e mensuração da atividade científica mais refinadas, que levem em conta a diversidade de práticas de publicação, sem perder de vista que a própria avaliação da ciência ajuda a direcionar a prática científica. Sendo assim, ela precisa ser

---

1 Doutorando no Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp. Contato: jeandossantos@ige.unicamp.br

2 Secretária Executiva da Revista Brasileira de Inovação e Professora do Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas. Contato: monicafrigeri@ige.unicamp.br

3 Professor no Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp. Contato: markosy@uol.com.br



reflexiva sobre os efeitos que causa no sistema, ao invés de ser pensada como métrica simples e direta, que pode ser incorporada de forma linear às políticas científicas.

### **Como medir e avaliar a ciência?**

O sistema científico possui uma importância vital para a inserção e participação efetiva de um país na sociedade do conhecimento (VELHO, 2008). Nesse contexto, existe um crescente investimento na medição e avaliação da produção científica a fim de verificar o seu desempenho em diversas variáveis, que incluem a formação de recursos humanos, a produção de conhecimento relevante e a sua disseminação. Avaliar o esforço científico de um país, de uma instituição ou mesmo de um pesquisador, exige ainda a construção de conceitos de qualidade e excelência (parâmetros que permitam a comparação e a avaliação do conhecimento) que condicionam os rumos da ciência propriamente dita. Tendo em vista que a C&T são consideradas fatores fundamentais para o desenvolvimento de um país e que os custos com essas atividades tendem a ser crescentes, a avaliação científica, através dos indicadores de C&T, é utilizada para auxiliar na formulação de políticas e tomada de decisões para a alocação de recursos e identificação de competências e necessidades (BAUMGARTEN, 2004).

A avaliação da produção científica publicada em periódicos constitui uma das formas básicas de avaliação de qualidade científica e desempenho acadêmico, pois os periódicos têm o importante papel de servir como um meio de comunicação e divulgação do conhecimento científico produzido, além de serem uma espécie de arquivo da ciência e permitirem conferir o mérito científico e atribuir reconhecimento aos autores (STUMPF, 1998; MEADOWS, 1999). Do ponto de vista da operacionalização das avaliações, a indexação em bases de dados bibliográficas é um atributo essencial para a qualificação dos periódicos e para avaliar o impacto da produção científica que eles veiculam. Assim, quanto melhor a posição que detêm nos *rankings* produzidos pelas bases de dados, maior é o prestígio que adquirem na comunidade acadêmica e nos sistemas de avaliação (PACKER, 2014).

Conforme citado por Meadows (1999), uma forma de avaliar a qualidade de uma contribuição científica consiste em verificar o que se convencionou chamar de “impacto” da produção científica. O impacto se refere ao grau de visibilidade que uma contribuição científica obteve no meio acadêmico, representada pelas citações feitas ao trabalho. As citações constituem a forma tradicional de se avaliar a qualidade de um trabalho científico,

pois podem significar que aquele trabalho foi lido e suas informações foram utilizadas de alguma forma, enquanto que a frequência de citações seria representativa do seu impacto na comunidade acadêmica (SANTOS, 2014; MULKAY, 1976; LÉON-OROZCO, 1998).

Seguindo essa premissa, o cientometrista americano Eugene Garfield criou e difundiu na década de 1960, por meio do *Institute for Scientific Information* (ISI), indicadores estatísticos de atividade científica, consolidando uma série de fórmulas e metodologias para avaliar o comportamento da ciência mundial através da quantificação das publicações em canais formais. As métricas fornecidas pelo ISI passaram a ser, desde o momento de sua criação até os dias atuais, as mais utilizadas e influentes na constituição das avaliações científicas no mundo todo (STREHL, 2003; GUÉDON, 2010; FURNIVAL; HUBBARD, 2011).

Entre os serviços oferecidos pelo ISI, destaca-se a base bibliográfica *Science Citation Index* (SCI). Essa base indexa os periódicos mais importantes em cada área do conhecimento, buscando com isso fornecer um retrato da ciência “de melhor qualidade” através da inclusão dos títulos mais citados, portanto, de maior impacto científico. O ISI também instituiu a métrica do Fator de Impacto (FI)<sup>4</sup> como principal recurso para identificar, diga-se medir, o grau de relevância de uma publicação e definir um núcleo das publicações mais citadas. A mensuração da relevância da publicação a partir do seu FI corresponde ao cálculo da quantidade de citações recebidas pelo periódico nos dois anos anteriores à avaliação, dividido pelo número de artigos publicados no período.

A autoridade mundial adquirida pela base SCI fez com que o FI se tornasse a métrica mais utilizada nas avaliações de qualidade de publicações científicas, algo que foi reforçado com a criação da listagem de títulos *Journal Citation Reports* (JCR) em 1975. O JCR é outro serviço de informação criado com o objetivo de auxiliar a comunidade científica na identificação dos periódicos mais citados nas diferentes áreas segundo o seu FI e para auxiliar os bibliotecários na avaliação e seleção dos títulos mais relevantes para a coleção das bibliotecas de apoio à pesquisa (THOMSON REUTERS, 2010; STREHL, 2003).

Não demorou muito para que os órgãos financiadores e avaliadores de ciência passassem também a associar a presença de um periódico na SCI a um indicador de excelência científica, definindo assim as fronteiras entre “ciência de qualidade” e “ciência ruim”. Essa fronteira, por sua vez, passou cada vez mais a orientar a distribuição de

---

4 O Fator de Impacto é calculado apenas para periódicos indexados na *Web of Science®* pelo ISI. O cálculo do FI de um periódico é feito da seguinte maneira: se um periódico publicou 185 artigos entre os anos de 2012 e 2013 e recebeu 46 citações a esses artigos no mesmo período. Logo, o FI referente ao ano de 2014 desse periódico é  $46/185 = 0,25$ .

diferentes tipos de reconhecimento em diversos países, como determinar a solidez da trajetória de um pesquisador ou de um grupo de pesquisa; conceder fundos de financiamento; apoiar economicamente um periódico; ou mensurar a eficiência dos gastos em pesquisa e o desenvolvimento de uma instituição ou de uma nação (AGUADO-LÓPEZ et al, 2010).

No entanto, apesar de sua importância, o FI passou a ser bastante criticado pela comunidade acadêmica, principalmente por editores de periódicos científicos que almejam estar entre os melhores classificados. Parte dessas críticas questiona a associação direta entre frequência de citação e qualidade, algo que se consolida nas formas pelas quais o FI é usado em diversos sistemas de avaliação de qualidade da ciência. Em entrevista à Agência FAPESP, por exemplo, Ernesto Spinak (2011), especialista em sistemas de informação e colaborador do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), salientou que os métodos numéricos de avaliação da produção científica não medem a qualidade. O FI, por exemplo, serve para medir as publicações mais citadas e não necessariamente as melhores.

Além disso, diversos autores<sup>5</sup> afirmam que o ato de citar pode ser influenciado por inúmeros fatores: a tendência de autocitação; a barreira linguística; a publicação de trabalhos de revisão, que tendem a ser mais citados que outros tipos de trabalhos; práticas de citação específicas de alguma área de conhecimento (algumas áreas fazem mais citações que outras); citações para cumprir rituais acadêmicos, sem leitura cuidadosa ou são inseridas após a finalização do artigo. O que significa que a premissa de que uma publicação com alto número de citações seja necessariamente de melhor qualidade, é bastante discutível. Por este motivo, torna-se importante colocar em questão essa premissa, tendo em vista que ela orienta sistemas inteiros de avaliação de qualidade e, por conseguinte, orienta a alocação de recursos ou mesmo o investimento em determinadas áreas da ciência em detrimento de outras, como fator único ou privilegiado de tomada de decisão.

De acordo com Velho (2010), é um erro comum eleger uma única dimensão de eficiência como principal e então usá-la como padrão único para fins de avaliação. Além disso, vale destacar que a publicação formal é apenas um dos tipos de comunicação em ciência, uma vez que existem outros tipos de conhecimento científico que deveriam ser considerados na avaliação, como o conhecimento tácito, por exemplo, de difícil mensuração de forma direta por métricas simples como o FI. Ainda que métricas simples e objetivas

---

5 Vanz & Caregnato (2003), Marques (2009) e Velho (2010), por exemplo.

sejam úteis na formulação de políticas e para orientar decisões, essa suposta objetividade mascara por vezes a complexidade de se avaliar áreas estratégicas, qualidade da pesquisa, mérito acadêmico entre outros fatores intrínsecos à atividade científica, tanto individual quanto coletiva.

Contudo, a publicação nos periódicos do núcleo principal (*mainstream*) definido pelo ISI é um indicativo, para os órgãos de C&T, da aproximação ou contribuição da pesquisa feita por uma instituição ou país à ciência tida como de melhor qualidade. Tal entendimento vem se traduzindo em diferentes tipos de estímulos desses órgãos e dos seus sistemas de avaliação no sentido de direcionar os esforços para esse seleto núcleo da ciência. Por esse motivo, a publicação em periódicos de impacto é crescentemente valorizada e recomendada tanto pelos órgãos de C&T como pela própria comunidade de pesquisa.

### **O Sistema Qualis de Avaliação**

O Brasil não está isolado dessas tendências, tendo buscado na última década implementar sistemas de avaliação da pesquisa de qualidade que se baseiam em uma forte correlação entre produtividade, impacto e internacionalização da produção científica nacional nas ações dos órgãos de C&T. A tendência crescente dos pesquisadores brasileiros de buscar publicar em periódicos de impacto internacional está associada à política adotada pelas universidades que, ao serem pressionadas pelos órgãos de financiamento, acabam adotando a “bandeira da internacionalização” a ponto de exercerem forte pressão sobre os cientistas para que publiquem em periódicos de alto impacto internacional.

O principal órgão responsável por estabelecer e executar as ações voltadas para avaliação da produção e produtividade acadêmica é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>6</sup>. O principal instrumento da CAPES utilizado para avaliar e classificar a produção intelectual dos pesquisadores é o sistema de classificação de periódicos “Qualis”. O Qualis é definido como o processo de classificação dos periódicos científicos mencionados pelos programas de pós-graduação do Brasil, utilizando um conjunto de critérios para a diferenciação da produção bibliográfica desses programas. Como produto final, tem-se uma lista com os periódicos científicos mencionados pelos programas de pós-graduação e suas respectivas classificações, em ordem decrescente de qualidade. O Qualis atua como um indicador daqueles que seriam os melhores periódicos

---

<sup>6</sup> Órgão ligado ao governo federal responsável pelo fomento à pesquisa brasileira atuando na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

em cada área do conhecimento, identificando assim os títulos nos quais os docentes e discentes dos programas de pós-graduação devem buscar publicar; em seguida, a CAPES avalia o cumprimento dessa indicação (SANTOS, 2014).

Criado em 1998, inicialmente como uma ferramenta para a diferenciação da produção bibliográfica dos programas de pós-graduação, o Qualis passou a ser considerado um indicador importante no fomento de pesquisas científicas no Brasil, sendo utilizado, por exemplo, como um dos critérios de avaliação nos editais de agências como o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). O Qualis é também utilizado como indicador na avaliação dos cursos de pós-graduação e na progressão de carreira docente. A consolidação do Qualis como um medidor de qualidade passa a ser um processo observável não somente na publicação de pesquisas em periódicos enquadrados nas categorias mais valorizadas de cada área, mas também no financiamento das pesquisas, o que o torna um importante indicador de C&T no contexto brasileiro.

Escobar (2009) afirma que até 2008, o Qualis era dividido em duas categorias de periódicos: nacionais e internacionais; a partir de 2009, com a modificação da política de avaliação, o sistema passou a adotar uma estrutura única, onde os periódicos nacionais “competem” com os periódicos internacionais dentro do mesmo *ranking*. A reorientação da política de avaliação do Qualis está associada à estratégia encontrada pelas coordenações de avaliação de áreas (que totalizam 49) para estimular, através da indicação dos melhores periódicos estrangeiros, os pesquisadores brasileiros a publicarem internacionalmente. Além disso, pretendeu-se com isso instituir um parâmetro de qualidade para que mais periódicos nacionais pudessem alcançar um padrão equiparado às publicações estrangeiras, facilitando a indexação de mais títulos nacionais nas principais bases internacionais.

O efeito da mudança na organização do Qualis foi o rebaixamento de muitos periódicos nacionais que antes eram classificados como os melhores de sua área para categorias mais baixas (ESCOBAR, 2009). Outro resultado foi o uso do FI como critério de avaliação dos periódicos por um número crescente de áreas, consolidando sua centralidade para definir a qualidade no interior do Qualis. Essa uniformização, no entanto, não significa necessariamente uma mensuração mais adequada, pois ignora as diferenças entre as áreas na forma como produzem e socializam o conhecimento, impondo ainda uma versão da internacionalização que precisaria de melhor reflexão acerca dos seus efeitos sobre a produção da ciência nacional.

**Um olhar da sociologia da ciência sobre as práticas de publicação científica**

A sociologia da ciência já discute há décadas a questão de que diferentes áreas disciplinares não possuem os mesmos modos de socialização do conhecimento. Ou seja, as humanidades, por exemplo, possuem práticas de publicação distintas das ciências exatas ou naturais, algo que não pode ser ignorado pelas avaliações (VELHO, 2008, 2010). Não somente os veículos preferenciais de socialização do conhecimento são diferentes em cada uma dessas áreas, como a importância que é dada à visibilidade internacional, mais especificamente à publicação em periódicos estrangeiros, pode variar entre as áreas ou mesmo no interior de uma única área. Se formos analisar as práticas de publicação ao nível micro, perceberemos que as motivações e interesses podem ser muito particulares e variarem até mesmo de cientista para cientista.

É correto afirmar que os pesquisadores privilegiam os canais de comunicação com mais chances de serem lidos e utilizados. Seguindo essa lógica, a opção de publicar internacionalmente, por exemplo, seria orientada pela motivação do pesquisador em transmitir os resultados de pesquisa a uma comunidade de pesquisa internacional. Assim, os pesquisadores recorrem aos periódicos que sejam reconhecidos e facilmente acessados por essa comunidade. O mesmo pode-se dizer da publicação em nível nacional no sentido em que serve para transmitir os resultados de pesquisa que sejam de interesse de uma comunidade local de pesquisadores. Daí a importância dos periódicos locais para a socialização dessa comunidade. Velho (1997) associa essas diferenças de publicação em nível nacional e internacional também em relação ao caráter básico ou aplicado da pesquisa, de modo que há públicos distintos para os resultados provenientes de formas de ciência diferentes. De acordo com essa correlação, a pesquisa básica produz resultados generalizáveis, o que os torna de interesse de uma comunidade mais ampla de pesquisadores, enquanto que a pesquisa aplicada produz resultados de interesse de um público mais específico, em geral o público local e com potencial para aplicar aquela pesquisa.

A lógica da publicação de impacto internacional que permeia as avaliações brasileiras tem produzido efeitos questionáveis não apenas nas ciências humanas, que tradicionalmente possuem um padrão de comunicação científica doméstico, mas também nas áreas aplicadas como ciências agrárias, onde se verifica um esforço crescente dos pesquisadores brasileiros de publicarem em periódicos de impacto internacional, embora se

reconheça que os temas de pesquisa das ciências agrárias estão predominantemente relacionados a questões particulares de uma região, o que se traduz em publicações direcionadas predominantemente a um público local com potencial de aplicação das novas tecnologias e processos aplicadas ao setor agrícola (VELHO, 1997). Santos (2014) aponta alguns dos problemas que decorrem dessa corrida pela internacionalização da produção científica apresentando algumas críticas feitas por pesquisadores brasileiros das ciências agrárias em relação a essa tendência atual verificada na área, como: a diminuição do protagonismo dos periódicos nacionais na veiculação dos melhores resultados de pesquisa produzidos no país e, conseqüentemente, na facilitação do acesso do público nacional a esse conhecimento; a dificuldade dos pesquisadores terem artigos aceitos nos periódicos estrangeiros quando trabalham com temas regionais, o que os leva muitas vezes a adaptarem suas linhas de pesquisa para temas que sejam facilmente publicáveis nesses periódicos; dificuldade de muitos pesquisadores brasileiros de escreverem em inglês; além disso, a supervalorização da publicação de artigo científico presente nas avaliações acadêmicas ignora que várias subáreas das ciências agrárias (engenharia agrícola, sociologia rural, extensão rural, entre outras) também consideram importantes outros meios de publicação e difusão da pesquisa (comunicação em eventos, publicação em anais, relatórios e revistas técnicas, patentes, etc).

Outro aspecto das práticas de comunicação científica que os sociólogos da ciência enfatizam é o de que há diferenças bastante claras entre as áreas do ponto de vista das práticas de citação (VELHO, 2010; MUGNAINI et al, 2014) que atestam várias das críticas que são feitas à generalização do uso FI. Em razão da relativa integração internacional das ciências exatas, se levarmos em conta o número de artigos de autores brasileiros que publicam em periódicos internacionais, o FI detém um reconhecimento entre os pesquisadores dessa área como a principal referencial na seleção dos periódicos para publicação. De certo modo, o FI é “nativo” das ciências exatas, onde a publicação e o processo referencial das pesquisas ocorrem de uma maneira muito mais rápida, daí a citação ser um parâmetro importante para se medir a repercussão de uma pesquisa. Por essa razão, no âmbito do Qualis, as ciências exatas geralmente utilizam o FI como um dos critérios principais para classificação das publicações. A partir desse contexto surge o grave erro de se querer transpor, sob o mantra da uniformização e da internacionalização, a lógica da citação das ciências exatas para outras áreas esperando-se que todas se comportem da mesma maneira.



Nas ciências humanas, citam-se muito mais livros do que artigos, além do fato de que o tempo decorrido entre o processo de pesquisa, a publicação dos resultados e sua citação/utilização efetiva por outros trabalhos é muito mais longo. Ressalta-se também que os cientistas das ciências humanas utilizam uma variedade maior de canais de comunicação, não apenas periódicos. Em áreas como sociologia, filosofia e educação, o artigo de periódico possui um papel muito mais secundário se comparado à importância que é dada a publicação em monografias, capítulos de livros, além de comunicações em encontros científicos e publicação em anais de eventos. A área de educação, por exemplo, concentra a maior parte da sua produção científica em livros ao invés de periódicos (FRIGERI, 2012). Há também, nas ciências humanas, um importante papel assumido por outras formas de transmissão de conhecimento, tais como cursos de extensão, palestras, produções audiovisuais, intervenções, entre outros. Estas outras formas de socialização, embora importantes, não possuem o mesmo peso ou relevância para os sistemas de avaliação existentes. É o caso de atividades necessárias como a extensão universitária, comumente negligenciada ou colocada em um plano secundário pelas avaliações acadêmicas.

A avaliação da pesquisa precisa ser, portanto, mais reflexiva acerca de seus impactos nas práticas de publicação, assim como também em relação ao modo como interfere nas formas de financiamento e nas carreiras de cientistas. A adoção de um critério padronizado de qualidade, quando ignora as formas como impõe sentidos particulares de qualidade a diferentes áreas, acaba por premiar algumas áreas da ciência em detrimento de outras, não cumprindo o seu papel de mensurar a qualidade e indicar pesquisadores e áreas de maior impacto. O FI, apesar de adequado em algumas áreas e para algumas situações, não deve ser equacionado com qualidade, dada a discussão acima. Da mesma forma, a maneira como a internacionalização é fomentada precisa da mesma forma ser mais reflexiva, a fim de não inviabilizar bons periódicos nacionais ou pesquisas que tenham relação com pautas locais e não apenas internacionais.

### **Considerações Finais**

A complexidade da atividade científica e os efeitos que a avaliação tem sobre o comportamento do cientista e sobre a dinâmica da própria ciência demanda formas de avaliação mais inteligentes. Entretanto, acreditamos que solucionar os problemas existentes nas avaliações da produção científica não está em simplesmente substituir um indicador



com o qual se está insatisfeito por um que seja aparentemente mais “eficiente”. Primeiro, porque as avaliações criam apenas representações imperfeitas de uma realidade, o que implica reconhecer suas limitações inerentes. Por mais completas que pretendam ser, dificilmente serão bem-sucedidas na tarefa de retratar com fidelidade a complexidade que caracteriza a dinâmica da ciência. Desse modo, não existe uma fórmula perfeita para a avaliação da produção científica, devendo-se identificar e compreender os muitos problemas existentes nas fórmulas “prontas”, como a do FI. Segundo, porque a qualidade da avaliação depende muito mais de um sólido fundamento crítico (ou do bom-senso) que oriente sua elaboração e utilização do que propriamente de um indicador numérico.

Esta preocupação foi enfatizada recentemente no Manifesto de Leiden sobre Métricas de Pesquisa, publicado na revista *Nature*<sup>7</sup>, no qual são feitas várias recomendações para orientar a utilização de métricas de avaliação científica na atualidade. Com bastante repercussão no meio acadêmico internacional, o Manifesto de Leiden alerta a comunidade científica sobre as distorções que a proliferação e o uso inadequado das métricas trazem para a avaliação da ciência. Finalizamos este texto elencando os princípios do Manifesto de Leiden para boas práticas em métricas de produção científica, visto que eles respondem, em parte, a questão que fica sobre como elaborar e utilizar as avaliações de produção científica de maneira confiável e coerente, dadas as críticas que apresentamos em relação aos modelos de avaliação predominantes hoje: a avaliação quantitativa deve dar suporte à avaliação qualitativa especializada; manter a coleta de dados e os processos analíticos abertos, transparentes e simples; permitir que os avaliadores verifiquem os dados e as análises; considerar as diferenças entre áreas nas práticas de publicação e citação; reconhecer os efeitos sistêmicos da avaliação e dos indicadores e; examinar e atualizar os indicadores regularmente. Ainda de acordo com o Manifesto, (HICKS et al, 2015, p. 431), “as melhores decisões são tomadas através da combinação de estatísticas robustas com sensibilidade para a finalidade da natureza da pesquisa que é avaliada”. Dito de outra maneira: as avaliações não podem dissociar o elemento quantitativo do qualitativo. Quantitativo e qualitativo são igualmente necessários e complementares.

---

7 Elaborado durante a 19ª Conferência Internacional de Indicadores em Ciência e Tecnologia, realizada na Holanda em Setembro de 2014, o manifesto foi divulgado através de um artigo publicado na revista *Nature* em Maio de 2015. Uma versão em português do Manifesto de Leiden sobre Métricas de Pesquisa pode ser lida aqui: <<http://www.leidenmanifesto.org/uploads/4/1/6/0/41603901/leiden-manifesto-portuguese-br-final.pdf>>.

**Referências Bibliográficas:**

AGUADO-LÓPEZ, E. et al. Limites e potencialidades da avaliação científica: crítica epistemológica à cobertura de bases de dados e à construção de indicadores. In: TARGINO, M. G. L.; FERREIRA, S. M. S. P. (Orgs.). *Acessibilidade e Visibilidade de Revistas Eletrônicas*. São Paulo: Editora Senac, 2010. p. 213-257.

BAUMGARTEN, M. Avaliação e gestão de ciência e tecnologia: Estado e coletividade científica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.70, p.33-56, 2004.

ESCOBAR, E. Ranking coloca revistas científicas brasileiras em 'risco de extinção'. *O Estado de São Paulo*, v. 6, n. 07, p. 2009, 2009.

FRIGERI, M. Entendendo o Qualis: um estudo sobre a avaliação dos periódicos científicos brasileiros. 2012. 149f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FURNIVAL, A. C.; HUBBARD, B. Acesso aberto às publicações científicas: vantagens, políticas e advocacy. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 160-177, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/109>>. Acesso em: Jul. 2015.

GUÉDON, J. C. Acesso Aberto e divisão entre ciência predominante e ciência periférica. In: TARGINO, M. G. L.; FERREIRA, S. M. S. P. (Orgs.). *Acessibilidade e Visibilidade de Revistas Eletrônicas*. São Paulo: Editora Senac, 2010. p.21-77.

HICKS, D. et al. The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature*, v. 520, p. 429-431, 2015. Disponível em: <<http://www.nature.com/news/bibliometrics-the-leiden-manifesto-for-research-metrics-1.17351>>. Acesso em: Jun. 2015.

LÉON-OROZCO, E. M. Sistema de recompensa na ciência: especificidades e condicionantes em algumas áreas do conhecimento. Tese de doutorado (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

MARQUES, F. A escala da discórdia. In: *Revista FAPESP*, edição 160, 2009.

MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999.

MUGNAINI, R.; DIGIAMPIETRI, L. A.; MENA-CHALCO, J. Comunicação científica no Brasil (1998-2012): indexação, crescimento, fluxo e dispersão. *Transinformação*, v.26, p. 239-252. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/2629>>. Acesso em: 20/07/2015.

MULKAY, M. The mediating role of the scientific elite. *Social Studies of Science*, v.6, n. 3/4, p. 445-470, 1976.

PACKER, A. L. A eclosão dos periódicos do Brasil e cenários para o seu porvir. *Educação e Pesquisa*, v.40, n.2, p. 301-323, 2014.

SANTOS, J. C. F. Estudo sobre o movimento *Open Access* e de suas implicações para a comunicação na ciência. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SPINAK, E. Ciência em valores: entrevista com o cientista uruguaio Ernesto Spinak. *Jornal da Ciência*. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=13010>>. Acesso em 18/01/2011.

STREHL, L. O fator de impacto do ISI ea avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. *Ciência da informação*, v. 34, n. 1, p. 19-27, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v34n1/a03v34n1.pdf>>. Acesso em: jun. 2015.

STUMPF, I. R. C. Periódicos científicos. Documentos ABEED – Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação, 1998.

THOMSON REUTERS. The Thomson Reuters Impact. 2010. Disponível em: <<http://wokinfo.com/essays/impact-factor/>>. Acesso em: 13 Mai. 2015.

VANZ, S.; CAREGNATO, S. Estudos de Citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. *Revista Em Questão*, vol.9, n.2, 2003.

VELHO, L. A ciência e seu público. *TransInformação*, v.9, n.3, p. 15-32, 1997.

\_\_\_\_\_. Ciências, publicações e avaliações. In: HOFFMANN, W. A. M; FURNIVAL, A. C. (Org.). *Ciência, tecnologia e sociedade*. São Carlos: Pedro & João Editora, p. 9-20, 2008.

\_\_\_\_\_. Cuidado com os rankings científicos. *Prometeu.com.br*, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.prometeu.com.br/bb-lea.asp>>. Acesso em 15/05/2011.

## Gestão de periódicos científicos em ciências sociais: uma experiência

Maíra Baumgarten<sup>1</sup>

**Resumo:** A análise das condições em que se desenvolvem as atividades de edição de periódicos na área de ciências sociais no Brasil remete a algumas questões estratégicas para o funcionamento desses instrumentos de disseminação e circulação de conhecimentos, dentre elas a gestão e as políticas editoriais. O presente artigo coloca em discussão problemas referentes à avaliação, financiamento e profissionalização das atividades de gerenciamento dos periódicos nacionais, abordando algumas políticas editoriais e de financiamento para o setor, existentes no país, tanto em âmbito federal (agências) como institucional (editores). A partir da experiência de 17 anos a frente da edição em um periódico são debatidas, de forma genérica, condições e infraestrutura disponíveis para os periódicos e as políticas institucionais e suas falhas. O artigo finaliza com considerações sobre a importância da troca de experiências entre editores da área em encontros promovidos durante o Congresso Brasileiro de Sociologia. Faz ainda uma rápida avaliação referente à crise atual que os periódicos atravessam com a falta de repasses de recursos das agências, que demonstra a sua fragilidade e a precariedade das políticas nacionais e institucionais de suporte à circulação de conhecimentos através das revistas científicas.

**Palavras-chave:** Gestão de periódicos, políticas editoriais

### Introdução

As revistas científicas e de divulgação são instrumentos estratégicos para a circulação dos conhecimentos produzidos nas instituições de pesquisa e, como tal, se constituem em objeto de formulação de políticas e de avaliação em âmbito internacional e nacional por órgãos de gestão e fomento à pesquisa, ao mesmo tempo em que desenvolvem políticas editoriais próprias.

Apesar de os periódicos científicos se constituírem em importantes meios de circulação de conhecimentos e de formação de redes de pesquisadores as atividades editoriais não têm sido adequadamente valorizadas nas instituições de pesquisa e, de forma geral, os cientistas sociais enfrentam inúmeros desafios para editar seus periódicos (CAMPOS, 2014; BENCHIMOL, CERQUEIRA, PAPI, 2014).

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Coordenadora do Laboratório de Divulgação de Ciência, Tecnologia e Inovação Social (LaDCIS) e Editora da Revista Sociologias (PPGS-UFRGS).

As condições em que se desenvolvem as atividades de edição na área de ciências sociais no Brasil remetem a diversas questões estratégicas para o funcionamento dos periódicos. As políticas de financiamento, os parâmetros de classificação das revistas, a utilização de critérios bibliométricos externos e a situação da infraestrutura institucional oferecida a editores e periódicos são temas centrais na discussão sobre a profissionalização da gestão de periódicos no Brasil.

Algumas das exigências em termos de internacionalização de periódicos, relacionadas com orientações das agências de fomento e de bases de dados (parâmetros utilizados para a classificação das revistas, métricas usadas em sua avaliação) indicam a necessidade de ampliar o debate, o que faremos a seguir abordando, a partir de uma experiência concreta, as políticas e rotinas de gestão dos periódicos e seus crescentes desafios em termos da profissionalização das equipes, as políticas institucionais relativas à edição e acontecimentos recentes das políticas nacionais de financiamento dos periódicos.

### **Os periódicos, gestão e políticas**

A edição não tem sido muito valorizada nas universidades brasileiras, instituições em que as principais atividades são a docência e a pesquisa e que até meados do século passado tiveram como principal fonte de circulação do conhecimento os congressos e encontros e em alguns casos, livros.

Somente a partir dos anos 1980, e 1990 com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, o relativo fortalecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (no Ministério da Educação) e o incremento dos programas de pós-graduação, as atividades de divulgação e disseminação do conhecimento produzido nas universidades passaram a encontrar apoio em políticas específicas nas agências. Nas instituições de pesquisa, entretanto, essas atividades permaneceram secundárias e a iniciativa de seu desenvolvimento ficou a cargo principalmente dos Programas de Pós-graduação e de algumas unidades das instituições, tais como departamentos ou faculdades.

Os principais periódicos na área de ciências sociais são relativamente recentes: A revista Dados do IUPERJ, uma das mais antigas iniciou em 1966, mas está disponível digitalmente apenas a partir de 1996, A Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS (ANPOCS) teve início em 1986, a Tempo Social (USP) em 1989 e Sociologias, que sucedeu os Cadernos de Sociologia, na UFRGS, em 1998

(<https://sites.google.com/site/sociologiasemrevista/revistas-a1> acesso em 20 de setembro de 2015).

Se, de forma geral, as instituições não têm políticas editoriais abrangentes que apoiem e viabilizem a edição de periódicos, em alguns casos há programas de apoio à edição de periódicos (a Universidade Federal do Rio Grande do Sul é um exemplo) que dão algum suporte para a produção das revistas através da destinação de bolsista, impressão, editoração e treinamentos nas plataformas de acesso aberto (<http://www.ufrgs.br/propesq/programas/apoio-a-edicao-de-periodicos/apresentacao-do-paep> acesso em 20 de setembro de 2015).

A carência de pessoal técnico e de espaço nas universidades reflete-se nas revistas que, muitas vezes, não têm funcionários permanentes, apenas bolsistas, e têm espaço físico inadequado às suas atividades. Desta forma, o que vem possibilitado a existência e permanência de alguns periódicos importantes para sua área e com uma produção significativa são as políticas de fomento das agências nacionais como CNPq e CAPES, algumas agências estaduais (FAPs e fundos estaduais de ciência e tecnologia) e projetos como o da SciELO, uma biblioteca eletrônica que disponibiliza periódicos científicos e vem desempenhando um importante papel na qualificação dos periódicos brasileiros. (<http://www.cnpq.br/web/quest/sobre2>. Acesso em 20 de set 2015).

A Scientific Electronic Library Online - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. Com o avanço das atividades do projeto, novos títulos de periódicos foram sendo incorporados à coleção da biblioteca (<http://www.scielo.br/?lng=pt>, acesso em 20 de setembro de 2015). Há uma política para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil que prevê uma série de critérios e procedimentos de avaliação dos periódicos candidatos a participarem na biblioteca eletrônica ([http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios\\_SciELO\\_Brasil.pdf](http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios_SciELO_Brasil.pdf) acesso em 20 de setembro de 2015).

Não obstante as muitas dificuldades para a edição de periódicos esses têm desempenhado um papel cada vez mais estratégico na circulação do conhecimento e na formação de redes nacionais e internacionais. São também muito importantes para os programas de pós-graduação ajudando a mostrar e qualificar sua produção. Os periódicos, assim como os programas são avaliados e hierarquizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que criou um aplicativo para avaliação dos periódicos utilizados pelos programas de pós-graduação: o Qualis Periódicos, que estabeleceu um conjunto de níveis: A1 e A2; B1 a B5 e C para classificar as revistas. Os critérios são definidos dentro das áreas e também a classificação pode ser diferente de área para área, justamente pela diferenciação dos critérios. Assim uma mesma revista pode ser classificada como A1 em sua área e como B5 em outra área.

A seguir traremos um pouco da experiência de atuação em um periódico, objetivando aprofundar alguns dos pontos acima abordados.

### **Um caso concreto de gestão: Sociologias**

A Revista Sociologias, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS foi criada em 1998, sucedendo os Cadernos de Sociologia, publicação anterior do programa. Sociologias foi pensada, desde seu início, dentro das regras da CAPES (agência responsável por avaliar os programas de pós-graduação e seus periódicos), o que possibilitou que, rapidamente, entrasse no programa de apoio à edição do CNPq e também na SciELO. Esse aporte de recursos (do CNPq) apesar de pequeno foi fundamental para a manutenção e desenvolvimento da revista, assim como o prestígio conferido pela presença na SciELO e a possibilidade de ser disponibilizada também em formato digital praticamente desde seu início.

Ao mesmo tempo, as exigências da base SciELO em termos de qualificação da revista e alguns projetos como a Scielo Social Science que disponibilizou versões em inglês de algumas revistas selecionadas possibilitaram crescimento e qualidade e conferiram visibilidade ao periódico.

Por outro lado, havia na Comissão Editorial da revista a clareza sobre sua importância para a disseminação de conhecimentos na área, a interligação com outros programas e cientistas sociais, a formação de redes de pesquisadores no Brasil e na América-Latina, bem como sua importância para o próprio Programa que passou, nesse período do nível 5 para o 7 na avaliação da Capes.



Havia também, desde o início, na UFRGS, um Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP) Científicos, que tinha recursos advindos da administração central, mas também de patrocínio externo. Este programa foi muito importante, pois viabilizou a manutenção da versão impressa da revista e o apoio logístico com bolsistas e treinamentos na Plataforma SEER UFRGS que foi implantada a partir do PAEP.

Durante os 17 anos de existência da revista os principais problemas enfrentados foram: a aprendizagem relativa aos processos editoriais, seu desenvolvimento, implantação, registros, criação e manutenção dos cadastros de pareceristas, criação e manutenção de rotinas editoriais e tudo isso acrescido da grande dificuldade de gerir um periódico apenas com dois editores e um bolsista (sem funcionários).

Durante esse período a atividade editorial no país sofreu grandes mudanças com a possibilidade do acesso aberto e o desenvolvimento de instrumentos como a Plataforma SEER, que possibilitou a disponibilização *on line* dos periódicos e trouxe consigo programas de gerenciamento dos mesmos. Também a própria SciELO desenvolveu seu programa de gerenciamento, instrumentos que dão suporte e apoio ao editor mas que precisam ser aprendidos e para os quais editores, bolsistas e funcionários precisam ser treinados.

Por outro lado não há (ainda) políticas de valorização das atividades editoriais e de reconhecimento das mesmas nas rotinas de avaliação institucional (no programa, na unidade ou na universidade) e apenas recentemente esse reconhecimento passou a existir (de forma ainda tímida) nas agências de fomento (através das abas de participação em comitês editoriais e de edição no CV Lattes).

Dessa forma a atividade editorial, que é estratégica no sentido da circulação dos conhecimentos produzidos e do apoio a formação de redes de pesquisadores e ampliação do âmbito de divulgação do que é produzido nas universidades e instituições de pesquisa, vem sendo uma atividade a mais para o pesquisador (que o sobrecarrega e para a qual há pouco reconhecimento institucional) que precisa lidar com processos extremamente complexos de gestão e edição com um mínimo de apoio e, muitas vezes, com recursos escassos. Os editores também tem a seu cargo (juntamente com a Comissão Editorial) a formulação da política do periódico e de suas rotinas.

Além dos processos avaliativos internos (programa de apoio aos periódicos, CNPq, Capes) há ainda os processos avaliativos dos indexadores internacionais (Scopus, SocINDEX) e repositórios como Redalyc (Red de Revistas científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal) que apresentam exigências diversas para a inclusão dos



periódicos em suas bases de dados. A adequação do periódico a todos esses processos avaliativos é algo bastante difícil e demanda tempo e conhecimento das diferentes instâncias, critérios e procedimentos.

No caso dos periódicos que estão bem avaliados no Qualis (extratos A1 e A2) há o agravante da grande demanda para publicação que acaba por criar um enorme excesso de artigos e a dificuldade para conseguir avaliadores, aumentando os tempos entre o recebimento e a publicação do artigo.

Um dos mais significativos problemas enfrentado pelos periódicos nos parece ser a profissionalização das equipes editoriais. As atividades de gestão não deveriam ficar em mãos de bolsistas (que trocam toda hora), ou estagiários ou mesmo funcionários sem experiência na área, pois são atividades complexas que exigem conhecimento mínimo da área, bom manejo do Português, contatos cotidianos com pesquisadores, consultores, responsabilidade, confidencialidade e qualificação em gestão. Os editores são também professores, pesquisadores e não têm como assumir o trabalho de gestão executiva, que envolve conhecimento aprofundado dos sistemas de gerenciamento editorial. Por outro lado, a própria atividade de coordenação editorial já é uma atividade bastante absorvente.

Atualmente os periódicos financiados pelo CNPq vêm enfrentando um sério problema que diz respeito ao repasse dos recursos: pela primeira vez desde que passamos a ser financiados pelo CNPq (e depois Capes), o recurso destinado foi interrompido. A metade do montante foi utilizada e, sem qualquer aviso, o restante do recurso não foi repassado ao editor responsável pelo projeto. Assim sendo, algumas atividades essenciais para a manutenção da periodicidade da revista não podem ser efetuadas, dentre elas, a editoração, as capas, revisões e traduções e os arquivos em formato XML, exigência da SciELO.

O problema fica mais sério porque a crise de financiamento é geral e as universidades e programas de pós-graduação também não estão recebendo os repasses ou os receberam com cortes de 75% a 85%, o que dificulta o apoio dos mesmos aos periódicos.

Se essa situação se mantiver o esforço despendido, até agora, para a criação, manutenção e melhoria dos veículos de circulação de conhecimentos na área de ciências sociais no Brasil se perderá, pois as revistas terão problemas para manter a periodicidade e credibilidade, enfrentarão dificuldades com seus fornecedores e correrão o risco de serem excluídas dos indexadores e repositórios internacionais.

Esse conjunto de problemas vem sendo debatido pelos editores da área de Ciências Sociais em encontros que ocorrem em diferentes fóruns como a Reunião Anual da ANPOCS e o Congresso Brasileiro de Sociologia, que tem entre suas atividades o Encontro de Editores em Ciências Sociais, que já está em sua V Edição.

### **Os encontros de editores e as principais questões levantadas**

Entre as principais questões que vêm sendo debatidas em encontros e debates sobre edição de livros e periódicos no Brasil – sua produção e circulação - estão políticas nacionais de gestão e de fomento à edição de periódicos, os processos avaliativos a que esses se encontram submetidos e os movimentos no sentido de ampliar os processos de internacionalização do que é produzido no país, bem como as dificuldades e possibilidades envolvidas nesse processo (SBS, 2013).

A análise do relatório do IV Fórum de Editores de Ciências Sociais aponta diversos problemas no âmbito da edição de periódicos na área de ciências sociais, entre eles: falta de profissionalização das equipes editoriais, responsável, em alguns casos, pela descontinuidade da produção de revistas e pela grande dificuldade de criar novos veículos de divulgação na área de humanidades; dificuldades com relação à avaliação de impacto com base em citações como instrumento de medição de qualidade em ciências sociais; produtivismo crescente com resultados danosos para a qualidade da produção editorial; temas relativos à internacionalização e à cooperação Sul-Sul; os parâmetros do SciELO para avaliação e manutenção das revistas na sua base (SBS, 2013). A essas questões podemos acrescentar a pressão das grandes editoras internacionais para entrar no país e abrir para si o mercado local de edição de periódicos.

Nos debates do V Fórum de Editores de Ciências Sociais (SBS, 2015) essa problemática se manteve e foi acrescida de novas questões como a avaliação de impacto com base em citações. Analisou-se o baixíssimo índice de citações de trabalhos publicados em periódicos nacionais, na área das ciências sociais (em termos internacionais) resultante de limitações relacionadas à língua e aos temas e questões de interesse nos países centrais (ou falta de interesse) nem sempre estratégicos para os países do Sul. Apontou-se a necessidade de promover um debate sobre a questão, com vistas a problematizar seu uso como instrumento de medição de qualidade a buscar alternativas.

Outro problema importante que voltou a ser colocado foi o da internacionalização da produção brasileira, debatendo-se as relações centro-periferia e produção científica, a

questão da dependência acadêmica, das temáticas locais *versus* público internacional. A identidade do debate nacional e a língua também foram abordados. Uma das recomendações foi estabelecer o eixo Sul-Sul e a América Latina como instâncias estratégicas da internacionalização.

O tema dos periódicos científicos e de divulgação em Ciências Sociais é crucial nos estudos que trabalham com a relação ciência, tecnologia e sociedade (CTS), pois os periódicos desempenham um papel importante na conformação de que saber vai ser criado, que conhecimento vai ser construído. Por outro lado, se não tivermos nossa própria reflexão contextual sobre este papel não teremos elementos para problematizar junto a agentes locais (CNPq, CAPES, FAPs estaduais, as próprias coletividades científicas locais e os coletivos em geral) os critérios que concedem "objetividade" a processos de medida de "qualidade" associada a publicações em periódicos classificados de acordo com critérios cuja história em geral desconhecemos e nunca paramos para avaliar.

A qualidade dos periódicos não pode ser separada de seu conteúdo e seus processos de revisão. Uma grande pesquisa pode ser publicada em qualquer lugar e em qualquer idioma. Nossos periódicos são vários, heterogêneos e distintos. Alguns são direcionados para um público leitor amplo, geral e internacional, outros são mais especializados em seu conteúdo e voltados para o público especializado. Seu escopo e público leitor não dizem nada sobre a qualidade de seu conteúdo intelectual (SBS, 2013).

Fazer circular o conhecimento em ciências sociais no Brasil e ajudar no estabelecimento de redes de pesquisadores (internamente e apoiando a relação Sul-Sul) parece ser um bom objetivo para os nossos periódicos e, para tanto, é essencial que os processos avaliativos e classificatórios levem em conta nossas características, necessidades e potencialidades.

A investigação e debate sobre as atividades de edição são estratégicos no momento atual, dada a sua importância para o avanço das Ciências Sociais, para a disseminação do conhecimento produzido em Sociologia, Ciência Política e Antropologia, para a divulgação científica neste campo e para a compreensão social acerca do atual momento histórico de transição entre modos de produção social.

#### **Referências Bibliográficas:**

BENCHIMOL, J.; CERQUEIRA, R.; PAPI, C. Desafios aos editores da área de humanidades no periodismo científico e nas redes sociais: reflexões e experiências. In **Educação e**

**Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 347-364, abril./jun. 2014.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022014061668>.

CAMPOS, V. *Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio*. SciELO em Perspectiva. [viewed 18 september 2014]. Available from:  
<http://blog.scielo.org/blog/2014/08/28/produtivismo-pesquisa-e-comunicacao-cientifica-entre-o-veneno-e-o-remedio/>

<https://sites.google.com/site/sociologiasemrevista/revistas-a1> acesso em 20 de setembro de 2015

<http://www.ufrgs.br/propeq/programas/apoio-a-edicao-de-periodicos/apresentacao-do-paep> acesso em 20 de setembro de 2015

<http://www.cnpq.br/web/guest/sobre2>. Acesso em 20 de set 2015

<http://www.scielo.br/?lng=pt>, acesso em 20 de setembro de 2015

[http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios\\_SciELO\\_Brasil.pdf](http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios_SciELO_Brasil.pdf) acesso em 20 de setembro de 2015

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. *Relatório do IV Fórum de Editores de Ciências Sociais*. In XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador, 10-13 set. 2013. (mimeo).

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. *Relatório do V Fórum de Editores de Ciências Sociais*. In XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre, 20-23 jul. 2015. (mimeo).

## Desafios para os periódicos de Ciências Sociais no Brasil: cenários, atores e políticas<sup>1</sup>

Breno Bringel<sup>2</sup>

Vivemos tempos de profunda reconfiguração do mundo editorial, da divulgação científica e do papel dos periódicos e revistas especializadas. Algumas novidades convivem com conhecidos problemas estruturais. Atores diversos disputam visões, espaços e políticas. No entanto, apesar da relevância do tema, o debate intelectual e público ainda é tímido e nem sempre acompanha a velocidade das transformações. Discutirei alguns desafios e perspectivas para as revistas de ciências sociais brasileiras na atualidade, buscando sempre traçar considerações e tendências gerais *vis-à-vis* os contornos específicos do Brasil. Não tenho nenhuma pretensão de exaustão, mas sim o intuito de problematizar alguns dos elementos que me parecem centrais para avançar em uma agenda crítica e proativa e subsidiar ações e políticas públicas que protejam a autonomia das revistas, a democratização do acesso e o conhecimento como um bem público.

O momento é delicado e crucial e requer um debate coletivo qualificado que não se restrinja somente à cienciometria, incorporando também uma leitura mais sociológica sobre a editoração e a atual conjuntura política e científica. São três os eixos centrais da minha reflexão: a) as principais tendências/cenários dos periódicos científicos e seus paradoxos; b) os atores envolvidos e suas funções e visões; c) as políticas para as revistas, suas limitações e algumas alternativas possíveis.

### Cenários, tendências e paradoxos

O atual cenário das revistas científicas brasileiras – e, particularmente, as publicações de Ciências Sociais – é extremamente ambivalente e está marcado por três grandes paradoxos. O primeiro deles consiste em que os periódicos são cada vez mais

<sup>1</sup> Palestra proferida no dia 21 de julho de 2015 no 17º Congresso Brasileiro de Sociologia da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) na Mesa-Redonda “Gestão, Avaliação e Financiamento de Periódicos Científicos”, composta por Breno Bringel (IESP-UERJ), Anete Ivo (UFBA) e Máira Baumgarten (UFRGS). Embora o texto da fala transcrita tenha sido revisado e ligeiramente modificado, mantém, em geral, o estilo de alocução oral.

<sup>2</sup> Doutor pela Faculdade de Ciência Política e Sociologia da Universidade Complutense de Madri, onde foi professor. Professor-adjunto do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IESP-UERJ. Editor de *openMovements*, uma publicação de Open Democracy (<https://www.opendemocracy.net/od-partnerships/openmovements>) e editor-chefe de *Dados-Revista de Ciências Sociais* (<http://www.scielo.br/dados>). As opiniões contidas nesse artigo são de responsabilidade exclusiva do autor e não expressam necessariamente a visão das revistas das quais é editor.

relevantes, tendo em vista que se converteram em um dos elos mais importantes do sistema de avaliação da pós-graduação nacional, mas, no entanto, são cada vez menos reconhecidos, a julgar pela escassa valorização institucional dada aos editores e o precário, insuficiente e intermitente financiamento público das revistas.

O segundo paradoxo está relacionado ao fato de que, por um lado, assistimos a uma maior profissionalização e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil (com consequências positivas para o grau de especialização e aprofundamento no conhecimento de vários temas); mas, por outro, vivemos uma menor integração intelectual, visível na maior segmentação das agendas de pesquisa e na dificuldade de gerar um circuito intelectual que alimente temas comuns, polêmicas e interações sistemáticas veiculadas em nossas revistas.

Já o terceiro paradoxo vincula-se à convivência entre, por um lado, uma pressão cada vez maior para publicar muito e rápido sem discutir os sentidos do conhecimento produzido e, por outro, um questionamento epistemológico cada vez mais forte sobre as formas de produção e circulação de conhecimento nas ciências sociais contemporâneas (visível, por exemplo, nas teorias pós-coloniais e feministas, entre outras).

Este cenário paradoxal traz consequências importantes para a divulgação e a avaliação científica e ilumina também várias das tensões existentes hoje no cenário das revistas de ciências sociais em nosso país. Ainda no plano do diagnóstico, é importante resgatar que, de acordo com Charles Pessanha, ex-presidente da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) e editor emérito de *Dados – Revista de Ciências Sociais*<sup>3</sup>, os artigos de Ciências Humanas no Brasil estão marcados pelas seguintes características fundamentais: a) são destinados à audiência local; b) são publicados principalmente em português; c) são preferencialmente publicados em livros; e d) possuem, em geral, baixo fator de impacto.

Embora isso venha mudando paulatinamente, não podemos deixar de lado estas especificidades. O problema, contudo, reside em como interpretá-las. Para alguns a saída seria valorizar mais os livros, ampliar os laços com as principais agências e editoras de divulgação da ciência no mundo e superar o localismo e o provincianismo publicando em inglês. Para outros, isso representaria um grave erro político e intelectual, pois poderia levar

---

<sup>3</sup> Palestra intitulada “Revista de Ciências Humanas: principais características”, na Mesa-Redonda “Pós-Graduação e Pesquisa em Ciência Política”, IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Brasília, 4-7 de agosto de 2014.

ao desmantelamento de um debate interno, próprio das ciências sociais do país, unido à impossibilidade de gerar vínculos mais consistentes com outras regiões do mundo que não usam o inglês como primeiro idioma. Abordaremos essa polêmica mais adiante, mas somente depois de identificar e analisar alguns atores e horizontes em disputa.

### **Atores, visões e disputas**

O aumento do número de revistas e do peso das publicações nas avaliações dos pesquisadores e dos programas é crescente. Para compreender adequadamente este cenário, e buscar fórmulas alternativas à atual conjuntura, é preciso examinar brevemente os principais atores envolvidos, suas funções, visões e perspectivas.

*Editoras e Grandes Publishers.* As grandes editoras internacionais como Springer, Sage, Taylor & Francis, Wiley e, principalmente, a Elsevier dominam hoje boa parte do mercado editorial de periódicos do mundo. Possuem, em geral, um discurso que apela à maior profissionalização e divulgação dos periódicos, mas regem-se por uma lógica estritamente comercial e mercantil. Além de cobrar muitas vezes aos próprios autores que devem pagar as denominadas “taxas de processamento de artigos” para verem seus artigos aceitos serem publicados, arrecadam também pelo acesso aos artigos e ao conteúdo dos periódicos<sup>4</sup>. O grupo Reed Elsevier, do qual a Elsevier é parte, está incluído no TOP 100 da Bolsa de Valores de Londres e não para de crescer nas diversas bolsas mundiais, triplicando seus benefícios nos últimos cinco anos. Erigem-se como baluartes da profissionalização, da visibilidade, da internacionalização e do prestígio e interpelam ao bem da “comunidade científica”, enquanto pensam em seus interesses particulares.

Este domínio dos grandes grupos econômicos gera não somente um oligopólio das revistas científicas concentrado no mundo anglo-saxão como também uma visão pretensamente “universal” que acaba por impor critérios, visões e posições que reforçam o que Fernanda Beigel denomina como “dependência acadêmica”, ou seja, a estrutura

---

<sup>4</sup> Apesar da iniciativa pioneira do Portal Capes, que cumpre agora 15 anos, de oferecer acesso completo a artigos de mais de 21.500 revistas internacionais, a maioria do conteúdo das revistas geridas pelas grandes editoras internacionais ainda é inacessível para a maioria dos países periféricos. Ademais, não deixa de ser contraditório, que embora a iniciativa seja louvável e permita aos universitários brasileiros acesso a boa parte da produção científica internacional, contribui, por sua vez, a afiançar os altos lucros destes grandes conglomerados editoriais internacionais. No bojo das inúmeras parcerias público-privado hoje existentes, trata-se mais uma vez do dinheiro público enriquecendo alguns poucos grupos.

desigual de produção e circulação de conhecimento a nível mundial<sup>5</sup>. Nesta lógica, que evoca a teoria da modernização, as revistas da periferia mundial deveriam cumprir determinados critérios para conseguir ter reconhecimento e qualidade “internacional” e algum dia, talvez, unir-se ao seleto clube de revistas de “prestígio”. Mais que isso: para abrir novas cotas de mercado nos países periféricos estão sendo usadas diferentes estratégias de *lobby*, inclusive de desqualificação preconceituosa e etnocêntrica, contra iniciativas que resistem a uma perspectiva mercantil de gestão da editoração<sup>6</sup>.

Neste jogo assimétrico, editoras de pequeno e médio porte, que não necessariamente se encaixam nesta mesma lógica, têm uma dificuldade enorme para sobreviver. As próprias editoras universitárias brasileiras, que poderiam apoiar bastante as revistas de suas respectivas instituições com uma vocação mais pública, tampouco entram nesta disputa e se restringem basicamente à edição de livros.

*Indexadores e repositórios.* Alguns destes grandes grupos econômicos possuem suas próprias bases de dados de resumos e citações de literatura científica, como é o caso do Scopus, produzido pela Elsevier. Isso gera muitas vezes um círculo vicioso no qual os critérios sugeridos para quantificar o impacto da produção científica acabam beneficiando estes próprios grupos e sua visão mercantil do conhecimento científico. Independente do peso direto destes conglomerados, a cienciometria consolidou-se, a partir de seus indicadores e índices bibliométricos, na principal ferramenta para inferir a qualidade e o impacto dos periódicos. Nada contra. No entanto, não podem ser considerados como elementos “neutros” nem podem ser a única forma de avaliar os pesquisadores e nossas revistas. Não seria possível incluir critérios sobre qualidade e impacto mais multidimensionais e contextuais que incluam também outros elementos mais qualitativos e relacionais?

Poderíamos dividir, como faz Fernanda Beigel<sup>7</sup>, os sistemas mundiais de avaliação científica, entre bases de dados *mainstream*, hegemônicas nas ciências exatas e naturais,

---

<sup>5</sup> BEIGEL, F. (2013) “Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento”, *Nueva Sociedad*, n.245.

<sup>6</sup> O mais visível e recente ataque neste sentido foi o artigo “Is SciELO a publication favela?”, de autoria de Jeffrey Beall que ao mesmo tempo em que desconfia das publicações do países periféricos, não tem nenhum problema em declarar sua aversão ao acesso aberto. O texto e várias reações de editores podem ser lidas aqui: <http://peloscielo.org>

<sup>7</sup> BEIGEL, F. (2013) “David y Goliath. El sistema académico mundial y las perspectivas del conocimiento producido en la periferia”, *Prohistoria: Pensamiento Universitario*; 15(5), p.15-34



como o ISI/Thomson Reuters; e outras *alternativas*, que buscam se aproximar mais às realidades locais, nacionais e regionais, ao mesmo tempo que advogam explicitamente pelo acesso aberto, tal como é o caso do SciELO, da RedAlyC e de Latindex<sup>8</sup>. No Brasil, poucas revistas de Ciências Sociais têm acesso ao seleto clube do ISI, mas sua inserção dentro destes sistemas hegemônicos não diminui as hierarquias globais. É nesse sentido que o fortalecimento destas propostas alternativas, a despeito de algumas contradições, torna-se fundamental se quisermos fortalecer um circuito de circulação das ideias mais autônomo e democrático.

*Agências públicas de fomento à ciência, tecnologia e inovação.* Infelizmente, os principais atores públicos na área de ciência, tecnologia e inovação no Brasil ainda não possuem uma política estratégica e de médio-longo prazo que permita apoiar e fortalecer a editoração científica. Mesmo reconhecendo que a divulgação científica é central para a política da ciência e inovação do país, poucos recursos são destinados pelo Ministério de Educação e pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação às revistas nacionais<sup>9</sup>. Deste modo, agências centrais como o CNPq e mormente a CAPES, investem muito menos do que deveriam em nossas revistas.

Boa parte dos critérios assumidos mais recentemente pela CAPES estão em sintonia com as exigências internacionais e do mercado. Mas, são estes os parâmetros que deveriam orientar a busca da qualidade de pesquisas veiculadas em jornais produzidos com recursos públicos? Apesar do grau de especialização e institucionalização das Ciências Sociais ter avançado bastante no Brasil nas últimas décadas, nossas revistas são muito departamentais, artesanais e genéricas. O *Qualis*, por exemplo, ainda é um sistema bastante imperfeito e deveria ser aperfeiçoado para ser menos vulnerável a oscilações e pressões dos próprios interesses dos programas de pós-graduação e das diferentes áreas. Mostra disso são as oscilações significativas das qualificações atribuídas, em áreas bastante afins, à mesma revista. Como explicar, por exemplo, que revistas de longa trajetória e reconhecimento sejam qualificadas como A2 na Área de Ciência Política e como B3 na Área de Sociologia?

---

<sup>8</sup> Para um panorama geral sobre o acesso aberto e as possibilidades de inovação regional das revistas acadêmicas na América Latina, vide: FISCHMAN, G.; ALPERIN, J. P. (2015) *Hecho en Latinoamérica: revistas académicas e innovaciones regionales*. Buenos Aires: CLACSO.

<sup>9</sup> É preciso reconhecer também que outros Ministérios, como o Ministério de Saúde, também contribuem para a divulgação científica, neste caso principalmente com as revistas de saúde coletiva.

Ainda assim, permanece como desafio não somente fortalecer uma política estratégica mais endógena das agências públicas federais, mas também estimular as Fundações Regionais de Amparo à Pesquisa (FAPs) para que se envolvam mais diretamente com a divulgação científica nos diferentes estados, com políticas específicas de profissionalização, financiamento e difusão.

*Editores.* Em meio a todo esse cenário de atores e interesses, os editores são os responsáveis por garantir a integridade da revista, fazendo diversos tipos de mediações internas e externas. No Brasil, apesar do crescente apoio dos conselhos de redação, estão muito sobrecarregados por funções cumulativas que incluem a gestão e acompanhamento do fluxo de artigos, a tomada de decisão sobre a aprovação ou rejeição após as avaliações externas, as relações com os autores e os avaliadores, a busca de recursos e de financiamento etc. O reconhecimento institucional e a formação dos editores são dois desafios centrais no curto prazo, bem como a geração de uma maior ação coletiva entre os próprios editores, que, felizmente, no Brasil, são também pesquisadores, autores e avaliadores e não meros gestores como já começa a se perfilar alhures em algumas revistas consideradas “de ponta”. Se olharmos para os livros, algo semelhante parece ocorrer, tendo em vista a proliferação de editoras com interesse cada vez mais comercial e o desmantelamento de um perfil de editores e de editoras orientadas para a construção do debate intelectual e não somente para os benefícios econômicos.

*Comunidade científica.* Embora seja extremamente difícil delimitar e definir em um sentido estrito a existência de uma “comunidade” científica, as revistas não podem ser entendidas se não examinarmos o campo amplo de cientistas, suas relações e instituições que produzem, avaliam e validam o conhecimento e também o criticam e o reproduzem. No caso concreto das revistas, isso passa pela existência de um *continuum* de atores que envolve os autores, os pareceristas anônimos ou avaliadores externos e os leitores. Todos eles, junto às instituições e às associações científicas, são essenciais para a produção e a reprodução do conhecimento e para a geração de propostas, críticas, debates e polêmicas. Também é preciso discutir com maior profundidade em nossos debates o papel desta “comunidade” como um todo. Por exemplo, os avaliadores *ad hoc* cumprem um papel central, mas ainda são muito pouco reconhecidos, tanto individualmente como em uma perspectiva mais global pelos possíveis aportes realizados a um artigo. Igualmente

importante é problematizar as dinâmicas individualizantes e endógenas de produção e difusão do conhecimento que acabam restringindo as possibilidades de uma construção mais coletiva e pública. Infelizmente, pressionada por dentro e por fora, a comunidade científica acaba reproduzindo os critérios hegemônicos (com consequências fortes, inclusive para a saúde dos pesquisadores), ao invés de contestá-los. A consequência mais perniciosa de tudo isso, e das pressões sofridas pelos pesquisadores, é que hoje no Brasil a publicação parece ser vista como um *fim em si mesmo* e não como um *meio* para veicular os resultados de uma pesquisa.

*Atores contestatários.* São muitos e diversos os atores, internos ou externos à divulgação científica, que têm defendido nos últimos tempos o conhecimento como um bem comum<sup>10</sup>. Unido a exemplar defesa do acesso aberto, juntam-se aqui outras iniciativas que não se restringem às revistas científicas *per se* e que incluem, por exemplo, também alguns movimentos de software e de cultura livre que resistem a algumas patentes de propriedade intelectual. A própria divulgação dos artigos para além de um grupo reduzido de pesquisadores, conectando e traduzindo debates e resultados dos artigos para o resto da sociedade é uma demanda importante dos indivíduos e grupos que apostam por uma maior aproximação entre a universidade e a sociedade.

Não podemos querer entrar em um circuito fechado, elitista e mercantilizado que entende o conhecimento e as revistas como um negócio, quando os que estão dentro dele querem sair. De fato, são muitos os cientistas e as universidades dos países centrais que, após viverem as consequências diretas deste sistema autocentrado, têm boicotado e denunciado nos últimos anos a Elsevier e sua perspectiva de divulgação científica<sup>11</sup>. Algumas grandes editoras como a Sage têm inclusive pensado em fazer uma transição paulatina ou, ao menos parcial, rumo ao acesso aberto, além de estabelecer parcerias mais fortes com universidades e associações científicas, dando a elas margem de manobra intelectual e política. Diante destas tendências, ambivalências, pressões e correlações de

---

<sup>10</sup> Para uma genealogia e uma perspectiva dos desafios contemporâneos do acesso livre vide o texto de Jackie Smith recentemente publicado em *Open Movements* (<https://www.opendemocracy.net/jackie-smith/defending-global-knowledge-commons>), bem como os vários *posts* que têm sido divulgados nos últimos dois anos no Blog Scielo em Perspectiva (<http://blog.scielo.org>).

<sup>11</sup> Vale a pena ler, por exemplo, as reportagens sobre o preço da informação publicada em *The Economist* (<http://www.economist.com/node/21545974>) e a chamada da Universidade de Harvard ao acesso livre publicado em *The Guardian* ([http://www.theguardian.com/science/2012/apr/24/harvard-university-journal-publishers-prices?CMP=share\\_btn\\_fb](http://www.theguardian.com/science/2012/apr/24/harvard-university-journal-publishers-prices?CMP=share_btn_fb)).

forças, é preciso repensar nossas políticas de divulgação científica e discuti-las entre nós, editores, mas também com a comunidade científica de maneira geral, já que o debate sobre as revistas envolve a todos e não somente aqueles que vivemos de maneira mais cotidiana a editoração.

### Políticas e desafios

Como consequência das perspectivas traçadas rapidamente até aqui, as revistas científicas têm sido pressionadas recentemente a adotar padrões comuns relativos a três eixos principais: a) profissionalização e gestão; b) avaliação, indexação e impacto; c) internacionalização. São vários, como vimos, os atores e os cenários que influenciam e orientam a definição das políticas concretas sobre cada um destes elementos.

O diagnóstico da situação dos periódicos em Ciências Sociais no Brasil tem sido, em geral, compartilhado por boa parte dos editores, revistas, Fóruns de discussão e, inclusive, algumas autoridades. Alguns dos elementos mais recorrentes nas discussões nas quais tenho participado ao longo dos últimos anos são: a sobrecarga excessiva, a alta rotatividade, a rara formação especializada e o pouco reconhecimento dos editores; o baixo estímulo aos avaliadores; as dificuldades financeiras associadas a um financiamento público que é insuficiente, intermitente e curto-prazista; a escassa profissionalização das revistas científicas; o peso excessivo dado a critérios quantitativos de avaliação que não levam em consideração os diversos perfis de revistas que temos, bem como suas trajetórias, propostas e funções; as problemáticas avaliações nacionais e a falta de critérios que diferenciem a produção científica das Ciências Sociais e Humanas das Ciências Exatas; as dificuldades em divulgar adequadamente os artigos publicados e em gerar diálogos mais abrangentes dentro e fora do Brasil.

Embora estes pontos não sejam os únicos relevantes, abordam uma pluralidade de temas e uma série de desafios proeminentes para as revistas de ciências sociais do Brasil hoje. Recentemente, tanto a CAPES como o SciELO tem buscado definir políticas que se dirigem explicitamente a vários destes gargalos. Algumas são muito bem-vindas e necessárias – como os estímulos à formação dos editores, a defesa do acesso aberto e o fortalecimento da profissionalização e da gestão dos periódicos –, enquanto outros critérios – principalmente os relativos à avaliação, impacto e internacionalização – são menos consensuais e merecem um debate mais aprofundado, pois, como foi muito bem notado pelo Fórum de Editores de Saúde Coletiva, interferem na *autonomia editorial* dos

*periódicos*<sup>12</sup>. Enquanto a política do SciELO é bastante explícita e pode ser consultada no documento “Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil”<sup>13</sup>, a política da CAPES é mais ambígua e vaga, salvo algumas orientações específicas, como ocorre no caso da internacionalização.

No caso do SciELO, os critérios relativos à gestão editorial que devem ser adotados pelas revistas integrantes da coleção entre 2015 e 2016 são relevantes, pois permitem definir melhor o escopo da revista, organizar o fluxo editorial e de produção e visibilizar os periódicos. A política de acesso aberto é reforçada e isso é fundamental em tempos difíceis tanto pela crise política e pelo ajuste fiscal vivido na atual conjuntura, como pelo forte avanço da presença dos grandes conglomerados editoriais internacionais no Brasil. Neste sentido, o SciELO é um reduto importante de resistência a esta perspectiva mercantil, embora sua política de internacionalização esteja ainda muito colada no idioma inglês e alguns efeitos de suas políticas acabam sobrecarregando em demasia os periódicos (caso da descentralização nas próprias revistas da conversão em XML e outras medidas que ampliam os custos editoriais). Em particular, no documento supracitado, o SciELO estabelece as porcentagens mínimas esperadas e recomendadas de artigos publicados em inglês a partir do ano de 2016. A área de Ciências Sociais Aplicadas e a de Humanas têm a porcentagem esperada recomendada mais baixa (30%), enquanto as Biológicas, Exatas e Engenharias chegam a um 85%.

Já as políticas da CAPES são bastante mais incertas. Para além do já mencionado problema de classificação diferenciada em áreas afins (que não segue a orientação de buscar sempre acompanhar a classificação da área de origem do periódico), o *Qualis* não tem conseguido se consolidar como sistema de avaliação sólido, como é possível verificar pelas inúmeras confusões realizadas durante a última avaliação publicada em 2015. Mais preocupante é a política de internacionalização, que caminha na contracorrente do que se esperaria de um órgão público. Em outubro de 2014, a CAPES anunciou um projeto de internacionalização das revistas científicas brasileiras, cuja pretensão é apoiar algumas das

---

<sup>12</sup> Vide a nota do Fórum de Editores de Saúde Coletiva publicada após reunião realizada no dia 18 de novembro de 2014 em São Paulo: <http://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2014/11/Nota-Forum-de-Editores-de-Saude-Coletiva-2014-11-18.pdf>

<sup>13</sup> Acesso disponível neste link: [http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios\\_SciELO\\_Brasil.pdf](http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios_SciELO_Brasil.pdf)

principais revistas brasileiras de padrão internacional para que passem a ser editadas por alguns dos grandes grupos editoriais internacionais<sup>14</sup>.

Destarte, um dos maiores problemas das políticas orientadas às revistas científicas brasileiras reside em sua concepção profundamente restrita e “ocidentocêntrica” da internacionalização. Entendida como ser “parte do clube internacional” ou como mero sinônimo de publicar em inglês, pouco se discute sobre por que, como, com quem e para onde se internacionalizar. Nesta perspectiva, não são contemplados, por exemplo, os espaços geoculturais estratégicos de diálogo internacional de cada revista. Um exemplo: a revista *Dados* recebe uma contribuição considerável de artigos provenientes da América Latina, de Portugal e da Espanha. Este espaço ibero-americano é, portanto, o âmbito de internacionalização mais forte da revista e o espanhol e o português são as línguas francas, conquanto não exclusivas. Publicar um artigo relevante em português de um autor de Portugal ou de Moçambique não seria uma forma de internacionalização? Não podemos, no entanto, resumir o debate sobre a internacionalização ao idioma. Trata-se também de uma questão política, intelectual, de linguagem, de internalização dos debates globais e de geração e fortalecimento de circuitos próprios, nacionais e/ou regionais, ou seja, de nossa própria discussão acadêmica.

Há alternativas e devemos pensar em outros mecanismos, instrumentos e critérios para a internacionalização. Obviamente, isso não significa negar a importância do inglês, mas sim pluralizar nossas lentes e permitir uma maior autonomia de escolha para os próprios periódicos. Neste sentido, a publicação em qualquer outro idioma (e não somente o inglês) deveria ser considerada como um mecanismo de internacionalização. A publicação de autores estrangeiros, mesmo que em português (via traduções de textos relevantes para nossas áreas), também é uma forma interessante de internacionalização via internalização. As redes (comitês internacionais ativos e não meramente simbólicos) e colaborações internacionais (pareceristas estrangeiros), bem como agendas temáticas devem ser estimuladas de acordo com o foco e possibilidade de cada revista. Finalmente, as *políticas de tradução*, mesmo sendo uma das possibilidades mais promissoras e estratégicas para a internacionalização, continuam ainda sem o apoio necessário. Afinal, parece mais sensato traduzir parte de nossa produção a outros idiomas após a publicação original em português

---

<sup>14</sup> Vide a notícia “CAPES anuncia projeto de internacionalização das revistas brasileiras” publicada pela *Folha de S. Paulo*: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2014/10/1541286-capes-anuncia-projeto-de-internacionalizacao-de-revistas-cientificas-brasileiras.shtml>

do que publicar diretamente em inglês ou em outros idiomas, o que, inevitavelmente, geraria um menor grau de penetração interna.

Há critérios e políticas gerais para a gestão e a profissionalização das revistas. Eles são fundamentais para evitar problemas como a endogeneidade, a falta de transparência ou os processamentos eternos de artigos. No entanto, devemos lutar pela autonomia e pela pluralidade das revistas. A *tendência à homogeneização* é uma das consequências mais perversas das atuais políticas para as revistas científicas no Brasil. Tratadas da mesma maneira estabelecemos o mesmo tempo ideal de processamento de artigos para todas as revistas, sem considerar que algumas recebem 50 e outras 500 artigos por ano. Igualmente, se queremos que todas publiquem em inglês (algo crucial para algumas áreas e subáreas, mas não para todas), perdemos a possibilidade de ampliar nossos espaços de interação internacional com vários lugares e debates no mundo, principalmente o latino-americano. Outra face sinistra desta tendência é que os periódicos hoje recebem artigos não tanto pelo escopo e proposta de uma linha editorial determinada (por sinal, cada vez menos delineadas) e sim pela sua nota no *Qualis* e sua posição nos indexadores nacionais e internacionais. A heterogeneidade de revistas, com seus respectivos papéis, públicos e funções reforça e reatualiza, desse modo, o debate entre autonomia e heteronomia e entre centro e periferia<sup>15</sup>.

Em suma, os custos materiais e simbólicos de editar uma revista são cada vez mais expressivos e os desafios enormes. Ao tempo em que discutimos questões estratégicas sobre impacto, qualidade e internacionalização, seria importante tentar avançar em políticas concretas, tais como as mencionadas aqui e outras como o reconhecimento e a profissionalização dos editores (através de bolsas e cursos formativos) e formas de combate ao plágio e ao autoplágio (em aumento, entre outros motivos, pela pressão por publicar) que ameaçam a integridade em pesquisa<sup>16</sup>.

Muitas destas questões já foram discutidas em nosso IV Encontro de Editores em Ciências Sociais realizado no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) de 2013, em Salvador. Voltaremos a discuti-las em breve no 39º Encontro Anual da ANPOCS. Não podemos ser reféns de uma disputa entre revistas e programas de pós-graduação. É

---

<sup>15</sup> BRINGEL, B.; DOMINGUES, J.M. (2015) "Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea", *Caderno CRH*, vol.28, n.73, p.59-76.

<sup>16</sup> Em seu número 3, volume 53 (2010), *Dados – Revista de Ciências Sociais* publicou em português a "Declaração de Singapura sobre Integridade em Pesquisa", desenvolvida em 2010 na II Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa como guia global para a condução responsável de pesquisas.

preciso pensar em termos mais coletivos, estratégicos, abrangentes e de longo prazo, tendo em conta as dificuldades, mas também a diversidade e a heterogeneidade das revistas científicas e o lugar do Brasil dentro de uma geopolítica do conhecimento desigual e assimétrica. Estas são algumas propostas iniciais para o diálogo.



## ARTIGOS

## Reconhecimento e memória: a Festa do Pioneiro e a Associação dos Pioneiros da Marcha para o Oeste

Natália Araújo de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir a produção simbólica de um evento e uma associação que foram criadas para perpetuar a memória cultural de um grupo migrante como memória oficial. Para tanto, baseia-se em pesquisa qualitativa, fazendo uso de entrevistas e observação. O grupo é conhecido como Pioneiro e se localiza no município de Nova Xavantina/MT. Este migrou a partir da política de colonização Marcha para o Oeste, criada pelo presidente Vargas, que estimulava a ocupação de territórios “vazios” (desconsiderando os indígenas já presentes na região, como os Xavante), a partir de um discurso que colocava o migrante como herói nacional. Todavia, com o passar do tempo e a extinção dos órgãos governamentais que os empregavam, esses homens foram aposentados e se instaurou uma crise de identidade, que colocou em relevo a noção de Pioneiro, criando uma comunidade de memória (LIMA FILHO, 1998). Ademais, com a chegada de outro grupo migrante (Gaúchos) na década de 1970, que se mobilizou para criar um Centro de Tradições, os Pioneiros entenderam que era necessário demarcar sua memória cultural e criaram a Festa do Pioneiro da Marcha para o Oeste em 1987 e, no ano de 1993, a Associação dos Pioneiros da Marcha para o Oeste.

**Palavras-chave:** Pioneiros; Festa do Pioneiro da Marcha para o Oeste; Associação dos Pioneiros da Marcha para o Oeste; Memória Cultural; Memória Oficial.

**Abstract:** This article aims to discuss the symbolic production of an event and an association that were created to perpetuate the cultural memory of a migrant group as official memory. This paper is based on qualitative research, using interviews and observation. This group is known as Pioneer and is located in Nova Xavantina/MT. The group analyzed migrated from the settlement policy March to the West, created by President Vargas, who encouraged the occupation of territories "empty" (disregarding the Indians already present in the region, as the Xavante) from a speech that put the migrant as a national hero. However, with the passage of time and the extinction of the government agencies that employed them, these men were retired and established an identity crisis, which highlighted the notion of Pioneer, creating a memory community (LIMA FILHO, 1998). Moreover, with the arrival of another migrant group (Gaúchos) in the 1970s, that mobilized to create a Center for Gaúcho Traditions, Pioneers understood that it was necessary to demarcate their cultural memory and created the Pioneers March to the West Feast in 1987 and in 1993, the Association of the March to the West Pioneers.

<sup>1</sup>Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Bacharela em Turismo pela Universidade do Estado de Mato Grosso. E mail: natalia.oliveira@ufrgs.br.

**Keywords:** Pioneers; Pioneers March to the West Feast; the Association of the March to the West Pioneers; Cultural Memory; Official Memory.

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir a produção simbólica de um evento e uma associação que foram criadas para perpetuar a memória cultural de um grupo migrante como memória oficial da cidade. O referido grupo é conhecido como Pioneiro no município de Nova Xavantina<sup>2</sup>, uma pequena cidade no interior do Mato Grosso e integrante da Amazônia Legal Brasileira.

Esta cidade é fruto das políticas oficiais de colonização criadas pelo governo nacional a fim de expandir a fronteira agrícola brasileira na década de 1940 e, anterior a este contexto, já havia na região indígenas da etnia Xavante, que chegaram entre 1820-1870 fugindo do contato com não índios. Com a criação do projeto nacionalista Marcha para o Oeste, criado pelo presidente Vargas, chegaram à região diferentes migrantes (que ficaram conhecidos posteriormente como Pioneiros), vindos especialmente do Nordeste e de Goiás e, a partir do governo militar, em especial na década de 1970, muitos Gaúchos partiram do sul do país também para esta localidade em colonizações agrícolas, ainda na lógica de ocupação desenvolvimentista para o Centro-Oeste brasileiro.

Para que as migrações de Pioneiros e de Gaúchos ocorressem o governo federal fez uso de discursos que exaltavam esses homens como incentivo para que se mudassem. Nesse contexto, a migração ocorrida durante o governo Vargas foi marcada por um discurso nacionalista que colocava os migrantes como heróis nacionais. Era o período de Segunda Guerra Mundial e, enquanto os pracinhas brasileiros defendiam o Brasil lá fora, os integrantes da Marcha para o Oeste eram os heróis que defendiam o Brasil aqui dentro.

O mito heroico do bandeirante foi reatualizado e esses homens passaram de flagelo social a heróis nacionais. E como heróis nacionais eles se reconhecem. Ganham o título de Pioneiros da cidade e se orgulham dessa identidade. Deste modo, suas narrativas de colonização envolvem a personificação do homem pobre e migrante que se transforma em bandeirante, protagonista de um tempo que era necessário servir à pátria defendendo as fronteiras internas do país em nome de um ideal de modernização trazido pelo governo

---

<sup>2</sup> Nova Xavantina possui, segundo os dados do Censo do IBGE de 2010, 19.643 habitantes (IBGE, 2011) e fica a 635 quilômetros da capital do estado, Cuiabá.

Vargas. Assim, para o Pioneiro, sua migração foi fundamental para o desenvolvimento do país, sendo este o discurso para incentivar a migração.

Os Gaúchos, que também foram ao Mato Grosso a partir de políticas de colonização, igualmente foram alvo de discursos criados com o objetivo de estimular a migração. Para tanto, afirmava-se que era indispensável sua presença no Estado a fim de trazer o progresso e o desenvolvimento, visto que o local era habitado por homens ociosos e sem iniciativa. Logo, os Gaúchos eram os únicos que levariam o progresso ao Mato Grosso, por serem filhos de imigrantes italianos e alemães e assim saberem trabalhar e conhecerem o valor do progresso. Tal como no caso dos Pioneiros, a narrativa do gaúcho migrante como exemplo do trabalho e do progresso também faz parte de sua memória cultural. E, pensando ainda no contexto histórico do município, vale lembrar que, quando da chegada dos Pioneiros, já havia no local os indígenas Xavante, que reivindicam o reconhecimento de sua memória cultural como a verdadeira memória da cidade.

Essas três memórias entram em conflito como memória oficial da cidade, visto que os Xavante se entendem como os verdadeiros pioneiros do município, os Pioneiros afirmam que cumpriram uma missão patriótica de desbravar o país e por isso merecem esse título e, para os Gaúchos, foram seus valores de progresso e de trabalho que fizeram Nova Xavantina crescer e desenvolver, por isso, para ser justo, eles sim são os pioneiros da cidade.

Para mostrar as estratégias criadas – como uma Festa e uma Associação - pelos Pioneiros nessa disputa pela memória coletiva como memória oficial, é importante traçar inicialmente a vertente teórica utilizada na presente pesquisa, delineada a partir dos conceitos de memória de Halbwachs, Pollak, Aleida e Jan Assmann e também de identidade, a partir de Jenkins. Em seguida, o trabalho discorre sobre a história dos Pioneiros, a Festa do Pioneiro da Marcha para o Oeste, e a Associação dos Pioneiros da Marcha para o Oeste (APMPO).

Ressalta-se que a presente pesquisa é qualitativa, tendo usado como método a etnografia, que tem como objetivo entender o outro, compreender sua visão de mundo. Aliada a esta, utilizou-se como técnica para a coleta de dados a observação participante, processo pelo qual se mantém a presença do observador em uma situação social com o objetivo de realizar uma investigação científica (SCHWARTZ; SCHWARTZ apud CICOUREL, 1975). Também se fez necessária a realização de entrevistas, visto que elas

permitem uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações sobre os comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, 2008).

As entrevistas foram realizadas com membros<sup>3</sup> da categoria social Pioneiros, Gaúchos e Xavantes, e, no caso dos Pioneiros, são contemplados não só membros da associação, mas também os que não participam dessa. Além disso, observações em reuniões da Associação e na Festa do Pioneiro também foram feitas, assim como análise de documentos e de arquivos.

A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2006 a 2010 (realização de pesquisa de campo para o trabalho de conclusão de curso da graduação e de mestrado)<sup>4</sup> e de 2012 em diante, com a pesquisa de doutorado. Para a análise dos dados se utilizou a análise temática, na qual foi verificada a recorrência dos dados nas entrevistas e, em seguida, foram destacados os assuntos mais abordados pelos informantes (GASKELL, 2008).

## 1 - Memória e identidade

Parte-se de Halbwachs (2006) para discutir memória no presente trabalho. Este foi um dos primeiros autores a falar na memória como fenômeno coletivo, anteriormente o debate estava centrado na memória como algo individual e subjetivo, passível de ser mensurada em laboratórios. Ao enfatizar a memória coletiva, o autor ressaltou seu caráter social e explicou que nem mesmo as memórias mais íntimas devem ser pensadas em termos unicamente individuais. Logo, na perspectiva de memória coletiva de Halbwachs, a interação é destacada como ponto central. É por meio da interação que a memória é formada, assim como a identidade.

De acordo com o autor, adquire-se memória à medida que o indivíduo toma como sua as lembranças do grupo com o qual mantém relacionamento, resultando em um processo de apropriação de representações coletivas por parte do indivíduo em interação com outros. Nesse sentido, Halbwachs (2006) enfatiza o caráter interativo e também social da memória.

---

<sup>3</sup> Os nomes de todos os entrevistados foram trocados com o intuito de preservar suas identidades.

<sup>4</sup> O trabalho de graduação foi defendido na Universidade do Estado de Mato Grosso, no curso de Bacharelado em Turismo e teve como título: "Lugares de memória, lembranças e esquecimentos: um novo olhar para o turismo em Nova Xavantina (2006)". Já o mestrado foi realizado no curso de Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com a dissertação intitulada "Xavante, Pioneiros e Gaúchos: identidade e sociabilidade em Nova Xavantina (2010)". O doutorado foi iniciado no ano de 2013 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dois autores alemães, Aleida e Jan Assmann, trazem uma renovação ao campo da discussão da memória, uma espécie de atualização da ideia de memória coletiva de Halbwachs, introduzindo o conceito de memória cultural (WEBER; PEREIRA, 2010).

A memória cultural é composta por heranças simbólicas que podem ser materializadas de diferentes formas: ritos, monumentos, celebrações, objetos, textos, escrituras sagradas e ainda outros suportes mnemônicos que funcionam como gatilhos para acionar significados associados ao que passou. Assim, a memória cultural é “cultivada” pelas gerações e serve para estabilizar e transmitir a imagem que cada grupo tem de si (ASSMANN, J. 1995; 2008).

A memória cultural permite, nos termos de Assmann, J. (apud DOURADO, 2013), “construir uma imagem narrativa do passado e, através desse processo, desenvolver uma imagem e uma identidade de nós mesmos”. Assim, a memória cultural envolve a herança simbólica institucionalizada, a partir da qual as pessoas recorrem para construir suas identidades e se afirmar como integrantes de um grupo. E, para se afirmar como grupo, essas pessoas constroem oposições, baseadas em identificações polarizadas, nas quais há um senso “positivo” (“Nós somos isso”) ou “negativo” (“Essa é a nossa oposição”), lados que delimitam o “Nós” e o “Eles” (ASSMANN, J. 1995). Como afirma Assmann, A. (2011), nós nos definimos por meio do que lembramos e esquecemos. A reconstrução da identidade sempre implica a reconstrução da memória, que se refere ao coletivo e também ao individual.

A identidade é um processo dialético, tanto individual quanto coletivo, no qual o indivíduo interage com o meio social e o meio social interage com o indivíduo. Logo, a construção da identidade é realizada a partir de dois princípios dinâmicos, o da similaridade e da diferença, seja no contexto de interação social ou de institucionalização (JENKINS, 1996).

Pollak (1989; 1992) alia a discussão de memória ao debate sobre identidade ao afirmar que a identidade e a memória são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e também em conflitos que opõem grupos políticos diversos. Para ele, a construção da identidade se constitui como um fenômeno que é produzido em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com o outro. A identidade é vista sob a ótica do contraste, isto é,

“nós somos diferentes deles”. É uma identidade que surge pela oposição, levando em conta processos de interação e também a identidade individual.

Essa ótica de contraste faz surgir as fronteiras que delimitam a pertença aos grupos. São fronteiras simbólicas (BARTH, 2011), um limite que surge quando um grupo mantém sua identidade no momento que seus membros se relacionam com pessoas de fora, o que permite definir e identificar os de dentro e de fora do grupo.

Voltando à discussão sobre memória, Pollak (1989) contribui ao destacar uma espécie de clivagem da memória, dividida entre a memória oficial – uma memória dominante, que se representa a partir da memória nacional, do poder público, que tem força para se representar – e a memória subterrânea - dos excluídos, marginalizados e minorias, isto é, a memória de grupos menores e dominados. Como comentam Araújo e Santos (2007), esta clivagem pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado dominador e a sociedade civil, mas também entre a sociedade englobante e grupos minoritários. São lembranças que muitas vezes se opõem à memória nacional, considerada pelos autores a mais legítima e poderosa das memórias coletivas.

Na mesma linha, Rodrigues (2003) afirma que a memória é um campo de conflito simbólico da sociedade que permite observar o jogo da memória/esquecimento, em geral vencido pelos segmentos sociais dominantes, que podem impor sua memória como a de toda sociedade.

Como Knauss (1999) afirma, as cidades são espaços de lutas ou conflito de poder. Logo, fatos, eventos que são lembrados como importantes para alguns grupos em Nova Xavantina não possuem expressão nos espaços públicos, fazendo parte dos conflitos de poder entre os diferentes grupos culturais locais e o poder oficial.

Vale lembrar que a divisão entre memória oficial e subterrânea não é estanque, isto é, Pollak (1989) deixa claro que as memórias subterrâneas não são inertes e podem aflorar em momentos de crise e em sobressaltos bruscos, de maneira que passem do "não-dito" à contestação e à reivindicação. Estas memórias subterrâneas dizem respeito ao silêncio sobre o passado, o que revela a resistência de uma sociedade aos discursos oficiais. Elas são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e política, de acordo com o autor.

Outra contribuição importante de Pollak (1992) se refere aos elementos constitutivos da memória. Para o autor, a memória é formada pelos acontecimentos vividos

pessoalmente e pelos "vividos por tabela", ou seja, situações experienciadas pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer e, no caso estudado, é comum ouvir narrações de momentos importantes da história da Marcha para o Oeste contadas por homens que não vivenciaram aqueles acontecimento exatamente quando ocorreram, mas que sabem contá-los com se deles tivessem participado.

A memória se representa por meio de rituais, comemorações e emblemas. E, tal como Pollak (1992, p. 4) destacou, quando se procura enquadrar as memórias a partir de datas oficialmente selecionadas para festas, podem ocorrer lutas políticas. Como diz o autor, a memória nacional (neste trabalho se entende que não só a memória nacional, mas também a memória municipal) "constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo". Essa disputa, vista a partir de uma ótica simbólica, pode revelar embates entre grupos a fim de disseminar sua visão de mundo como a oficial, como a memória que deve ser contada.

Ao se discutir sobre identidade e memória cultural (ASSMANN, A., 2011; ASSMANN, J., 1995; 2008) de um grupo de migrantes, como é caso dos Pioneiros da Marcha para o Oeste, é necessário compreender de qual concepção se parte para falar de memória e identidade. Assim, a memória é algo coletivo, que envolve a transmissão de lembranças entre grupos e a interação desse grupo com outros. Nesse momento de interação a identidade se revela como algo contrastivo, no qual um grupo se afirma se mostrando diferente de outro. Porém, a identidade além da ótica contrastiva deve ser vista como algo maleável, aberta às influências que esse contato com os outros proporciona.

## **2- A história dos Pioneiros e a manutenção de sua memória**

A história dos Pioneiros de Nova Xavantina está ligada à história da Marcha para o Oeste. Criada durante o governo Vargas, no ano de 1938, foi uma intensa campanha de migração para o interior do país, no qual estava contemplada a criação de colônias agrícolas nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Paraná e Goiás que seriam "destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas, e excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros" (Decreto N°. 3059 de 14 de fevereiro de 1941 apud ESTERCI, 1977, p. 1). O



objetivo do governo Vargas na Marcha para o Oeste era povoar, de forma organizada, os “vazios demográficos” com o excedente de pobres nacionais, principalmente do Nordeste.

O discurso de Vargas afirmava ser necessário povoar as áreas do Centro-Oeste brasileiro para que não houvesse invasão de outros países e, ele, presidente, como qualquer outro brasileiro, não cederia nenhum palmo desta terra. Sobre o assunto, como bem coloca Cancelli (1984, p. 30), “o sentido da colonização – ligado à brasilidade – é entendido como o dever de colonizar as áreas a fim de preveni-las contra o invasor – ou suposto invasor”.

De acordo com Esterci (1977), o presidente Vargas percorreu vários estados do Brasil estimulando as migrações para estes espaços e nestas viagens afirmava constantemente que “o verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para o Oeste” (VARGAS, 1938, p. 124). Em discurso proferido em Cuiabá, em 1940, o presidente então afirmou que “(...) o programa do ‘Rumo para o Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores de nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura” (ESTERCI, 1977, p. 17). Por meio desses discursos, se percebe o objetivo de construir ou atribuir uma nova identidade para os migrantes que viessem à Amazônia Legal, pois por meio da interação neste novo espaço, estes deixariam de ser os pobres nacionais e transformar-se-iam em construtores da nacionalidade.

Sobre a escolha dos nordestinos como alvo da campanha, Lenharo (1986, p. 97) comenta que nos ombros dos trabalhadores nordestinos foi posta a incumbência de conquistar a Amazônia e incorporá-la ao “todo orgânico” do país. O plano do regime de Vargas era prosseguir a obra de ocupação do Acre que havia sido iniciada por meio da exploração da borracha em anos anteriores. Assim, o passado foi reificado, reinterpretado de maneira a justificar as diretrizes políticas do que ocorria naquele momento. Logo, o nordestino é visto como predestinado a dar continuidade a uma trilha já aberta pelos seus antepassados, a da conquista de novos espaços. Lenharo (1986) ainda pontua que a fome, a seca, o sofrimento aos quais os nordestinos sempre foram impingidos deram lugar a dimensão mítica de uma participação que se torna impositiva, devido ao curso de uma tradição que transforma a migração e a conquista em uma obrigação patriótica.

Acerca da utilização das bandeiras como manipulador ideológico, Esterci (1977, p. 19) comenta que

a Bandeira é um operador semântico adequado, porque já faz parte da memória social do brasileiro como fenômeno meio fabuloso. O que o autor precisa fazer nesse sentido é apenas reforçar esse caráter de fábula, de grandioso, reconstruindo o modelo que convence, não pelo raciocínio crítico, mas sim através do apelo ao caráter de excepcionalidade, a imagens, e a um símbolo já interiorizado. Neste sentido a narrativa associa a bandeira a 'herói', 'gigante de botas de sete léguas' etc.

Por meio dessa literatura se percebe que a Marcha para o Oeste teve caráter altamente ideológico, colocando os integrantes dessa como homens que estariam construindo o país, sendo comparados aos bandeirantes, vistos como heróis modelos a serem seguidos. Sendo assim, a coragem dos desbravadores do sertão precisava ser revivida pelos futuros Pioneiros do Centro-Oeste, mesmo que eles fossem o flagelo da cidade grande e das agruras do Nordeste (CANCELLI, 1984).

Cinco anos após sua criação, a Marcha para o Oeste se concretizou com a Expedição Roncador-Xingu, organizada em 1943. Essa era a parte prática da Marcha, sendo responsável por abrir picadas e, assim, construir as primeiras estradas da região. O lançamento da Expedição foi realizado em São Paulo, com missa solene na Basílica de São Bento, reatualizando o mito heroico do bandeirante. Os primeiros expedicionários saíram de São Paulo no dia 07 de agosto de 1943 e chegaram de trem a Uberlândia. Inicialmente, o grupo iria ficar na base de Leopoldina (hoje Aruanã/GO), contudo, por ordem do ministro João Alberto, a base se mudou para Barra do Rio das Garças (hoje Aragarças/GO). Os expedicionários saíram da cidade vizinha de Aragarças, Barra do Garças, dia 4 de dezembro de 1943 e chegaram ao rio das Mortes, onde se localiza Nova Xavantina, no dia 28 de fevereiro de 1944. Dia 24 de maio de 1945 visitaram Nova Xavantina o presidente Getúlio Vargas e outras autoridades, além de representantes da imprensa da nacional. Vargas, em seu discurso no local, fez alusão aos heróis do sertão, afirmando: "Deixo aqui o testemunho do meu apreço a estes destemidos patriotas desbravadores do sertão, continuadores dos sertanistas que conquistaram esta região no passado para que os atuais com seus sucessores continuem aqui uma nova civilização" (OLIVEIRA, 1976, p. 123).

Dentro desse contexto, esses homens migraram. A notícia de trabalho no sertão se espalhou e eles começaram, mesmo que às vezes ainda adolescentes, a se alistar nas bases expedicionárias procurando mudar de vida no sertão. Alguns foram com a família

ainda crianças e, assim que tinham condições de exercer alguma atividade profissional, eram agregados às atividades da Fundação Brasil Central. Como exemplo, se tem Seu Raimundo<sup>5</sup>, um expedicionário de 70 anos que disse ter ido para a região por que “um tio meu trabalhava na Fundação Brasil Central, eu era criança, e ele falou que aqui era uma região que minava ouro e leite (...)”.

Com uma história parecida, conta Seu Carlos<sup>6</sup> que:

Eu vim do Maranhão, Carolina. Naquela época do Getúlio Vargas então surgiu essa Fundação Brasil Central (...) estava pegando muita gente, trazendo gente pra trabalhar aqui. Ai o meu irmão era mais velho e veio. Aí ele veio, trabalhou um ano, ai voltou pra lá pra trazer a família todinha, foi onde nós viemos em 1951.

Lembra-se de Martins (1997) quando ele afirma que as migrações temporárias dão lugar a migrações definitivas realizada aos poucos, começando com os homens e posteriormente a família toda. A migração tende a durar muitos anos, até que todos e transportem de um lugar ao outro.

Sobre a origem desses migrantes, estes eram, em sua maioria nordestinos, e, segundo seu Sebastião<sup>7</sup>, para aguentar o sertão “tinha que ser muito macho”. Assim, conta o expedicionário:

Paulista era muito pouco, só a turma dos Villas Boas. Tinha mais nordestino, da Bahia, Maranhão, Ceará, Pernambucano, alguns do Goiás. Paulista tinha muito pouco. O cabra pra aguentar o que eu aguentei aí tinha que ser muito macho, se não, não aguenta. Os que vinham da cidade o máximo que aguentavam era quinze dias e já queriam ir embora.

Essa fala revela a apropriação do discurso federal ocorrido durante a migração. Este os colocava como corajosos desbravadores do sertão, como novos heróis nacionais e, desta

---

<sup>5</sup> Entrevista fornecida pelo Pioneiro Raimundo, em Nova Xavantina.

<sup>6</sup> Entrevista fornecida pelo Pioneiro Carlos, em Nova Xavantina.

<sup>7</sup> Entrevista fornecida pelo Pioneiro Sebastião, em Nova Xavantina.

forma, para ser herói tinha que ser “cabra macho” e tinha que aguentar com coragem as dificuldades encontradas, o que paulistas, em sua maioria, não conseguiam fazer.

Assim, os Pioneiros da Marcha para o Oeste se deslocaram de seus locais de origem e foram ao Mato Grosso buscar as terras prometidas, fugindo das condições de subsistência em seu estado de origem, vendo na Expedição Roncador-Xingu a possibilidade de sua reinserção na estrutura social e melhor condição econômica (FRANÇA, 2000).

Sobre os órgãos criados a partir da ideia desenvolvimentista da Marcha para o Oeste, é importante citar suas cronologias para compreender a importância que os Pioneiros que trabalharam nesses dão a essas instituições e o que a mudança destes órgãos significou a eles.

A Fundação Brasil Central (FBC) era um órgão de execução que foi criado posteriormente a Expedição Roncador Xingu. Existiu de 1943 até 1967 e foi substituída pela Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), que durou de 1967 a 1990. A Sudeco, diferentemente da FBC, era um órgão planejador, normativo e coordenador de ações. Quando a FBC foi extinta, em 1967, uma parte de seu patrimônio assim como de seu quadro permanente de pessoal foi transferida para o órgão que a substituiu, a Sudeco. O restante de seus funcionários foi redistribuído, lotando-se em diferentes órgãos da administração federal ou ainda aposentados compulsoriamente. Assim, é importante perceber a mudança na direção destes órgãos, isto é, enquanto um órgão era de execução (FBC), o outro (Sudeco) era de planejamento, ou seja, administrativo e burocrático. Logo, como afirmou o Pioneiro Lázaro <sup>8</sup>

(...) a FBC, uma vez extinta, seus funcionários dispensados, uns inclusive aposentados com uma lei especial, por tempo funcional, outros foram entregues a outras instituições, pouquíssimos foram ainda admitidos na Sudeco, pouquíssimos. Porque tinha funcionário que não tinha como ser, como se diz, ir pra outro órgão, ele não tinha preparo, não tinha condições psicológicas, não tinha estrutura, não tinha estudo.

Acerca deste período de extinção da FBC, os expedicionários costumam dizer que foram recolhidos e foram “construir Xavantina”. Assim, profissionais como, pedreiros,

---

<sup>8</sup> Entrevista fornecida pelo Pioneiro Lázaro, em Nova Xavantina.

mecânicos, etc., continuaram na cidade, realizando construções físicas - casas etc., mas também simbólicas, pois revelam o sentimento de posse e pertencimento que eles têm para com o município.

Fazendo uma análise antropológica acerca dos períodos históricos acima citados, Lima Filho (1998) afirma que, esses homens, denominados inicialmente bandeirantes, tornaram-se, depois, funcionários da FBC, que lhes deu poder, prestígio e *status* social. Posteriormente, foram absorvidos pela Sudeco. Com a extinção da FBC, em 1967, eles foram aposentados e se instaurou uma crise de identidade, colocando em relevo a noção de Pioneiro. Com a crise, ocorreu a formação de uma comunidade de Memória (LIMA FILHO, 1998), que evoca o passado da Marcha para o Oeste, em cujo contexto categorias como *Sertão*, *Fronteira*, *Índios* e *Bandeirantes*, assim como a noção de *Patrimônio*, foram articuladas com o intuito de sustentar as narrativas relacionadas ao processo de reconstrução da identidade dos *Pioneiros*.

A noção de Pioneiro surgiu a partir de uma vinculação com a posição funcional – profissional, visto que a crise identitária surge após a aposentadoria compulsória dos trabalhadores da Expedição Roncador Xingu. Todavia, essa crise também é acirrada com a chegada dos gaúchos à região, que, depois de estabelecidos, construíram um Centro de Tradições Gaúchas (CTG), gerando uma espécie de disputa pela memória oficial (POLLAK, 1989).

Esse conflito é visto em termos simbólicos a partir da ideia de lutas simbólicas de Bourdieu (2007). Bourdieu afirma que diferentes grupos estão envolvidos numa luta simbólica com o objetivo de impor sua definição de mundo social e se impor no campo das tomadas de posições ideológicas. Nesse caso, a definição de mundo social vem da ideia da memória como suporte para legitimação do seu grupo como o detentor da “verdadeira história da cidade”. Essa disputa é simbólica por que os traços que demarcam as fronteiras sociais das memórias são sutis, isto é, o conflito aparece nas entrelinhas, nos discursos que se cruzam e que mostram que esses grupos, apesar de viverem de maneira harmoniosa, reivindicam, cada um a seu modo e em um momento específico, o reconhecimento público da sua memória como a que merece ser repassada ao se contar a história da cidade, de maneira a impor a sua como mais legítima que a dos outros.

Essa luta é configurada diretamente a partir dessas políticas de colonização e envolve os discursos que foram criados e fazem parte das narrativas e da identidade dos

migrantes. Como apresentado, os Pioneiros foram chamados de heróis nacionais e assim se entendem, fazendo parte da identidade coletiva do seu grupo assim como de sua memória cultural (ASSMANN, A., 2011; ASSMANN, J., 1995; 2008). Os Gaúchos também migraram em políticas de colonização que os estabeleceu como detentores do progresso e, assim, atribuíram a si o pioneirismo da região, visto que são seus valores de trabalho e coragem para “quebrar o cerrado”, plantar e colher que possibilitaram o desenvolvimento daquele espaço.

Entendendo que a identidade e a memória coletiva (HALBWACHS, 2006) envolvem interação e que essa permite mostrar as fronteiras simbólicas que delimitam os de dentro e os de fora de determinado grupo, perguntou-se aos Gaúchos sobre seu relacionamento com os demais grupos analisados, quando chegaram à Nova Xavantina. Poucos mencionaram a presença do pessoal da Fundação Brasil Central. Grande parte revelou uma negação dos Pioneiros e dos indígenas já presentes na região, sendo assinalados como moradores os próprios Gaúchos, que também estavam migrando. Outros até consideraram a existência das casas da Fundação Brasil Central, mas é como se não existissem pessoas morando nelas.

Quando nós chegamos aqui só tinha a cidade velha lá embaixo. Depois veio a povoação, o finado Norberto Schwantes foi comprando áreas e foi povoando, trazendo povo do sul (...). Mas quem cresceu isso aqui foi o finado Norberto Schwantes, no início<sup>9</sup>.

Questionou-se também sobre o relacionamento que foi estabelecido com os funcionários da FBC:

(...) com esses aí havia uma questão assim, o pessoal que veio do sul, esses que vieram pela colonizadora, eles consideravam o povo daqui *preguiçoso*, fazia pouco, já existia uma certa discriminação, espécie de preconceito, não assim que influenciasse de ter assim uma inimizade, um confronto por parte deles que moravam aqui. Havia num certo momento um elogio, porque aí eles viram, de uma hora pra outra um grande movimento, que aqui era pacato, era parado, virou nesse movimento de caminhões, de tratores, de máquinas, movimento na cidade, comércio crescendo,

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida pelo Gaúcho Édison, em Nova Xavantina.

influenciando, abrindo, aumentando, então eles elogiavam, né, *o trabalho desses Gaúchos, de Pioneiros, de desbravadores (...)*<sup>10</sup> (grifo nosso).

Esse discurso mostra como os moradores da região eram colocados pelas políticas de colonização - como homens ociosos e preguiçosos - e como os Gaúchos o assimilaram (OLIVEIRA, 2010). Destacam-se as palavras “pioneiros” e “desbravadores” associadas a eles, Gaúchos. Nesse sentido, o valor que mereceria ser reconhecido é o do trabalho, por ser aquele que proporcionou à região desenvolvimento, dando-lhes o verdadeiro título de Pioneiro de Nova Xavantina.

Durante a pesquisa foi possível acompanhar um momento em que ocorreu uma discussão de gaúchos sobre o pioneirismo a região. A pesquisadora estava em um bar, frequentado por excelência por gaúchos, e iniciou uma conversa com senhor gaúcho que seria entrevistado. Ele questionou se a pesquisa tinha por finalidade estudar a cultura gaúcha, sendo então informado que se tratava de uma pesquisa que, em termos gerais, falava da história de Nova Xavantina e, dessa maneira, falava da migração dos gaúchos. De repente, entrou na conversa um homem mais jovem e começou a falar que Pioneiro mesmo é quem trabalhou na Fundação Brasil Central, abrindo picadas (esse rapaz é gaúcho, mas tem uma espécie de avô adotivo que trabalhou na FBC), e não os Gaúchos que chegaram posteriormente. Então, o senhor que questionou sobre a finalidade da pesquisa disse que em todo lugar foi necessário que houvesse pessoas para abrir picadas.

Em seguida, o rapaz relatou a história de um homem que teve que amputar o próprio dedo durante o período que trabalhou em uma frente da Expedição, abrindo picada, porque não tinha assistência médica. Logo, o gaúcho que estava participando da conversa disse que os imigrantes também sofreram muito. Perguntou-se sobre quais imigrantes, ao que ele respondeu alemães, italianos. Posteriormente, estreitado o convívio com os entrevistados, percebeu-se que o rapaz que defendeu os Pioneiros é mal visto pelos Gaúchos, poucos gostam dele e é chamado constantemente de chato. Essa situação mostra que há quem considere que a abertura picadas, realizada pelos Pioneiros, irrelevante, por ser necessária em todo lugar, ou seja, não merece um prestígio maior e, se os Pioneiros sofreram, seus antepassados italianos e alemães sofreram muito mais, passaram por maiores adversidades. Neste caso, tal como encontrado em Elias e Scotson (2000), quando um

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida pelo Gaúcho Roberto, em Nova Xavantina.

membro do grupo fica sob suspeita de romper com as normas e tabus de seu grupo, poderá ter seu *status* rebaixado e, neste caso, o jovem gaúcho que relativiza o pioneirismo dos Gaúchos não é visto com bons olhos pelo grupo maior. Provavelmente, demais situações o colocam em situação de diferenciação para com os demais gaúchos que frequentam aquele espaço. Todavia, esse ponto coaduna com as demais situações em que se percebia que esse rapaz não era bem visto pelos demais.

Em outro polo do debate se tem os Xavante, que se entendem como os verdadeiros pioneiros e acreditam que seria certo se

essas pessoas do governo pudesse, criasse uma imagem assim, um símbolo de índio nas praças, ficaria mais certo, mas agora, o que o governo pensa, não só o governo, todos os brancos pensam, que essa terra não é do índio não. Várias pessoas pensam isso, mas índio não pensa assim não<sup>11</sup>.

Essa fala revela que, para os Xavante, é legítima a luta dos índios do país por reconhecimento, contudo, essa é marcada por uma relação desigual, visto que do outro lado tem o homem branco, que pensa de maneira diferente e entende que a terra não é e nem deve ser do índio. Em um estado como o Mato Grosso, que tem na posse do território para a produção agrícola e agropecuária sua maior fonte de riqueza, a posse da terra por grupos que não compartilham dos valores locais de produção e comercialização da sociedade capitalista é sempre contestada, sendo frequente na cidade o discurso de pouco índio para muita terra e da desapropriação do produtor rural, que trabalha para levar comida à mesa do brasileiro, mas que é desalojado para dar lugar a índios vagabundos e desocupados, quando ocorrem demarcações de Terras Indígenas (TI).

Além disso, há ainda na fala apresentada o reconhecimento que os índios afirmam merecer, isto é, a memória deles deve ser preservada e homenageada nas cidades.

Como se percebe, ao considerar o debate sobre memória oficial e subterrânea (POLLAK, 1989), é necessário perceber mais que conflitos simbólicos. Há relações de poder não simbólicas envolvidas, isto é, disputas por terra em que se desqualifica o índio, em uma lógica de ocupação que vê na mercantilização e na produção em grande escala da terra o

---

<sup>11</sup> Entrevista fornecida pelo Xavante Adão, em Nova Xavantina.



sinônimo do progresso. Progresso esse que não está imbuído na apropriação que os grupos indígenas fazem de seus territórios.

Discutir o indígena e a sociedade envolvente - referenciados neste trabalho a partir da ideia de “raça” como uma forma específica de etnicidade (JENKINS, 1997) - , é pensar na dominação sistemática de um grupo étnico por outro e resultante de um processo de categorização do grupo dominado como inferior (JENKINS, 1997), em uma lógica em que o racismo tem dois componentes: diferença e poder e se origina de uma mentalidade que considera “eles” como diferente de “nós”, de maneira que essas diferenças são imaginadas como permanentes e intransponíveis (FREDRICKSON, 2002). Nesse contexto, foi possível ouvir depoimentos de integrantes dos demais grupos estudados dizendo “os índios são nojentos porque moram no meio de porco, galinha, essas coisas”<sup>12</sup> e que “não, índio não gosta de trabalhar não, só índia. Só trabalha índia, índio não trabalha. (...) Graças a Deus nunca tive atrito com nenhum índio, nem pode, também, porque se tiver vai pro xilindró, né”<sup>13</sup>, ou ainda que hoje em dia “eles estão mais civilizados (...) hoje tá bom, aquela época [quando o entrevistado chegou a Nova Xavantina] não dava da gente confiar”<sup>14</sup>. Todavia, ainda se diz que “os Xavante são muito difíceis até hoje”<sup>15</sup>.

Partindo de uma ideia que Xavante, Pioneiros e Gaúchos acreditam que a sua memória cultural (ASSMANN, A., 2011; ASSMANN, J., 1995; 2008) deve ser a oficial, destaca-se a estratégia adotada pelos Pioneiros para o reconhecimento de sua memória, assim como se relata o momento em que eles entenderam ser necessário agir para oficializar sua memória e para destacar sua identidade de Pioneiro perante a sociedade nova-xavantinense, isto é, quando decidiram realizar a Festa do Pioneiro.

### **3 A Festa do Pioneiro da Marcha para o Oeste**

A Festa do Pioneiro da Marcha para o Oeste foi criada em um contexto conflitivo no qual os Pioneiros acharam que precisavam demarcar seu espaço na sociedade novo-xavantinense, pois os gaúchos que haviam migrado a partir de políticas de colonização na década de 1970 estavam se organizando e formando um Centro de Tradições a fim de

---

<sup>12</sup> Entrevista fornecida pela Gaúcha Ana, em Nova Xavantina.

<sup>13</sup> Entrevista fornecida pelo Gaúcho Raul, em Nova Xavantina.

<sup>14</sup> Entrevista fornecida pelo Gaúcho Amauri, em Nova Xavantina.

<sup>15</sup> Entrevista fornecida pelo Gaúcho Amauri, em Nova Xavantina.

cultivar sua memória cultural (ASSMANN, A., 2011; ASSMANN, J., 1995; 2008) no município. Os Pioneiros precisavam fazer algo, e, pensando em mostrar a sociedade novoxavantinese sua importância, criaram uma festa. Essa festa, pensada a partir da definição de Assmann, J. (1995; 2008), é a materialização da memória cultural, é a herança simbólica acionando significados associados a um passado que se quer fazer representativo no presente.

O histórico de Festa mostra uma disputa por memória na cidade e também a coesão interna da memória cultural dos Pioneiros (ASSMANN, A., 2011; ASSMANN, J., 1995; 2008). Como a festa ocorre todos os anos desde 1987, revela a organização de um grupo para perpetuação de uma memória cultural ao longo do tempo. Essa Festa pode ser comparada a uma organizada por ex-mineiros em Arroio dos Ratos/RS e estudada por Eckert (1997), na qual a saudade também é o mote central.

Nesse tipo de festa, o sentimento de saudade se apresenta como um sentimento-motivação de um projeto de reestruturação das lembranças de um grupo. É uma expressão atualizada da memória de uma coletividade que se quer representativa da memória social (ECKERT, 1997). É uma maneira de narrar e dramatizar uma transformação que não foi pedida pelos Pioneiros, mas que culminou na atualidade em que esses acreditam ser necessário se reafirmar por meio de uma Festa. Nesse tipo de evento, como explica Eckert (1997), o valor saudade é representado como reestruturador de uma experiência coletiva dilacerada. Nessas festas que rememoram memórias culturais, reatualiza-se um passado dramatizado no presente com o objetivo de mostrar a identidade social de um grupo.

A Festa do Pioneiro é o momento em que se ritualizam as ações dos atores sociais envolvidos no enredo que fala sobre Getúlio Vargas, Marcha para o Oeste, Expedição Roncador Xingu, Fundação Brasil Central. Como afirma Lima Filho (2001), a Festa pode ser vista como a ocasião em que os Pioneiros lançam suas âncoras existenciais para sobreviver a um grande descompasso de ritmos. É o ritmo paralisante dos funcionários e pioneiros, que de heróis passaram a “parasitas”, e o ritmo acelerado da história representado na região por inúmeros projetos de colonização e exploração econômica do governo.

A fim de descrever melhor a Festa, comenta-se sobre as considerações feitas sobre o evento por três autores diferentes, sendo eles o antropólogo Lima Filho (1998), que participou da Festa no ano de 1997, a pesquisadora França (2000), que também descreve a

Festa em sua dissertação de mestrado e pela presente pesquisadora, que participou nos anos de 2008 e 2009.

A Festa do Pioneiro foi realizada pela primeira vez em 1987. A ideia de criação de tal evento foi de um Pioneiro e de um filho de Pioneiro e eles se espelharam no Centro de Tradições Gaúchas. Assim, de acordo com os idealizadores da Festa do Pioneiro, os verdadeiros Pioneiros da região estavam *jogados ao léu*, e teriam que fazer algo, tomar conta da cidade (LIMA FILHO, 1998).

É importante perceber que, nesse período, havia na Câmara de Vereadores da cidade três membros gaúchos, enquanto somente um era filho de Pioneiro e os demais não tinham nenhum parentesco com nenhum dos dois grupos, assim como o prefeito. Sendo assim, a memória oficial (POLLAK, 1989) da cidade não passava pelas mãos dos Pioneiros e, dessa maneira, eles achavam que estavam “jogados ao léu”. Neste caso, a memória dos Pioneiros era, nos termos de Pollak (1989), a memória subterrânea. Essa memória subterrânea, por meio da criação de uma Festa, buscava vir à tona, emergir e exigir representatividade na memória oficial. Assim, buscaram o apoio da prefeitura para realizar o evento (OLIVEIRA, 2010).

Essa Festa, segundo o Pioneiro Antônio<sup>16</sup>, foi criada com o objetivo de promover o encontro e a confraternização dos Pioneiros, estando presentes não só os residentes na cidade, mas também os de outros municípios que retornam para o evento e reencontram os amigos.

Lima Filho (1998, p. 50-51) teve a oportunidade de entrevistar o Pioneiro que idealizou a Festa. Conta o Pioneiro sobre a criação do evento:

Aí resolvemos fazer a festa. Vai ter o quê? Bolamos um jogo de futebol, um encontro, uma missa, uma confraternização de Pioneiros, amigos que não se viam há tempo, não é? Cara que tinha estado lá há 25 anos (...) resolveu voltar. Brasília deu todo apoio da administração (...) dois ônibus fretados, teve ônibus de Goiânia mais de tudo quanto é lugar (...) A nossa festa era uma festa bonita, cívica; primeiro uma missão ou um culto evangélico para que fosse, não é? Depois nos reuníamos no chalé (...) Ali fazíamos projeções de slides de Rondônia, dessa região (...) então a festa era linda,

---

<sup>16</sup> Entrevista fornecida pelo Pioneiro Antônio, em Nova Xavantina.

bonita. Ela foi tão bonita que no segundo ano nós já recebemos reclamação até dos Villas Boas que não foram convidados (...). Você imagina fazer uma festa para 600, 700 pessoas? Não é mole!

Essa primeira Festa foi vista com muito entusiasmo pelos Pioneiros. Ela foi organizada pela prefeitura e pela Sudeco, o que ocorreu até o ano de 1989. Contudo, a partir de 1990, as dificuldades financeiras para a realização do evento começaram a surgir e outras entidades passaram a ajudar, como associações de bairro, comércio etc. No ano de 1993, com a criação da Associação dos Pioneiros, essa chamou pra si a responsabilidade de organizar o evento, todavia como não tinha condições financeiras para custeá-lo, a festa continuou a ser financiada pela prefeitura, Câmara e doações diversas, sendo o evento até os dias de hoje organizado desse modo.

Durante a pré-festa são enviados convites aos Pioneiros, às autoridades políticas e a amigos de Pioneiros, mas de maneira limitada. Como conta um ex-presidente da Associação (FRANÇA, 2000, p. 65), “não é uma Festa corriqueira, está se promovendo um evento histórico. Festa dos Pioneiros da Marcha para o Oeste é diferente das outras. Ela tem a finalidade de manter viva a Marcha para o Oeste e o carinho para com esses heróis”. Logo, na visão dos Pioneiros essa Festa necessita de uma organização especial, pois não é uma festa qualquer.

Para França (2000) a Festa revela a posição dos Pioneiros na comunidade, pois esta cerimônia é, ao mesmo tempo, a principal mediadora das relações sociais entre o Pioneiro com Nova Xavantina e também o canal mais expressivo na construção das redes de relações que organizam a sociabilidades dos Pioneiros, entre eles, assim como com outros membros da comunidade. Lima Filho (1998, p. 64) vai pelo mesmo caminho quando explica que a Festa é um “espaço ritual onde se expõe, de maneira explícita, as máscaras sociais de Nova Xavantina.”. Em outro momento o autor afirma que

o poder é objeto do desejo retrabalhado em Associação, a dos Pioneiros da Marcha para o Oeste, o que permitiu aos Pioneiros (...) a re-centralização de suas vidas, de suas identidades, e, mais do que isso, externalizando-as por meio de uma festa: a festa da saudade e do poder (LIMA FILHO, 1998, p. 179).

Lima Filho (1998) acompanhou a Festa do Pioneiro do ano de 1997, data em que o evento completava 10 anos. Naquele ano a Festa foi realizada no ginásio de esportes da cidade, estando presentes os Pioneiros e suas famílias. Havia uma mesa de autoridades, que era composta por um Pioneiro e três vereadores. Em outra mesa também estavam presentes autoridades locais, tais como o prefeito, outros Pioneiros, um secretária municipal e também a assessora jurídica da Associação. Nesta Festa havia crachás de identificação para os participantes, sendo estes: descendentes de Pioneiros, Pioneiro da Gloriosa Marcha para o Oeste, sócio benemérito, sócio afetivo, convidado especial e simples convidado.

A festa naquele ano começou com culto ecumênico, sendo executado, em seguida, o Hino Nacional. Após, ocorreram discursos do prefeito, de um historiador local e de um empresário da cidade. Em seguida houve cerimônia com entrega de diplomas da APMPO às pessoas consideradas importantes à instituição. Ao final da solenidade, houve apresentação de uma banda regional. Após, os participantes foram ao clube recreativo da Prefeitura, no qual houve almoço de confraternização. À tarde, houve jogos esportivos e, à noite, o Baile da Saudade.

Já no de 2009 a Festa quase não foi realizada em virtude, dizem os Pioneiros, da falta de habilidade do presidente da Associação na época para organizar o evento, assim como para gerir a Associação. Ocorreu até uma reunião em que se havia decidido que naquele ano não haveria a Festa pelo fato de a Associação não ter dinheiro (e a prefeitura ter dito que não ajudaria), todavia, após o esforço de um Pioneiro em especial, o evento foi realizado. Já ano de 2010 o evento foi planejado com maior antecedência, havendo entrega de convites a Pioneiros, autoridades, entre outros. Estavam presentes na solenidade, além de Pioneiros e familiares, empresários locais e políticos, como o atual prefeito, o ex-prefeito, um deputado estadual, entre outros.

No início do evento foi frisado, pelo mestre de cerimônias, que a APMPO é sem fins lucrativos e apolítica, mesmo a mesa de autoridades estando composta por diferentes políticos, tais como o prefeito e um ex-deputado estadual. Houve um momento religioso com um padre, assim como ocorreu em anos anteriores e, posteriormente a palavra foi dada a um Pioneiro, que contou ter chegado ao município em 1951 e que só havia mato quando chegou, mas que nos dias atuais, em virtude da luta dos Pioneiros, Nova Xavantina era um município bonito:

Agora nossa cidade é bonita, com nosso prefeito trabalhando (...) nossos deputados trabalhando (...) Agradeço todos nossos políticos, nossos prefeitos que trabalharam por esse lugar (...) Nossa luta não pode acabar, a história que nasceu aqui com os Pioneiros. Vamos fazer nossa sede<sup>17</sup>.

Em seguida, formou-se a mesa de honra, estando presentes nela o presidente da Associação, filho de um Pioneiro, o prefeito e sua esposa, um vereador do município, um ex-deputado estadual e dois Pioneiros. Em seu discurso, o presidente da Associação ressaltou o esforço que os Pioneiros tiveram que empenhar para desbravar e colonizar o Centro-Oeste brasileiro, havendo em seu depoimento um tom saudoso para os Pioneiros que já haviam falecido. Posterior a este discurso foram entregues títulos de sócio benemérito da Associação, título este que já gerou muita discórdia entre os Pioneiros, pois é visto, por uns, como reconhecimento para com os que contribuíram com a realização do evento e, por outros, como uma espécie de venda da Associação aos políticos, sendo distribuído sem critério algum. Esse descontentamento gerou, inclusive, afastamento de Pioneiros da própria Associação. No ano de 2010 o título foi entregue ao ex-deputado estadual presente no evento, ao prefeito, a um suplente de deputado federal e a um filho de Pioneiro.

O prefeito, que no ano anterior foi ao evento, mas não chegou a se pronunciar em virtude da prefeitura não haver apoiado a festa financeiramente, comentou a respeito do diploma de sócio benemérito que recebeu, afirmando que havia chegado à Nova Xavantina no ano de 1975 e que tinha passado dificuldades, mas que o pessoal da Expedição Roncador Xingu havia enfrentado problemas maiores. Comentou que os Pioneiros tiveram muita coragem e que essa, junto com o amor pelo que faziam, possibilitou o nascimento de Nova Xavantina. O prefeito falou também sobre a necessidade da APMPO ter uma sede, além de discursar sobre a importância de se criar um museu com a história da Marcha para o Oeste.

O tema que aparece no discurso político é a criação da sede da Associação e de um museu com a história da Marcha para o Oeste. Essa fala mostra a ligação entre o poder público e a Associação dos Pioneiros que, ao menos no campo de possibilidades,

---

<sup>17</sup> Discurso do Pioneiro Carlos no 23º encontro dos Pioneiros da Marcha para Oeste, realizada no dia 27 de fevereiro de 2010 em Nova Xavantina/MT.

concordam acerca da necessidade de se construir uma sede para preservar a história da Marcha para o Oeste. Posteriormente, quem discursou foi um Pioneiro:

(...) pra mim é uma grande satisfação de estar aqui nesse momento, fazer parte dessa família que derramou seu sangue para que chegássemos nesse tempo. Neste momento tão solene e tão alegre é uma satisfação muito grande que muitas vezes a gente tem emoção de falar, mas essa festa histórica mostra a história viva. Não deixem essa história acabar, é uma história que foi escrita, não somente com lágrima, foi com suor, chegou a derramar até sangue para escrever essa história. Consciência senhores pra conservar essa história, os senhores que tiveram de usar a palavra, prometeram, prometeram. Estão garantindo em ajudar a Associação dos Pioneiros. Eu gostaria que os políticos, os senhores nos ajudassem, porque nós somos pequenos, nós ganhamos pouco (...). Eu peço aos senhores que não se esqueçam, ajudem a Associação, os nossos deveres nós já cumprimos (...) os senhores nos valorizem, que a maioria das vezes existe pessoas que às vezes não prezam os Pioneiros da Marcha para o Oeste<sup>18</sup>.

A partir desse discurso e agregando-o aos demais, é possível notar o tema do clientelismo político, através do qual, mais uma vez, os Pioneiros fazem pedidos aos políticos presentes, tal como visto desde Lima Filho (1998). Mais que ajuda financeira, os Pioneiros pedem respeito e reconhecimento aos presentes, o que mostra a reafirmação da identidade Pioneiro.

#### **4 Associação dos Pioneiros da Marcha para o Oeste (APMPO)**

A APMPO foi criada em 1993 com o nome de Associação dos Pioneiros de Nova Xavantina, mas em 1996 trocou de nome para que pudesse compreender não só os expedicionários da Marcha para o Oeste residentes em Nova Xavantina, mas todos os que participaram da Expedição, independente de onde estivessem morando no momento.

Ao falar sobre a APMPO, os associados ressaltam a todo o momento sua importância e seu destaque perante as outras associações existentes, visto que, para eles, a APMPO não busca benefícios para seus associados, tal como as outras associações, mas

---

<sup>18</sup> Discurso do Pioneiro Antônio no 23º encontro dos Pioneiros da Marcha para Oeste, realizada no dia 27 de fevereiro de 2010 em Nova Xavantina/MT.

sim resgatar a memória dos heróis da Marcha para o Oeste. Desse modo, a APMPO “realmente é importante, é uma associação, não é uma associação qualquer, é a Associação dos Pioneiros da Marcha para o Oeste”, conforme confidenciado por um Pioneiro<sup>19</sup>.

Quando questionados sobre o motivo de fundarem a Associação, a necessidade de se perpetuar a história sempre aparece em primeiro plano. Como afirmou o Pioneiro Antônio<sup>20</sup>, “(...) a gente quer que a Associação dos Pioneiros continue viva e contando a história para que fique guardado na memória para saber contar a história da criação dessa cidade”. Outro Pioneiro<sup>21</sup> da cidade explica os motivos para se criar esta Associação: “Nós pensamos assim: - Gente, nossa história não pode acabar, porque toda cidade tem uma história, e essa história não pode acabar”. Esse pensamento de continuidade da história está presente no Estatuto da Associação, que afirma ter essa instituição como finalidade primordial “promover o resgate histórico de Nova Xavantina e de toda a região percorrida pelos Pioneiros da gloriosa ‘Marcha para o Oeste’” (ESTATUTO DOS PIONEIROS DA MARCHA PARA O OESTE, 1996). A partir do discurso do Pioneiro se percebe que, para esses, a história da cidade deve, obrigatoriamente, perpassar o histórico de seu grupo e sua memória cultural (ASSMANN, A., 2011; ASSMANN, J., 1995; 2008) como memória oficial (POLLAK, 1989) da cidade. Outrossim, a “história da cidade, que é a nossa história, deve ser perpetuada”, na lógica dos Pioneiros.

A APMPO nunca possuiu sede fixa, estando os documentos da Associação sempre na casa do presidente em vigor. Ocorre que, em 2008, a Associação ganhou um espaço do ex-prefeito para reformar e fazer daquele local sua sede, porém o espaço nunca foi efetivamente transformado em sede por falta de recursos financeiros. Até hoje se tenta, junto à Prefeitura, a entrega do espaço para criação da sede.

É importante ressaltar que nem todos Pioneiros da cidade participam da Associação, há aqueles que vão somente à Festa do Pioneiro e outros que nem isso fazem. Lima Filho (1998) discorre, em sua tese, acerca dos motivos que levaram a esse distanciamento de Pioneiros da Associação, isso já no ano de 1998. Conta ele que, naquele período, a Associação não estava convidando para a Festa os associados inadimplentes

---

<sup>19</sup> Entrevista fornecida pelo Pioneiro Lázaro, em Nova Xavantina.

<sup>20</sup> Entrevista fornecida pelo Pioneiro Antônio, em Nova Xavantina.

<sup>21</sup> Entrevista fornecida pelo Pioneiro Carlos, em Nova Xavantina.



com a contribuição mensal da Associação, o que revoltou muitos Pioneiros, que achavam que a Associação os estava trocando por associados que nem Pioneiros eram, mas que podiam arcar com o valor mensal da contribuição, isto é, políticos que participavam do evento que muitas vezes se tornam membros. Vale lembrar, como consta no seu artigo 1º de seu Estatuto, que a Associação deveria ser uma “sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, apolítica, sem preconceitos de raça, cor ou religião” (ESTATUTO DOS PIONEIROS DA MARCHA PARA OESTE, 1996). O caráter político tanto da Festa quanto da Associação é criticado por muitos, todavia, são estes mesmos que contribuem para que seja assim. Conforme relata um entrevistado:

Mas boa parte dos Pioneiros acha que sem os políticos a Associação não sobrevive (...) eles querem viver com o pires na mão. A associação não precisava de nada disso. Se todos pagassem as suas mensalidades em dia, a diretoria promovesse um evento qualquer pra arrecadar, enfim, ela tinha condições de fazer isso né (...) não havia necessidade disso, mas eles querem assim, paciência<sup>22</sup>.

Esse caráter político é encontrado ainda nos discursos dos Pioneiros que refletem acerca do poder da Associação, visto em seu Estatuto como apolítica, todavia, encarada por alguns como possível manobra para eleições. Logo,

Na verdade os Pioneiros eles deveriam dar muito mais atenção a Associação porque através dela poderia ser conquistada muita coisa, poderíamos influenciar até uma eleição, porque se nós tivemos cinco, seis mil associados nós poderíamos influenciar em uma eleição né, mas!<sup>23</sup>

Essa necessidade de políticos na Festa é justificada pela falta de dinheiro da Associação para realizar o evento, que, por sua vez, ocorre em virtude do não pagamento das mensalidades. Há ainda controvérsias acerca do pagamento dessa mensalidade, de 5 reais por mês, visto por alguns como irrisória e por outros como desnecessária pelo fato da

---

<sup>22</sup> Entrevista fornecida pelo Pioneiro Lázaro, em Nova Xavantina.

<sup>23</sup> Entrevista fornecida pelo Pioneiro Lázaro, em Nova Xavantina.

Associação não possuir sede fixa. Discussões como esta revelam que existem negociações internas entre os membros do grupo.

Outra discussão é sobre quem pode ser presidente da APMPO, pois por mais que um filho de Pioneiro não cumpra bem suas funções como presidente, esse cargo não pode ser ocupado por um genro de Pioneiro, por exemplo, pois um genro “caiu aqui de paraquedas, não conhece a história de nada”<sup>24</sup>. Esse discurso, assim como a indignação que alguns Pioneiros relataram pelo fato de a Associação entregar diplomas de sócio beneméritos a diversos políticos, revela divergências entre a fala dos Pioneiros e o estatuto da Associação, pois como consta naquele documento, os genros são descendentes indiretos dos Pioneiros natos, e os políticos que tenham contribuído para o progresso de Nova Xavantina também são integrantes da Associação.

A partir deste histórico e das pesquisas realizadas se compreende que a categoria Pioneiro tem autonomia da Associação, embora seja a Associação que formalize o pioneirismo na sociedade. Logo, mesmo não participando da Associação, os Pioneiros continuam a ser considerados como tal pela comunidade. Sendo assim, o processo identitário é diferente do espaço social, não estando necessariamente um vinculado ao outro, pois neste caso a Associação não é necessária para afirmar a identidade de Pioneiro.

Percebe-se também que ocorrem situações de clientelismo político, pois quando há participação da prefeitura, a Associação vai bem e a Festa do Pioneiro ocorre, todavia, com a falta de apoio do poder municipal, a Associação fica enfraquecida. Sendo assim, quando apoia a instituição, a prefeitura possui possibilidades de voto.

## 5 Considerações finais

Com a expansão da fronteira agrícola brasileira no governo Vargas áreas antes não alcançadas pelas frentes de expansão começaram a ser abertas. Era a Marcha para o Oeste, plano nacionalista de políticas de colonização que, além de levar ao interior do Brasil um projeto de modernidade, criou identidades sociais como a dos Pioneiros da Marcha para o Oeste, trabalhadores que, em suas palavras, se aventuraram no sertão para amansar índio, abrir estradas, construir o Brasil. Dessa maneira, os Pioneiros da Marcha para o Oeste residentes em Nova Xavantina, uma das cidades alcançadas por esse projeto desenvolvimentista, revelam orgulho por terem “respondido” ao chamado nacional do

---

<sup>24</sup> Entrevista fornecida pelo Pioneiro Mariano, em Nova Xavantina.

presidente Vargas e entendem que sua presença na região foi indispensável para a criação de núcleos populacionais, merecendo, pelos trabalhos prestados, o título de Pioneiro da cidade.

Contudo, antes de Vargas e de qualquer projeto nacionalista para ocupação das “áreas vazias” – como a região era denominada – já estavam na região os Xavante, indígenas que chegaram à região entre 1820 e 1870, fugindo do contato com a sociedade envolvente. Porém, esse foi inevitável e eles foram alcançados. Em seu discurso no cotidiano da cidade, ressaltam que são os verdadeiros nativos, pioneiros e que, para fazer justiça à sua memória cultural (ASSMANN, A., 2011; ASSMANN, J., 1995; 2008), deveriam ser homenageados nas praças da cidade, isto é, sua memória seria aquela que realmente oficializa a história de Nova Xavantina.

O decorrer da história da cidade ainda traz à tona outro momento de política de colonização, marcando o início do progresso da cidade, ocorrido durante a década de 1970, com a chegada dos Gaúchos ao município. O discurso oficial dizia que o espaço era habitado por homens ociosos e que a região necessitava da presença dos sulistas para desenvolver. Neste contexto, a memória que os Gaúchos entendem que a migração que realmente marca a história de Nova Xavantina é a sua.

Nesse cenário, o grupo dos Pioneiros, compreendendo ser necessário demarcar na sociedade nova-xavantinense sua memória cultural (ASSMANN, A., 2011; ASSMANN, J., 1995; 2008), criou uma Festa e uma Associação e assim pretendiam deixar claro que o pioneirismo parte de sua identidade coletiva e pertence unicamente a seu grupo, mesmo que tal afirmação receba contestações. Percebe-se então a memória mantendo a coesão interna no grupo e defendendo as fronteiras do que o grupo tem em comum. Assim, ter participado de eventos referentes à Marcha para o Oeste é o delimitador da fronteira que estabelece a identidade social dos Pioneiros de Nova Xavantina.

Logo, por mais que outros tenham realizado feitos importantes para o município, somente eles são Pioneiros da cidade, independente da existência de uma Associação que os agregue ou não. Desse modo, o pertencimento ao grupo dos Pioneiros não está ligado necessariamente a uma instituição física, uma associação, todavia, liga-se a fronteiras simbólicas que envolvem a participação em uma determinada época vivida coletivamente por um grupo.

Todavia, mesmo orgulhosos de sua memória cultural, fica claro que o grupo não conseguiu elevar sua memória à oficial, nos termos de Pollak (1989). Sendo assim, seus projetos coletivos como construção da sede, bom funcionamento da instituição e satisfatória realização da Festa do Pioneiro ficam somente no campo das intenções. Dessa maneira, a Associação não tem sede, quase foi extinta e, com dificuldades, realiza anualmente sua Festa. Assim, a importância dos Pioneiros, tal como de sua instituição, fica somente no campo simbólico, não sendo revertida em ações que permitam reproduzir aos demais, de maneira satisfatória, sua memória cultural (ASSMANN, A., 2011; ASSMANN, J., 1995; 2008).

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. P. N.; SANTOS, M. S. dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.79, p. 95-111, dez. 2007.

ASSMANN, A. *Cultural memory and Western civilization: functions, media, archives*. New York: Cambridge University Press, 2011.

ASSMANN, J. *Collective memory and cultural identity*. New German Critique, Nova York, n. 65, p. 125-133, 1995.

\_\_\_\_\_. Communicative and cultural memory. In: ERLI, A.; NÜNNIG, A. (edit.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin: Walter de Gruyter, 2008. p. 109-125.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2011.p.188-227.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CANCELLI, E. *Estratégia para o flagelo*. 1984. 118 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Curso de Pós Graduação em História do Brasil. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. Z. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

DOURADO, F. Memória cultural: o vínculo entre passado, presente e futuro. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 23 maio 2013. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/memoria-cultural>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

ECKERT, C. A saudade em festa e a ética da lembrança. *Revista de estudos femininos*. Porto Alegre, v.5, n.1, 1997.

ELIAS, N; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PIONEIROS DA “MARCHA PARA OESTE”. Nova Xavantina: [s.n.] 1996.

ESTERCI, N. O mito da democracia no país das Bandeiras. *Pesquisa Antropológica*, Rio de Janeiro, n. 18, 1977.

FRANÇA, M. S. C. de. *Xavantes, Pioneiros e Gaúchos: relatos heróicos de uma história de exclusão em Nova Xavantina*. 2000. 128 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curso de Pós Graduação em Antropologia social, Universidade de Brasília.

FREDRICKSON, G. *Racism: a short history*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 64-89.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

JENKINS, R. *Rethinking ethnicity: arguments and explorations*. London: SAGE, 1997.  
\_\_\_\_\_. *Social identity*. London: Routledge, 1996.

KNAUSS, P. O homem brasileiro possível: monumento da juventude brasileira. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 29-44.

LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste: os anos 30*. 2 ed. Campinas: ed. UNICAMP, 1986.

LIMA FILHO, M. F. *O desencanto do oeste: memória e identidade social no médio Araguaia*. Goiânia: UCG, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pioneiros da Marcha para Oeste: memória e identidade na Fronteira do Médio Araguaia*. 1998. 265 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Curso de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, A. de P. *Roncador-Xingu: roteiro de uma expedição*. s. ed. Goiânia, 1976.

OLIVEIRA, N. A. de. *Lugares de memória, lembranças e esquecimentos: um novo olhar para o turismo em Nova Xavantina/MT*. 2007. 152 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo). Curso de Bacharelado em Turismo. Universidade do Estado de Mato Grosso, Nova Xavantina, MT.

\_\_\_\_\_. *Xavante, Pioneiros e Gaúchos: identidade e sociabilidade em Nova Xavantina/MT*. 2010. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Curso de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 03, p.03-15, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2007.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Org.). *Turismo e patrimônio cultural*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. p. 15-24.

VARGAS, G. *A nova política do Brasil: V. O Estado Novo (10 de dezembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

WEBER, R; PEREIRA, E. M. Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural. *Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, v.3, n.1, p. 104-126, 2010.

## Nota sobre a relação Executivo e Legislativo no Brasil: agendas e inflexões

Thais Cavalcante Martins <sup>1</sup>

Priscilla Leine Cassotta <sup>2</sup>

**Resumo:** Desde o processo de redemocratização, ocorrido na década de 80, o Brasil tem sido alvo de intensos debates sobre o funcionamento do seu sistema político. No cerne desta discussão surgem algumas questões cruciais: qual é a melhor forma de governo? Qual sistema eleitoral é mais eficiente? Assim, este paper traz a revisão de algumas das principais correntes analíticas que se dedicaram ao entendimento da relação entre os poderes Executivo e Legislativo a partir de seu desempenho governamental. O objetivo é demonstrar como cada uma das análises interpretou a experiência presidencialista no Brasil após o período de redemocratização.

**Palavras-chave:** relação Executivo-Legislativo, processo decisório, governabilidade, partidos políticos.

**Abstract:** Since the process of democratization that occurred in the 80s , Brazil has been the subject of intense debate on the functioning of its political system . At the heart of this discussion raises some crucial questions: what is the best form of government? What electoral system is more efficient? Thus, this paper provides a review of some of the main analytical chains that have dedicated themselves to understanding the relationship between the executive and legislative powers from their government performance. The goal is to demonstrate how each of the analyzes performed the presidential experience in Brazil after democratization period.

**Key-words:** Executive - Legislative relations, decision-making, governance, political parties.

### Introdução: contextualizando a discussão

Cada sociedade tem uma imagem de seu sistema político, a do Brasil não é a das melhores. A ideia de que “por aqui, tudo acaba em pizza”, parece estar enraizada no imaginário político nacional. Talvez seja esta a interpretação mais objetiva da inoperância e descrença na capacidade institucional brasileira. Esta percepção negativa das instituições e

---

<sup>1</sup> Mestra em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPOL/UFSCar); graduada em Ciências Sociais (UNESP); membro do Laboratório de Política e Governo no Grupo Estado e Governo. E-mail: thais\_cmartins@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPOL/UFSCar); graduada em Ciências Sociais (UNIFESP); membro do grupo de estudos NEPLA – Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos. E-mail: pri.leine@hotmail.com

da própria política não é nova, há muito tempo a desconfiança em relação aos atores e partidos políticos tem se manifestado.

A ideia de que todos os políticos fazem parte da mesma “geléia geral”, assim como todos os partidos são mais ou menos a mesma coisa parece estar generalizada. Aos governantes se atribui um caráter utilitário, responsável por um comportamento egoísta, com vistas apenas à reeleição. Os partidos, por sua vez, são tidos como instituições fracas e vacilantes. Grosso modo, essa fragilidade seria associada à ausência de regras partidárias rígidas, além da falta de referencial ideológico o que, via de regra, culminaria no enfraquecimento das instituições democráticas.

Diante dessa problemática, reformas político-partidárias estariam na ordem do dia. Essa convicção é forte entre muitos estudiosos, políticos e cidadãos. As evidências para instaurar a reforma estariam no excessivo número de legendas vazias, na inexistência de conteúdos programáticos dos partidos, e no baixo grau de controle que os eleitores exercem sobre seus representantes.

Contudo, o discurso reformista não representa panaceia às mazelas do sistema político brasileiro, mesmo porque, ao contrário do que é suposto por uma parcela significativa da literatura (Ames, 2003; Mainwaring, 1993; Lamounier, 1991 apud Palermo 2000), as instituições contam, e os partidos não representam meras siglas de aluguel. Caso fossem, os políticos brasileiros não estariam sujeitos ao controle de suas legendas, o que lhes permitiria dar vazão a comportamentos unicamente individualistas. Dito de outra forma, as instituições assim como a forma de governo e elementos endógenos do processo legislativo são responsáveis pela definição das estratégias empregadas pelos atores políticos (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999).

Embora seja verdadeiro afirmar que os políticos possuem interesses particularistas, em sistemas políticos proporcionais como é o caso para o legislativo brasileiro, “o voto sempre tomará tintas partidárias” (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). A respeito dessa afirmação há uma série de discordâncias na literatura política.

Para situar o leitor quanto a essas divergências literárias, apresentaremos algumas interpretações que serão discutidas ao longo das três seções deste texto. Na primeira seção, traçaremos uma retrospectiva do que consideramos ser algumas das principais análises elaboradas sobre o sistema político brasileiro até meados da década de noventa, e que têm como característica principal uma visão cética sobre o funcionamento de nossas instituições. Na segunda seção, apresentamos algumas considerações feitas por estudos



reversionistas influenciados, sobretudo, por Figueiredo e Limongi (1999), que sustentam que nossas instituições funcionam, e que o sistema político brasileiro não estaria fadado ao fracasso como suposto por uma análise anterior. Segundo esta corrente revisionista, é a ampliação dos poderes presidenciais, associada à existência de lideranças partidárias que garantiria o bom funcionamento e controle de nossas instituições (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). Ainda nessa seção são apresentadas algumas críticas de caráter teórico e metodológico empreendidas a alguns dos principais estudos desenvolvidos por essa corrente mais otimista. Estudos recentes apontam para a importância das instituições, contudo não deixam de sinalizar os entraves com os quais se defronta a democracia brasileira. Por fim, na terceira seção serão apresentadas algumas características do processo decisório nacional, bem como os alcances e limites da literatura especializada no que tange essa questão.

O objetivo do paper é retomar algumas das principais agendas e inflexões no campo dos estudos legislativos, buscando demonstrar que as instituições brasileiras, por força regimental, são fortes.

## **1. A problemática da governabilidade**

Com o fim do período autoritário no Brasil e, posteriormente, em 1988, com a nova Constituição, conhecida como Constituição Cidadã, muitos sociólogos e cientistas políticos passaram a se debruçar sobre o novo arranjo institucional brasileiro, com especial atenção ao nosso sistema partidário. Entre estes, uma corrente teórica, tendo como expressão mais importante o estudioso Bolívar Lamounier, fornecia prognósticos negativos sobre o futuro de nossa democracia. Não só os brasileiros, mas também alguns brasilianistas, como Barry Ames, fizeram fortes críticas ao nosso desenho institucional. A nossa democracia estaria ameaçada não apenas por problemas sociais e econômicos que não foram resolvidos com a abertura política, mas por um desenho institucional que levaria a um processo crescente de ingovernabilidade. Para Lamounier<sup>3</sup> (1992), os problemas sob a ótica institucional estariam entre os mais graves que o Brasil vinha enfrentando, uma vez que nosso arranjo político era uma resposta imprópria aos desafios da modernização brasileira. Nosso erro incorreria em combinar uma fragmentação política e uma multiplicidade de contrapesos. Ou seja, nosso

---

<sup>3</sup> Meneguello (1986), Kinzo (1985) e Mainwaring (2001), também fazem fortes críticas ao nosso arranjo institucional, com especial atenção ao nosso sistema partidário. Segundo esses autores, nossos partidos seriam fracos e compostos por parlamentares indisciplinados.

sistema incentivaria a fragmentação política o que dificultaria a formação de governos estáveis. Neste sentido, a solução encontrada para esse problema, já na década de 1930, foi reforçar a capacidade decisória do Presidente da República; tendo como inspiração a esse antídoto a errônea ideia, segundo o autor, do presidencialismo plebiscitário, que implica na ideia de que o apoio das massas ao chefe do Executivo seria um centro de fixação decisória capaz de vencer as barreiras do nosso arranjo. É com base nesta visão pessimista que Lamounier chamará o Brasil de uma democracia consociativa.

Uma Democracia Consociativa, como por exemplo a Holanda, é um sistema que além de consolidar a democracia representativa na esfera macro política, garante, de forma minuciosa, contrapesos e “equivalências em direitos para proteger as minorias contra as majorias” (LAMONIER, 1992 p. 26). Aparentemente este seria um aspecto positivo, contudo o Brasil tornou-se um país demasiadamente consociativo, ao mesmo tempo em que não há contrapesos adequados a fragmentação, o que nos leva a um quadro de instabilidade política e um problema de governabilidade. A evolução do consociativismo no Brasil pode ser observada, segundo o autor, em nosso sistema eleitoral-partidário. O sistema de lista aberta, voto proporcional, somado ao federalismo, geraria instabilidade política, uma vez que confere as minorias o poder de veto, impedindo que agrupamentos majoritários predominem. Assim, ocorreria uma polarização do poder onde há inúmeros polos que se anulam aumentando os custos das decisões políticas.

Mas se a heterogeneidade de reivindicações no Brasil cresceu, “ao mesmo tempo, o Estado cresceu e burocratizou-se e a organização política seguiu estreita e incapaz de processar institucionalmente toda essa diversidade, de agregar e expressar com eficácia e regularidade a pluralidade de interesses e valores” (Ibidem, p. 7). Além disso, o nosso sistema partidário seria uma grave ameaça a democracia brasileira, isso por combinar o sistema de lista aberta, bicameral, presidencialista, federativo de representação proporcional. O resultado seria a fragmentação do poder, além de partidos políticos fracos, e parlamentares legislando com base em interesses particularistas, com a falta de controle do eleitorado sobre os seus representantes.

Abranches (1988), na mesma direção, defende que o multipartidarismo, típico de sistemas proporcionais como o nosso, é capaz de trazer ônus a governabilidade. Esta é na verdade a posição de boa parte dos estudiosos, até meados da década de noventa (Mainwaring, 1993; Lamounier, 1991 apud Palermo, 2000). A ideia predominante neste período, tanto no meio acadêmico quanto na sociedade civil, é de que os partidos políticos

são frágeis e indisciplinados, e os incentivos para a formação de coalizões seriam escassos contribuindo para a debilidade institucional. Abranches (1988), contudo, acredita na possibilidade de formação de coalizões, mesmo com a fragmentação partidária e o multipartidarismo como entraves. Todavia, o sistema não deixaria de ser inconsistente, pois tais coalizões não seriam capazes de apoiar as agendas do governo e sustentar politicamente o presidente.

Sobre a falta de apoio partidário ao chefe executivo, Mainwaring (1993, p. 12) é mais incisivo, argumentando, que no caso brasileiro, “os presidentes não podem contar com o apoio nem mesmo de seus próprios partidos e muito menos ainda com o apoio dos demais partidos que os ajudaram a se eleger”. Este é o retrato do cenário político caótico encontrado pelo autor, e segundo ele enfrentado pelo presidente.

Como consequência da indisciplina e da falta de apoio de coalizões partidárias, os presidentes seriam levados a “conquistar uma base de sustentação comprando individualmente o apoio de políticos de partidos de oposição”, oferecendo posições estratégicas no controle de recursos orçamentários e fortalecendo a prática da patronagem (MAINWARING, 1993, p. 16). A ideia de que a configuração institucional da democracia brasileira favoreceria um estilo clientelista de política é compartilhada por Barry Ames (2003). Segundo o autor, são as práticas distributivas que fazem com que o presidencialismo brasileiro funcione. Ou seja, por meio do que o autor chama de pork barrel são realizadas trocas entre o apoio parlamentar e as emendas orçamentárias. Esse tipo de sistema é considerado por Ames (2003) como ineficiente, uma vez que seu resultado não é a cooperação de fato dos parlamentares, e sim um processo de negociação caro que reitera o fisiologismo em nossas instituições. Sob este ponto de vista, o processo orçamentário entra como importante moeda de troca entre um Executivo carente de apoio e um Legislativo desejoso de políticas que atendam aos interesses particularistas de suas clientelas eleitorais.

Desse modo, o que se enfatiza é a propensão em se sacrificar políticas nacionais em prol de políticas locais (MAINWARING, 1997 apud PALERMO 2000). Isso porque, os políticos estariam interessados antes de tudo em seu retorno eleitoral. Neste sentido, os parlamentares legislarão de acordo com os seus interesses particulares. Não havendo coesão partidária ou diferenciação ideológica clara entre os partidos. Esses males presentes no interior do Legislativo seriam consequência de um sistema de representação proporcional de lista aberta com coligações partidárias, o que dificultaria também a fiscalização por parte

do eleitor. Além disso, os partidos não teriam controle nenhum sobre os parlamentares, ou seja, não haveria por parte dos líderes dos partidos poder suficiente para punir os parlamentares indisciplinados. Nesse tipo de sistema, existe ampla margem para que os eleitores escolham seus candidatos, e expressem suas preferências individuais construídas muitas vezes por vínculos pessoais através de sistema de clientela.

Ademais, a fragmentação partidária e a lista aberta estão acompanhadas por um processo de ininteligibilidade eleitoral, ou seja, pela incapacidade do sistema produzir opções claras para os eleitores possibilitando a identificação entre os votantes e os partidos (KINZO, 2004, p. 31). Embora este ponto não seja exatamente referenciado como a inexistência de diferenciação ideológica entre os partidos, autores como Kinzo (2004) sugerem que da ininteligibilidade eleitoral “decorre a facilidade com que os candidatos migram para outro partido sem nenhum constrangimento – o que denota, aliás, a fragilidade dos partidos, no sentido de que não são organizações relevantes o suficiente para manter seus próprios quadros” (KINZO, 2004, p. 32).

Outro fator que denotaria a fragilidade partidária estaria no fato das legendas “raramente se engajarem em disputas eleitorais como atores distintos”. Deste modo, no jogo eleitoral os competidores não são os partidos como unidades diferenciadas, mas sim os candidatos e as coligações formadas pelos diversos partidos (KINZO, 2004, p. 32).

Está também é opinião de Mainwaring (1999) que afirma que, uma vez eleitos, os políticos acreditam poder agir de modo independente por considerarem que seus mandatos são frutos de seus próprios esforços, e não resultado de sua participação no processo eleitoral através de partidos políticos.

Diante do diagnóstico pouco otimista apresentado até aqui poderíamos supor que tanto o sistema político brasileiro quanto nossas instituições são débeis, que os partidos são “frouxos”, “incapazes de impor uma disciplina centralizada”, a ponto de coalizões partidárias não terem condições de sustentar politicamente o presidente, fazendo com que sejam as práticas distributivas as responsáveis pelo funcionamento do presidencialismo brasileiro (Mainwaring 1993; Abranches, 1988; Ames, 2003). Sendo assim, o que nos perguntamos então, é: por que não mudar? Porque continuar insistindo em um sistema político tão ruim? Seria por falta de alternativa?

## **2.O poder de agenda do Executivo**

Em oposição a essa corrente pessimista que trata das peculiaridades de nosso arranjo institucional, podemos situar Fernando Limongi, como o cientista político mais expressivo no embate a essas proposições. Seguindo o modelo partidário em detrimento ao distributivista, as análises pautadas no sistema de governo e na legislação eleitoral partidária vêm cedendo lugar aos exames do processo decisório, como fonte alternativa à explicação da relação entre os poderes. Contra as interpretações resenhadas anteriormente que tratam da fragilidade do sistema político brasileiro e suas instituições (Abranches, 1988; Mainwaring, 1993; Kinzo, 2004), novas pesquisas vêm sendo desenvolvidas. A partir de verificação empírica da organização interna do Congresso Nacional, e da extensão dos poderes legislativos do presidente, pesquisadores apontam para explicações mais abrangentes sobre as razões do sucesso do Executivo na aprovação de sua agenda legislativa.

A análise da experiência presidencialista no Brasil, no período pós-constituente, revela que o Congresso Nacional não é uma instância de veto à agenda executiva. Conforme chamaram a atenção Shugart e Carey (1992), não é verdade que, sob o presidencialismo, todo e qualquer parlamentar utilize apenas estratégias irresponsáveis, e não cooperem com o Executivo. O presidente, dependendo do arranjo político constitucional, pode dispor de recursos que induzam os parlamentares a cooperar com o governo e a sustentá-lo, contribuindo com o seu sucesso. (SHUGART e CAREY, 1992 apud FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999, pg. 23).

Contudo, para Limongi (2006), os presidentes brasileiros seriam forçados a formar coalizões mesmo possuindo maioria legislativa, o que não implica necessariamente em traço singular de nossa democracia, ou mesmo um ponto negativo. Recorrendo a dados empíricos o autor demonstra que não há muita distinção, neste ponto, se comparada a nossa democracia com aquelas ditas “avançadas”. Isso porque, o poder de agenda conferido ao Executivo garante que o nosso sistema político funcione bem, de forma semelhante às democracias consolidadas. Especialmente quando se considera aspectos referentes à governabilidade, adquirida, em grande medida, pelo arranjo Constitucional de 1988, responsável por ampliar os poderes de agenda do Executivo, e centralizar as decisões em um grupo seleto de líderes.

Em contraste com a Constituição democrática anterior, de 1946, em que o presidente contava apenas com a prerrogativa de iniciar matéria em questões administrativas, a Carta

de 1988, conhecida por inserir o país no processo de redemocratização, conservou os poderes legislativos do presidente, introduzidos pelos militares, para as seguintes áreas:

1. Projetos de lei administrativos;
2. Projeto de lei orçamentária;
3. Projeto de lei tributária;
4. Emendas constitucionais;
5. Decretos com força de lei (medidas provisórias);
6. Pedidos de urgência nos projetos de lei;
7. Restrições a emenda orçamentária do Congresso;

Assim:

“Abranches, cabe notar, não faz qualquer referência ao processo decisório e escreve antes da elaboração da Constituição de 1988. Ou seja, ao utilizar os termos hoje, implicitamente, equiparam-se as duas experiências democráticas brasileiras. No entanto, a matriz institucional de cada uma delas está longe de ser a mesma” (Ibidem, p. 20).

Portanto, a nossa democracia opera de forma similar as demais. O Executivo detém o poder de agenda legislativa, logrando aprovar grande parte de suas propostas com apoio estável dos partidos políticos. Não pretendemos aqui, atentar para a implicação de todas as iniciativas sobre processo decisório. Trataremos apenas, daquelas que consideramos fundamentais para o entendimento dos efeitos da extensão das prerrogativas do presidente para governar.

Certamente o mais importante instrumento que dispõe o Executivo para afirmar sua agenda está estabelecido pelo art. 62 da Constituição (1988), que lhe garante a faculdade de editar, em casos de relevância e urgência, medidas provisórias com força de lei por trinta dias – todavia, o Executivo poderia reeditá-la tantas vezes julgasse necessário<sup>4</sup>.

Nesse sentido, o poder de editar decretos com força de lei produzia um duplo efeito para a relação entre os poderes Executivo e Legislativo: por um lado, o presidente não dependeria dos parlamentares para que seus atos entrassem em vigor, uma vez que, em termos práticos, caso desejasse o Executivo poderia evitar o quorum para a apreciação das matérias, ao passo que as reeditava contando com um “sucedâneo para o decurso de prazo”. Por outro lado, a prerrogativa de editar MPs, não significa que o Executivo consiga impor sua vontade contra a maioria legislativa, uma vez que contam com meios para rejeitá-

---

<sup>4</sup> Em setembro de 2001, o Congresso aprovou legislação que limita a reedição de medidas provisórias. Atualmente a MP só pode ser reeditada uma única vez.

la através de votação. Neste ponto a medida provisória se diferencia do decreto-lei aprovado pelos militares (Ibidem, p. 44).

Por sua vez, caso o governo disponha de apoio de maioria parlamentar, especialmente em governos de coalizão, a medida provisória pode interagir com o poder partidário, minimizando problemas de “barganha horizontal”. O que significa dizer que “em governos de coalizão, medidas provisórias ‘protegem’ maiorias dos custos políticos associados à aprovação de medidas impopulares que afetam bases populares específicas. São formas de preservação dos acordos políticos entre o e governo e a coalizão”. Em outras palavras, de acordo com esta perspectiva, o Executivo assume os riscos ao passo que assume a agenda. (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2006, p.255).

No Brasil entre os anos de 1989 e 1994 o presidente fez amplo uso de seu poder de editar matérias com força de lei. No que se refere a produção legislativa do mesmo período em matérias que competem tanto ao Executivo quanto ao Legislativo, Figueiredo e Limongi (1999) apontam que as iniciativas do presidente superam as do Congresso. O Executivo foi responsável por 85% do total de leis sancionadas a época. Mais uma vez os autores apontam para preponderância do Executivo no controle da agenda legislativa como decorrência de suas prerrogativas institucionais, seja diretamente pela definição de prazos para a apreciação de suas matérias – através iniciativa exclusiva de requer urgência no trâmite das proposições –, seja indiretamente por estar em posição estratégica para negociar.

Com relação ao nosso sistema partidário Figueiredo e Limongi (1995), Braga (2006) e Santos (1997), apontam que, mesmo com a estrutura atual do nosso sistema partidário, este funciona de maneira coerente. Segundo Braga (ibidem, p.44), “[...] os partidos e o sistema partidário atual, embora ainda bastante recentes, apresentam determinadas características que apontam para se estabilizarem como organizações fundamentais [...]”. A corrente teórica que acredita no mal funcionamento do poder Legislativo não teria levado em conta as instituições que regulam o processo decisório. Dessa maneira, teria sido excluída da teoria desses cientistas políticos os poderes legislativos do presidente e a própria estrutura dos trabalhos legislativos. Destarte, ainda que existam incentivos na arena eleitoral para a indisciplina partidária e voto pessoal, isso não garante que tal indisciplina se torne efetiva (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). A supremacia do Executivo e seu poder de



agenda, somada a coesão e disciplina dos partidos garantem o funcionamento do Legislativo<sup>5</sup>.

Para Santos (1997), de um lado temos um Presidente eleito para promover reformas, e por outro, a consecução dessa reforma depende do apoio das coalizões parlamentares. Além disso, temos um Legislativo dividido por aqueles que demandam autonomia para sua ação política. Ainda assim, segundo o autor, em conformidade com Figueiredo e Limongi (1999), o Congresso tem funcionado de forma satisfatória, principalmente a Câmara dos Deputados, não apresentando problemas de governabilidade. O nosso quadro político mudou muito comparado ao panorama de 1946-64, pois a capacidade do Executivo ter a aprovação de sua agenda, atualmente, é bem maior.

Além disso, a coesão e disciplina dos partidos de hoje, também são maiores. Neste sentido, as previsões pessimistas que dizem que o problema gerado pelo “presidencialismo, multipartidarismo e voto proporcional personalizado é sempre o mesmo: dificuldade de aprovação da agenda presidencial no Legislativo, por conta da alta fragmentação e baixos índices de coesão partidária” (Santos, 1997 p, 25), não são suficientes para dar conta das mudanças ocorridas com a Constituição de 1988.

Dessa forma, ao contrário do que afirmam alguns autores (Ames, 2003; Mainwaring, 1993), não é verdade que as regras institucionais estão voltadas ao atendimento de interesses individualistas e localistas. As normas regimentais adotadas privilegiam a participação coletiva dos parlamentares por meio, por exemplo, da apresentação de emendas patrocinadas por suas bancadas. Esse argumento corrobora a hipótese de que o processo decisório nacional está organizado de forma altamente centralizada.

## **2.1. A reinterpretação das análises**

Conforme indicado, a inversão no padrão de interpretação do arranjo institucional brasileiro se deu em grande medida em razão dos estudos empreendidos por Figueiredo e Limongi (1995, 1996, 1999, 2007). Suas análises inauguraram novo prisma de investigação na arena dos estudos legislativos, especialmente no que se refere à relação entre os poderes Executivo-Legislativo, e ao comportamento dos partidos no interior do Congresso. Ora confirmando, ora relativizando suas conclusões, inúmeros estudos despontaram

---

<sup>5</sup> Para Santos (1997), no período de 1946 - 1964 a busca de apoio parlamentar por parte do executivo era feito por meio da patronagem, o que gerava um grande mal-estar e constrangimento aos partidos. Quadro muito diferente da atual conjuntura, dada a supremacia do Executivo frente ao Legislativo e a coesão dos partidos políticos.



tomando como referencia a análise desses autores. Este é caso de Santos (1997), que se preocupa em compreender a coesão partidária no Brasil em dois momentos democráticos distintos.

Em linhas gerais, Santos (1997) procurou contrastar a baixa coesão dos partidos políticos brasileiros na primeira experiência democrática (1946-1964) com a elevada coesão verificada no período posterior à promulgação da Carta de 1988. Segundo o autor, as prerrogativas institucionais do presidente adquiridas na última Carta constitucional aumentam a “expectativa em torno da coesão de sua base, formada a partir da distribuição de cargos governamentais” o que diminuiria a tendência em se buscar apoio na oposição reforçando a coesão de sua coalizão original (Santos, 2007, p. 477).

Contudo é importante ressaltar que se as variáveis explicativas para a coesão partidária, conforme assinalado pela referida literatura (Santos 2007; Figueiredo e Limongi 1999), são justamente a centralização decisória e a extensão dos poderes de agenda do presidente, é natural esperar que tal coesão seja uma constante, tanto no tempo quanto no interior dos partidos. Entretanto, conforme destacado por Nicolau (2000) o que se pode perceber é que há significativa variação na disciplina partidária – alguns dos partidos de maior representação<sup>6</sup> apresentaram altos índices de coesão, outros nem tanto. Com foco no período de 1995 a 1998, o autor sugere que a razão para essa variação é decorrente dos traços organizacionais dos partidos como, por exemplo, o “grau de conflito doutrinário, presença de facções pró e antigovernista, padrão de punição para os parlamentares que votam contra a indicação do líder do partido” (Nicolau, 2000).

Também preocupado com a disciplina parlamentar no interior do Congresso, Amorim Neto (2000) busca compreender o impacto da distribuição dos postos ministeriais sobre o comportamento legislativo. Para o autor o que define o grau de disciplina das bancadas partidárias é a correspondência entre o número de ministérios ocupados pelos partidos e a dimensão de suas respectivas bancadas. Ou seja, na opinião do analista quanto mais coalescente for o gabinete, mais disciplinado será o comportamento dos parlamentares participantes do governo.

Com efeito, as análises empreendidas por Nicolau (2000) e Amorim Neto (2000) constituem importante crítica metodológica aos estudos de Figueiredo e Limongi (1995 e 1999). A partir da inserção de novas variáveis os autores demonstram que as taxas de

---

<sup>6</sup> Em seu estudo o autor apresenta o índice de disciplina dos seguintes partidos: PT, PC do B, PSDB, PFL, PDT, PSB, PTB, PMDB, PPB e PL. Para verificar as taxas de disciplina partidária ver Nicolau (2000).

disciplina partidária no Brasil variam entre as legendas e ao longo do tempo, tendo impacto inclusive em decorrência da composição ministerial. Nesse sentido, é possível destacar a advertência dos autores para a limitação das votações nominais como instrumento indicativo da disciplina partidária em plenário. Segundo Nicolau (2000) as votações seriam apenas uma etapa no processo de negociação intrapartidária, no qual o maior ou menor grau de homogeneidade ideológica dos partidos seria uma variável importante.

Nessa perspectiva, outra importante interpretação crítica é aquela realizada por Melo (2003, 2004). O autor questiona como altos índices de infidelidade partidária conviveriam com tamanha disciplina em votações nominais, conforme identificado por Figueiredo e Limongi (1995). Para ele, seriam as regras internas do Congresso as responsáveis por gerar essa ambivalência. Em uma Casa em que não cabe aos deputados influir individualmente sobre a agenda e o ritmo dos trabalhos legislativos, e os recursos transitam pelas mãos de um seleto grupo de líderes, “a disciplina tende a prevalecer, mas tem seu preço – e ao parlamentar interessa estar estrategicamente posicionado para cobrá-lo. Isto significa que um grande contingente de deputados passou a ter a sua disposição dois caminhos: ou seguir o seu líder ou procurar outro, situado em melhor posição trocando, com este objetivo, de partido” (MELO, 2003, p. 329). Segundo o autor, a estranha convivência entre a fidelidade ao líder partidário, no momento da votação, e a busca por um partido capaz de lhe oferecer melhores recursos<sup>7</sup>, deve ser compreendido como um comportamento racional por parte dos parlamentares – “uma vez que se considere o imperativo da sobrevivência política e a maneira como se encontra organizado o Legislativo brasileiro” (Ibidem, p. 336). Nesse sentido, a infidelidade às legendas conforme apresentado por Melo (2003, 2004), demonstra que as regras da Câmara atribuem maior mobilidade aos parlamentares do que o suposto por Figueiredo e Limongi (1999). Assim, se por um lado Melo (2003, 2004) reconhece que os estudos empíricos empreendidos pelos autores contribuíram para descortinar aspectos fundamentais do processo legislativo brasileiro, por outro lado observa que estrutura na coordenação da ação coletiva no interior das Casas Legislativas não inibe o comportamento racional dos parlamentares na busca pela sobrevivência eleitoral. O resultado seria um

---

<sup>7</sup> Entre os anos 1969 e 1985, “a Constituição brasileira determinava a perda de mandato para quem se opusesse às diretrizes estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou mudasse de partido – a não ser que a mudança estivesse vinculada à formação de um novo partido.” A emenda constitucional 25, de 1985, colocou fim ao instituto de fidelidade partidária introduzido pelo regime militar, abrindo novas possibilidades de ação dos Congressistas (MELO, 2003, p. 326). Contudo, a Resolução-TSE 22.610/2007, novamente disciplinou o processo de perda de cargo eletivo em caso de desfiliação partidária sem justa causa. A legislação considera como justa causa: a) incorporação ou fusão do partido, b) criação de novo partido, c) mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário, d) grave discriminação pessoal.

Legislativo centralizado que, no entanto, não teria excluído completamente as influências exógenas como determinantes da atuação dos parlamentares.

Em trabalho recente Melo e Pereira (2013), assinalam que um sistema presidencialista multipartidário estável em que a fragmentação partidária venha se acentuando, era quase impossível de se imaginar em uma democracia. Os diagnósticos pessimistas para esse desenho institucional, advindos de muitos cientistas políticos, foi consequência do emprego de ferramentas teóricas e analíticas projetadas para outros sistemas. Até meados da década de 80, sistemas parlamentaristas bipartidários eram tidos como superiores aos demais sistemas, esse sentimento contra governos de coalizão, foi advindo principalmente do mundo anglo saxão. Contudo, de modo geral, esses estudos ignoraram o impacto da separação entre os poderes tanto no número de partidos quanto com relação a sua função. Em um sistema político como o brasileiro, governabilidade é condicionada pela delegação de poderes para ambos os poderes: Executivo e Legislativo, como instituições autônomas. Neste jogo de equilíbrio, países dotados de poder executivo forte têm garantido a estabilidade do governo. Países com executivos fracos tem recorrido a mecanismos anticonstitucionais, causando instabilidade política. Assim, é imprescindível para a estabilidade democrática e governabilidade a combinação de presidentes fortes e controles e contrapesos por parte do legislativo. Em outras palavras, uma democracia sustentável depende de um sistema de freios e contra freios, como os existentes no Brasil. Este sistema de freios envolve o sistema judicial e órgãos para garantir a responsabilização horizontal, como o Ministério Público e Tribunais de Contas, bem como de mecanismos sólidos de supervisão parlamentar. Portanto, segundo os autores, a governabilidade requer que os três ramos do governo sejam fortes. Apesar da literatura clássica sobre o tema, os autores não se concentram, exclusivamente, sobre as relações entre Executivo e Legislativo, de modo a destacar, também, a importância do judiciário.

Nesta mesma corrente de análise é possível situar o trabalho de Pereira e Mueller (2003), para quem os partidos políticos podem ser entendidos enquanto influentes no interior do processo legislativo – devido à centralização decisória; contudo, não teriam a mesma influência fora da Casa Legislativa, principalmente na esfera eleitoral. A razão para isso, segundo esses autores, seria a dinâmica contraditória do sistema político brasileiro, que ora ofereceria incentivos centralizadores de poder, ora incentivos descentralizadores. Para Pereira e Mueller (2003) as regras eleitorais, o multipartidarismo e o federalismo atuam

como elementos descentralizadores, enquanto as regras internas do processo de decisão no Congresso e as prerrogativas constitucionais do presidente agiriam para a centralização.

Todavia, por mais contraditório que pareça, esta combinação não produziria um sistema instável. Se por um lado as regras eleitorais proporcionam incentivos para que os políticos se comportem de maneira individualista fragilizando os partidos na arena eleitoral, os elementos endógenos do processo decisório fortaleceriam as agremiações na arena legislativa. A análise desses autores se constitui enquanto uma corrente intermediária na interpretação do funcionamento do sistema político brasileiro, chamando a atenção para a ambivalência gerada pelos mecanismos institucionais, permitindo a coexistência entre o comportamento partidário no interior do Congresso e o comportamento individualista na esfera eleitoral.

Contudo, a despeito da variedade de interpretações sobre o funcionamento do sistema político brasileiro, bem como da diversidade no foco de análise, quando considerado o arranjo institucional a literatura especializada parece convergir em um ponto específico: a centralização dos poderes de agenda por um número reduzido de instâncias, como o poder Executivo e as lideranças partidárias, contribui para a governabilidade.

### **3. Notas sobre o processo decisório e o sucesso presidencial**

Influenciada por essa nova perspectiva a produção da Ciência Política obteve considerável alargamento, de modo que se hoje os estudos sobre a determinação do padrão de relação entre os poderes ganham força, e a organização interna do parlamento não representa uma incógnita, muito se deve aos debates surgidos contra e a favor das teses defendidas por pesquisadores como Figueiredo e Limongi (1999, 2007), Pereira e Mueller (2002), Diniz (2005), e Santos (1997, 2003).

Em linhas gerais esses estudos buscam demonstrar que instituições políticas estão organizadas de modo a garantir sua governabilidade, não havendo razões para classificar nossa democracia como singular.

Segundo esses autores, os novos dispositivos constitucionais foram os responsáveis por concentrar uma série de prerrogativas nas mãos dos líderes partidários e do poder Executivo. Este último teve seu poder de agenda ampliado, na medida em que passou a contar com novas competências. Na prática, os novos dispositivos seriam responsáveis por evitar a paralisia no processo decisório, aumentando a disciplina parlamentar e o sucesso presidencial.

A análise de Diniz (2005) caminha em direção complementar, buscando definir diferentes indicadores que possam apontar para um verdadeiro sucesso ou fracasso do Executivo. Para a autora o sucesso da agenda presidencial só pode ser constatado a partir da verificação da eficácia das estratégias utilizadas pelo poder Executivo para a aprovação de suas matérias. Segundo Diniz (2005), ao contrário do que se possa pensar o Executivo brasileiro conseguiu aprovar sua agenda obtendo sucesso, não pelo uso do poder discricionário decorrente de suas prerrogativas constitucionais, mas sim por um processo de negociação com sua base parlamentar de apoio, demonstrando que o processo decisório está mais bem institucionalizado do que se supõe.

A análise de Santos (1997) também se mostra interessante ao trazer outro ponto de vista sobre o debate. Para o autor, a dinâmica da relação Executivo-Legislativo deve ser pensada a partir do poder de agenda e da patronagem. Ou seja, para garantir o apoio da coalizão e a aprovação de suas políticas, o Executivo lança mão tanto dos poderes de agenda, quanto da distribuição de cargos ministeriais. Embora o argumento de Santos (1997) seja claramente institucionalista, não faz menção apenas a variáveis estruturais do sistema político. Ainda assim, para o autor foram as mudanças nas regras do processo decisório no período pós-88 que modificaram a relação entre os poderes.

Gomes (2012), que também tem se dedicado ao entendimento da relação entre os poderes, recentemente apontou para novos e importantes indicadores que devem ser levados em conta nos estudos legislativos. Diferentemente das pesquisas anteriores, que tratam da elaboração de políticas públicas que consideram apenas as proposições convertidas em lei, Gomes (2012) constrói sua análise a partir da consideração de todas as matérias encaminhadas. O resultado a que o autor chega é revelador. Uma vez consideradas as propostas enviadas, o Legislativo e não o Executivo – conforme teria sido apontado por Figueiredo e Limongi (1999) – é considerado o principal formulador de políticas públicas. Segundo o autor, os parlamentares são responsáveis pela proposição de mais de 90% das matérias.

Conforme demonstrado por Gomes (2012), embora exista uma “fusão da agenda” substantiva entre poderes, o Legislativo formulou diversas matérias de natureza simbólica ou de homenagens, demonstrando que “os parlamentares possuem tanto interesses distributivistas (pela conexão eleitoral), quanto amplos (por exemplo, pela adesão de programas de coalizão)” (GOMES, 2012 p. 942).

Outro importante achado de Gomes (2012) diz respeito à agenda efetivamente aprovada. Embora o Legislativo seja o maior formulador de propostas, são as matérias enviadas pelo Executivo que em sua maioria são transformadas em lei, conforme vem sendo demonstrado pela literatura (Figueiredo e Limongi, 1999; Carneiro 2009 apud Gomes 2012). Contudo, segundo o autor, o fato do Executivo prevalecer como principal formulador de lei, por meio de suas prerrogativas institucionais<sup>8</sup>, não deve fazer com que este poder seja superestimado – desconsiderando a força das coalizões. Segundo Gomes (2012), “o sistema está orientado para a promoção da governabilidade” (GOMES, 2012 p. 943).

Ademais, é importante salientar que a relação entre os poderes se estende para além da formulação de políticas públicas. Entre as principais funções parlamentares destaca-se a legislação e também a fiscalização. Sobre essa última atribuição parlamentar, Lemos e Power (2013) estabelecem importantes considerações.

Em seu texto sobre os parlamentos reativos<sup>9</sup> os autores esclarecem que, tanto o prestígio político do presidente quanto sua relação com o Congresso são de fundamental importância quando se trata da fiscalização. Ou seja, os presidentes que contam com maior prestígio junto à opinião pública sofrem menos com o controle dos parlamentares, por outro lado, os presidentes que contam com o maior apoio Legislativo tendem a sofrer mais com as pressões fiscalizatórias (LEMOS e POWER, 2013 p. 401). No entanto, segundo os autores, no caso brasileiro o controle parlamentar é exercido no contexto da coalizão, “na qual legisladores buscam acesso a recursos controlados pelo poder Executivo” (LEMOS e POWER, 2013 p. 403).

As coletâneas organizadas por esses autores, que buscam compreender a dinâmica do sistema político a partir do processo decisório, certamente constituem significativas contribuições aos estudos da Ciência Política, especialmente sob a ótica institucionalista.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo apontamos para algumas dos principais debates sobre as características de nossa jovem democracia e seus críticos. Na primeira parte do texto traçamos um breve levantamento bibliográfico quanto as críticas empreendidas ao nosso arranjo institucional, como podemos observar tais críticas estão direcionadas, sobretudo, a forma de governo e o

---

<sup>8</sup> Conforme vem sendo discutido por ampla literatura, a Constituição de 1988 concedeu ao poder Executivo extensos poderes para governar a partir de prerrogativas exclusivas, como o poder de veto, o pedido de urgência, as medidas provisórias, além da iniciativa exclusiva em matérias orçamentárias.

<sup>9</sup> Em linhas gerais os parlamentos reativos são assim chamados por não tomarem as primeiras iniciativas, quando se trata do relacionamento entre os poderes. O poder de agenda está sob as mãos do presidente – proativo.

sistema eleitoral. Contudo, fica evidente que muitas dessas críticas não se sustentam empiricamente. As críticas sobre os problemas da governabilidade, consequência direta da relação entre Executivo e Legislativo, foram contrariadas, principalmente tendo em vista o poder de agenda do presidente.

Além disso, o sistema de lista aberta brasileiro, não é um empecilho para o fortalecimento dos partidos políticos. Da mesma forma, a fragmentação partidária não tem gerado ao Brasil problemas de ingerência. Embora o nosso sistema partidário seja recente, ele tem demonstrado desempenho satisfatório, com características que apontam os partidos políticos como atores chave, de extrema importância, para o funcionamento e manutenção da nossa democracia. Os partidos têm demonstrado serem instituições capazes de formar coalizões com coerência ideológica. Mesmo assim, ainda há problemas à serem superados, como a volatilidade dos candidatos dentro do mesmo bloco ideológico, que ainda é alta, embora esteja em declínio (BRAGA, 2006).

Isso não quer dizer que o nosso arranjo institucional não tenha problemas, nem que o sistema de lista aberta ou o presidencialismo sejam as melhores formas para a constituição de um governo (KLEIN, 2007). Todavia, os problemas apontados por alguns cientistas políticos não se sustentam. Embora existam razões para não se gostar do resultado da democracia brasileira, não há motivos para questionar sua legitimidade, ou tratar o sistema político brasileiro como singular.

Se hoje os estudos sobre a determinação do padrão de relação entre os poderes Executivo e Legislativo ganham força, e a organização interna do parlamento não representa uma incógnita, muito se deve aos debates surgidos contra e a favor das teses defendidas por pesquisadores como Figueiredo e Limongi (1999; 2006). As coletâneas organizadas por esses autores certamente constituem significativas contribuições aos estudos institucionalistas, porém, existem muitas lacunas a serem preenchidas.

Buscando contribuir com este debate outros autores que tem se dedicado a compreensão do modo de organização e funcionamento de nossas instituições, chegando a resultados complementares a partir de diferentes indicadores.

Contudo, a despeito da ampliação do conhecimento sobre o processo decisório nacional, a questão que se apresenta para o atual debate institucionalista não é se o Brasil é governável ou não. Esta parece ser uma controvérsia já superada. Os desafios ao entendimento do funcionamento do sistema político brasileiro parecem se apresentar sobre novos termos. A questão que se coloca é: sobre que condições o Brasil é governável? Esta



problemática enunciada por Palermo (2000) desponta como novo tema para investigação, no qual os cientistas políticos que se debruçam sobre o funcionamento das instituições democráticas devem se preocupar.

É verdade que o termo governabilidade pode ter amplo entendimento especialmente quando se fala de regimes democráticos. Contudo, no breve espaço deste texto compreendemos como componentes da governabilidade a estabilidade e eficiência que permitem a democracia funcionar.

Assim, consideramos que conhecer mais profundamente a relação entre os poderes e o processo de tomada de decisão permite ampliar o entendimento sobre o modo com que o Brasil é governado, contribuindo para o entendimento do funcionamento de nossa democracia.

### Referências bibliográficas

AMES, Barry. (2003). "Os entraves da democracia no Brasil". Rio de Janeiro: Ed. FGV.

AMORIM NETO, Octávio (2000). "Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil". Dados, vol. 43, n.03, Rio de Janeiro.

ABRANCHES, Sergio (1988). "O Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro". In Dados (Rio de Janeiro: IUPERJ) Vol. 31, nº 1.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa (2006). "O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)". São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp.

DINIZ, Simone (2005). "Interações entre os Poderes Executivo e Legislativo no Processo Decisório: Avaliando Sucesso e Fracasso Presidencial". Dados, Vol. 48, nº 1. Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1995). "Mudança Constitucional, Desempenho Legislativo e Consolidação Institucional". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 29, p. 175-200.

\_\_\_\_\_. (1996). "O Congresso Nacional: organização, processo decisório e produção legal". Cadernos de Pesquisa, n. 05, CEBRAP, p. 01-97.



\_\_\_\_\_. (1999). "Executivo e Legislativo na nova Ordem Constitucional". Rio de Janeiro: Ed. FGV.

\_\_\_\_\_. (2006). "Poder de Agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo multipartidário".

KINZO, Maria D'Alva. (2004). "Partidos, eleições e democracia no Brasil Pós- 1985". In Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 54, vol. 19.

KLEIN, Cristian. (2007). "Os desafios da Reforma Política". Rio de Janeiro: Mauad X.  
GOMES, Fabio de Barros Correia (2012). "Cooperação, Liderança e Impasse entre o Legislativo e o Executivo na Produção Legislativa do Congresso Nacional do Brasil". Dados, Vol. 55, nº 4. Rio de Janeiro.

INACIO, Magna e RENNÓ, Lucio (2009). "O Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada". Ed. UFMG.

LAMOUNIER, Bolívar. (1992). "Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990". In: VELLOSO, J. P. dos R. (Org.) O Brasil e as reformas políticas. Rio de Janeiro: José Olympio.

LEMOS, Leany B. e POWER, Timothy J. (2013). "Determinantes do Controle Horizontal em Parlamentos Reativos: O Caso do Brasil (1988-2005)". Dados, Vol. 56, nº 2. Rio de Janeiro.

PALERMO, Vicente (2000). "Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições Políticas e Gestão de Governo". In: Dados, volume 43 (3), págs. 521-557.

PEREIRA, Carlos e MUELLER, Bernardo (2002). "Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro". Dados, Vol. 45, nº 2. Rio de Janeiro.

SANTOS, Fabiano. (1997), "Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira". DADOS, vol. 40, no 3, pp. 465-491.

\_\_\_\_\_. (2003) "O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão". Belo Horizonte, Ed. UFMG.

Shugart, Matthew Soberg, and John M. Carey (1992). "Presidents and Assemblies. Constitutional Design and Electoral Dynamics". Cambridge: Cambridge University Press.

SOARES, Gláucio A.D. e RENNÓ, Lucio R. "Reforma Política: Lições da História Recente". Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 249-280.

MAINWARING, Scott. (1993). "Democracia Presidencialista multipartidária: o caso do Brasil". Revista Lua Nova, n.º 28-29, São Paulo. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100003&script=sci_arttext)>. Acessado: Agosto de 2014.

MELO, Carlos Ranulfo (2003). "Migração partidária na Câmara dos Deputados – Causas, Consequências e Possíveis Soluções". In: BENEVIDES, Maria V.; VANNUCHI, Paulo; e KERCHE, Fábio (orgs). Reforma Política e Cidadania. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo.

\_\_\_\_\_. (2004). "Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985/2002)". Belo Horizonte, Ed. da UFMG.

MELO, M. A., & PEREIRA, C. (2013). "Making Brazil Work: Checking the President in a Multiparty System". New York: Palgrave Macmillan.

NICOLAU, Jairo (2000). "Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)". Dados, vol. 43, n. 04, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Carlos e MUELLER, Bernardo (2003). "Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil". Dados, vol. 46, n.04, Rio de Janeiro.

## **“Sofredores do presente, libertos no futuro”<sup>1</sup>: uma análise da Missão Portas Abertas a partir de Luc Boltanski.**

Clayton Guerreiro<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, pretendo analisar a Missão Evangélica Portas Abertas Internacional, organização que atua em países nos quais a liberdade religiosa sofre restrições. Para realizar tal tarefa, Luc Boltanski será tomado como principal referencial teórico, sendo utilizada sua noção de sofrimento à distância. Norteiam este trabalho os supostos de que esta missão atua como agente propagador do sofrimento de alguns atores sociais que se encontram distantes, sendo este aspecto de fundamental importância para as atividades da missão. A Missão Portas Abertas utiliza testemunhos e imagens a fim de dar visibilidade às suas causas e impactar seu público alvo, geralmente composto por cristãos evangélicos. Suas atividades, então, teriam como objetivo motivar pessoas para exercitarem a piedade com o intuito de minimizar o sofrimento de outros cristãos em diversas regiões nas quais a missão atua.

**Palavras-chave:** Missão Portas Abertas, Luc Boltanski, sofrimento, distância, piedade.

**Abstract:** In this article, I analyze the Missão Evangélica Portas Abertas Internacional, organization that operates in countries where religious freedom would suffer restrictions. To perform this task, Luc Boltanski will be taken as the main theoretical framework, his notion of suffering in the distance being used. Guide this work the supposed mission of this agent acts as a propagator of the suffering of some social actors who are far, this aspect is of fundamental importance to the activities of the mission. The Missão Portas Abertas uses images and testimonies in order to give visibility to their causes and impact your audience, usually composed of evangelical Christians. Its activities then have aimed to motivate people to exercise piety in order to minimize the suffering other Christians in various regions in which the mission operates.

**Keywords:** Missão Portas Abertas, Luc Boltanski, suffering, distance, piety.

### **1. Introdução**

É possível que ser chamado de contrabandista não agrade a muitas pessoas. Entretanto, irmão André, como é conhecido o holandês Anne van der Bijl, fundador da

---

<sup>1</sup> Título do editorial da Revista Portas Abertas, ed. fev/2014, escrito por Frans Veerman, diretor da unidade de estudos sobre perseguição religiosa, da Missão Portas Abertas Internacional, tomada como objeto de pesquisa neste artigo.

<sup>2</sup> Mestrando em Ciências Sociais pela Unifesp. Este trabalho teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo nº 2013/23216-9.

Missão Portas Abertas, parece se orgulhar de ser chamado desta forma.<sup>3</sup> A alcunha de “contrabandista de Deus” (SHERRILL e SHERRILL, 2008) está relacionada às suas incursões em países comunistas, tais como as antigas União Soviética e Tchecoslováquia, a bordo de um automóvel fusca, tornado símbolo da missão fundada por ele, com o qual teria percorrido mais de 300 mil quilômetros, cruzando fronteiras e carregando consigo bíblias e literatura religiosa.<sup>4</sup>

Sua atuação missionária se iniciou em 1955 quando, na ocasião do Encontro da Juventude Comunista na Polônia, foi despertado para propagar a mensagem evangélica em países nos quais os cristãos, em sua opinião, sofreriam perseguição por causa da opção religiosa. A partir de então, a causa destes cristãos evangélicos, marcadas pelo sofrimento, tem sido insistentemente divulgada por ele e seus milhares de auxiliares ao redor do mundo.

Na década de 1960, além dos países europeus, suas atividades se estenderam a outros países comunistas, como Cuba, China e Coreia do Norte e, a partir da década de 1970, seus esforços passaram a se concentrar no Oriente Médio, quando visitou o Líbano pela primeira vez, onde intensificaria seu trabalho missionário. Com a queda do comunismo no continente europeu, suas ações se expandiram, priorizando o apoio a cristãos evangélicos em regiões orientais, africanas ou em qualquer país cujo islamismo prevalecesse. Assim, por mais de 50 anos, a Missão Portas Abertas tem se dedicado a divulgar a causa dos cristãos que, segundo informes da missão, vivem em países em que há pouca ou nenhuma liberdade religiosa.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Em 1967, foi publicado o livro “God’s Smuggler” (em português: O contrabandista de Deus), contando a história do irmão André. A obra foi traduzida para mais de 35 idiomas e vendeu cerca de 10 milhões de exemplares.

<sup>4</sup> De acordo com alguns autores, como Mendonça e Filho (2002, p. 14), a visão de certos grupos protestantes e de algumas organizações paraeclesiais, tais como agências missionárias, é marcada por um forte sentimento anticomunista. A meu ver, isto contribui para que a história do Irmão André tenha forte aceitação entre os protestantes.

<sup>5</sup> Não pretendo neste trabalho, me aprofundar nas questões de liberdade ou perseguição religiosas, mas ressaltar, em consonância com Giumbelli (2002), que as relações entre modernidade e religião são caracterizadas por conflitos ou controvérsias entre os agentes envolvidos nestas disputas. Ao pensar sobre a finalidade da religião na sociedade contemporânea, o autor realiza estudos de caso na França e no Brasil. No caso francês, ao tomar como objeto as chamadas “seitas”, tais como Cientologia, Hare Krishna, Meninos de Deus, seita Moon e outros grupos religiosos, e no Brasil, ao analisar a Igreja Universal do Reino de Deus, Giumbelli procura refletir sobre as relações entre religião e outros setores da sociedade, especialmente representantes do poder público. O autor conclui, a partir destas relações, que é possível observar a existência de dispositivos de regulação do religioso, por parte dos ditames da modernidade, que passariam a definir e balizar a religião. Esta, por sua vez, revelaria diversos aspectos da sociedade no interior da qual ela se insere. Deste modo, conquanto eu esteja ciente de que a Missão Portas Abertas atua em mais de 50 países e o trabalho de Giumbelli compreende apenas Brasil e França, penso que, ao menos, esta análise serve para ilustrar as concepções distintas sobre liberdade religiosa e controvérsias existentes entre religião e agentes públicos. Portanto, esclareço que farei a opção, no decorrer deste trabalho, por tomar os termos “liberdade” ou

As atividades da Missão incluem a facilitação da atuação dos missionários em países nos quais alguns cristãos enfrentariam dificuldades. Esta facilitação compreende auxílio institucional e financeiro aos fiéis que vivem nestas regiões, a partir do suposto de que professar a fé cristã nestas localidades exige enfrentar isolamento e outras aflições, causadas especialmente pelo que eles, missionários e nativos, consideram como opressão e tirania de culturas não cristãs.

A fim de refletir sobre as ações da Missão Portas Abertas tomarei as concepções de Luc Boltanski (1993), especialmente em *“La souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politique”*.<sup>6</sup> Esta obra trata da complexa relação de ajuda entre aqueles que sofrem e os que se mobilizam para ajudá-los. Ao pensar nestes vínculos, Boltanski reflete sobre o papel das Organizações Não Governamentais, de cunho internacional, que atuam em diversas situações de dificuldades e catástrofes. Tal fenômeno despertou a atenção do sociólogo francês, devido à intensificação dos atos de ajuda humanitária em contextos de guerra. Boltanski dá um destaque especial ao papel destas organizações humanitárias e suas atividades como intermediadoras de ações sociais, tendo a mídia como propagadora dos episódios de sofrimento.

Para ele, o debate sobre ajuda humanitária e execução de políticas de auxílio aos infelizes passa pelos procedimentos destas ONGs, no processo de intermediação entre sofredor e espectador, que permitem uma aproximação entre ambos, mesmo que estes estejam geográfica e moralmente distantes um do outro. Deste modo, o espectador é mobilizado a agir em prol do sofredor, dispensando possíveis laços morais ou sociais que, porventura, pudessem servir como elo entre eles. Haja vista que, é através da identificação com o sofrimento do outro que ocorre a mobilização, sendo desnecessário, até mesmo, que o espectador, posteriormente tornado ajudador, conheça quem está sofrendo para que o auxilie. Basta, para isso, que os trabalhos de mobilização das ONGs sejam eficazes, de tal forma que despertem tais sentimentos e motivações para que a ajuda ao sofredor distante possa acontecer.

A relação entre espectador e sofredor, para Boltanski, passa também pela oposição entre piedade e compaixão e supõe que o exercício da compaixão demanda proximidade e

---

“perseguição” religiosa, a partir do ponto de vista dos nativos, sem entrar nos meandros que tal discussão poderia levantar.

<sup>6</sup> Neste trabalho utilizei duas versões: a publicada originalmente em francês (1993) e a versão em inglês (2004).

prescinde do uso de palavras. Para discutir o tema, ele usa Hannah Arendt (1990) e supõe que o conceito de compaixão está fundamentado na ideia de que a preocupação com o outro teria como alvo indivíduos particulares, dispensando o desenvolvimento de qualquer tipo de “capacidade de generalização”, pois “fala apenas na medida em que ele tem que responder diretamente ao expressionista som puro e gestos, através do qual o sofrimento torna-se audível e visível no mundo.” (HANNAH ARENDT apud BOLTANSKI, 2004, p. 6).

Para o sociólogo francês, a noção de compaixão ainda pode ser ilustrada pela parábola bíblica do Bom Samaritano.<sup>7</sup> A história, pertencente à tradição cristã, conta que um homem espancado à beira da estrada, foi ignorado por religiosos que, passaram ao largo, mas um desconhecido que trilhava aquele caminho, o bom samaritano, assumiu os custos por sua hospedagem e medicação, até que o necessitado fosse curado. O contexto original da parábola faz parte dos embates entre Jesus Cristo e os religiosos da época. Diante da pergunta sobre “herdar a vida eterna” feita pelo “doutor da lei”, ele é respondido que deveria “amar ao próximo”. Mas, ainda assim, questionou sobre quem seria esse próximo, sendo respondido por Jesus com esta narrativa. Assim, esta história, que também faz alusão às tensas relações entre judeus e samaritanos, servem, para Boltanski e Arendt, como ilustração da relação de ajuda entre o que sofre e o que vê o sofrimento.

[...] como a análise de Hannah Arendt sugere mais uma vez, a oposição entre a compaixão - que está ligada à presença e, assim, aparentemente, local - e piedade - que generaliza e integra a dimensão da distância - só funciona analiticamente se tivermos em mente a posição a partir da qual essa oposição foi determinada (BOLTANSKI, 2004, p. 6).

Concordo com o autor, quando, este afirma que é apenas no âmbito político que se percebe a compaixão como exclusivamente referente à dimensão local. Pois, em contextos teológicos, dos quais emergem muitas organizações de ajuda humanitária, a dimensão espaço-temporal seria superada. Boltanski também lembra que a perspectiva paulina, elaborada a partir da metáfora bíblica do “corpo místico de Cristo”, supõe a unidade dos cristãos, instruindo para que estes sejam “membros uns dos outros”. Esta coesão pode ser exemplificada em diversas situações, desde a ajuda mútua por meio de orações até o auxílio para a minoração do sofrimento.

---

<sup>7</sup> Parábola contida no texto bíblico, no evangelho de São Lucas, capítulo 10, versículos 25-37.

Para ele, a fundação das confrarias de cristãos - cujas tarefas incluíam a execução de obrigações religiosas, mas também manutenção de hospitais, sepultamento de indigentes e cuidados com os pobres de modo geral - seriam arquétipos destes esforços. Estes modelos seriam sucedidos pelo que o autor chama de “secularização da filantropia” e revelariam a passagem dos esforços espirituais para ajuda mútua a um tipo “político de generalidade”, assumindo assim uma preocupação com a dimensão da distância.

Luiz Fernando D. Duarte (1996), em um ensaio bibliográfico sobre a obra de Boltanski, analisa o uso que o autor francês faz da parábola bíblica supracitada, considerando que

A “questão humanitária” moderna transporta o problema clássico do “bom samaritano” para um patamar diferente de engajamento e negociação. A sua transformação em uma “política” exige que o sofrimento seja tratado “à distância”, pois ele visa a “generalização” (que ocupa o lugar da “universalização” no jargão empirista). Mas, ao mesmo tempo, não pode prescindir da referência e evocação do “sofrimento” efetivo — preferencialmente coletivo —, a partir do qual desenvolve sua panóplia discursiva e institucional (DUARTE, 1996, p. 166).

Deste modo, a percepção de Duarte vai ao encontro da interpretação de Boltanski, reforçando a noção de que compaixão se distinguiria de piedade, pois enquanto aquela não se preocupa com a generalização, esta generaliza. E, ao generalizar, adiciona a dimensão da distância, entendida como um direito fundamental, a fim de propor unificação e equivaler “situações espaciais e temporais locais”.

Portanto, a parábola coaduna-se com a noção boltanskiana de que compaixão é a ação em favor de quem sofre na presença deste, sendo desnecessário que esta relação envolva discursos e sentimentos. Por outro lado, a ideia de piedade revela a existência de um espectador feliz que observa o sofrimento dos infelizes, os quais se tornam alvos de um *pathos*<sup>8</sup> que sensibilize e mobilize um número maior de pessoas para uma determinada causa.

Neste artigo, partirei da hipótese de que o trabalho da Missão Portas Abertas depende mui especialmente da divulgação das histórias e imagens apresentadas por eles, as quais seriam instrumentos da missão, a fim de que o sofrimento observado pelo

---

<sup>8</sup> Palavra grega que pode ser traduzida por paixão, sentimento ou sofrimento.

espectador seja utilizado como expediente que o motive a agir em prol da causa defendida, a dos “cristãos perseguidos”. Assim, ao receberem a divulgação do sofrimento do outro distante, os espectadores poderiam mover-se em favor dos infelizes, o que legitimaria as ações da Missão Portas Abertas.

No decorrer deste artigo, me deterei na análise do discurso da missão e dos testemunhos dos atores sociais. Em seguida, procurarei pensar na utilização dos recursos visuais - por meio de vídeos e fotografias - e no efeito causado pela propagação destas imagens nos espectadores. Por fim, tecerei algumas considerações finais, buscando articular as práticas da missão e suas justificativas para propagação do sofrimento com a teoria de Boltanski.

## 2. Discursos e sofrimento

Ao descrever seu plano de atuação, a Missão Portas Abertas procura esclarecer que não possui uma “receita pronta” para orientar sua maneira de agir, indicando que as operações da missão em determinada região dependeriam do momento e da necessidade de cada situação.

Assim, as atividades da Missão obedeceriam a uma sucessão de procedimentos: “Ouvimos as necessidades, contatamos as lideranças locais, estudamos as formas de socorro mais eficazes e atuamos de forma discreta, de modo a garantir a continuidade de nossas operações aos perseguidos e o socorro aos necessitados”.<sup>9</sup> Pensando nesta descrição, à luz da noção de justificação, conforme formulada por Boltanski e Thévenot (1991), segundo os quais, a ação social é caracterizada pela reflexibilidade e acompanhada de argumentos aprendidos no contexto social, com vistas a justificar predileções e opiniões, deduzo que a Missão Portas Abertas, ao descrever sua forma de atuação, está prevenindo possíveis disputas em torno da legitimidade de suas ações, orientada por argumentos que buscam justificativas morais, com vistas a validar seus discursos e práticas.

No site da própria instituição é possível encontrar, elencados, seis níveis de atuação que apontam para os trabalhos da missão: distribuição, treinamento, ajuda socioeconômica, ações institucionais, ajuda emergencial e presença. Defendo aqui que nos seis níveis de atuação da Missão é possível perceber o tema do sofrimento do outro e não pretendo considerar estes níveis separadamente. Tomo como exemplo o primeiro modo de atuação

---

<sup>9</sup> Disponível em: [http://www.portasabertas.org.br/nosso\\_trabalho/comoatuamos/](http://www.portasabertas.org.br/nosso_trabalho/comoatuamos/). Acesso em 20/01/2014.



da Missão Portas Abertas, a distribuição, que tem por intuito fornecer “ferramentas de aprendizado e consolidação do cristianismo”, apontando para uma proposta de propaganda religiosa e tentativa de captação de novos fiéis, típicas da perspectiva conversionista individualista.<sup>10</sup> A missão distribui bíblias e materiais de divulgação religiosa (impressos ou em multimídia), além de vários outros materiais, tais como aparelhos eletrônicos, e até mesmo meios de transporte para pastores e missionários. Mas são os instrumentos de divulgação, em várias mídias, sejam impressas, de áudio ou visuais, que fornecem à missão o fôlego necessário para levar adiante suas atividades de divulgação da “causa dos cristãos perseguidos”.

Uma das maneiras mais comuns e eficazes para despertar a mobilização destes atores parece ser a estratégia de contar testemunhos. Este modo de agir, todavia, não é novidade em igrejas evangélicas.<sup>11</sup> Em milhares de reuniões ocorridas diariamente, nos templos brasileiros, são vários os relatos sobre as conquistas pessoais alcançadas pelos fiéis, tais como a conquista de empregos, cura de doenças e conversão de familiares, dentre outros. Entretanto, é possível observar que a graça alcançada é sempre antecedida por momentos de sofrimento e sacrifício enfrentados pelos testemunhantes. O trabalho de Antonio (2012), uma etnografia sobre programas de TV da maior igreja neopentecostal<sup>12</sup> brasileira, Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), aponta que o tema do sofrimento é bastante presente no discurso de pastores. Mas neste caso, o autor conclui, tomando Boltanski como fundamento teórico, que o sofrimento é o “vetor de sentido” dos discursos daqueles atores estudados por ele no programa *Fala que eu te escuto*, transmitido pela Rede Record de Televisão.

No que concerne à Missão Portas Abertas, também é possível observar o uso deste dispositivo. Nestes relatos, o sofrimento é contado de dois modos. Um primeiro tipo, vivenciado no passado, antes da adesão do sujeito da experiência à fé cristã evangélica,

---

<sup>10</sup> Postura teológica dos missionários protestantes norte-americanos de orientação fundamentalista que aportaram no Brasil através de missões evangélicas, especialmente batistas e presbiterianas, no início do século XX. Mendonça e Filho (2002) sustentam que a doutrina conversionista, baseada no conceito teológico de salvação individual, possui características como a exaltação de valores norte-americanos, gerando o enfraquecimento da igreja institucional. Salientam também que o conversionismo individualista é o motor das missões protestantes desde o século XIX (MENDONÇA E FILHO, 2002, p. 33,55).

<sup>11</sup> Gedeon Freire de Alencar, pesquisador do pentecostalismo, fala de uma “indústria de testemunhos” que grassa entre os evangélicos brasileiros e observa que existe um segmento de literatura especializada no assunto. Disponível em: Revista Eclésia, nº 115, março de 2006.

<sup>12</sup> Utilizo aqui a designação de Ricardo Mariano (1999) para caracterizar um tipo de pentecostalismo, surgido na década de 1970 que se caracteriza pela propaganda religiosa agressiva e defende a teologia da prosperidade, segundo a qual todos os cristãos devem alcançar a prosperidade financeira por meio da fé.

quando professava outra religião.<sup>13</sup> Assim como os testemunhos de “graças alcançadas”, aos quais aludi anteriormente, estes atores procuram ressaltar que passaram pelo sofrimento, mas alcançaram a felicidade e a paz ao aderirem à nova fé. Mas há ainda um segundo tipo de testemunho. E esta forma de testemunhar enfatiza que a adesão à fé resultou em sofrimento e perseguição contra esses sujeitos, em decorrência de suas novas crenças. Assim, ao romperem com as fortes tradições religiosas familiares, alegam que passaram a sofrer perseguição, seja no seio de suas próprias famílias, por seus vizinhos, em seus locais de trabalho ou mesmo por autoridades que, em alguns países, proíbem o exercício de alguma fé distinta daquela oficializada ou apoiada pelo Estado.

Neste tipo de testemunho, sofrimento e felicidade se articulam, tendo máximas bíblicas por fundamento, como nas palavras atribuídas a Paulo, importante nome do cristianismo “Tu, pois, sofre as aflições como bom soldado de Jesus Cristo”, ou mesmo nas recomendações de Jesus, conforme o texto cristão, “no mundo tereis aflições” ou “Bem aventurados os que sofrem perseguição por causa da justiça”.<sup>14</sup> Portanto, sofrer pela fé cristã, na perspectiva destes agentes, é sofrer por uma causa nobre, explicando assim, que as aflições enfrentadas por eles poderiam servir para estimular a fé de outros que observam suas dores e intempéries.

Aqui, minha análise se distancia do foco tratado por Antonio (2012), na relação entre sofrimento e felicidade, pois é comum pensar, entre os evangélicos de origem neopentecostal, que o sofrimento deva ser superado para que a felicidade seja alcançada. Na perspectiva dos atores sociais da Missão Portas Abertas, é provável que o sofrimento dos cristãos não cesse, coadunando com certa concepção cristã que supõe a necessidade de enfrentar provas nesta vida para que o paraíso seja alcançado. Entretanto, algumas adversidades poderiam ser minimizadas e, neste caso, o auxílio dos espectadores seria de fundamental importância. Deste modo, a perseverança dos perseguidos, ao passarem pelo sofrimento, deveria servir como pedagoga, ensinando os pertencentes à “igreja livre” a se manterem perseverantes, seguindo o exemplo dos fiéis da “igreja perseguida”.<sup>15</sup>

Na ocasião desta pesquisa, a sessão “Testemunhas”, no site da Portas abertas, contava com 274 relatos, envolvendo sofrimento, conversão e perseguição, além de

<sup>13</sup> Há relatos de convertidos do islamismo, hinduísmo, budismo, dentre outras religiões.

<sup>14</sup> Textos da Bíblia revista e atualizada em: I epístola de Paulo a Timóteo 2.13; Evangelho de João 16.33; Evangelho de Mateus 5.10.

<sup>15</sup> Todos os meios de divulgação da Missão Portas Abertas apresentam a dicotomia entre igreja livre e igreja perseguida. Procurei preservar a perspectiva dos nativos, neste caso.

exaltação da fé cristã e ênfase na importância da missão para auxílio aos sofredores, localizados em países distantes. A história de um ex-muçulmano, cuja nacionalidade não é informada pelo site da missão, mas provavelmente oriundo de algum país do Oriente Médio, ilustra esta estratégia:

Meu nome é Yasser Hamid, nasci em uma família muçulmana e era um ativista político e estudioso de religião comparativa. Eu conheci Jesus e passei a segui-lo. Desde então, enfrentei sérios problemas judiciais e acusações de blasfêmia. A minha curiosidade sobre a fé vem do contexto religioso da minha família. Minha mãe era uma estudiosa islâmica e outros membros da família eram clérigos muçulmanos. Em novembro de 2004, eu, que um dia fui um cético e intelectual muçulmano, fui batizado com minha esposa, meu filho, minha filha e mais dois parentes. Por conta disso, além das acusações de blasfêmias, sofri vários ataques. Fui baleado seis vezes. Extremistas assassinaram meu irmão mais novo, que também havia se tornado cristão. Passei a me esconder, mas uma invasão policial na casa de um amigo, em outubro de 2005, me convenceu de que seria mais seguro para todos se eu deixasse o país. Desde que fugi para Europa, meus familiares tiveram de se esconder para ocultar sua identidade.<sup>16</sup>

É possível notar, neste depoimento, a carga de sofrimento pela qual passou o depoente. Foi alvo de atentado, teve um irmão morto, teve de fugir para outro continente e seus familiares precisaram esconder-se, a fim de preservarem suas vidas. Tais estágios do sofrimento, no caso de Hamid, tornam-se fundamentais para que o trabalho da missão, de aproximar espectadores e sofredores, ganhe legitimidade.

Tão importante quanto os relatos, em si, é a maneira como eles são contados. Para Lissvsky e Sá-Carvalho (2006), é preciso que as histórias de sofrimento sejam contadas em primeira pessoa, pois devem ter a legitimidade de uma experiência de dor. Concordo com os autores, ao observar que a narrativa em primeira pessoa causa um impacto muito maior naqueles que lêem ou escutam as narrativas e aproxima sofredores e espectadores, diminuindo as distâncias entre esses agentes, sejam elas de cunho geográfico, moral ou

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.portasabertas.org.br/noticias/testemunhos/>. Acesso em 04/02/2014.

étnico. Não são poucos os casos nos quais, em “cultos de missões”,<sup>17</sup> os missionários enfatizam que orar pelos que estão distante e enviar-lhes alguma correspondência é mais importante que contribuir financeiramente ou ir ao campo missionário. A oração e a comunicação com missionários e nativos trariam, portanto, aproximação com os que sofrem. As orações feitas em favor de um missionário ou um “cristão perseguido”, num país desconhecido, refletiriam identificação mútua e testificariam a simpatia desenvolvida por um espectador do sofrimento alheio, ainda que este outro esteja distante e seja desconhecido de quem o observa.

### 3. Imagens que propagam o sofrimento do outro

Além dos testemunhos escritos e contados nos eventos missionários, a divulgação da dor e do sofrimento do outro se dá, no caso da Missão Portas Abertas, por meio de imagens e vídeos. A observação do *modus operandi* da missão me possibilitaram fazer inferências sobre a importância das imagens na atividade de divulgação do trabalho dos agentes das missões nos campos missionários.



(Figura 1: Família cristã etíope. Fonte: Revista Portas Abertas, agosto de 2013, p. 7)

Percebo que, como no caso dos testemunhos, sofrimento e felicidade parecem estar imbricados nas imagens que eles divulgam, como a expressão séria do menino que sorri, em contraste com o semblante fechado dos demais membros da família.

Não são raros os casos, tanto nos cultos, quanto por meio dos materiais de divulgação, nos quais retratados o “antes e o depois” da chegada do missionário em determinada

<sup>17</sup> Periodicamente as igrejas protestantes realizam cultos temáticos ou conferências nos quais o assunto principal são as missões. Ao regressarem dos campos de atuação, ou durante as férias, os missionários são convidados a falar nas igrejas sobre os trabalhos que desenvolvem em outras regiões.

localidade, mostrando as “transformações ocorridas” com o trabalho missionário. Entretanto, a divulgação do sofrimento atual (no momento das palestras e quando as histórias são publicadas em revistas, panfletos e sites) tanto do missionário quanto dos nativos onde ele atua, revela a importância da divulgação imagética para estratégia das missões. Lissovsky e Sá-Carvalho, ao argumentarem sobre a força das fotografias para mobilização do não-sofredor, sustentam que

Ao tornar visíveis para a “opinião pública” sofrimentos até então distantes do olhar — indígenas em terras longínquas, trabalhadores no interior das fábricas, moradores de cortiços e imigrantes no campo —, a fotografia, no fim do século XIX e início do século XX, foi largamente responsável por incluí-los no imaginário social. Em todas elas, representar o sofrimento do outro implicava pensar a sociedade como um projeto coletivo que não se esgotava na caridade e na filantropia, mas, pela via da opinião pública, adquiria uma dimensão política. A vítima retratada era por si representativa de um grupo e seu sofrimento exemplar. Assim, por representar um sofrimento particular que poderia ser generalizado para uma condição social, a mediação — no caso, do fotógrafo, mas também do jornalista, do escritor, do pedagogo ou do político — era imprescindível (LISSOVSKY e SÁ-CARVALHO, 2008, p. 79).

No caso desta análise, a generalização de um sofrimento particular é feita pelos missionários e agentes da missão, os quais intermediam a relação entre sofredores e espectadores, através das imagens que utilizam.

Outrossim, é possível perceber que as imagens passam por uma seleção para, ao mesmo tempo, chamar a atenção, mas não chocar seus espectadores.



(Figura 2: Família de cristãos perseguidos. Fonte: Revista Portas Abertas, agosto de 2013, capa)

Por se tratar de uma organização internacional ligada a mais de 300 agências missionárias, instituições paraeclesiais<sup>18</sup> e Organizações Não Governamentais de ajuda humanitária, pude perceber certo “cuidado” com a seleção das imagens a serem divulgadas, deixando transparecer o desígnio de comover, mas não chocar, pois dependendo do uso que se faz das imagens e relatos, pode haver repulsa, por parte de certos espectadores, gerando o efeito oposto, em relação ao que se intenta, conforme apontaram Machado e Mendes (2007).

Apesar deste presumível cuidado da Missão em não ofender seus espectadores, uma rápida busca na internet mostrará imagens impressionantes, feitas por outros sites cristãos que também procurariam divulgar a causa dos “cristãos perseguidos”. Observam-se, nestes sites, centenas de notícias e fotografias mostrando pessoas espancadas ou mortas que, segundo as dezenas de sites e blogs, acabaram sofrendo penalidades, legais ou não, por não negarem a fé cristã. Uma destas notícias foi veiculada no blog “Unidos contra o mundo”<sup>19</sup> e reproduziu a matéria do jornal norte-americano Christian Post. Ao divulgar um ataque à bomba que destruiu uma igreja anglicana no Paquistão, deixando 78 fiéis paquistaneses mortos no dia 22/09/2013, o site publicou 11 fotografias, todas

<sup>18</sup> Conforme a definição de Jeffrey K. Hadden (1999), as organizações paraeclesiais remontam ao início do século XIX, nos Estados Unidos, as quais compreendiam sociedades bíblicas, organizações educacionais ou missionárias. Estas instituições funcionam de maneira autônoma, em relação às denominações e igrejas protestantes, mas podem cooperar e receber ajuda delas e de seus membros.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://unidoscontraomundo.spaceblog.com.br/2513917/IGREJA-ANGLICANA-CENTENARIA-E-DESTRUIDA-JUNTO-A-78-DE-SEUS-MEMBROS/>. Acesso em 23/01/14.

chocantes. Em uma delas, pude notar pelo menos 30 cadáveres jogados ao lado de poças de sangue. Outra imagem aterradora é do cadáver de uma criança, de cerca de 6 anos de idade, enrolada num lençol branco manchado de sangue, ao lado do corpo de uma mulher mais velha. Nos “cultos de missões”, aos quais me referi acima, são comuns os episódios nos quais os missionários, por meio de slides, mostram fotografias e vídeos do “campo missionário” relatando casos de cristãos que morreram de forma cruel, alguns violentados, espancados, enforcados ou queimados vivos. Tais apresentações, que parecem não seguir os mesmos critérios que suponho existir no caso da Missão Portas Abertas, são sucedidas por apelos emocionados para o envolvimento com a obra missionária, que incluiria tornar-se um missionário, contribuir financeiramente com missionários ou orar pelos missionários e nativos a serem evangelizados.

Na edição de agosto de 2013 da Revista Portas Abertas, há uma propaganda incentivando a assinatura do órgão informativo da missão, por meio de uma frase de impacto: “Se emocione com as histórias dos cristãos perseguidos”.

De fundo, há a fotografia de um casal, estando ambos com uma criança no colo. A legenda da foto indica que se trata de uma família cristã oriunda de um pequeno vilarejo no Iraque e deixa claro que a frase colocada sobre a fotografia realça o expediente usado pela missão. O retrato da referida família revela, assim, o nítido intento, não necessariamente declarado em outras imagens, de sensibilizar o leitor da revista para que este se envolva com as histórias contadas. Neste caso, sem se importar com possíveis discussões sobre as implicações éticas de tais métodos, a missão deixa claro que pretende emocionar aos seus leitores.





(Figura 3: Família cristã de um pequeno vilarejo no Iraque.  
Fonte: Revista Portas Abertas, agosto de 2013, contracapa)

Mas, o aprofundamento da pesquisa sobre a atuação da missão me permitiu compreender que, segundo esses agentes, não se trata de emocionar sem um propósito, mas despertar nos espectadores um sentimento de piedade pelos que sofrem. Sentimento este que, segundo Odilio Alves Aguiar, em sua investigação sobre Hannah Arendt, seria “[...] a perversão da solidariedade, esta sim uma virtude política” (AGUIAR, 2004, p. 16). Deste modo, enquanto Boltanski (1993) trabalharia a oposição entre piedade e compaixão, Arendt pensaria em piedade como oposto da solidariedade. Pois, conforme Aguiar, “Na solidariedade está em xeque o aceite da posição do outro manifesta numa opinião. O outro entra não como um necessitado, mas como um igual, com capacidade de falar, como um cidadão, nem que seja em termos potenciais” (2004, p. 16). Destarte, a solidariedade deslocaria as ações do âmbito da compaixão e da piedade e implicaria numa atitude política de questionamento das causas do sofrimento do outro. Para Boltanski (1993), enquanto a política de piedade colocaria em questão a distinção entre felizes e infelizes, a política de justiça apontaria a distinção entre grandes e pequenos e se ocuparia da investigação das causas dos infortúnios.

Ao investigar sobre as implicações éticas de se mostrar imagens de sofredores no discurso dos próprios agentes, entrevistei a missionária Rilda que, durante seis anos trabalhou em outra missão no Peru, tendo participado, ao longo de sua carreira, de diversos “cultos de missões” e “conferências missionárias”. Ao ser questionada por mim sobre o que achava da divulgação de imagens de sofrimento entre evangélicos, por parte dos



missionários, ela afirmou que não se trata de uma prática comum na instituição em que atuou e que não tem conhecimento da utilização destes métodos pela Missão Portas Abertas, a qual ela considera como “uma missão muito séria”. Mas, em alguns casos, ela até concordaria com a propagação das imagens e relatos de sofrimentos enfrentados por missionários e cristãos.

Depende do uso que irá ser feito (como e para quê). Nós, seres humanos, temos nosso lado emocional trabalhado vez ou outra para tirar-nos da inércia, do comodismo, do egoísmo, etc. Há pessoas que sofrem por motivos mil ao redor do mundo. Sabemos com a razão, mas esse saber, geralmente, não nos leva a agir, a mudar de atitude. O uso de imagens, nesse sentido, agiria como grande motivador de mudança. Por exemplo: sei que há pessoas paupérrimas ao redor do mundo, mas mesmo assim, às vezes sou levada a reclamar da minha situação financeira. Quando vejo fotos de pessoas em situação pior que a minha, sou levada a agradecer a Deus por não estar naquela situação e sim, na situação na qual me encontro. E o mais importante: sou levada a contribuir com pessoas, agências e ONGs sérias que trabalham visando ao fim do sofrimento causado pela pobreza. Por exemplo: Médicos sem fronteiras, Missão Portas Abertas, Missão Novas Tribos, Visão Mundial, etc. Sou contra o uso de imagens de sofrimento sem um fim pedagógico, como muitas agências missionárias e ONGs fazem. Muitas delas fazem isso irresponsavelmente. O uso excessivo acaba gerando o sentimento contrário, ou seja, acabamos nos acostumando ao sofrimento como algo “normal” e não há mais comoção que nos leve a agir para diminuir a dor dos que sofrem. Concordo que há que respeitar, sempre que possível, a integridade dos que sofrem. Expô-los de forma indiscriminada acaba causando-lhes maior sofrimento ainda, por sentirem-se motivo de piada ou desdém, ou pior, desprezo e indiferença.<sup>20</sup>

Deste modo, o sofrimento do outro atenderia a duas demandas. Em primeiro lugar, serviria para mostrar que, diante do que o outro está passando, o meu sofrimento é menor, mas também para mobilizar os atores a agirem em prol dos que sofrem. Assim, num

---

<sup>20</sup> Entrevista concedida a mim no dia 07/02/2014.

primeiro momento, ver a dor do outro aliviaria minha dor. Segundo Arendt (1987), a dor é o único sentimento comum a todas as pessoas e, por isso, pode ser compreendido por todos.

Anderson Azevedo Ferigate (2006), ao analisar performances dramáticas de atores sociais, tendo Hannah Arendt como referencial teórico, nos ajuda a pensar esta questão ao afirmar que

Se levarmos em conta a dor como sofrimento moral e emocional, além do físico, poderíamos dizer que ela, apesar de incomunicável, é capaz de envolver o homem publicamente e essa reação se manifesta nas emoções diante de uma tragédia ao se identificar com os horrores mostrados; os homens os reconhecem e se aliviam (FERIGATE, 2006, p. 2).

Neste sentido, olhar a dor do outro, provocaria inquietações, ao tocar nas emoções daqueles que enxergam o sofrimento alheio, ainda que de longe. Deste modo se justificaria que, em algumas ocasiões, fossem mostradas fotos de barbáries feitas aos cristãos, porém com objetivo pedagógico. Ou seja, além de ensinar aos espectadores que suas agruras são menores do que o sofrimento do outro distante, as imagens serviriam para incitá-los a se movimentarem e ajudar os sofredores. Assim, ao observarem certas imagens e terem suas emoções tocadas, os “livres” espectadores da “igreja perseguida” deveriam ser estimulados a sair da inércia. As afirmações de Rilda vão ao encontro das constatações de Boltanski de que “[...] nada é mais favorável à formação de causas do que o espetáculo do sofrimento [...] É inicialmente em torno do sofrimento dos infelizes que as pessoas, até então indiferentes, se sentem inclinadas a aderir a uma causa” (2004, p. 53). Desta forma, a indiferença seria transformada em inclinação à ajuda. Concorro com Boltanski, em sua análise, de que a divulgação do sofrimento do outro é tomada como uma alternativa altamente eficaz para que os indiferentes saiam do estado de espectadores para se mobilizarem em favor do outro que, distante e infeliz, sofre sem ser ajudado.

Entretanto, a fala de Rilda ilustra um debate ocorrido entre os próprios missionários sobre as implicações morais de se mostrar o sofrimento alheio. Recorro mais uma vez a Boltanski para refletir sobre tais implicações, especialmente quando de sua pergunta sobre “em quais condições o espetáculo do sofrimento à distância”, divulgado, seria “moralmente aceitável?” (2004, p. 9). Na perspectiva da missionária entrevistada e, de acordo com o que

observei nos materiais de divulgação da Missão Portas Abertas<sup>21</sup>, além de preservar a pessoa que está sendo retratada, a divulgação do sofrimento tem de ter um propósito específico, o da mobilização do espectador para agir em prol do que sofre, justificando assim, suas ações. Aqui penso ser proveitoso mobilizar novamente o conceito de justificação, formulada por Boltanski e Thevenot (1991), a fim de pensar na maneira como esses atores justificam as suas práticas em circunstâncias cotidianas.

Assim, se este espectador nada faz em favor dos que estão sofrendo, considera-se sensacionalismo, em conformidade com o que observei nesta pesquisa e com a tese de Boltanski sobre as incertezas que recaem sobre as reais motivações do sofrimento. Segundo ele, haveria um tipo de incerteza, possibilitando questionamentos acerca dos sentimentos altruístas e desinteressados dos espectadores do sofrimento, cuja inércia poderia revelar uma curiosidade doentia do público que enxerga a dor alheia (2004, p. 170). Deste modo, caso exista um real interesse em ajudar o outro distante e sofredor, se justificaria a propagação do sofrimento do outro. Todavia, caso a mobilização pretendida não seja alcançada, tal divulgação não poderia ser justificada.

#### 4. Considerações finais

Ao realizar o presente estudo sobre a Missão Portas Abertas, relacionando-a à teoria boltanskiana, constatei que, com o intuito de divulgar a “causa dos cristãos perseguidos”, a referida missão se serve de discursos e imagens que revelam o sofrimento pelos quais esses atores estariam passando. Entretanto, o espectador que observa este sofrimento se encontra distante e, para realizar esta aproximação e chamar a atenção de várias pessoas ao redor do mundo, especialmente dos ocidentais, a missão tem divulgado farto material de propaganda audiovisual e desenvolvido ações para que os sofredores sejam ajudados.

Neste trabalho, a missão divulga anualmente uma lista de classificação com os cinquenta países que mais perseguem cristãos, além de realizar acampamentos “underground”, treinando jovens (vistos como possíveis missionários no futuro) para prováveis situações de sofrimento causado pelas perseguições. Além disso, uma vez por ano, a missão realiza o domingo da igreja perseguida (DIP), mobilizando diversas igrejas evangélicas para a causa que ela defende.

---

<sup>21</sup> Na realização da pesquisa não observei imagens chocantes, como de cadáveres, pessoas feridas ou mutiladas.

A realização deste apoio, então, deveria contar com a participação de cristãos que vivem nos países nos quais existe liberdade para o exercício da fé cristã. Ao explicar tal necessidade de engajamento, a Missão Portas Abertas divide as igrejas cristãs, ao redor do mundo, em igreja livre e igreja perseguida. Com isso, pretende-se argumentar que, em certos países, prevalecem a perseguição e o ódio contra os cristãos, cabendo à Missão Portas Abertas o papel de uma agência intermediadora com o propósito de estreitar a relação entre “livres” e “perseguidos”, atuando de forma a minimizar o sofrimento destes cristãos que passariam por perseguição, contribuindo para ajuda mútua. Penso que, em parte, meu objeto se coaduna com a análise de Boltanski e sua constatação de que o “sofrimento modifica as condições do debate, submetendo-o à urgência e exigindo das pessoas o seu engajamento para as causas do sofrimento” (2003, p. 53).

Todavia, observei, que Boltanski, apoiado em Arendt, tece críticas ao papel das organizações de ajuda humanitária, devido ao exercício de uma ação que não modifique as circunstâncias de sofrimento nas quais se encontram alguns desses atores sociais. Baseado em Arendt, Boltanski discorre sobre a possibilidade de que uma preocupação benevolente com o sofrimento alheio se manifeste “fora da dimensão política” (2004, p. 6). De acordo com Arendt

A história diz-nos que de modo algum é uma coisa natural que o espetáculo da miséria mova os homens à piedade; mesmo durante os longos séculos em que a religião cristã de misericórdia impôs padrões morais à civilização ocidental, a compaixão se manifestava fora do domínio político (1990, p. 56).

Assim sendo, enquanto a política de piedade teria relação com a amenização do sofrimento pela ação, a efetivação de uma política de justiça se manifestaria na dimensão política e passaria pela busca das causas e processos que dão origem e perpetuam a miséria dos infelizes, a fim de modificar tais circunstâncias.

## Referências bibliográficas

AGUIAR, Odílio Alves. *A questão social em Hannah Arendt*. Trans/Form/Ação, São Paulo, 27(2): 7-20, 2004.

ANTONIO, Leonardo Siqueira. *Há controvérsias? A religião na televisão: Uma análise etnográfica do programa Fala que eu te escuto da Igreja Universal do Reino de Deus*. Dissertação (mestrado). Unifesp. Guarulhos, 2012.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*, trad. Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. *A revolução*. São Paulo: Ática, 1990.

BOLTANSKI, Luc. *La souffrance à distance*. Paris: Éditions Métailié, 1993.

\_\_\_\_\_. *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*. Cambridge University Press, 2004.

BOLTANSKI, Luc. THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Éditions Gallimard, 1991.

DUARTE, Luiz Fernando D. Distanciamento, reflexibilidade e interiorização da pessoa no ocidente. *Mana* 2(2): 163-176, 1996.

ECLÉSIA. Revista. nº 115, março 2006.

FERIGATE, Anderson Azevedo. Uma percepção estético-dramática da política em Hannah Arendt. *Revista Ética & Filosofia Política*. Vol. 9, Num. 1, jun. 2006.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial. 2002.

HADDEN, Jeffrey K. *Parachurch Organizations. New Religious Movements Lectures*. Department of Sociology, University of Virginia, 1999.

MACHADO I.L. & MENDES E. (org.), *As emoções no discurso*. Mercado Letras: Campinas (SP), 2007.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo do Brasil*. Loyola: São Paulo, 1999.

MENDONÇA, Antonio Gouveia de; FILHO, Prócoro Velasques. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. 2 ed. Loyola: São Paulo, 2002.  
PORTAS ABERTAS. Revista. vol. 31, nº 8. agosto 2013.

\_\_\_\_\_. Revista. vol. 32, nº1. janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. Revista. vol. 32, nº2. fevereiro 2014.

SÁ-CARVALHO, Carolina; LISSOVSKY, Mauricio. Fotografia e representação do sofrimento. *Revista Galáxia*, n. 15, p. 77-90, jun. 2008.

SHERRIL, John e Elizabeth. *O contrabandista de Deus*. 3 ed. Rio de Janeiro: Betânia, 2008.

## Conflitos e barganhas políticas: uma justiça de transição exemplar na Argentina?

Marina Figueiredo<sup>1</sup>

**Resumo:** Estudos sobre transições políticas adquiriram novas perspectivas, quando demandas por justiça contra violações aos direitos humanos ingressaram como pauta de mobilizações através de movimentos sociais, das vítimas e dos familiares destas violações. Com isso, o caminho para o alcance da democracia adquire um novo desafio: conciliar uma transição de regime político de forma pacífica ao mesmo tempo em que se faça justiça. Este processo intensificou os estudos sobre o que se conheceria mais tarde como justiça de transição, tema este muito debatido no que tange aos vários processos de redemocratização na América Latina. Muitos estudiosos consideram que a Argentina foi um dos países mais exemplares em conciliar justiça e transição para a democracia. Entretanto, a relação entre o primeiro governo civil após a última ditadura deste país, ou seja, do presidente Ricardo Raúl de Alfonsín e o movimento social Madres de Plaza de Mayo, elucida que o desafio entre realizar justiça e construir uma democracia pacífica na Argentina foi marcado, na realidade, por verdadeiros conflitos e dilemas que serão abordados neste artigo.

**Palavras-chave:** justiça de transição, direito à justiça, Madres de Plaza de Mayo.

**Abstract:** Studies on political transitions have acquired new perspectives, when demands for justice in repairing human rights violations entered as the mobilizations of social movements, for the victims and families of these violations. Therefore, the way to democracy has a new challenge: to reconcile a transition political regime peacefully while is done justice. This challenge has intensified studies on what would later is known as transitional justice. This subject was much-debated because of various processes of democratization in Latin America. Many intellectuals consider that Argentina was one of the most exemplary countries in the region in an attempt to reconcile justice and transition to democracy. However, the relationship between the first civil government after its last dictatorship, namely the president Ricardo Raúl de Alfonsín and the social movement Mothers of Plaza de Mayo, elucidates that the challenge performing justice and build a peaceful democracy in Argentina was marked, in fact, true conflicts and dilemmas that will be discussed in this article.

**Key-words:** transitional justice, the right to justice, Mothers of Plaza de Mayo.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (PPGCS - UNIFESP). Contato: [maryfig5@hotmail.com](mailto:maryfig5@hotmail.com)  
Revisão técnica realizada por Cinthia de Oliveira Cunha e Diogo Correa

### **Introdução**

Com o fim da Guerra Fria e das ditaduras do Cone Sul, a temática sobre justiça de transição ganha importância nos estudos da Ciência Política a partir de 1990. No que tange a região latino-americana, a temática é dinamizada tanto pelo debate teórico quanto em quesitos práticos: pelas mobilizações de movimentos sociais, vítimas e familiares, medidas de políticas públicas implantadas por alguns Estados da região que alcançavam suas democracias, além do estímulo de organismos de direitos humanos regionais em recomendar Estados para ratificar tratados que dialogam com políticas de reparações, como é o caso do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Emerge através destas dinâmicas teóricas e práticas a ideia de direito à memória, verdade e justiça como principais requisitos para se realizar uma justiça de transição exemplar.

Apesar desse dinamismo, as realidades latino-americanas sobre medidas de políticas públicas adotadas pelos Estados no que se diz respeito à justiça de transição são dúbias. Por exemplo: no caso brasileiro, em manter sua Lei de Anistia imposta desde 1979, e que sempre fora rejeitada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, além do caso Araguaia, no qual o país foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2010. Esses exemplos refletem como há limites dos Estados em respeitar sistematicamente as recomendações exigidas para se realizar uma justiça de transição ideal.

Outro caso emblemático, que será a base deste artigo, será o da Argentina, pois é considerado como um dos países que realizou uma das mais exemplares justiças de transição, através das políticas públicas adotadas sobre reparação às vítimas que sofreram violações aos direitos humanos em sua última ditadura (MEZZAROBÀ, 2007; SIKKINK, 2007). Por exemplo: logo após as eleições diretas, no governo do presidente civil Ricardo Raúl de Alfonsín, criou-se a CONADEP (Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas), foram submetidos a julgamento alguns militares do alto escalão, entre eles Jorge Videla, compensaram-se em termos financeiros algumas famílias e vítimas como forma de reparação, assumiu-se oficialmente a responsabilidade do Estado pelas violações cometidas no período ditatorial.

Entretanto, apesar destas medidas estarem relacionadas com políticas públicas que se vinculam com justiça de transição, três anos após as realizações destas medidas progressistas houve uma medida polêmica adotada pelo governo de Alfonsín no que tange ao critério de justiça: implantaram-se duas leis chamadas de Lei de Ponto Final e Lei de Obediência Devida, as quais acabaram anistiando todos os responsáveis por intensas



violações aos direitos humanos no país. Essa medida foi considerada um retrocesso pelos movimentos sociais, vítimas e familiares que demandavam por justiça contra os responsáveis por violações aos direitos humanos.

A partir do debate teórico e contextual acerca da teoria das transições políticas e justiça de transição, o presente artigo intenta argumentar sobre questões que envolvem a temática na tentativa de compreender certas polêmicas como a exposta acima, tendo como exemplo justamente o caso da Argentina. O exemplo que discutirá sobre estas questões tem como base a relação conflituosa entre o movimento social conhecido como Madres de Plaza de Mayo e o primeiro governo civil após o término da ditadura desse país em 1983, presidido por Ricardo Raúl de Alfonsín.

A principal questão será sobre como se formam discursos políticos sobre a dificuldade em se realizar justiça. Entende-se aqui que a justiça envolve a investigação e condenação em termos penais aos agentes do Estado autoritário, responsáveis por violações aos direitos humanos. A problemática é que a exigência de justiça ocorreu justamente no momento em que houve uma busca do governo civil de Alfonsín em construir uma democracia de uma forma conciliadora e pacífica, que não colocaria em risco um possível retrocesso ao autoritarismo. Sendo assim, é viável harmonizar justiça com construção democrática?

A discussão sobre a temática é oportuna, pois ao completar os cinquenta anos do golpe no Brasil, assim como outros países da América Latina que também viveram e sofreram com a experiência ditatorial dentre elas violações aos direitos humanos, tais como o desaparecimento de pessoas, torturas e até mesmo supostos golpes de Estado como ocorrera há dois anos no Paraguai, ainda são vistos como resquícios dos autoritarismos de Estado tão marcantes na região. Sendo assim, o debate sobre questões polêmicas as quais envolvem os processos de redemocratização política pode elucidar o tipo e a qualidade de democracia construída na região.

### **Transitologia: uma teoria sobre transição política como caminho para a democracia**

O tema sobre transições políticas ganha súbita importância no fim da Guerra Fria devido ao intenso contexto político daquele período: enquanto inúmeros países do leste europeu se deparavam pelo processo de mudança de regime político, os países da América Latina amadureciam seus aparatos institucionais após o fim de suas ditaduras, tais como suas Constituições, no chamado processo de redemocratização.

Deste modo, emerge na Ciência Política uma subdisciplina chamada de transitologia. Os principais autores desta nova subdisciplina “[...] considerados como os pais fundadores da referida tradição de pensamento [...]”(QUINALHA, 2013, p.29), seriam: Adam Przeworski, Guillermo O’Donnell, Laurence Whitehead, Philippe Schmitter e Samuel Huntington. Estes pensadores buscavam reconhecer pontos em comum sobre dinâmicas políticas nos processos de transição pelos quais inúmeros países percorriam, ou seja, semelhanças políticas na mudança de um regime a outro. Aqui, ainda não se pensava em justiça, a centralidade estaria no entendimento das dinâmicas políticas que resultariam em regimes políticos democráticos ou autoritários.

As principais semelhanças seriam, em primeiro lugar, sobre o aspecto temporal, ou seja, as transições políticas possuem começo e fim. Um segundo ponto está relacionado ao aspecto sobre a ideia de indefinição, ou seja, sabe-se como se inicia uma transição, no entanto, não se sabe qual o resultado desta: um retrocesso ao autoritarismo ou a consolidação democrática. De acordo com Guillermo O’ Donnell e Philippe C. Schmitter:

Resulta tentador conceituar a transição como um processo que envolve uma sequência de “momentos”...O mundo real dificilmente se comporta tão linearmente; as transições reais não costumam desenrolar-se nos termos de um tal processo progressivo de soluções de problemas, os “momentos” tendem a invadir-se uns aos outros e a se confundirem entre si (1988, p.70).

O entendimento de indefinição para estes autores demarcou o restante de suas abordagens teóricas, pois o objetivo idealizado para eles seria o alcance da democracia. Por isso, a indefinição do que se pode ocorrer como resultado final de uma transição levou estes pesquisadores a pensarem em como se atingir a democracia . O temor de um suposto retrocesso ao autoritarismo os conduziu a analisar o que poderia prejudicar uma transição “ideal” para a democracia.

A terceira seria a de que o resultado de uma transição política depende, principalmente, de dinâmicas políticas que dizem respeito à esfera nacional (QUINALHA, 2013, p. 47 – 64.). Aqui, eles valorizam as elites políticas como principais atores desta dinâmica, segundo O’ Donnell e Philippe C. Schmitter: “[...] Dada a repressão e a desarticulação precedentes dos intermediários, os “notáveis” – indivíduos respeitados e proeminentes...parecem constituir os melhores interlocutores disponíveis [...]” (1988, p.71).

Através do estudo de alguns países em transição, os teóricos desta temática perceberam alguns “tipos básicos” dos principais atores da esfera nacional que compõem as

elites políticas numa dinâmica de transição: os linhas-duras, os brandos, os moderados e os maximalistas .

Os linhas-duras e os brandos estariam dentro do establishment, já os moderados e os maximalistas fora do establishment. Os linhas-duras seriam aqueles que têm o interesse em manter o autoritarismo. Os brandos, apesar de estarem dentro do establishment, reconhecem que a forma autoritária de governo seria insustentável ao longo do tempo, por isso, para manterem seu poder político preferem fazer aberturas liberalizantes até mesmo consolidando a democracia de uma forma gradual. O importante é que seus interesses mantenham-se intactos. Os moderados possuem os mesmos objetivos dos brandos, entretanto não fazem parte da “[...] aliança governante” (QUINALHA, 2013, p. 62). Por sua vez, os maximalistas, também de fora, são aqueles que estariam do outro lado do polo dos linhas-duras e exigem uma consolidação democrática mais profunda, podendo afetar os interesses dos outros membros desta elite. Geralmente, são os que sofreram as violações de direitos humanos, assim, demandam por justiça e por investigação criminal contra os possíveis envolvidos.

Note-se que os linhas-duras e maximalistas estão em polos opostos: possuem interesses e vontades contrastantes. Para os “pais da transitologia” estes dois grupos seriam problemáticos na construção segura e pacífica da democracia, pois sempre dinamizam políticas tensas e conflituosas. Por isso, estes pensadores consideram que os brandos e moderados têm o importante papel na construção democrática segura, ou seja, são eles que podem evitar que o autoritarismo retorne. Portanto, para estes teóricos, no jogo entre perdas e ganhos, seria melhor atingir a democracia através de pactos e negociações com setores até mesmo ultraconservadores do que o retrocesso ao autoritarismo.

É neste ponto que a justiça entra em desacordo com as teorias destes pensadores, para eles, a justiça até pode ocorrer com certo limite, desde que não coloque em risco o alcance democrático “[...] pretensão de justiça, sempre vista como fator desestabilizador e desconsolidador da democracia” (QUINALHA, 2013, p. 107). Ou seja, de acordo com esta perspectiva a justiça pode até mesmo ser problemática.

Entretanto, o contexto histórico internacional dos anos 70, 80 e 90 os quais são considerados como os anos de “boom” em matéria de difusão, reivindicação e fortalecimento de aparatos legais sobre proteção aos direitos humanos internacionais (ALVES, 1994; GÓMEZ, 2006; ROOP & SIKKINK, 1999), contribuiu para valorizar o direito à justiça como elemento central à proteção aos direitos humanos. Por isso, a perspectiva teórica da

transitologia entrava em conflito com o contexto histórico internacional, já que a justiça não era muito apreciada por esta visão teórica.

Desta maneira, outra perspectiva teórica foi compreendida ao se pensar em transição política. Neste momento há uma idealização intrínseca entre Estado de Direito e democracia. Assim, a democracia não depende apenas de pactos entre elites, mas também do fortalecimento e amadurecimento de suas instituições jurídicas. Por isso, o estudo sobre o dilema entre uma transição política pactuada para o alcance de uma democracia segura e a realização de justiça ao mesmo tempo necessita de um estudo mais abrangente sobre transição política. A partir deste entendimento nasce a ideia e conceito sobre o que seria justiça de transição (QUINALHA, 2013, p.116 –134).

### **Direitos Humanos e justiça de transição: entre o ideal e o real**

O conceito de justiça de transição surge em 1990 e foi postulado pela professora de direito Ruti Teitel (QUINALHA, 2013, p. 137; SANTOS, 2009, p.476). Este conceito tem como base a dinâmica relação interdependente entre direito e política, ou seja, as transições políticas não são mais vistas somente pela perspectiva política, segundo a pesquisadora Cecília Macdowell Santos:

Direito é tanto constitutivo da política de transição, como constituído por esta política. Em momentos de transição, diferentes ramos do direito contribuem para transformações radicais da comunidade política, e o direito orienta-se para um novo paradigma: a “jurisprudência da transição” (2013, 2009, p. 476 apud TEITEL, 2000)

Oportunamente se conceitua “justiça de transição”, pois esta dialoga diretamente com a ideia de justiça em como reparar as vítimas que sofreram abusos do Estado autoritário no momento da transição política. Por isso, os pensadores desta perspectiva buscaram elementos em que o Estado precisaria assumir como metas de políticas públicas concretas aos direitos humanos, ao mesmo tempo em que promove um regime democrático. As principais medidas seriam: reformas institucionais/legais, direito à verdade, direito à memória e direito à justiça (QUINALHA, 2013, p.118; SANTOS, 2009, p.476).

Entende-se por reformas institucionais/legais as medidas adotadas pelo Estado para que suas instituições se fortaleçam cada vez mais tanto em termos de legalidade, quanto em

termos de legitimidade, para que arbitrariedades de agentes do Estado não voltem a ocorrer, ou seja, há uma busca de aprimoramento do que seria um Estado de Direito.

O direito à verdade se relaciona com os casos de desaparecimento forçado. Estes casos intensificaram as reivindicações pelo esclarecimento do que se teria ocorrido com as vítimas de tal maneira que promoveu o direito à verdade como forma de reparação num processo transicional. Este direito visa que o Estado adote medidas de políticas públicas, tais como: elucidar criteriosamente os eventos sucedidos com as vítimas, promover a abertura de arquivos oficiais e sua divulgação. Como reconhece a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, “o direito à verdade constitui um dos pilares dos mecanismos da justiça transicional” (2014, p. 3) .

O direito à memória tem como objetivo a busca pelo não esquecimento dos horrores do passado para que nunca mais voltem a ocorrer. De modo que se mantenha a memória viva é importante divulgação e difusão do que ocorreu no passado de maneira contínua. O estímulo a construir e nomear monumentos e espaços públicos em homenagens às vítimas, instituir feriados, propagar filmes e livros, elaborar campanhas nas escolas e universidades, são exemplos de políticas públicas as quais um Estado pode implementar pela “manutenção” da memória.

O direito à justiça “[...] consiste na investigação dos fatos e na responsabilização jurídica (civil, penal e/ou administrativa) dos agentes violadores dos direitos humanos [...]” (QUINALHA, 2013, p.146). Este direito é considerado o mais delicado no que se refere às medidas as quais envolvem políticas públicas em matéria de reparação aos direitos humanos, pois pode expor e penalizar agentes que ainda fazem parte do Estado, empresas ou instituições poderosas, ou ainda, aqueles que representam algum poder que ameaçaria colocar em risco o próprio processo de redemocratização. Um bom exemplo neste caso seria o dos agentes das Forças Armadas.

Com isso, os estudos das transições políticas ganham novos questionamentos quando pensadas através da relação entre direito e política. O fortalecimento internacional em termos jurídicos sobre direitos humanos teve papel importante para esta nova perspectiva. Entretanto, a dinâmica das transições políticas na América Latina refletiu outra realidade. As barganhas e interesses da esfera nacional elucidaram como a realização de uma transição política para a democracia não necessariamente foi consolidada através das premissas que envolvem os ideais e conceitos sobre justiça de transição.

### **O caso das Madres de Plaza de Mayo e sua “otra lucha” no governo pós-ditadura de Raúl Alfonsín**

A Argentina é considerada por muitos pesquisadores como o país que sofreu uma das piores ditaduras do Cone Sul em termos de violações aos direitos humanos (MOLINA, 1990; MARIANO, 2003). Além de torturas e assassinatos, o desaparecimento forçado foi marca deixada pelas Forças Armadas como método sistemático de violência extrema. Neste contexto, nasceu o movimento social Madres de Plaza de Mayo, que ao longo dos anos logrou-se como um dos movimentos sociais mais ativos em matéria de reivindicação e defesa aos direitos humanos da América Latina (BORLAND, 2006).

As Madres de Plaza de Mayo ficaram conhecidas por sua coragem de utilizar o espaço público em plena ditadura, ao irem todas as quintas-feiras em frente à Casa Rosada na Plaza de Mayo em Buenos Aires para pedir por respostas pelo desaparecimento de seus filhos. Seu confronto atravessou as fronteiras e elas conseguiram realizar importantes denúncias na esfera internacional, o que lhes permitiu ganhar legitimidade dentro da própria Argentina em pleno regime autoritário (GORINI, 2006).

No fim da ditadura argentina em 1983, o presidente civil Ricardo Raúl de Alfonsín foi eleito pelo seu discurso em defesa aos direitos humanos e propostas de governo para realizar medidas de políticas públicas relacionadas ao direito à verdade, justiça e memória. As Madres de Plaza de Mayo acreditavam que finalmente seu ativismo pelos direitos humanos a partir de então seria a de aliança com o Estado, ou seja, este se tornaria um aliado às suas demandas. Dentre tais demandas, a principal seria a realização de justiça em termos penais contra os responsáveis pelas violações aos direitos humanos.

Entretanto, a realidade advertiu uma dinâmica muito mais complexa, por isso o termo deste subtítulo “otra lucha”. Este é inspirado no livro do advogado e professor argentino Ulisses Gorini sobre o movimento Madres de Plaza de Mayo, chamado “La outra lucha” (2008). O título usado por este autor é oportunamente utilizado para elucidar que as circunstâncias fizeram com que as Madres de Plaza de Mayo se confrontassem também com o Estado no governo civil. Este que se autoneomeou como um governo transicional, na perspectiva de alcançar uma democracia pactuada como veremos adiante.

Entretanto, a temporalidade sobre a transição política na Argentina é bastante controversa. Alguns pensadores advogam que ela se iniciou já mesmo em 1982 através do fracasso da guerra das Malvinas até 1983, ou seja, antes mesmo da Junta Militar deixar o poder (LEIS, 1989, p.30). O fato é que a passagem do governo autoritário para o governo civil também não foi marcado por grandes surpresas ou rupturas (CATELA, 2001).

Estas questões sobre a temporalidade e sobre o uso do termo “transição” de modo controverso na Argentina é importante de se debater, já que nesta fase as Madres cunharam o termo “pós-ditadura”. Para elas, o governo de Alfonsín não poderia ser considerado como democrático, mesmo chegando ao poder através de eleições livres e diretas. Segundo Ulisses Gorini: “Resulta sumamente interessante que cuando ni teóricos ni intelectuales habían encontrado aún el término “postdictadura”, las Madres lo habían utilizado para diferenciarse del concepto “democracia” que pretendia definir esa etapa” (2008, p. 15). Elas também não usavam o termo “transição”, visto que, como já mencionado, os militares deixaram o poder sem rupturas e grandes conflitos, e na realidade parece que haviam “cumprido seu dever” (Ibidem).

As Madres consideravam que o alcance da democracia iria depender das decisões e medidas de políticas públicas realizadas por Alfonsín, e em destaque pela realização da justiça. Elas exigiam justiça contra todos os agentes das forças armadas que cometeram violações aos direitos humanos: “[...] exigimos la condena del método , como crimenen de lesa humanidad. Luego la Justicia, de acuerdo al Código Penal, evaluará las responsabilidades individuales [...]” (GORINI, 2008, p. 14). Entretanto, as medidas de Alfonsín sugeriam que as estruturas e barganhas de poder político ainda dependiam de interesses das Forças Armadas. Por esta razão, utilizar o termo “transição” pelo governo de Alfonsín era considerado por elas uma forma discursiva a qual forjava a correlação de forças entre o governo civil e a Junta Militar (GORINI, 2008, p.14 -17).

Enquanto que para as Madres o direito à justiça era sua prioridade de reivindicação, Alfonsín executou medidas de políticas públicas que valorizaram o direito à verdade, limitando medidas judiciais “[...] mientras que la persecución de la verdad sería irrestricta, el castigo sería limitado” e já advertia que “[...] tanto el terrorismo de Estado como el subversivo serían castigados” (GORINI, 2008, p.53). De modo que, os julgamentos contra violações aos direitos humanos incidiram contra uma pequena parte dos agentes do alto escalão das Forças Armadas e também contra alguns membros da luta armada da esquerda.

Com isso, as mais significantes medidas de políticas públicas elaboradas durante o governo de Alfonsín se relacionavam pelos esclarecimentos sobre o desaparecimento forçado. Criou a CONADEP – Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas - para investigar o que ocorrera com os desaparecidos. Ernesto Sabato foi o organizador deste relatório de grande repercussão, que mais tarde se materializou como um dos livros mais vendidos na Argentina, chamado “Nunca Más”.



O governo de Alfonsín também realizou políticas públicas sobre reparações financeiras e memória. Uma forma de reparação apresentado pelo governo foi a de pagar indenizações financeiras aos familiares ao mesmo tempo em que reconhecia que o Estado naquele período foi o responsável pelas atrocidades. A memória se relacionou naquele momento com a verdade, pois foi iniciado um processo de exumações e identificações de possíveis restos mortais que poderiam ser daqueles que morreram em decorrência da ditadura, o resultado das exumações se traduziria na busca pela verdade ao mesmo tempo em que o local de sepultamento simbolizado como espaço de memória.

No que diz respeito à justiça “limitada”, Alfonsín submeteu ao julgamento alguns militares do alto escalão, entre eles: Jorge R. Videla, Orlando R. Agosti, Emilio E. Massera, Roberto E. Viola, Omar D. R. Graffigna, Armando J. Lambruschini, Leopoldo F. Galtieri, Basilio Lami Dozo e Jorge I. Anaya. Também foram submetidos alguns integrantes da luta armada da esquerda, tais como: Mario Eduardo Firmenich, Enrique Haroldo Gorriarán e especificamente o ex-governador de Córdoba, o qual se vinculava ao Partido Peronista Auténtico, Ricardo Armando Obrégon Cano (GORINI, 2008, p. 54 – p. 55).

Além desta “justiça” revelar que o mito dos dois demônios ainda perdurava como forma de discurso oficial do governo, para as Madres ir ao julgamento somente nove membros das Forças Armadas contra 30 mil desaparecidos era um descaso. Para elas esta justiça elucidava que seria apenas para cumprir protocolos e não como medida eficaz de reparação aos direitos humanos para os familiares, ou seja, ao menos oferecer a sensação de justiça cumprida para aqueles que sofreram direta ou indiretamente os abusos do Estado. Outra questão problemática entendida pelas Madres era a de que os militares foram julgados pelo Tribunal Militar, o que significava para elas um tanto suspeito em termos de correlações de força (GORINI, 2008).

As medidas de políticas públicas, que dialogavam pelo direito à verdade, realizadas por Alfonsín também não agradavam ao grupo daquelas mães. No que tange ao relatório da CONADEP, apesar deste ser bem conceituado por vários pesquisadores e organismos de direitos humanos, para as Madres, entretanto, este relatório apresentava alguns problemas.

Primeiro sob a forma como o texto foi escrito, pois em muitas partes do mesmo o discurso do mito dos dois demônios foi retomado. Ao leitor mais atento, por exemplo, a primeira página do prólogo escrita por Ernesto Sabato reflete este incômodo: “Durante la década de 70 la Argentina fue convulsionada por um terror que provenía tanto desde la extrema derecha como de la extrema izquierda [...]”, os membros da esquerda foram



qualificados neste prólogo como terroristas: “[...] a los delitos de los terroristas, las Fuerzas Armadas respondieron con un terrorismo infinitamente peor [...]” (1984, p. 7).

Segundo, elas encaravam a obra “Nunca Más” como uma mera descrição de terror não isenta de ideologia, a qual não se aprofundava em temas relevantes, tais como relacionar o golpe de 1976 como um projeto político, econômico e social, onde alguns agentes, nem todos pertencentes à luta armada, seriam um obstáculo para se atingir os objetivos deste projeto (GORINI, 2008).

Por fim, por decretar a morte dos desaparecidos sem nenhuma investigação profunda e por não mencionar nenhum nome pelas atrocidades causadas. Os representantes da CONADEP tinham o conhecimento de 1351 pessoas envolvidas, entretanto não havia consenso dentro da própria CONADEP em publicar ou não esses nomes. A decisão foi a da não publicação. Esta decisão refletia o papel de censura ainda como aparato de poder (GORINI, 2008, p. 246 – 247). Por isso, para as Madres as mortes eram decretadas de uma forma vazia. Apesar de reconhecer que houve homicídio, não se aprofundava de uma forma investigativa, essencial para se realizar justiça, segundo o próprio relatório:

Hubo miles de muertos. Ninguno de los casos fatales tuvo su definición por vía judicial ordinaria o castrense...Técnicamente expresado, son homicidios calificados...organizó el crimen colectivo, un verdadero exterminio masivo, patenziado hoy en el mórbido hallazgo de cientos de cadáveres sin nombre [...] Los ejemplos, las comprobaciones, se multiplican sin dejar duda sobre esta conclusión (1984, p. 223 - 224)

Este descontentamento com o relatório da CONADEP fez com que as Madres continuassem suas reivindicações via espaço público na Plaza de Mayo. Eram o único grupo, dentro do fortalecido movimento de direitos humanos da Argentina, que repudiava o relatório. Isoladas e com as emblemáticas palavras de ordem: “¡Aparición con vida!” e “¡Castigo a todos los culpables!”, as Madres insistiam numa justiça profunda. Como argumentou a Madre Nora Cortiñas em 1985:

Yo quiero agregar que la consigna APARICIÓN CON VIDA no es sólo una consigna, sino un deseo y al mismo tiempo una acusación. No es una locura. Las Madres sabemos perfectamente, aunque sea doloroso decirlo, que la mayoría de los desaparecidos fueron asesinados. Pero, creemos que

para todo el pueblo argentino, no solamente para el MDH , sino para todo el pueblo en su conjunto, pedir APARICIÓN CON VIDA es lo más justo que podemos hacer todos, porque si no están con vida hay muchos responsables y entonces es donde la justicia tiene que actuar (LEIS, 1989, p. 19, grifo nosso)

As problemáticas da CONADEP e as medidas de reparação financeira e exumações, na realidade, causavam conflitos até mesmo dentro do grupo das Madres: uma parcela do grupo, liderado por Hebe de Bonafini, dizia não à CONADEP, às reparações financeiras e às exumações. Essas medidas soavam para o grupo de Bonafini como um “pacto ao silêncio”, isto porque como não havia realizado uma justiça eficaz e profunda, as medidas de Alfonsín poderiam significar um caminho para o perdão esquecimento, ou seja, para a anistia (GORINI, 2008, p. 558 - 561).

Já para outra parcela do grupo das Madres, liderado por Marta Ocampo Vázquez, interpretava as medidas de Alfonsín de um modo diferente: de alguma maneira o reconhecimento do Estado por ser o responsável pelas atrocidades cometidas no passado somando-se a essas políticas públicas parecia um sinal de avanço. Elas entendiam que as correlações de forças políticas naquele momento era uma fase delicada para o governo civil, por isso qualificavam as políticas públicas de Alfonsín como progressistas (Ibidem).

Ou seja, a “pós-ditadura” refletiu que não havia consenso no próprio grupo. Em 1986 o grupo se divide em dois: Asociación Madres de Plaza de Mayo, com Hebe de Bonafini na presidência e Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora, com Marta Ocampo Vázquez presidindo, entretanto, os receios do primeiro grupo seriam confirmados naquele mesmo ano de rupturas e conflitos.

### **As Leis de Ponto Final e Obediência Devida: o ponto final para justiça**

Cada vez mais o direcionamento do governo de Alfonsín seguia para uma “transição” pactuada com os militares. Os trâmites institucionais apontavam para a desconfiança constante das Madres: a anistia. E estavam certas, em 1986, ou seja, três anos após o fim da ditadura, Alfonsín decreta duas leis que se enquadravam como leis de anistia: a Lei de Ponto Final (23.492) e logo após seis meses a Lei de Obediência Devida (23.521).

Essas leis significaram um golpe para quem exigia justiça, pois foram encerrados todos os processos e investigações em andamento contra supostos violadores aos direitos humanos durante o período ditatorial. Mais do que isso, essas medidas refletiam que os

militares ainda detinham poder nas entrelinhas do governo de Alfonsín, como defende a professora de Ciência Política da Universidade de Toronto, Michele Bonner:

Um dos grandes desafios nas negociações entre Estado e sociedade na América Latina, e particularmente na Argentina, é que o Estado é ambíguo. Enquanto Alfonsín tinha boa intenção em responsabilizar militares por abusos de direitos humanos através das cortes do país, fortalecendo, desse modo, as instituições democráticas e controle civis, os militares continuavam a ter uma significativa parcela de poder sobre o governo[...] como Patrice McSherry argumenta que a estrutura legal do Processo de Reorganização Nacional – ou seja, o legado do exército, das forças de segurança, centros de inteligência, e do judiciário – permaneceram intactos (2003, p.8, tradução nossa)

O que se quer dizer é que estas duas leis só foram possíveis de serem concretizadas porque os aparatos institucionais, tais como o jurídico, ainda continham fortes resquícios do regime anterior. Para os estudiosos da transitologia, as implantações dessas leis por Alfonsín soam como compreensíveis, visto que o objetivo de Alfonsín seria o de negociar com certas elites políticas a estabilidade sob o manto de uma democracia formal para que não houvesse um retrocesso ao autoritarismo, nas palavras desconcertantes de Adam Przeworski:

Qualquer um que tenha vivido os momentos que precedem a queda de uma ditadura, quando a democracia torna-se uma possibilidade real, há de lembrar a tensão quase constante, a alternância de esperanças e medos, os acessos de entusiasmo e a dor das frustrações. Cada etapa apresenta-se frágil e ainda assim nada parece inatingível (1984, p.36)

A reconciliação nacional era justamente o discurso oficial para a execução destas leis, segundo a mensagem emitida em 05 de dezembro de 1986 do Poder Executivo para o Congresso:

Cuando una situación tal se produce en un contexto como el señalado en los puntos anteriores se torna razonable establecer un régimen tendiente a resguardar en modo especial la garantía de pronta terminación de los procesos, con beneficio asimismo para la consolidación de la paz social y la reconciliación nacional...Con este proyecto de Ley el Poder Ejecutivo no duda que, poniendo fin a una situación de incertidumbre jurídica, contribuirá a la pacificación de los espíritus y al afianzamiento del encuentro entre los argentinos (apud MOLINA, 1990, p. 65)

O medo ao retrocesso e o discurso da reconciliação nacional, entretanto, não evitaram as mesmas violações aos direitos humanos ocorridas no passado ditatorial. Por exemplo, alguns levantes militares ocorreram na Argentina até mesmo após a instauração destas leis, os mais conhecidos seriam: o levante Monte Caseros, Villa Martelli e o La Tablada . O resultado destes levantes seria o mesmo do regime anterior: tortura e desaparecimento forçado em plena fase de governo civil (MOLINA, 1990, p.101 – p. 103).

A importância de citar esses levantes é que eles ocorreram não por descontentamento aos aparatos institucionais, ao contrário, as duas leis incorporadas davam amplo suporte para manter intactos, sob os trâmites legais, os interesses dos militares. Os levantes destes militares ocorriam para pressionar líderes de grandes manifestações que efervesciam dentro do movimento de direitos humanos na Argentina naquele período (LEIS, 1989), entre esses líderes a presidente da Asociación Madres de Plaza de Mayo, Hebe de Bonafini (GORINI, 2008).

Isto porque as Madres que no início do governo de Alfonsín estavam isoladas ao criticarem algumas de suas políticas de reparação, tais como a maneira como fora elaborado o relatório da CONADEP como visto anteriormente. Agora, entretanto, elas ganhavam amplo apoio de seus antigos aliados do período ditatorial. O que se quer dizer é que estudar um processo de transição somente pelo viés institucional das teorias de justiça de transição, assim como somente pelos pactos entre as elites argumentadas pelos teóricos da transitologia, não abre janelas para o entendimento do porque não houve um retrocesso à ditadura com tanta efervescência social, entre elas: levantes militares, grandes manifestações via espaço público pelo movimento de direitos humanos, escraches .

Essa efervescência social tem como base o intenso descontentamento sobre as leis de anistia executadas por Alfonsín. A palavra de ordem usada pelas Madres anteriormente: “castigo a todos los culpables” se contamina por todo o MDH (GORINI, 2008; LEIS, 1989). O direito à justiça é fortemente reivindicado neste momento, ou seja, as tentativas institucionais de reconciliação nacional serviam somente como discurso, pois a realidade social seguia para o confronto. Novamente, o que tem de mais interessante nesse sentido é que o autoritarismo não retomou ao poder. Porque os militares não impuseram outro “Processo de Reorganização Nacional” naquele momento de grande efervescência social?

A esta altura a tentativa de buscar um entendimento para esta questão emblemática vai muito além da proposta sugerida neste artigo. Entretanto, Ulisses Gorini, nos aponta uma interessante observação:

Más allá de las apariencias y de expresiones que simplifican la realidad a partir de pares antinómicos como democracia y dictadura, o vencedores y vencidos, esos interrogantes obligan a repasar no solo las imágenes del instante en que el último dictador entrega los atributos de mando al presidente electo Raúl Alfonsín, sino también el largo proceso histórico que desemboca en ese hecho ponderable pero de ningún modo definitivo. Porque el bloque cívico militar que dejaba el gobierno no había sido derrotado en toda su línea. Al contrario, la dictadura había logrado muchos de los objetivos que se había propuesto, algunos explícitos, otros no tanto. En particular, había conseguido imponer un nuevo modelo de acumulación y había modificado notoriamente la configuración orgánica y subjetiva de las fuerzas políticas y sociales anteriores al golpe de Estado de 1976 (GORINI, 2008, p.17, grifo nosso)

### Considerações Finais

Através do estudo sobre transições políticas e justiça de transição com base na relação conflituosa entre o movimento social Madres de Plaza de Mayo e o primeiro governo civil presidido por Ricardo Raúl de Alfonsín, observa-se como o direito à justiça é um ponto espinhoso mesmo no caso Argentino, considerado como exemplar em termos de justiça de transição pelas medidas de reparações aos familiares realizadas pelo governo civil.

Entretanto, a distinta perspectiva que as Madres de Plaza de Mayo opinaram sobre as reparações de Alfonsín, revelou os limites de se atingir uma justiça de transição ideal. Por isso, a pergunta: é viável harmonizar justiça com construção democrática? Neste caso a hipótese é a de que estes dois elementos dependem muito mais das mobilizações de “baixo para cima” do que negociações entre elites. Ou seja, uma democracia formal e limitada pode ser construída através do jogo institucional das elites, mas longe de ser considerada como um Estado de Direito promotor do respeito aos direitos humanos. Por isso, é importante também refletir sobre o papel da sociedade civil na construção democrática.

As Madres, quando unidas com o fortalecido movimento de direitos humanos da Argentina, confrontaram o Estado através de suas marchas todas às quintas-feiras pela reivindicação de justiça até 2005, quando as configurações de poder foram favoráveis para suas demandas: Néstor Kirchner, então presidente da Argentina, com o apoio da Suprema Corte do país, decretou como inconstitucionais as leis de anistia além de reconhecer o desaparecimento forçado como crime de lesa-humanidade. Para muitos estudiosos este resultado não se deve a acordos entre elites, mas sim pelo papel ativo da sociedade civil.

Como argumenta a advogada argentina María José Gumbe “[...] é o corolário de um processo de luta de quase três décadas contra a impunidade, levado a cabo pelo movimento dos direitos humanos” (2005, p.121). Em outras palavras, os resultados também dependeram de como se procedeu a dinâmica política entre Estado e sociedade.

Duas perguntas são deixadas para reflexão de futuros debates com base na aparente justiça de transição exemplar da Argentina: como foi visto a dinâmica se efetuou através de conflitos, barganhas políticas e verdadeiros dramas para as vítimas e familiares que sofreram os abusos do Estado autoritário pelo preço da estabilidade política. Assim, a primeira pergunta seria: qual o preço e as consequências de uma democracia pactuada? A segunda questão que envolve o entendimento dos objetivos dos golpes de Estado na região: qual justiça pode ser aplicada se os objetivos dos militares foram cumpridos através das mais terríveis violações aos direitos humanos?

### Referências bibliográficas

BONNER, Michelle. Negotiating Democracy: Government Response to Argentine Human Rights Organizations. Prepared for delivery at the 2003 meeting of the Canadian Political Science Association, Nova Scotia, 2003.

CATELA, Ludmila da Silva. Situação-Limite e Memória – A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Ed. Hucitec; Anpocs, 2001.

COMISSÃO INTERMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). Derecho a la Verdad en las Américas, 2014. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Derecho-Verdad-es.pdf> . Acesso em: 27 de agosto de 2015.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP). Nunca Más. Buenos Aires: Ed. Eudeba, 5ª ed., 1984.

FRANCO, Marina. Un enemigo para la nación: Orden interno, violencia y “subversion”, 1973 – 1976. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1ª ed., 2012.

GÓMEZ, José Maria. Globalização dos direitos humanos, legado das ditaduras militares no Cone Sul latino-americano e justiça transicional. Revista OABRJ, Rio de Janeiro, v.25, nº 2, p. 87 – p. 136, jul./dez. 2009.

GORINI, Ulises. La rebelión de las madres, Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Tomo I. 1976-1983, Buenos Aires: Ed. Grupo Editorial Norma, 2006.

GORINI, Ulisses. La outra lucha, Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Tomo II. 1983 – 1986. Buenos Aires : Ed. Grupo Editorial Norma, 2008.

GUEMBE, María José. Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar Argentina. Sur, Rev. Internacional de direitos humanos, vol. 2, nº 3, dez. 2005.

LEIS, Héctor Ricardo. El movimiento por los derechos humanos y la política argentina/1. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1989.

MEZAROBBA, Glenda. O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile). Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOLINA, Ramon Torres. Los derechos humanos en la Argentina. Buenos Aires: Ed. Campana de Palo, 1990.

PEREIRA, Antony W. Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. Transições do Regime Autoritário. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

PRZEWORSKI, Adam. Amas a incerteza e serás democrático. Novos Estudos CEBRAP, nº 9. São Paulo, 1984, p. 36 – 46.

QUINALHA, Renan Honório, Justiça de Transição – contornos do conceito. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

ROPP, S. C., SIKKINK, K. The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change – The socialization of international human rights norms into domestic practices. In: Introduction, Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SANTOS, Cecília Macdowell. Mobilização jurídica, direitos humanos e memória da ditadura. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína de Almeida (orgs.). Desarquivando a Ditadura, memória e justiça no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2009, vol. II.

SIKKINK, Kathryn. The impact of human rights trials in Latin America. Journal of Peace Research, vol. 44, nº 4, p.427 – 445, 2007.

VÁZQUEZ. Inés. Historia de las Madres de Mayo. Ed. Abril, Buenos Aires, 2006.



## Notas etnográficas do *ser-urso*: fluxos e devires na “noção de pessoa” estruturante dos discursos da comunidade *bear*

Ítalo Vinícius Gonçalves<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo, a partir do tema de noção de pessoa, classicamente retratado pela antropologia, busco associar os discursos daqueles sujeitos que chamo de pessoas-*ursinas*, a partir de suas vivências, por meio de noções que transitam às noções de corpo, comunidade e identidade. O trabalho foi realizado por meio de campo multi-situado, tentando abarcar as mais diversas possibilidades metodológicas no que tange a realização de um trabalho etnográfico, mesmo de pequeno porte como esse. Sendo assim, a partir da realização dessas incursões, tanto no espaço virtual, como em contexto etnográfico ‘de carne e osso’, procuro tanto avaliar minhas inflexões como sujeito de pesquisa, quanto o modelo bibliográfico no qual me baseei que considera a pessoa-*ursina* sendo constitutiva de certos índices classificatórios. Tomando como totalidade a ideia de comunidade *bear*, tenho como propósito verificar a partir de contextos individuais, em que âmbito discursivo se pauta a ideia tida como homogênea e quais os apagamentos que a mesma possa estabelecer entre os membros pertencentes a essa rede.

**Palavras-Chave:** Comunidade *bear*; Noção de pessoa; Campo multi-situado

**Abstract:** In this article, from the notion of person theme, classically depicted by anthropology, seek to associate the speeches of those guys who call persona-*bear* from their experiences, through notions transiting the “body” notions of “community” and “identity”. The work was carried out through multi-sited field, trying to encompass the various methodological possibilities when it comes to carrying out an ethnographic work, even small like that. Thus, from carrying out these raids, both in the virtual space, as in ethnographic context ‘flesh and blood’, I try both evaluate my inflections as a research subject, as the bibliographic model on which I based that considers the persona-*bear* It is constitutive of certain qualifying rates. Taking as a whole the idea of *bear* community, I have the purpose to check from individual contexts in which discursive framework ruling the idea seen as homogeneous and which deletions that it can be established between those belonging to that network members.

**Keywords:** Bear community; Notion of person; Multi-situed field.

---

<sup>1</sup> Graduando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (e-mail para contato: italovinicius@rocketmail.com)

### 1. Motivações

Como medida prévia, tenho por objetivo ressaltar as motivações de minha escolha, sejam elas acadêmicas e/ou pessoais ao etnografar a chamada Comunidade *Bear*. Sabendo-se que tal denominação é assumida pelos integrantes, que se veem como um grupo de convívio marcado por relações baseadas em corpo, modos de experienciar suas sexualidades e uma rotina compartilhada de ambientes estabelecidamente *ursinos*. Em primeiro lugar, devo ressaltar o meu papel como pesquisador nessa comunidade, baseado naquilo que Ramos (2007, p.23) denomina de etnografia metonímica, ou seja, o ato de se etnografar um grupo do qual o pesquisador é constituinte. Desse modo, devo me revelar de antemão, sou *urso*, mas o que isso significa explicitamente? É o que pretendo elucidar nessa minha jornada, na pretensão de tentar chegar ao fio de Ariadne que percorre a noção de pessoa-*ursina*.

Tendo como base a ideia de que sou, de antemão, um sujeito imerso em meu grupo de pesquisa, ou seja, que possuo um “capital ursino”, parafraseando Bourdieu (2007, p.175), é bastante elucidativo o porquê de possuir em campo uma determinada facilidade de ser aceito perante meus interlocutores e, de algum modo, mobilizar esse meu capital, a fim de manter uma relação de compartilhamento e aproximação que os fizesse ter certa segurança nas relações estabelecidas comigo durante o campo, uma vez que, era também conferida a mim, uma certa legitimidade.

Ao mesmo tempo que tive como vantagem compartilhar elementos que pudessem me colocar em um lugar de proximidade com essas pessoas, também tive como dificuldade o movimento de distanciamento, bastante necessário no fazer antropológico em campo. A problemática que Velho (2008, p.126) nos aponta em exotizar o familiar e familiarizar o exótico a fim de que possamos criar um estranhamento necessário para a produção de problemáticas de valor antropológico, me foi bastante cara. Tendo consciência que minhas vivências na comunidade me direcionavam aos caminhos que deveria percorrer para chegar em meus interlocutores e quais elementos deveria fazer emergir para uma comunicação inteligível entre mim e “eles”, também era um fato que essa familiaridade tinha como aspecto negativo um certo vício no olhar, ou seja, uma viseira que me impedia de expandir meu campo de visão e notar aquilo que pudesse passar despercebidamente.

Logo, o afastamento que procurei estabelecer em campo se pautou, em maior medida, nas áreas cinzentas que, mesmo imerso na comunidade, não me eram acessíveis por conta de demarcações que implicavam fronteiras entre os sujeitos dentro dela, ou seja, aquele espaço dito como homogêneo dentro do discurso comunitário era, na verdade, cheio de rupturas e heterogeneidades marcadas pelos fluxos distintos de corpos e relações. Tais distinções serão evidenciadas em maior medida a seguir, a partir da descrição estrutural da comunidade. Essa digressão teve como objetivo realmente capturar aquilo que rondava minhas preocupações iniciais e fazer entender algumas pistas que dou ao longo do corpo textual: como estabeleci o cruzamento entre os campos etnográficos, minha metodologia na análise de dados e meu papel como pesquisador em meio a tais redes de informações.

Academicamente, as razões que me levaram a propor estudar a constituição da noção de pessoa-*ursina* perpassam pelo estranhamento e desconhecimento da comunidade quando apresentada às demais pessoas do meu círculo social acadêmico. Isso me provocava bastante curiosidade, de modo que refleti: como, numa mesma sociedade, diferentes pessoas têm acessos a diferentes mundos, à medida que, para mim, o conhecimento da comunidade fosse público em maior medida. Atrelado ao fomento da curiosidade de meus colegas e professores que cada vez mais me indagavam sobre a comunidade, também passei a questionar aquilo que entendia como *urso*, dessa forma, me vi deslocado em meio à familiaridade a que me via associado. Mas afinal de contas, o que é ser *urso*?

## 2. A noção de pessoa-ursina

Para situar o leitor de quem é esse sujeito ao qual me refiro, tentarei fazer uma explanação geral da comunidade *ursina*, assim como demarcar qual o sentido conferido pelos sujeitos, com base na bibliografia encontrada, ao termo que eles denominam como “comunidade”. Com base nas informações de Domingos (2010), que discute em seu livro *O discurso dos ursos* vários aspectos gerais em relação a esse foco de estudo, faço um sobrevoo na história da comunidade, bem como a esquematização de sua estrutura interna, valendo-se assim, entender como são inferidas as relações de pertencimento e convívio social.

Remonta à década de 1960 o aparecimento de grupos compostos por homens de corpulência mais acentuada, peludos, acima do peso e, predominantemente, de idade mais associada à fase de maturidade (em média 45 anos) em bares de São Francisco, nos Estados Unidos. Esses sujeitos fugiam tanto dos estereótipos de pertencimento a uma vida saudável e de um corpo sadio, fomentados pelas normas médicas e que perpassavam socialmente perante a noção de saúde ocidental, como também dos caracteres pautados advindos daquilo que se convinha chamar de comunidade homossexual. Sendo então, excluídos de ambas as vias nas quais estavam socialmente localizados, esses homens decidem se reunir a partir de suas próprias vivências, por meio de seus corpos subversivos e comportamentos específicos. Tendo então como principal – não o único, como veremos posteriormente - parâmetro o corpo, uma vez que ele era a ressignificação de suas existências como sujeito em meio à exclusão subjacente aos grupos homossexuais (de forma interna e externa, uma vez que eles não eram bem vistos nem pelos gays, nem pelos heterossexuais) e da sociedade normativamente heterossexual, a imagem do urso foi evocada. Não se sabe ao certo qual a data que foi cunhada o termo “comunidade *bear*” nem quando ela se popularizou no Brasil efetivamente, mas hoje temos conhecimento dessa por meio de vários sites criados por *ursos* e para *ursos*, como por exemplo o *bearwww.com* (The Bear World WideWoof) contando com 180.293 perfis em 2010, segundo Domingos (2010), como também é de conhecimento a existência do Clube dos Ursos de Los Angeles já em 1966 (DOMINGOS, 2010).

É de fundamental importância apontar informações básicas sobre a constituinte dessa comunidade, no que diz respeito aos valores compartilhados por esses sujeitos. Em primeiro lugar, a noção de “comunidade” aqui é apresentada por esses indivíduos, a partir de um discurso unificador que eles carregam: além de seus corpos os situarem numa familiaridade como sujeitos, alguns comportamentos são de caráter imprescindível, desde o surgimento da comunidade. O homem *urso* além de possuir no corpo o *locus* de sua identidade, não somente pela sua condição física, mas também pelas corporificações (BOURDIEU, 2007) de seus comportamentos, ou aquilo que Butler (2003) chamaria de performance, é então pautado em certos índices de *ser-urso*. Isso quer dizer que, a partir de uma sujeição a um modo específico de ser e de se portar, cria-se a elucidação de determinados papéis que, corporalmente, se materializam e demarcam aquilo socialmente estabelecido. Como vimos,

a não pertença dentro do imaginário homossexual que perpassava a década de 60 – e que ainda hoje encontramos, mas em menor medida – se dava não somente pelo padrão estético não compatível com os estereótipos, mas também pelo padrão comportamental. Os *ursos* tinham como fronteira da “comunidade” homossexual, seus modos pautados na discrição, não afeminação, uso de roupas simples e porte que lembra a figura do lenhador (porte másculo e viril), ou seja, além de trazer à tona o caráter de querer estar junto, compartilhamento no gosto por ambientes que pudessem ser acolhedores e de exaltar suas masculinidades de modo indiscriminado.

Dessa forma, a noção de uma comunidade vista pelos *ursos* se diz condizente com aquilo que Strathern (1998, pp.109-139) elucida na ideia de pertencimento: “via de regra, a reciprocidade engendra uma troca de perspectivas — cada pessoa vê a si mesma a partir do ponto de vista do outro”. Também poderíamos nos valer da noção de comunidade proferida por Anderson (2008, p.26) na qual ele observa como esse conceito fora estruturado para conceber o status de uma aparente homogeneidade na sociedade ocidental, a fim de conferir que indivíduos fossem regimentados a pertencer a uma mesma realidade social, tal como se perceberem pertencentes a um estado nacional. É interessante notar que essa noção tende a excluir certos desajustes, rupturas e heterogeneidades presentes dentro dessas redes relacionais, talvez por isso, acho essa conceitualização bastante compatível com a comunidade *bear* em questão, uma vez que, como veremos, a heterogeneidade é bastante presente, tanto estrutural quanto discursivamente, mas apagada por questões que almejo investigar.

Começemos então, conhecer qual a estrutura presente na comunidade *bear*. Assim como a figura do *urso* fora evocada para representar a imagem desse sujeito, seja de forma estética (em relação ao corpo), seja comportamental (virilidade, segurança, força e discrição), a forma que se desencadeia a relação entre diferentes corpos e comportamentos também será pautada na figura de associações afins. Entrelaçadas aos princípios atitudinais dos sujeitos, determinadas imagens lhes serão associadas. As categorias dos sujeitos pertencentes à comunidade, são:

- *filhote* - aquele que pode ser tanto um *urso* mais novo quanto também que assume comportamento da necessidade de cuidado e um físico ‘em crescimento’;

- *paizão* - *urso* que assume o papel de provedor e que dá carinho e acolhimento, também podendo ser considerado pela faixa de idade mais alta, em média 45-60 anos, e por um físico determinado por pelos brancos;
- *caçador* - se liga à comunidade por sua atração (seja sexual e/ou afetiva) aos *ursos*, mas que não é de fato encarado como um *urso*;
- *chubby* - mais gordo que outras categorias e em menor medida peludo;
- *muscle bear* – físico musculoso em maior medida;
- *lontra* – *urso* que possui físico mais magro associado à presença de pelos, tal qual, se liga à comunidade por ter por ela um sentimento de pertencimento.

Tomando como base a estrutura da comunidade, tenho como concepção inicial que a “construção” – termo que faz alusão ao texto “A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras”, de Seeger, Da Matta & Viveiros de Castro (1979:2-19) – da pessoa-*ursina* é pautada sobre três égides:

- a) **corporeidade**, ou seja, o corpo como dimensão primeira e encarada como fundamental em ser-*urso*;
- b) **masculinidade** que, juntamente com o corpo, historicamente foi grande contribuinte para que tais sujeitos se vissem excluídos das realidades sociais, seja pelos modelos médicos de vida saudável, seja pelo estereótipo estético de homossexualidade (entendida sob a ótica patogênica de homossexualismo), de forma que a masculinidade valorizada pela comunidade *ursina* se aproxima da hegemônica (FRANÇA, 2009, p.8), ou seja, aquela pautada pela heteronormatividade (FRANÇA, 2009, p.8-15), contraposta à subalterna estereotipada na estética e comportamento homossexual;
- c) **auto titulação ou percepção de ser *urso***, sendo esse último ponto o mais sensível e aberto à discussão, uma vez que essa chave é pautada em maior medida às transformações que a comunidade *bear* sofreu ao longo dos anos com sua popularização, do que com o surgimento dessa na configuração original, tendo em vista que pelo corpo esses homens buscaram uma identidade comum. Observamos assim, que essa condição está associada a alguns tipos de *ursos* que não possuem propriamente os aspectos físicos predominantemente ligados ao padrão comunitário.

### 3. Metodologia e aproximações

Sob o ponto de vista da temática de “noção de pessoa”, bastante caro à antropologia, analisado em diversas etnografias clássicas como o já mencionado texto de Seeger, Da Matta e Viveiros de Castro (1979), alguns outros autores que se voltaram para analisar o contexto ocidental<sup>2</sup>, ou seja, em olharmos para “nós” mesmos, também me impulsionaram a pensar o contexto em que me insiro, ou seja, a comunidade *ursina*.

Podemos pensar entre essa bibliografia os textos de Mauss, “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do eu” (1938) e “As técnicas corporais” (1934). No primeiro texto, o autor nos esclarece da episteme que a concepção de pessoa carregou ao longo de sua história, podendo ter sido percebida a partir da ideia de *persona*, indivíduo ou personagem; e só adquirido o caráter que a damos em nosso contexto a partir da interferência que a igreja católica concebeu ao “fechar” esse sujeito dando-lhe um corpo e uma alma. Enquanto que no segundo texto, Mauss discute como somos socialmente corporificados, retomando a ideia de Bourdieu já anteriormente citada, a partir de modelos culturais (MAUSS, 2003).

Também refletindo sobre nossas novas maneiras de compreender o mundo através do estabelecimento daquilo que chamamos como “eu”, muitos outros autores nos guiam para tais concepções de pessoa. Entre as abordagens que considero muito pertinentes, o texto de Russo e Ponciano (2002), demonstra como na modernidade o “eu” está indissociável de sua elegível parte corporal, hierarquicamente superior e constituinte do sujeito: o cérebro. Reflexões como essa me provocaram bastante a ponto de considerar interessante ir a campo. Ou seja, guiado por esses estudos e pela experiência como sujeito *ursino*, me inseri em campo com a motivação em observar, através dos discursos de meus interlocutores, se aquilo que elaborei como fundamentos para a “construção” dessa pessoa que chamo de *ursina*, que também já tinham sido elucidados por autores como Domingos (2010) e Diniz (2013), realmente condiz com a percepção de meus interlocutores em meio à comunidade atualmente. Visto que, desde o surgimento dessa comunidade, sabe-se que houve algumas mudanças em sua configuração estrutural – algo que também foi debatido entre os entrevistados.

Para a realização da etnografia proposta, adotei como metodologia aquilo que Marcus

---

<sup>2</sup> Tomando esse ocidente como uma categoria heurística.

(1997) estabelece como etnografia multi-situada, ou seja, a partir de minha inserção em diferentes espaços de análise, aos quais possuem um grau de contextualidade entre si, poderia traçar conexões de modo a lhes conferir uma inteligibilidade. Desse modo, os espaços em que iria me inserir tinham por definição uma teia de significações compartilhada, além disso, me dariam a oportunidade de adotar diferentes métodos etnográficos realçando as implicações do que propusera a princípio.

Em ordem cronológica, o primeiro campo que iria me dispor de informações, assim como um nivelamento para as etapas posteriores seria o aplicativo GROWLr (The Gay Bear Social Network). Assim como outros aplicativos (app) popularmente conhecidos como “de pegação”, o GROWLr foi criado especificamente para o público *ursino*, ou seja, a estrutura interna era condicionante daqueles que curtem ou são *ursos*<sup>3</sup>. Após baixado no dispositivo móvel e criado o cadastro, a pessoa, por via de regra, cria seu perfil e se identifica sob categorias anteriormente mencionadas (filhote, paizão, caçador, chubby, muscle bear, lontra, entre outros que são menos conhecidos e/ou utilizados). A partir do estabelecimento de quais categorias você se identifica – podendo enquadrar-se em mais de uma – e quais tem interesse em estabelecer contato, as redes de interação são estabelecidas. Assim sendo, para um maior contato com pessoas que almejam encontrar todo “tipo” de *urso*, me enquadrei em todas as categorias possíveis, tal como selecionei todas para interesse relacional. O campo no aplicativo durou aproximadamente duas semanas, tendo início na primeira semana de maio de 2015.

Conhecendo a dinâmica desse espaço, sei que muitas pessoas são movidas diretamente a procura de real<sup>4</sup>, mas outras também se relacionam de maneiras mais abertas e disponíveis a conversas e trocas de experiências, logo seria esse segundo ‘tipo de pessoa’ que achei mais adequada a tentar alguma aproximação. O método de identificação desse público específico se dava pela análise do seu perfil. Geralmente as pessoas que procuram sexo imediato dão poucas informações em relação a sua vida em particular<sup>5</sup>; já as segundas deixam rastros para que aqueles que quisessem conversar tivessem certos índices temáticos e foi assim que selecionei, em maioria, algumas pessoas para enviar uma

<sup>3</sup> Reconheço que não é unanimidade o uso do aplicativo de acordo com tais condições, mas sabe-se que essa é a regra do jogo em questão.

<sup>4</sup> ‘Real’ sendo a expressão utilizada para encontros ditos ‘sem enrolação’ e que o envolvimento é puramente sexual num plano imediato.

<sup>5</sup> Em campo tentei interagir com essas pessoas, mas como havia previsto, nenhuma se encontrou disposta a manter contato comigo assim que revelei o caráter acadêmico de minha presença no aplicativo.



mensagem de apresentação, como qualquer pessoa no aplicativo que queira puxar algum papo.

Pelúcio (2007, p.72), em sua etnografia com travestis de São Paulo, nos conta como foi sua inserção em campo via bate papo, na época o meio utilizado foi o MSN<sup>6</sup>. Tentando criar familiaridade com aquelas pessoas, a pesquisadora nos conta como passou por situações difíceis, entre elas, em um contato inicial com sua possível interlocutora, essa começou a provocá-la de modo bastante agressivo por meio de conotações que demarcavam expressamente uma fronteira entre a sua condição de mulher e a condição de subalternas daquelas pessoas. Ao mesmo tempo sua interlocutora tentava lhe expor o quanto, naquele ambiente que a pesquisadora estaria disposta a frequentar, era ela quem se encontrava do lado mais fraco da situação. Do mesmo modo que a fragilidade da pesquisadora transparecia naquele ambiente em que tentava ser aceita, minhas primeiras tentativas de contato via aplicativo em questão eram repletas de aproximação com fins sexuais por parte dos participantes. O modo como me portar nesses espaços era diariamente testado por meus possíveis interlocutores, como também tinha que me reavaliar a cada dia, de modo com que impusesse limites entre meu papel de pesquisador e os desejos declaradamente colocados à mostra sobre mim.

Enviadas algumas saudações iniciais, deixei que as pessoas que quisessem conversar retornassem contato. Passados alguns minutos, minha caixa de correspondências já se encontrava parcialmente preenchida por mensagens. A partir do início da troca de mensagens há uma determinada 'etiqueta' de conversa típica desse universo de paquera por aplicativos: cumprimento, identificação e descrição do objetivo que o leva a tal ambiente; foi nessa terceira etapa que me abri e expus o motivo cuja razão se dava pela pesquisa. Ao fazer isso não deixei que uma barreira fosse criada; na medida em que revelei o caráter acadêmico também deixei exposto que dada condição não excluiria a possibilidade de uma prosa em tom de conversa informal e que isso não tornaria o vínculo fechado ao tema de pesquisa. É certo que, mesmo após exposta a proposta, algumas pessoas continuariam a me 'cantar', mas deixei evidente que essa opção não estaria disponível tanto por questões acadêmicas, quanto por pessoais. Havia pessoas que não me cantavam, mas que era

---

<sup>6</sup> Programa que permitia troca de mensagens por meio de recados escritos com serviço de microfone e/ou *web cam*.

possível sentir que elas conversavam comigo por algum interesse a mais, contudo, mantive minha postura neutra na medida do possível.

A rotina criada pelo aplicativo era complicada, por opção eu decidi que não faria naquele ambiente uma pesquisa semiestruturada, ou seja, aplicar de modo direto as perguntas que tinha em mente de uma vez só, pois isso tornaria cansativo para o entrevistado a rotina de relação estabelecida e sei que, como regra, conversas cansativas em aplicativos tornam desinteressante continuar o contato. Decidi então estabelecer diálogos em tom de prosa e, quando uma abertura fosse possível, minhas questões seriam colocadas. Por um lado, essa metodologia funcionou mantendo as pessoas interessadas em estabelecer continuamente o contato, mas por outro, manter contato com várias pessoas ao mesmo tempo, cada um em seu ritmo, passou a ser desgastante para mim. Tive sete interlocutores pelo aplicativo no total.

Expandindo meu campo, dei prosseguimento em minha pesquisa pela rede social *Facebook*, sendo que, em meio a tantos grupos<sup>7</sup> *bear* nos quais publiquei o interesse de minha pesquisa, um se sobressaiu pelo número de interessados e apoio do administrador<sup>8</sup>.

Pela grande procura às vezes ficava difícil atender a todos prontamente, minha postagem despertou uma espécie de atrativo diferencial no grupo, destacada pela singularidade em meio à rotina encontrada, chegando também ser percebida como algo que agregava pelo “(...) valor cientificista, pessoas que realmente tem algo interessante e bacana para conversar por aqui”, conforme fala de um dos membros que comentaram o meu post de exposição da pesquisa. Logo percebi que as pessoas dispostas a participar do meu trabalho, queriam que lhes fossem apresentadas questões que forneceria algo não somente desconhecido sobre eles mesmos, mas também um meio de ‘se conhecer’.

Parte dos interessados mostraram-se motivados em responder questões que tinha proposto na forma de diálogo; outros preferiram respondê-los através da aplicação de questionários. Em média dez dias foram necessários para que todo o processo tivesse sido executado. Os dados então foram reunidos e analisados posteriormente, tanto para verificar recorrências quanto controvérsias, sendo essas últimas de meu interesse em maior medida, uma vez que por elas verificamos em que amplitude o discurso se encontra, e por essa extensão, analisar aquilo que me traz as incertezas capazes de promover a tal de

---

<sup>7</sup> O termo *grupo* se referindo a associações de pessoas que a rede social denomina como tal.

<sup>8</sup> Pessoa responsável pela gestão do grupo

“desfamiliarização” entre a realidade que me era acessível na comunidade e a realidade de outros sujeitos. No total, trinta e um interlocutores se dispuseram a responder a pesquisa por essa via.

Por fim, tomo como terceira experiência de campo a participação na festa de junho dos *ursos* que, pela época do ano, teve sua nomeação de ‘Bearraia’ (arraial *bear*), sendo uma festa tipicamente junina realizada numa casa noturna. A festa com organização da Bearboom (Comunidade *Bear* responsável por executar os encontros *bears* mensais em Belo Horizonte) aconteceu dia 19/06, e marcou o fim de minha pesquisa de campo, uma vez que todos os âmbitos previamente estabelecidos em que eu pudesse me inserir estavam esgotados. Minha participação na festa coube para notar questões já investigadas previamente, a partir das entrevistas e aplicação de questionário, como as mudanças nos padrões internos da comunidade, que dizem respeito tanto do público frequentador, quanto de como as festas são pensadas.

#### 4. A plenitude *ursina*

Tenho lucidez que esse sendo meu primeiro trabalho de campo, ou melhor dizendo, “em campo” (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p.174) enfrentei problemas com o processo de transcrição etnográfica. Colocar no papel aquilo que seus interlocutores estão te apontando e nem sempre saber captar sua totalidade, é algo realmente muito complicado. Mesmo com a leitura de diversas bibliografias clássicas como GEERTZ (2002) que em seu texto “Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita”, nos aponta essas dificuldades; somente a prática lhe pode revelar a verdadeira virtuosidade de se lapidar as vivências em campo de forma a construir um corpo textual inteligível e claro para o leitor. A pluralidade dos discursos encontrados é algo impossível de ser elucidada com total fidelidade, mas o que tento nessa análise é demonstrar aquilo que notei de mais importante, tanto para meus objetivos como pesquisador, quanto para aqueles sujeitos que me confiaram seu tempo.

Para começar, percebi que tinha como que uma nuvem imaginária sobre minha cabeça o retrato hegemônico da comunidade *ursina*: homens gays, peludos e gordo, não importando em que grau isso se estendia; geralmente mais velhos e com certa representação de si como sujeitos, sobretudo, masculinos. Essa de fato é a imagem primordial daquelas pessoas que já ouviram falar da comunidade ou são apresentadas a ela

em dado momento, ou seja, ursos são pensados a partir do que Weber (1974) estipulou como um ‘tipo ideal’.

Além disso, a partir da minha vivência e leitura de material bibliográfico, pude perceber transformações naquilo que se entende pelas categorizações desses sujeitos, os desvios para mim eram bastante perceptíveis. Será mesmo que *ursos* só se percebem a partir de tais enquadramentos?

Em primeira instância, penso que a realização do meu campo no app GROWLr, foi como um preparatório para os dois passos seguintes: a realização de entrevistas e aplicação de questionários em comunidades do *Facebook* e participação na festa Bearraiaá. Digo preparatório pois nessa esfera não realizei entrevistas diretas nem uma rotina puramente etnográfica, minha inserção no campo era diária podendo variar dos momentos em que estivesse desocupado e assim ‘puxando papo’ com os interlocutores, com fim de analisar seus discursos por meio de conversas e prosas cotidianas. Também avalio essa participação como preparatória porque mesmo já tendo estabelecido perguntas que faria às pessoas interessadas, foi somente com meu envolvimento diário que percebi as insuficiências previamente formuladas, tais como perguntas que poderiam não fazer nenhum sentido àquelas pessoas. Sendo assim, percebo que foi durante todo o tempo que permaneci somente na esfera do app que pude reformular minha postura como pesquisador, como também polir o que era definitivamente necessário para se chegar à minha proposta inicial: compreender quais eram os critérios para aquelas pessoas que constituíam um *urso* ao estabelecer essa identidade.

Pistas eram o que poderiam me ser oferecidas naquele contexto, em que ainda não havia nada respondido, apenas caminhos que deveriam ser levados a sério. Com isso, apontamentos e direcionamentos estruturaram a primeira parte de minha experiência etnográfica, posteriormente direcionada às redes sociais. Nesse novo contexto, com a reflexão previamente pautada em minha inserção anterior, as questões que pretendia fazer já foram colocadas na medida em que pudesse – ou pelo menos tentasse – abranger ao máximo aquelas pessoas interessadas em respondê-las.

O ponto principal era: o que é ser um *urso*? As respostas, como já esperava, foram as mais diversas possíveis, tocavam na corporeidade, tal como modos de ser e uma principal postura quase foi unanimemente relatada: “**ser urso é, sobretudo, ser quem quiser**”. Ser

*urso* nesse sentido, é ter controle sobre si, se aceitar, ser aquilo que nenhuma regra pode ditar sobre si mesmo. A individualidade aqui é muito marcante enquanto autonomia para que a pessoa seja um *urso*. Esse primeiro ponto além de muito importante, é talvez, para mim, a única certeza que levei desse trabalho.

De modo que ser *urso* é ser quem quiser, isso nos leva a pistas de que a corporeidade não é a definidora para que o sujeito tenha uma porta de entrada na comunidade, podendo também estar incluso pelo seu afeto pelos *ursos*, ou um certo sentimento de identificação a gostos estabelecidamente *ursinos*. Através do discurso fundamental “ser *urso* é, sobretudo, ser quem quiser” podemos dizer que essa minha conclusão estava correta, mas pelos levantamentos colocados por meus interlocutores, não. Havia uma grande cisão entre aqueles que afirmavam que *urso* necessariamente deveria portar um corpo específico e outro ponto de vista que permitia ao *urso* ser portador de um porte corporal não definido, desde que se sentisse pertencente aos *ursos*. Boa parte daqueles que trouxeram essa segunda visão, afirmavam que esse era o novo ‘lance’ da comunidade, uma vez que ela estava mais aberta para abarcar outros perfis justamente pelos *ursos* serem esses tipos de pessoa de “cabeças mais abertas”, o que não era muito conclusivo para mim, em meio a tantos rearranjos discursivos acerca dessa questão.

A terceira via pautava-se na fala expressa por um de meus interlocutores<sup>9</sup> “**sou urso por fora e por dentro**”, ou seja, boa parte também acreditava que *urso* deveria possuir um certo físico aliado a imperativos atitudinais. Havia dessa forma, uma associação das categorias pertencentes à comunidade *ursina* com certos traços pautados nos aspectos comportamentais dos indivíduos, ou seja, aqueles que se percebiam nas categorias *ursinas muscle bear* ou *paizão*, por exemplo, estavam (ou queriam estar) diretamente associados à uma imagem de força e segurança, já os *filhotes* eram percebidos como pessoas mais “fofas” e que necessitavam de “carinho” –termos que apareciam frequentemente nas falas de meus interlocutores. Assim, podemos associar esses discursos àquilo que Goffman (1999) nos aponta como “representações do eu”, ou seja, os papéis que exercemos no dia a dia sustentam uma certa aparência de nossa personalidade. Dessa forma, por meio de representatividades entre aquilo que sou e aquilo que demonstro ser minha imagem,

---

<sup>9</sup> Resolvi adotar o anonimato em todo o meu texto, tanto por meio de exigência de alguns interlocutores, tanto para me preservar de qualquer possível manifestação contrária após a divulgação do trabalho.

perante à diversos grupos sociais aos quais sou pertencente, é moldada de acordo com meus interesses e do controle de impressões (BERREMAN, 1975) que quero estabelecer perante aos outros.

Aqui já encontramos duas pistas: ser *urso* refere-se a um jogo de representatividade a fim de se firmar enquanto tal e *de que modo é urso*, assim como corpo e comportamentos andam juntos para um *urso* ser **completamente urso**. Isso significa que há bastante clara a divisão entre aqueles que são *ursos legítimos* e *ursos não legítimos* (termos utilizados por alguns de meus interlocutores). Uma vez que, aqueles que engendram sua identidade *ursina* a partir de constructos corporais e comportamentais, relembrando a ideia de performance de Butler (2003), tem uma situação de status superior àqueles que se sentem *ursos*. Estes últimos, mesmo não possuindo um dito *corpo de urso*, devem ser respeitados como tais, mas na prática, não lhe são conferidos uma legitimidade na mesma medida que aos *verdadeiramente ursos*.

Ficou bastante evidente a reprodução do discurso seccionista corpo x mente em todo o campo. Tudo era tratado em torno desses dois modos de operacionalização da vivência e do mundo *ursino*, havendo corpos específicos ligados a comportamentos indissociáveis. Caso ocorresse a quebra na estrutura corpo + comportamento = categoria identitária *legítima*; o *urso* poderia, nesse contexto de falas específicas, ser positivado, principalmente, pelo seu corpo. Independente do comportamento, a fluidez toma protagonismo: “sou *chaser* (caçador) e também *filhote*”; “sou *filhote* mas passando pela transição a *muscle*”; “sou *chaser* ao mesmo tempo que *chubby*”; “me encontro entre um *urso* (híbrido presente de difícil conceituação) e um *filhote*, sendo mais *chubby*”. Os rearranjos são extremamente complexos e infinitamente possíveis, a fluidez do corpo, em alguma medida apontada por Butler (2003), pode caminhar na mesma proporção ou em contramão com a própria identidade, já que a identidade pode ser entendida de modo individual e associado a valores diversos que não são pautados nas categorias predefinidas.

A gradação presente na ideia de um devir-*ursino*, proveniente da sobreposição corporeamente-identidade, independente da proporção associada, garante a imposição de uma hierarquia *bear* em que os sujeitos são postos diante uma escala referencial que os determinará menos ou mais *ursos* em relação a outros. Nas falas há marcadamente tal imposição: “não sou tão *urso* por não ser tão peludo”; “sou um *urso* que mesmo não tão

gordo me identifico como *chubby*” ou até mesmo pela questão da masculinidade em que *urso* no maior grau dentre a escala, é aquele que se assemelha ao discurso: comportamento de macho + corpo-de-urso + modo-de-ser-urso associado à categoria. A noção de pessoa *ursina*, desse modo, não teria uma definição específica, por mais que tenhamos alguns índices de apontamentos já citados: corpos, masculinidades e auto identificação; uma vez que ela passa por tantas categorizações, fluidez e hierarquias, que o conceito de ‘pessoa-*ursina*’ não daria conta de abarcar todas as singularidades heterogêneas presentes na prática da vivência do ser-urso.

Na mesma medida, a relação natureza e cultura tão classicamente discutida e apontada na antropologia, quanto a primeira demonstrada acima (corpo/mente), é também presente nas falas, uma vez que o urso é tomado como uma categoria externa do sujeito “*urso* é um estilo de vida que está ‘impregnado’ no seu ser rústico e carinhoso / amoroso e bruto”, conforme a fala de meu interlocutor em relação a sua própria maneira de enxergar o mundo. É como se a comunidade fosse provinda da reunião de atores que compartilhassem uma mesma essência, assim como se organizam pela sua disposição semelhante no que tange a vida e sua personalidade. “A essência *ursina* está no contraste entre o visual e o interior, expressar suas vontades, amor próprio, aceitação; equilíbrio entre as dúvidas e a aceitação”, palavras de um interlocutor *urso*.

As masculinidades apareceram de maneira bem natural enquanto tópico que não foi perguntado de maneira direta aos sujeitos de pesquisa, porém, ao estipular as questões, tinha impressão de que haveria abertura para a presença desse tópico dentro dos discursos, o que de fato aconteceu. Da mesma forma que colocara em antemão, ao conceituar a noção de *urso*, as masculinidades divididas entre hegemônicas e subalternas me saltaram aos olhos em grande parte das conversas e questionários respondidos. Em medidas de igual valor, muitos me relataram a importância de o *urso* ser “Homem”, com “h” maiúsculo, não qualquer homem, mas aquele que *indiscutivelmente* fosse homem, *mesmo sendo gay*; já que uma das características dos *ursos* era dispor de uma condição comportamental “sem afetação”, “livre de vícios comportamentais tal qual outros gays”. Assim como houve aqueles dispostos a defender que “ser *urso* é, sobretudo, ser quem quiser” pautando-se num ponto de vista mais acolhedor em que “se sentir livre e mente aberta” também seria característica dos membros da comunidade.



Ao nos depararmos com essas diferenciações dentro dos discursos estruturais pertencentes aos sujeitos constitutivos da comunidade *bear*, podemos estabelecer relações entre o modo com que as operacionalizações regulam os sujeitos nessa realidade e os estudos clássicos de homossexualidade realizados no Brasil a partir do final da década de 1960, sobretudo 1970 e 1980. Um dos grandes nomes que contribuíram para um apontamento das categorizações desses ditos “sujeitos desviantes” é Peter Fry (1982), tendo grande importância em nos situar perante as classificações que perpetuavam no cenário brasileiro em meio à insurgência das discussões sobre a homossexualidade.

Fry (1982, p.112) nos indica três sistemas classificatórios presentes na década de 1970 em que, por meio de binarismos, propunham tentar ajustar a realidade desses sujeitos homossexuais a certos modos de existência pautados em adequações explicativas de suas condutas. O primeiro deles refere-se ao modelo contrastante entre as ideias de masculinidade/atividade sexual *versus* feminilidade/passividade em que os sujeitos eram abarcados dentro da oposição de gênero pela reprodução dos relativos papéis, ou seja, homem como aquele tem por “propriedade” a função de ser o ativo nas relações sexuais, os demais que não cumprissem essa tarefa, eram considerados portadores de uma alma feminina (CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio; 2007, p.70). O segundo modelo explicativo partia dos discursos biomédicos de atrelar as práticas homossexuais ao caráter doentio de suas práticas em contraposição de normalidade atrelada às práticas heterossexuais, a partir da oposição feita da hétero/homossexualidade. Por fim, como uma resposta do “movimento homossexual” – temos como referência o autor McRae (1990), que nos fornece um estudo sobre aquilo que se constitui o primeiro movimento homossexual brasileiro, chamado Somos em SP - a proposta foi criar uma condição de igualdade entre heterossexuais e homossexuais.

E ainda, se voltarmos na historicidade constitutiva dos estudos sobre a homossexualidade, não somente de referência antropológica, como também na área da psicologia comportamental, é fácil notar a presença de concepções muito fundantes nos discursos de meus interlocutores, no que diz respeito em como a homossexualidade ainda pode ser percebida até mesmo dentro da “comunidade gay”, no caso, aqui dimensionada dentro do contexto *ursino*. Através dessas falas, aquilo que Krafft-Ebing (*apud* OOSTERHUIS, 2012), psiquiatra alemão, propunha por uma gradação sexual da condição



homossexual – tratada até então como homossexualismo pelo teor patológico – ainda se presencia em nossa atualidade. Ou seja, discursivamente verifica-se que determinadas terminologias ou concepções, tais como de masculinidades atreladas a certos corpos, ainda desencadeiam um imaginário de gradação entre “ser mais ou menos homossexual”, acionando recursos de valoração dentro os níveis de graduação.

O modelo classificatório ainda é muito explorado nos estudos de gênero presentes na área antropológica. Os termos utilizados pelo público homossexual no que tange às esferas ordenadoras dos sujeitos, ou seja, a partir de índices indicativos, determinadas características são exaltadas a fim de se produzir categorizações que permitem identificar os sujeitos dentro do cenário gay. Como exemplo tomo a etnografia realizada por Simões, França e Macedo (2010) em São Paulo, na área ao entorno da Avenida Dr. Vieira de Carvalho, região que agrega diversos ambientes acolhedores desse público<sup>10</sup>. Nesse estudo podemos observar a presença e a marca das terminologias presentes nas falas dos interlocutores a fim de posicionar certos elementos constitutivos de determinados sujeitos que são elucubrados e identificáveis a partir dos mesmos. Desse modo, o sistema classificatório demarca o sujeito, ele sendo “bicha-close”, “mano”, “ocós”, “negão” entre outros ressaltados por esses autores ao longo do texto que, pelo foco de estudo, analisam o cenário interseccionalista da vivência de homossexuais, que também estariam numa certa “margem” pela sua demarcação social associadamente periférica.

Trazendo à tona a discussão que realmente queria promover e a problematização entre corpo e autenticidade do ser-*urso*, não sabendo se fui totalmente claro em meus apontamentos, mas já assegurando que os retornarei para uma possível “conclusão”, me direciono a um outro caminho, cujas pistas foram marcadas pelo caminho textual que percorri: as transformações da comunidade e como são encaradas pelos protagonistas.

Tomo por caminho de entrada a fala de um interlocutor o qual, segundo ele, foi um dos fundadores dos encontros *ursinos* no Rio de Janeiro por volta de 1997 e que, toma nota de transformações por ele observadas:

Em 1997 começou o “movimento” no Rio, com jantares organizados por um grupo de “gordinhos”. Rapidamente nos organizamos, usando a internet e

---

<sup>10</sup> O público homossexual em meio a outros também analisados pelos pesquisadores, uma vez que as socialidades analisadas perpassam pela temática das sexualidades, classe e raça.

até mesmo o velho boca a boca... bem, como tudo que é bom dura pouco, os encontros cresceram rapidamente e um grupo começou com festas nos moldes que são realizadas hj em dia. Me afastei em 2002, pois começou a rolar droga e muita putaria, dentro das festas. Mas acho que abriu o leque para que os ursos saíssem dos guetos mixtos, onde por vezes eram humilhados e ofendidos (...) antes fazíamos jantares em bares ou restaurantes. Dalí, surgiram os sites ursinos, o ALLBEARS era o maior e melhor. Nele, a coisa tomou a configuração da festa que é a atual. Não podemos esquecer tb as POOL PARTIES e as Festas em saunas. Isso era comum na Europa (principalmente Espanha) e ganhou força por aqui. (transcrição literal da resposta do interlocutor)

Mesmo com a reconfiguração da estrutura originária, relatada por M.V, a partir dos encontros *bears* no RJ, ele vê com bastante positividade aquilo que o grupo proporcionou para os membros, uma vez que, os homossexuais cujos corpos se encontravam fora dos padrões sociais e também associados ao ‘público’ gay se sentiram acolhidos por essa nova possibilidade de pertencimento em que fossem respeitados pelo que são.

Italo, vou te falar uma coisa, que para vc que é novo pode soar mal... na década de 80, gordo pagava por sexo. Raros conseguiam parceiros que não fosse pelo interesse financeiro, a coisa do urso interno nada mais foi que o orgulho brotando nos gordos, que os fizeram se aceitar, se unir e saírem para buscar algo que era conquistado, e não meramente pago! (transcrição literal da resposta do interlocutor)

M.V nos traz sua visão de alguém que esteve presente no início da comunidade enquanto essa se configurava no contexto brasileiro, mais especificamente no estado do Rio de Janeiro. Mas também foi levado em consideração, o ponto de vista de *ursos* com diferentes níveis de interação na comunidade, a partir de seu tempo de participação. Tomo alguns apontamentos por essas outras perspectivas e vivências no que tange às suas opiniões, tanto em como a comunidade tem se transformado internamente, quanto à visibilidade externa em relação ao grupo e a categoria ‘*ursos*’.

Em primeira instância, há uma diferenciação dos sujeitos em relação a sua idade, tendo em vista que as gerações mais anteriores, no caso em relação aos meus interlocutores possuírem entre 40-60 anos nesse primeiro caso. Esses apontam que ao se perceberem e se descobrirem como *ursos*, tanto pela identificação realizada por outro *urso*, tanto pela descoberta através de pesquisas, a reação é, de maneira geral, mais tranquila, de curiosidade e empatia. Na medida em que, talvez por uma ‘maturidade’ auto entendida, eles se sintam bem em fazer parte de uma “rede” que o privilegie como um potencial protagonista. Já os mais novos encaram ser chamados de *urso*, em primeiro momento de sua descoberta e possível auto identificação ulterior, de duas maneiras: de um lado, associando a uma figura de simpatia agregada ao conceito, como o termo “fofo”, mas, para alguns em contrapartida, uma certa “marginalidade” (termo utilizado por um interlocutor), sensação de estar à parte de uma juventude pautada numa “normalidade” à qual deveria pertencer.

A segunda observação em relação às novas maneiras de se enxergar a comunidade, se dá ao fato de um abrandamento na questão da obesidade. De maneira alguma isso se deve a transformações no discurso médico, que por vez, continua a ditar normas de saúde. Mas, hoje em dia, é possível verificar um discurso em prol da defesa da qualidade de vida através da aceitação das singularidades individualistas. Estudos como “é dos gordinhos que elas gostam mais” (Site Terra, 2014), realçam essa nova realidade em que pessoas não estão mais dispostas a certos “sacrifícios” em torno da exaltação do corpo e perda da individualidade, mesmo com as recomendações médicas sobre o perigo da obesidade. De certa forma, a desconstrução da imagem do gordo como aquele relacionado ao ‘doente’<sup>11</sup> e ao seu papel ‘cômico’ (como relatado por um dos interlocutores) tem acontecido nos últimos anos, passando por ressignificações fora tais parâmetros, mesmo que em instância paulatinamente gradativa.

---

<sup>11</sup> Discurso encontrado em diversos artigos na área antropológica de corporeidade, com especial lembrança nos artigos presentes no livro *O nu & o vestido* de 2002, organizado por Miriam Goldenberg. Alguns artigos presentes nessa coletânea, em especial os de Fabio Gontijo “Carioquidade” e Patrícia Farias “Corpo e classificação de cor numa praia carioca” são elaborados com base na construção histórica de uma “cultura carioca” e tocam na questão do “corpo carioca”. A partir da fala dos sujeitos de pesquisa, é possível identificar um *modus operandi* de se produzir uma estética compatível à vida praiana da população carioca – claro, com interseccionalidade de classe, raça e gênero – que contrasta o corpo saudável com aquele corpo doente, visto como não trabalhado, não passível de ser demonstrado em público, pelo caráter de “desleixo”.

Sobretudo por tais mudanças, mesmo que não totalmente abrangentes, os *ursos* que eram mais reclusos, com a criação da comunidade, puderam permitir a si mesmos serem pessoas de uma socialidade indiferente das demais. Com essa grande abertura, a comunidade pôde então vivenciar uma aceitação maior por outros perfis, incluindo aqueles que mesmo não sendo convencionalmente chamados de *ursos*, mas que pela sua convivência e integração perante a tais indivíduos também se sentem parte dessa rede de pessoas. Com isso percebe-se na fala de meus interlocutores, que a comunidade se transformou por essa singularidade constitutiva dos sujeitos: ao passo em que os *ursos* são aqueles que “*querem ser*”, eles são abertos tanto para que as pessoas os aceitassem, tanto para o valor em aceitar, abrangendo inevitavelmente, o público de seus espaços. Isso mostra como a valorização dos ambientes coletivos de entrosamento e convívio são tão importantes, tal como a execução contínua de festas e outras reuniões para que os laços e a configuração do *ser-ursino-no-mundo* não se percam de vista. Ao mesmo tempo em que a dimensão individual é valorizada para que o urso seja quem ele quiser, o coletivo na mesma medida é essencial para a manutenção do processo que retirou os *ursos* de suas tocas: passando a serem aceitos e a se sentirem aceitos.

A constatação desses novos modelos de configuração *ursina* foi realizada, sobretudo, por meio da terceira instância do campo etnográfico, através da festa “Bearraia”. Pude perceber de forma clara que o perfil dos participantes que ali se encontravam variava tanto em questão de faixa etária, quanto de corpos, raças<sup>12</sup> e maneiras comportamentais, ou seja: as masculinidades bem como corporeidades não eram de nenhuma maneira, determinantes para poder se considerar *urso* em maneira prática. Masculinidades essas que já foram evidenciadas por Rios (2012) de maneira direta ao descrever sua participação em uma festa *ursina* em Recife e posteriormente ter sido chamado de ‘afeminado’<sup>13</sup> por ocupar a centralidade na pista de dança. De acordo com o outro *urso* que o chamou dessa forma, o antropólogo se comportou de maneira ‘espalhafatosa’<sup>14</sup>. Ou seja, aqueles que se divertem

---

<sup>12</sup> Tomando o conceito apenas como termo heurístico e sendo algo que não é muito discutido nos debates antropológicos existentes sobre a comunidade *bear* e que também não fiz referência, sobretudo pela grande maioria ser fenotipicamente branca, mas que poderiam sim ser possíveis estudos futuros sobre a comunidade..

<sup>13</sup> Afeminado – termos utilizados por pessoas de ‘masculinidade legitimada’ para o sujeito estabelecidamente do sexo masculino e que, contudo, está mais aproximado de um certo modo visto como feminino aos moldes de papéis encarados às mesmas.

<sup>14</sup> Espalhafatosa como um também adjetivo que liga aquele sujeito do sexo masculino com um escândalo tipicamente feminino

não estabelecendo restrições ao seu modo de se portar num ambiente e possivelmente serem encarados como mais “viados” ocupando a centralidade da pista, são os *ursos* masculinamente subalternos em oposição aos ursos periféricos ao local de dança que se comportam “quase como héteros” (palavras de um interlocutor de minha pesquisa) com suas masculinidades hegemônicas e heteronormativas.

O caso do depoimento de uma mãe é muito tocante no que se refere a essa aceitação verificada na comunidade, posteriormente experienciada pelo filho: a mãe ao saber de seu filho, de aproximadamente trinta anos, era mesmo era gay, ficou receosa não pela preocupação ligada ao modo que a sociedade encara o “desvio” em questão, mas sim ao modo com que ele sofreria por não se encaixar no padrão de homossexualidade que ela associava ao “meio gay”, uma vez que o filho era gordo. Por conseguinte, o rapaz ao descobrir a comunidade *ursina* pôde então se descobrir como pessoa, ele poderia *ser ao ser urso*, *ser urso* era a chave para a sua plenitude.

## 5. Os ursos não são

Tendo como base todas as experiências que vivi ao longo do campo e as falas dos meus sujeitos de pesquisa em contraste com meu referencial teórico, devo considerar a chegada à algumas reflexões, mais do que conclusões, uma vez que não poderia falar a partir desse termo, tendo em vista a enorme variedade de pontos de vistas a mim concedidas, mas sim possibilidades e apontamentos que me parecem pertinentes fazer.

Se pudermos expandir aquilo que Anderson (2008, p.26) problematiza como “comunidades imaginadas”, tomemos como exemplo a comunidade *ursina*, em que, mesmo discursos tão heterogêneos, não são capazes de desconstruir o imaginário de um grupo totalmente pertencente a um tipo ideal (WEBER, 1974, p.375) predefinido por ser composto daquele *urso-em-si*: gordo, mais velho, peludo, bastante discreto, mas extremamente sociável. Sendo assim, a impressão que se estabelece é que houve a criação de um cenário o qual se poderia chamar de ‘cultura *ursina*’ predefinida por esse modo de ser *ursino*, que não abarca de maneira alguma o que realmente possa representar ser *urso* (se é que existe, e este é o “problema”). A partir do que pude ver em campo, e se não for presunçoso de minha parte, é impossível falar e definir o que é um *urso* em sua total completude. Apenas

considero que caminhos são possíveis para se definir aquilo que vemos estabelecidamente por essa “comunidade”, que assim a referencio entre aspas, a partir de agora.

Contudo, devo apontar a grande contribuição do esclarecimento daquilo que vivi em campo, tanto em relação às minhas reflexões e, sobretudo, a partir do momento em que tomei contato com um amigo também antropólogo. O trabalho dele, sobre o qual eu desconhecia a intensidade de sua produção com os *ursos*, trouxe grande clareza aos apontamentos que me sobressaíram aos olhos durante o trabalho de campo. Compartilho assim, a visão que Diniz (2013, p.16) me trouxe em função do que ouvi e experienciei: a) os *ursos* não constituem uma identidade, uma vez que não é possível estabelecer quais são seus parâmetros de construção b) não constituem uma comunidade entendida aos moldes do entendimento que damos ao termo e c) não são um grupo social homogêneo, claramente assumido em meu texto etnográfico. Tal como o que Strathern (1996, 2006); Latour (2012) e Ingold (1996) (apud INGOLD 1996 p.55-98) nos estabelecem, os grupos humanos não podem ser colocados como “sociedades” ou “grupos sociais”, mas sim como redes e socialidades. Devo pensar que os *ursos* se encontram nesses termos. A partir de suas redes estabelecidas através de corporeidades primariamente organizadas e categorizadas, relações de convívio e produtos destinados à sua “comunidade”, essa definição fica bastante coesa com a realidade percebida.

Arrisco-me a dizer, desse modo, que posso pensar os *ursos* numa instância muito mais aproximada aos moldes da filosofia popperiana (1987, p.87-88) do que a outras abordagens que busquem definir o que são os *ursos*, tal como sua ‘verdadeira autenticidade’. Sendo assim, enxergo os *ursos*, muito mais por aquilo que eles não são (compreendendo nessa linha toda a variedade discursiva, de relações e socialidades), do que eles potencialmente poderiam ser. O complexo conjunto de relações criadas para determiná-los em divergência às operacionalizações discursivas presentes em meu campo, se reformulam apenas com base sobre possibilidades, muito mais que concretudes que possam abarcar toda a extensão encontrada nas ‘vivências *ursinas*’.

#### Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict: *Comunidades Imaginadas*. São Paulo. Cia das Letras, 2008.

BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In.: ZALUAR, A. (org). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999.

\_\_\_\_\_. *A Distinção*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk. 2007

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. *Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira*. Cadernos Pagu: 28, 2007, p. 65-99.

DINIZ, Antony. *Os corpos dos ursos – Corporalidades, Dinâmicas Eróticas e Diferenciações*. Qualificação de Mestrado. 2013.

DOMINGOS, J.J. *O Discurso dos Ursos: outros modos de ser da homoafetividade*. 2010. Editora Marca da Fantasia. João Pessoa, PB

FRANÇA, Isadora Lins. *Gordos, Peludos e Masculinos: Homossexualidade, Gênero e Produção de Categorias em São Paulo*. 2009. Apresentado no Congresso Brasileiro de Sociologia, no RJ, no GT Sexualidades, Corporalidades e Transgressões.

FRY, Peter. *Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida Cotidiana*. Ed. 8. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GOLDENBERG, Miriam. *O nu & o vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Ed. 2. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GUEERTZ, Clifford. *Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita*. In: *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade. Identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas, Ed. da Unicamp. 1990.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito: a noção de pessoa, a noção do "eu". In.: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MARCUS, George E. *Ethnography in/of the world sytsem: the emergence os Multi-Sited Ethnography, Annu*. In: *Anthropol* 24, 1995. pp. 95-117.

PELÚCIO, Larissa. No salto: trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem. In: FLEISCHER, S & BONETTI, A. (orgs). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

Harry. Sexual Modernity in the Works of Richard von Krafft-Ebing and Albert Moll. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3381524/> > Acesso em 10/09/2015 17:14.

POPPER, Karl, 1974. Pós-escrito à lógica da pesquisa científica In: *O realismo e o objetivo da ciência*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

PORTAL TERRA. *É dos gordinhos que elas gostam mais*. 2014. Disponível em: < <http://mulher.terra.com.br/e-dos-gordinhos-que-elas-gostam-mais-diz-pesquisa,c4b776f59b648410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html> > Acesso em: 22/06/2015 22:11

RAMOS, Alcida. *Do engajamento ao desprendimento*. Revista Campos, v.8, n.1. 2007.

RIOS, Luis Felipe. *Estética de gênero entre homens com práticas homossexuais frequentadores da comunidade ursina de Recife*. In: 28a. Reunião Brasileira de Antropologia, 2012, São Paulo. Anais 28a. RBA. Brasília: ABA, 2012.

RUSSO, Jane A. & Edna L. T. Ponciano, 2002. *O sujeito da neurociência: da naturalização do homem ao re-encantamento da natureza*. Physis: Revista de Saúde Coletiva, 12(2):345-373.

SEEGER, Antony; DA MATTA, Roberto & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras*. Boletim do Museu Nacional 32: 2-19, 1979.



SIMÕES, Júlio; FRANÇA, Isadora; MACEDO, Marcio. *Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo*. Cadernos Pagu: 35, 2010, p. 37-78.

STRATHERN, Marilyn, 1998. *Novas formas econômicas: um relato das terras altas da Papua-Nova Guiné*. Mana, v. 4(1):109-139.

STRATHERN, M.; INGOLD, T.; PEEL, J. D. Y.; TOREN, C.; SPENCER, J. 1989. The concept of society is theoretically obsolete. In: INGOLD, Tim (org.) *Key Debates in Anthropology*. London: Routledge, 1996: 55-98.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: *Individualismo e Cultura, Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Imagens da natureza e da sociedade. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Organização e introdução de H. H. Gerth e C. W. Mills. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974

## Polícia Comunitária em Belo Horizonte: a hora e a vez dos estabelecidos?<sup>1</sup>

Dejesus de S. Silva<sup>2</sup>

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro<sup>3</sup>

**Resumo:** A proposta deste artigo é analisar o policiamento comunitário em Belo Horizonte, com especial ênfase nas dimensões consideradas pela Polícia Militar de Minas Gerais para escolha das áreas da cidade e dos públicos que receberão o programa. A partir dos discursos dos comandantes de batalhões e de companhias da capital, pretende-se compreender se o policiamento comunitário é uma filosofia que deve ser estendida por toda a cidade ou deve atender regiões específicas. Os resultados evidenciam um processo de rotulação de áreas e indivíduos, que diferenciam vizinhanças e perfis de cidadãos entre estabelecidos e *outsiders*: os primeiros aptos ao recebimento do policiamento comunitário, e os segundos, carentes de qualquer iniciativa de cooperação entre polícia e comunidade, por se tratarem de indivíduos e espaços “bandidos”.

**Palavras-chave:** Polícia comunitária, Belo Horizonte, rotulação.

**Abstract:** The purpose of this paper is to access the community policing in Belo Horizonte, with a special emphasis on the dimensions considered by the Minas Gerais Military Police on the choose of areas of the city and citizens that will receive this program. Analyzing the discourses of chiefs of Military Police, we intend to understand if the community policing is a philosophy that should be extended to all city areas or if it should comply only some specific city's regions. The results evidence a labeling process of areas and individuals that differentiate neighborhoods and citizens profiles between established and *outsiders*; the firsts are able to receive the community policing and the seconds lack of any cooperation initiative between police and community, since these individuals and spaces are “bandits”.

**Key words:** community policing, Belo Horizonte, Labeling approach

### Introdução

Este artigo pretende descrever as principais diretrizes da filosofia do policiamento comunitário e como esta vem sendo interpretada e aplicada na cidade de Belo Horizonte. A

<sup>1</sup> Estudo financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) - auxílio CSA-APQ-01685-12. Agradecemos aos alunos do doutorado em sociologia Victor Neiva e Oliveira, Valéria Oliveira, Rafael Rocha e Rafaelle Lopes a realização das entrevistas com os comandantes de Batalhão.

<sup>2</sup> Aluno de graduação em ciências sociais e bolsista do programa PET, ambos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail para contato: dssfilosofia@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Sociologia (DSO) e pesquisadora do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), ambos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail para contato: ludmila.ribeiro@gmail.com

análise visa destacar como, a partir da teoria dos rótulos de Howard S. Becker (2008) e dos mecanismos de diferenciação entre estabelecidos e *outsiders* propostos por Norbert Elias (2000), uma filosofia de trabalho que tinha como escopo a reforma da polícia transforma-se, na capital mineira, em um projeto de policiamento direcionado para um público específico, rotulado como apto a receber os projetos de policiamento comunitário.

O contraponto empírico da análise é o discurso dos comandantes de batalhões e companhias da cidade de Belo Horizonte, coletados no âmbito da pesquisa “O que pensam os Policiais de Linha de Frente da Polícia Militar sobre o Policiamento Comunitário e a sua implementação em Belo Horizonte? Uma análise “quali-quantitativa” sobre as percepções, comportamentos e aceitação policial”, realizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), entre os anos de 2013 e 2014.

A partir de trechos extraídos das entrevistas com os comandantes de batalhões e grupo focal com os comandantes das companhias, pretende-se responder às seguintes perguntas: (1). Na visão da PMMG, o policiamento comunitário é uma filosofia de trabalho que deve ser estendida por toda a cidade ou deve atender regiões e indivíduos específicos? (2). Quais são os locais em Belo Horizonte em que existe (ou não) o policiamento comunitário? (3). Se o policiamento comunitário for um programa destinado a determinados públicos e, por isso, implementado em certas áreas, quais são as explicações apresentadas pelos policiais que têm poder de decisão para essa configuração?

Nas próximas seções, responderemos a estas indagações a partir da discussão de Howard S. Becker (2008) a respeito do processo de rotulação como ferramenta com grande poder de segregação de indivíduos e lugares. Para entender como são construídas as fronteiras entre estabelecidos (sujeitos de direito) e *outsiders* (sujeitos em busca de direitos), nós utilizaremos a abordagem proposta por Norbert Elias (2000). É importante destacar, todavia, que o rótulo não é algo negativo por si só. A exclusão a partir do rótulo deve ser marcada por um caráter pejorativo, que coloca o indivíduo ou lugar rotulado numa condição de inferioridade. Esta compreensão do rótulo como instrumento estigmatizador será estendida para a análise dos programas de policiamento comunitário em Belo Horizonte e suas respectivas áreas de atuação.

### **O que é Polícia Comunitária**

A polícia pode ser entendida como uma organização que tem como objetivo “a proteção da segurança pessoal e da ordem pública” (Weber, [1922] 2004, p. 158). Para tanto, no âmbito dos Estados Nacionais, esses corpos de poder são constituídos de forma excessivamente burocratizada, tendo como eixo estruturador o uso legítimo e proporcional da violência e do poder disciplinador. É por intermédio da polícia que “a comunidade política monopoliza a aplicação legítima de força para seu aparato coativo, transformando-se, paulatinamente, numa instituição protetora de direitos” (Idem, p. 159). Contudo, essa configuração burocrática das forças policiais é muito mais recente do que se possa imaginar. Uma forma de compreender o desenvolvimento da força policial até a sua estruturação atual, que enfatiza o uso do policiamento comunitário como metodologia de ação, é a partir da história das polícias norte-americanas.

O modelo de policiamento norte-americano vigente até o início do século XX era fortemente marcado pela influência dos políticos na escolha dos membros da corporação. Não havia curso de formação policial ou mesmo um conjunto de regras pré-estabelecidas que possibilitasse um critério razoável para ingressar na carreira policial. Tudo estava restrito ao campo político: ser policial dependia da proximidade com alguma liderança política e, em parte, de um bom porte físico. A falta de profissionalização dos policiais, a vulnerabilidade da carreira estritamente dependente do êxito ou do fracasso de algum homem do meio político, além da corrupção provocava desconfiança na população. Essa falta de credibilidade na polícia fez surgir a necessidade de repensar a corporação. Vozes dentro do próprio grupo manifestaram o desejo de criar normas e regras para reger a corporação, visando a sua profissionalização e autonomia da esfera política (Dias Neto, 2000).

Emerge neste contexto a figura do *reformador cruzado* que, segundo Becker (2008), vê na criação de novas regras a única solução para determinado problema, neste caso a reforma da polícia. Este projeto de alteração da ordem vigente tinha como principais objetivos aumentar a efetividade das ações policiais, isto é, prevenir o crime com eficiência e melhorar a credibilidade da instituição diante da sociedade, tornando-a uma organização mais independente e profissional e, por isso, menos susceptível ao jogo político.

Os *reformadores cruzados* transformaram a polícia numa verdadeira instituição, profissionalizaram a carreira de policial a partir de um modelo de estruturação militar, com

hierarquia rígida, centralização do poder e regras bem definidas de ordem e disciplina. A atividade policial também sofreu alteração, sendo que o papel do policial passou a estar restrito à prevenção e repressão da criminalidade. Essa redefinição do ser policial implicou diretamente na relação entre polícia e comunidade, acarretando o distanciamento entre esses dois polos. Para manter sua autonomia, a polícia só interagiu com os cidadãos quando havia algum acontecimento que afetasse a normalidade ou rotina do bairro ou da região e se caracterizasse como “caso de polícia”, isto é, prática de algum delito, infração, briga de vizinhos e outros conflitos. Fora essas situações, o policial deveria permanecer dentro da sua unidade de trabalho ou em sua viatura e, conseqüentemente, afastado da população, por ser um agente do Estado e dotado de autoridade. Em última instância, a polícia apenas interferiria se fosse chamada por seu público.

Com essa reformulação do modelo policial, o uso da força contra a população deveria ter se tornado algo raro e acionado somente em casos excepcionais em que a integridade física de alguém estivesse em risco. Mas, isso não ocorreu na prática e os abusos policiais contra a comunidade negra tornaram-se rotineiros, o que agravou muito o conflito entre ambos. Então, se nas vizinhanças brancas o problema era que a polícia não interagia com os residentes da área, nas vizinhanças negras o problema era que ela agia de forma excessivamente violenta. Em ambos os cenários, a polícia era mal vista por seus usuários.

As primeiras transformações voltadas efetivamente para a aproximação entre a polícia e a comunidade, dentro de uma perspectiva de reforma da instituição policial, ocorreram nas cidades de Detroit, Newark, Los Angeles e Nova Iorque, sob os auspícios de comandantes que procuravam derrotar os criminosos (incluindo nessa categoria os policiais desviantes) e, para isso, precisavam obter informações junto à população que residia nas vizinhanças mais pobres da cidade (Skolnick e Bayley, 2006, p. 61).

Por se tratar de uma reforma que almejava redefinir desde estratégias de policiamento até a estrutura hierárquica da corporação houve, podemos dizer, movimentos de contrarreforma, com destaque para o fortalecimento dos sindicatos policiais que lutavam contra qualquer espécie de transformação substantiva na instituição policial. Mesmo com toda a maré antirreformista e muitos problemas na sua execução, a ideia de uma polícia comunitária conseguiu se manter viva e aos poucos, por meio da formulação de manuais de instrução, diretrizes e detalhamento de formas de implantação, foi difundida entre outras

polícias. Além disso, como os resultados apresentados pelas polícias que adotavam o policiamento comunitário na “guerra contra o crime” eram bem satisfatórios, a ideia de que o diálogo era melhor do que a repressão se espalhou.

Esta reforma foi denominada de *policiamento comunitário* por conter em sua cartilha princípios que o distingue do modelo tradicional de policiamento, são eles: prevenção do crime baseada na comunidade, reorientação das atividades de patrulhamento, aumento da responsabilidade da polícia e descentralização do comando (Skolnick e Bayley, 2006).

Primeiro, a prevenção do crime baseada na comunidade. Ninguém melhor do que os próprios moradores do bairro para descreverem os problemas da criminalidade que os flagela. Isso significa que a comunidade é um agente ativo junto à polícia na construção de estratégias que visam prevenir delitos. O foco é a comunidade, e não mais o indivíduo que pratica crimes. Os habitantes do bairro se empenham em conhecer com mais profundidade a rotina da sua região com o objetivo de observar eventos não habituais e reportá-los a polícia.

Segundo, reorientação das atividades de patrulhamento. Este princípio não visa uma mudança de objetivo, isto é, a prevenção do crime, mas como fazê-lo com eficiência. Por isso, questiona a forma de fazer patrulhamento dentro dos moldes tradicionais da polícia, que é basicamente por meio de viaturas e motos e ainda, de forma aleatória, ancorado no sistema de emergência, em que a polícia é acionada durante a ocorrência do delito ou depois do mesmo ter sido consumado. A reorientação do patrulhamento privilegia a ronda do policial a pé, o que propicia o contato mais estreito entre polícia e cidadão.

Terceiro, aumento da responsabilidade da polícia. Talvez, este seja um dos princípios mais delicados do policiamento comunitário. Ele diz respeito ao fato de a polícia abdicar do seu protagonismo monopolista de produtora de programas de segurança, e ainda, abandonar a suposta condição de detentora exclusiva de uma *expertise* referente à segurança pública. Compartilhar e receber informações de indivíduos que não são integrantes da corporação exige uma mudança de mentalidade e na filosofia de trabalho da polícia.

Quarto, a descentralização do comando. Trata-se do último pilar do policiamento comunitário e versa sobre a autonomia das bases locais. O policial responsável por determinado bairro, neste modelo, teria autonomia para construir junto com a comunidade

projetos de segurança sem ter, a rigor, que seguir preceitos e normas de um oficial que não conhece a realidade e as características da região. O termo descentralização não se refere somente à fragmentação de uma unidade de polícia, com bases localizadas em algumas regiões da cidade; mas ao poder de autogestão atribuído aos responsáveis por determinadas áreas dentro da cidade. Trata-se de garantir autonomia para todos os policiais da linha de frente, pois é importante que todos os policiais que atuam em contato direto com a população tenham mais liberdade e mais responsabilidade nas tomadas de decisões.

A filosofia do policiamento comunitário se confunde com os quatro pilares expostos acima, que estruturam uma profunda reforma da polícia. Os pilares do policiamento comunitário se articulam e se auto complementam, sendo inviável colocar em prática tal filosofia considerando apenas um ou outro princípio. Se um for preterido, o projeto é descaracterizado e, neste caso, não se pratica policiamento comunitário. Isto ocorre, porque, dentro desta filosofia de trabalho, não é possível, por exemplo, falar em autonomia e responsabilidade do policial da linha de frente sem mencionar mudanças no sistema hierárquico. O policiamento comunitário somente se caracteriza como tal, se os quatro princípios mencionados aqui forem articulados e postos em prática.

### **A chegada do policiamento comunitário em Belo Horizonte**

A introdução do modelo de policiamento comunitário nas polícias militares brasileiras, a partir da década de 1980, obedeceu a um fenômeno mais amplo, que teve lugar em toda a América Latina. Esse movimento de reforma policial se deu a partir de projetos de cooperação internacional que procuravam dotar as polícias de uma feição distinta da característica dos governos militares, aumentar a sua efetividade na redução da criminalidade (que se encontrava em movimento ascendente), bem como promover a transição da ideia de segurança pública, que é voltada para a garantia do Estado para segurança cidadã, voltada para o bem-estar dos indivíduos (Carrión, 2007).

A primeira experiência local foi idealizada pelo Coronel Carlos Nazareth Cerqueira a partir de viagens aos Estados Unidos e Canadá, com o propósito de conhecer como se fazia policiamento em países desenvolvidos e trazê-lo ao país e ao mesmo tempo moldar a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) segundo os critérios de policiamento dos regimes democráticos (Leeds, 2015). A experiência do Rio de Janeiro com o

policciamento comunitário, pioneira no país, foi marcada por inúmeros insucessos nos vários programas desenvolvidos no estado. Todavia, possui o mérito do pioneirismo, na tentativa de reformar a PMERJ e transformá-la numa instituição fundada em princípios humanitários e democráticos, e, além disso, de servir como espelho para os demais estados brasileiros.

A experiência carioca de polícia comunitária foi a grande motivadora na busca de conhecimentos a respeito da nova modalidade de polícia e na difusão dessa filosofia de trabalho, por meio de manuais que eram traduzidos para o português com a finalidade da expansão do método por todo o Brasil (Beato, 2002). Em poucos anos, a ideia se espalhou por diversos estados como Ceará, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, fazendo do policiamento comunitário uma espécie de solução mágica para os problemas de legitimidade das instituições policiais militares (Oliveira, 2002).

Em Belo Horizonte, o policiamento comunitário é implantado no ano de 1993 em alguns bairros de classe média e classe alta, mas também não obtém êxito nos seus propósitos, a saber, aumentar a confiança na polícia, aumentar a segurança e diminuir o número de crimes (Beato, 2002). A ineficiência da nova filosofia de trabalho da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) leva o policiamento comunitário a uma reformulação em 1999. Nesse momento, o desafio ou tarefa de construção conjunta – polícia / comunidade – de estratégias eficientes de segurança passou a ser enfrentado a partir da criação dos Conselhos Comunitários de Segurança (Conseps), em Belo Horizonte – MG.

A dinâmica dos Conseps se desenvolve por meio de reuniões regulares entre os moradores dos bairros e a Polícia Militar, buscando trocar informações, ideias, críticas, sugestões, expor problemas e reclamações, e assim, elaborarem em parceria estratégias de combate ao crime. Na tentativa de superar a percepção de que a PMMG agia após a ocorrência do crime, os Conseps promoveram uma aproximação com os empresários, que levou a população a rotular o policiamento comunitário como a polícia dos comerciantes (Souza, 1999). Esses fatores implicaram na descontinuidade da iniciativa.

Nos anos 2000, outro programa é criado sob a insígnia policiamento comunitário: o Grupamento Especializado no Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR), que consiste na “implementação de atividades rotineiras e sistemáticas de policiamento nas áreas de risco, visando alterar a visão negativa da comunidade em relação à polícia” (Peixoto, Andrade e Azevedo, 2008, p. 3). A diferença do GEPAR para outras unidades de Polícia Militar é que



ele fica permanentemente alocado nas áreas de risco, que são as favelas que concentram boa parte dos homicídios da capital, sem atender ocorrências em outras localidades (Beato, 2013, p. 12).

Em 2010, o policiamento comunitário foi reformulado com a adoção do modelo Koban (que significa “vigilância” em japonês), em prática no Japão desde 1868. Ao replicar o Koban na PMMG<sup>4</sup>, têm-se as Bases Comunitárias (BC), cujos objetivos são desconcentrar e descentralizar o policiamento, além de preparar uma equipe de policiais para o trabalho de forma mais próxima e engajada com os cidadãos, prevenindo e controlando a criminalidade em regiões específicas da cidade.

O espraçamento dos policiais dentro do território ocorre por meio das Bases Comunitárias Móveis (BCM), que são viaturas (tipo trailer ou van adaptadas) utilizadas para o policiamento da área. Os policiais das BCMs realizam o policiamento a pé, de ciclo patrulha, moto patrulha e de estacionamento (policiamento no ponto do estacionamento da BCM para atender as solicitações do público). Na dimensão de conhecimento direto de quem são os residentes na localidade e quais são os seus principais problemas tem-se o “Polícia e Família”<sup>5</sup>, cujas atividades consistem em maior atenção ao núcleo familiar e aos problemas dele decorrentes, em especial aqueles que podem eclodir em conflitos.

A essas iniciativas soma-se a “Rede de vizinhos protegidos”, que tem como base a ideia de que a segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos. Essas ações se dariam pelo estreitamento de laços entre os vizinhos em que uns conheceriam a rotina básica dos outros e qualquer quebra da normalidade na vizinhança a polícia seria comunicada. Isso significa dizer que os vizinhos estariam mais atentos à rotina de seus bairros e, ao sair e chegar em casa, por exemplo, observariam com atenção se não há atividades que não sejam corriqueiras no local. É, portanto, uma iniciativa que visa o desenvolvimento de mecanismos de controle social informal com o apoio da Polícia Militar, que fortaleceria os seus olhos e ouvidos, viabilizando um controle formal mais eficaz.

Em conjunto, Bases Comunitárias, Bases Comunitárias Móveis, Polícia e Família e Redes de Vizinhos Protegidos têm como objetivo reconfigurar as relações entre polícia e sociedade, aumentando a confiança da comunidade na PMMG.

---

<sup>4</sup> Nota de Instrução N° 3.03.07/2010 – CG.

<sup>5</sup> Diretriz N° 3. 02. 03/2011 – CG

Para entender como a Polícia Militar de Minas Gerais escolhe as áreas onde o policiamento será implementado, a próxima seção falará sobre o uso da rotulação enquanto mecanismo utilizado pelos indivíduos para escolherem determinado curso de ação em uma interação social qualquer. Ao rotular determinada área e determinados indivíduos com certas características - por exemplo, sujeitos ou não capazes de compreender o significado de ser cidadão -, a PMMG diria, implicitamente, que eles merecem (ou não) um determinado programa de policiamento comunitário.

### **Rotulação**

Interação social pressupõe, necessariamente, um processo de categorização de indivíduos e situações, de forma a se acionar programas de ação e também gerenciar expectativas. O indivíduo caracterizado, por exemplo, como “favelado” é visto como alguém perigoso e que não respeita as leis e por este motivo espera-se que suas atitudes estejam em harmonia com a etiqueta que lhe foi atribuída. O mesmo ocorre com o cristão que carrega o estigma de moralista. Espera-se que suas ações jamais afrontem os valores morais, e quando isso ocorre, os seus pares são surpreendidos, pois há uma quebra de expectativa baseada nesta etiqueta. Nesse viés, o etiquetamento pode ser compreendido a partir de uma visão mais pragmática, na medida em que as nossas ações são pautadas, em algum grau, pelo modo como compreendemos lugares, situações e pessoas.

No entender de Erving Goffman (1999), os processos de categorização empreendidos pelos indivíduos em suas interações cotidianas podem, inclusive, levar à estigmatização de certas pessoas, quando a etiqueta que é a elas aplicada remete a identidades com caráter deteriorado. Esse seria o caso do louco, do indivíduo com deformidades físicas e, ainda, daquele que apresenta certo tipo de comportamento desviante. Para o autor, em todo esse processo de etiquetamento de nós mesmos e dos outros o que é levado em consideração é a fachada, ou seja, as características exteriores e também a capacidade do indivíduo em representar certos papéis ou se valer de determinadas máscaras sociais. Mais do que ser “alguém”, é preciso ter uma performance condizente com o que esse “alguém” se diz ser.

Utilizando algumas dessas noções, Howard Becker (2008) desenvolve uma teoria da rotulação que leva em consideração não apenas a manipulação dessas características a partir de elementos exteriores, mas também o papel desempenhado pelas autoridades em

atribuir uma determinada etiqueta a alguém. Tomando a questão do desviante para demonstrar a utilidade do seu argumento, o autor questiona como sujeitos que praticam atos criminais podem não ser estigmatizados, se não forem rotulados como tais por quem tem o poder – inclusive atribuído pelo Estado – de rotular o sujeito como fora da regra. O rótulo para Becker tem um uso mais estrito, reservado para aqueles que são considerados desviantes, ou seja, aqueles a quem um agente com legitimidade atribuiu o rótulo de desviante, independente de esse indivíduo ter cometido o desvio ou não. É a partir desta rotulação que o sujeito sofre as consequências sociais e os efeitos em sua autoimagem.

Com as instituições, o processo de etiquetamento (desde uma perspectiva mais geral) e de rotulação (desde uma perspectiva mais específica) não é diferente. A polícia rotula indivíduos e lugares para decidir quais de suas estratégias de ação devem ser aplicadas, considerando que bairros e cidadãos possuem características diferentes e, por conseguinte, dinâmicas de sociabilidade diversas. Para tanto, os policiais acompanham a dinâmica do lugar, as formas de lazer, o consumo, os valores morais e estabelecem relações peculiares com as leis.

Essa estratégia da instituição policial de rotular e desenvolver métodos de ação baseado no perfil das pessoas e do lugar pode ser mais bem compreendida quando consideramos o que Michel Misse (2010) denomina de *sujeição criminal*. O indivíduo enquadrado como sujeito criminal é visto como tal não por suas ações, mas pela sua cor, estilo de vida e local de moradia. Nessa perspectiva, o Estado, através das suas mais diversas instituições, entre elas, a polícia, seria o ator principal na construção do “tipo ideal” do indivíduo que já nasce com a marca do “pecado original” do crime, que antes mesmo de agir ou, talvez, quebrar a lei é rotulado como “bandido”. Esse sujeito, em razão de suas características físicas, carrega o estigma de ser uma ameaça à vida social que está intrinsecamente ligado a sua condição de homem. O estigma que marca esse indivíduo está relacionado à sua pobreza e à sua etnia, dimensões que os tornam naturalmente “cruéis” e “violentos” (Ibidem).

Segundo Misse (2010), a *sujeição criminal*, que se materializa na figura do “bandido”, seria a rotulação (Becker, 2008), convertida na estigmatização (Goffman, 1999); que é atualizada diariamente nos discursos e ações policiais. Ao agir procurando o criminoso de um delito que ainda não aconteceu, a polícia rotularia o bandido e poderia, inclusive,

transformá-lo em um sujeito que pode e deve ser eliminado. O sujeito criminal é composto por um conjunto específico de pessoas que, em razão de seu estilo de vida, cor e espaço territorial de habitação em comum, foi rotulado pelas instituições estatais de controle, em especial, a polícia, como “grupo de bandidos” (Misse, 2010). É alguém que já nasce “culpado”, pois se ainda não praticou um crime, vai praticá-lo, visto que é “bandido por natureza”, o que permite vê-lo como ameaça social antes mesmo de agir. Em outros termos, é um processo de estigmatização de indivíduos que não leva em consideração a sua capacidade de representação (ou não) do papel (Ibidem).

Todavia, a leitura do processo de rotulação a partir de um ponto de vista pragmático não deixa o indivíduo ou a instituição que rotula isenta de sofrer influências morais quando estigmatiza, o que pode gerar distorções na forma de agir de agentes de segurança e também na elaboração de políticas públicas. Nesse sentido, o rótulo pode ser compreendido como algo plenamente negativo e autoritário, porque quem rotula é sempre um indivíduo ou instituição detentora de poder econômico ou político (Becker, 2008).

O rótulo pode ser usado como uma ferramenta de dominação e exclusão utilizada na demarcação de espaços sociais, na caracterização de grupos e, sobretudo na constituição de uma sociedade seccionada entre estabelecidos e *outsiders* (Elias, 2000). Na diferenciação de indivíduos e espaços, Elias ressalta a importância da exclusão e estigmatização de um grupo pelo outro, através de sua maior coesão social e a partir de processos de interação social, sem passar pela opressão política ou econômica. Uma possível leitura da obra de Elias é ver os estabelecidos como os indivíduos que, historicamente, respeitam as leis e agem de acordo com os valores morais vigentes. Os *outsiders*, por sua vez, podem ser vistos como não cumpridores das leis e não apreciadores das regras morais, por serem indivíduos recém-chegados a uma determinada área.

Trazendo o argumento de Elias (2000) para a realidade brasileira, podemos identificar os estabelecidos como os residentes das áreas centrais das grandes cidades que, juntamente com suas famílias, ocupam a posição de “respeitadores” de regras há décadas. Já os *outsiders* seriam os migrantes das longínquas regiões rurais ou os trabalhadores pobres que migraram das áreas mais centrais das cidades pelo preço da moradia. Esses indivíduos se acumulariam nas regiões periféricas, à margem da lei, dada a ocupação irregular de territórios e formas de conduta nem sempre desejadas. Nesta apropriação da

teoria de Elias, poderíamos denominar os estabelecidos como sujeitos plenos de direito e os *outsiders* como sujeitos em busca de direitos, como indivíduos mais susceptíveis à sujeição criminal.

Assumindo essa diferenciação, o pressuposto é de que os estabelecidos e *outsiders* são tratados de forma diferente pelo Estado. Os *outsiders*, por serem marginalizados, possuem pouca e na maioria das vezes nenhuma voz na esfera pública para requerer direitos, o que agrava o drama de ser excluído. Os estabelecidos reforçam essa cisão, utilizando-se do poder aquisitivo e político para ter seus interesses resguardados pelo Estado e manter o status quo. Segundo essa lógica, as próprias instituições Estatais reforçariam e ajudariam a manter a separação entre estabelecidos e *outsiders*, tanto no espaço físico (bairros de periferia praticamente invisíveis ao poder público), quanto no direito a acessar políticas públicas a partir dos processos de rotulação que trazem em si o estigma de bandido. Em última instância, os estabelecidos seriam os cidadãos e, dentro desse grupo, de acordo com as características de fachada, se atribuem graus de cidadania diferenciados. Já aos *outsiders*, se nega a cidadania.

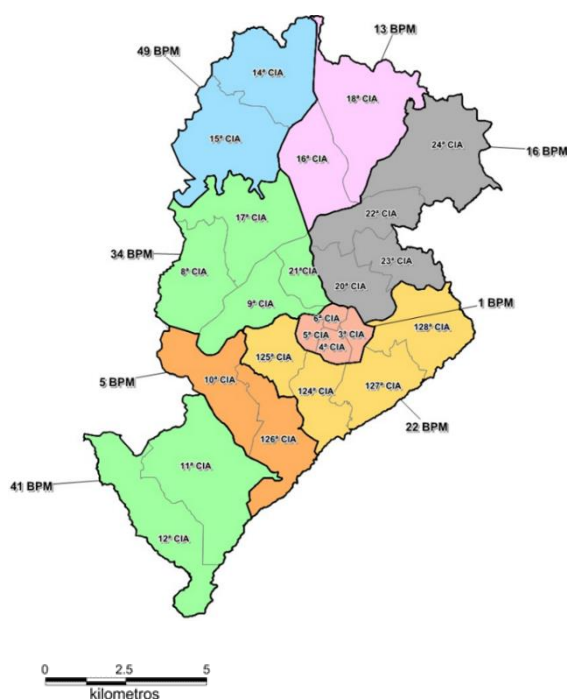
Por exemplo, as favelas são “naturalmente” rotuladas no Brasil como lugares de desordem, sujos, indisciplinados e violentos. Os “favelados”, por sua vez, são os sujeitos “produtores” deste ambiente. Este rótulo de caráter pejorativo caracteriza estes *outsiders* como cidadãos de terceira classe (Carvalho, 2008). Isto os coloca numa condição de inferioridade em relação aos demais indivíduos, por usufruírem poucos ou nenhum direito civil e social, em decorrência da condição de excluído que não lhes dá acesso à educação e às condições de vida minimamente razoáveis. Inclusive, muitos, por carregarem o rótulo de bandidos se transformam em sujeitos matáveis pela polícia (Misse, 2010).

O policiamento comunitário em Belo Horizonte pode ser um exemplo ilustrativo e esclarecedor da diferenciação entre estabelecidos e *outsiders*. Como se verá na seção seguinte, na capital, esse programa é predominantemente implementado em determinadas áreas, a partir da manipulação de rótulos e da construção de uma fronteira entre estabelecidos e *outsiders*.

## Metodologia

Os dados deste artigo são resultados de uma pesquisa realizada entre 2013 e 2014, considerando a organização espacial da Polícia Militar na cidade de Belo Horizonte, composta por oito Batalhões que se subdividem gerando 25 Companhias (Mapa 1).

Mapa 1 - Representação geográfica das companhias e batalhões da PMMG na cidade de Belo Horizonte



Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais (2013)

Na primeira etapa da pesquisa, os comandantes de Batalhão foram entrevistados a partir de um roteiro semiestruturado. Se tratando de oito os batalhões (cores no Mapa 1), foram realizadas oito entrevistas, com o objetivo de se desvelar quais eram as interpretações dos policiais de patente mais elevada acerca do policiamento comunitário.

Esse material foi utilizado na segunda etapa como subsídio para a realização dos grupos focais, com os comandantes das Companhias (25). Nesta fase, abordaram-se quais eram as atividades que compunham a categoria policiamento comunitário, os públicos e áreas da cidade mais aptas a receberem programas dessa natureza e, ainda, os resultados que a adoção do modelo gerava.

Os depoimentos coletados na primeira e segunda etapa foram transcritos e, depois, analisados. Neste trabalho, serão apresentadas as falas dos comandantes de Batalhões e de Companhias que evidenciam o significado do policiamento comunitário para a PMMG, as justificativas para a sua adoção em determinadas áreas e para determinados indivíduos. Será dada especial ênfase aos discursos que desvelam o processo de rotulação empreendido pelos policiais como forma de tornar o policiamento comunitário um programa de ação padrão para indivíduos que possuem determinadas características. Com vistas à preservação do anonimato, os interlocutores não serão apresentados nominalmente, mas por meio de números e as áreas da cidade receberão nomes fictícios.

### **Análise de dados**

Atualmente, o policiamento comunitário não é mais entendido como uma série de ações, projetos e programas, mas uma estratégia organizacional, que envolve a mudança nos processos decisórios e a instituição de uma cultura policial voltada para a aproximação com o público. Em uma frase, “policiamento comunitário é um processo antes de um produto”, que tem como principais elementos “o envolvimento dos cidadãos, a solução de problemas e a descentralização” (Skogan, 2006, p. 28). O ponto de partida é a existência de “cidadãos responsivos no que se refere às necessidades da comunidade e às melhores respostas que a polícia pode dar a essas” (idem, ibidem). Então, não existe um programa de policiamento comunitário válido para todos os lugares e tempos: os problemas são diferentes, as prioridades são distintas e, ainda, a forma da polícia ouvir os indivíduos é completamente diferenciada.

O policiamento comunitário operacionalizado pela PMMG é um pouco distinto desta filosofia. Trata-se de um portfólio de serviços, com ações que são mais próximas do ideal de polícia comunitária (Bases Comunitárias, Bases Comunitárias Móveis, Polícia e Família e Redes de Vizinhos Protegidos); e ações mais híbridas em razão de seu caráter repressivo, como é o caso do GEPAR. O princípio estruturador dessa diferença parece ser quem é o sujeito que receberá o programa ou o lugar onde o programa deve ser implementado.

De acordo com os entrevistados, para a Polícia Militar de Minas Gerais, a ideia de cidadãos responsivos se confirmou na principal dimensão operativa do conceito de policiamento comunitário. Esse ponto está diretamente associado ao princípio da cidadania

que diz respeito à ideia de consciência de direitos e deveres dos cidadãos. Indivíduos conscientes dos seus direitos e deveres são mais ativos e tendem a exigir mais das autoridades do Estado no que tange aos problemas que fazem parte da sua realidade. Apenas as áreas que cumprem determinados requisitos passaram a se consubstanciar em foco desse tipo de aproximação.

“Cada bairro tem sua característica, tem seu perfil. Então, por exemplo, vou pegar a minha subárea de atuação. Eu tenho o bairro Flores\* que é um bairro em que os moradores são mais antigos, mesmo porque é um bairro antigo. Então nós temos um grupo de idosos lá considerável e eles são propensos a esse trabalho. Então quer dizer eu tenho um bairro antigo, com moradores antigos que eles são propensos e eles gostam desse tipo de trabalho que é o trabalho de rede de vizinhos protegidos. Mas já há bairros que tem muito aglomerado próximo, bairros em que é mais aglomerado do que bairro existe uma dificuldade na implementação desse trabalho, mas que não é impossível entendeu só é mais difícil. É mais difícil justamente da aproximação com o tráfico. Então quer dizer você vai fazer um trabalho de rede de vizinhos protegidos na casa de alguém que mora muito próximo a pessoa fica com medo de sofrer ameaças. Então existe essa resistência porque é um perfil, não é porque a pessoa não quer é porque é um perfil do bairro, uma característica do bairro. Existem bairros que são mais comerciais o bairro Espinho\* você pega a Av. Cravos\* ela é um polo comercial então quer dizer é muito fácil você instalar uma rede de comércio protegido porque o bairro é propício pra isso. Então cada bairro tem sua característica e em o seu perfil”. (Entrevistado 1 - \*nomes fictícios, grifos nossos)

A categorização de áreas como propícias e não propícias ao policiamento comunitário, efetuada pela PMMG, vai além das dificuldades em desenvolver essa modalidade de policiamento em regiões com criminalidade alta e pouca ou nenhuma infraestrutura. A categorização está vinculada à própria condição dessas áreas periféricas como *outsiders*, o que leva a polícia a ver os seus residentes como indisciplinados, infratores das leis,



violentos, isto é, vivem em plena situação de anomia. É o estado marginal em que se encontram os indivíduos que reforça o rótulo de não aptos ao policiamento comunitário.

“na comunidade que vive próxima a marginalidade ela tem esta dificuldade, se ela buscar esta aproximação ela é tolhida pela própria marginalidade, não queremos saber de polícia rodando. A gente tem problemas em aglomerados de camarada que pratica um delito e se alguém chama a polícia ele sofre retaliação porque aquilo traz a polícia para dentro da comunidade”. (Entrevistado 5)

A PMMG percebe nuances no comportamento das pessoas pertencentes a classes sociais diferentes que é quase imperceptível aos olhos dos civis. A distinção entre classe alta, classe média e classe pobre é nítida. Todavia, a classe classificada como pobre não é composta, na visão dos entrevistados, por moradores de favela, que possuiriam características próprias e distintas dos pobres. É como se os residentes das áreas de risco tivessem uma pobreza moral.

Aos olhos da polícia, a classe pobre não “favelada” é vista positivamente, comprometida com os programas de policiamento e mais receptiva e disposta a cooperar e trabalhar com a polícia, algo que, às vezes, não é visto na elite, que por ser detentora de poder aquisitivo e político procura manter-se distante da polícia, por entender que a sua aproximação macula a reputação do cidadão diante dos seus pares. Nesta lógica, a classe média atribui a si mesma um grau de importância que a habilita a colocar a polícia em segundo plano e a procurar instâncias superiores do Estado para solucionar suas demandas. Tal comportamento cria barreiras que dificultam a aproximação entre polícia e comunidade, comprometendo a implantação dos programas de polícia comunitária.

“A classe pobre é mais fácil, a média é mais difícil, a classe média nem atender companhia as vezes atende, não sei por qual razão. As vezes acha que não precisa da gente e só fica sabendo quando precisa, ou as vezes não atende com medo de repercussão na vizinhança, assim o que a polícia tá fazendo na casa de fulano de tal e começa a fofoca, tá batendo na mulher, o filho tá mexendo com droga, então eu não sei, eu estou conjecturando eu não sei por quê. Agora a classe pobre parece que se

envolve mais nas coisas da comunidade. Basta você pegar uma associação comunitária de um bairro mais pobre, ela é muito mais ativa do que uma associação comunitária de classe média. A de classe média é mais política, a classe média não vem aqui no batalhão, eles vão é no comandante geral, no governador, por que se julgam, eles não se rebaixam em vir aqui". (Entrevistado 4)

No outro extremo, estão os indivíduos que entendem que o trabalho da polícia é interagir apenas com os mais pobres, com os desordeiros que precisam ser regrados. Para esse público, o trabalho da polícia é conter os moradores de aglomerados, nome dado pela instituição policial às favelas da capital. Para o público de classe alta, qualquer pedido de colaboração com a polícia representa uma afronta.

"Olha você tem em algumas áreas uma certa dificuldade logicamente elas não são insuperáveis porque as vezes a questão em áreas nobres de edifícios porque as pessoas as vezes não tem muito aquele contato. Entrou chegou no apartamento já entra na garagem, sobe então o seu mundo ali já acabou. Então muitas vezes há pouca participação dessas pessoas as vezes nos próprios problemas e da própria sociedade não é só de polícia não em outras questões educação, trabalho e tudo. São pessoas que as vezes se isolam. A gente tem muito isso na sociedade. Então o isolamento social dificulta a ação comunitária, dificulta o relacionamento entre as pessoas". (Entrevistado 3)

É interessante notar certa diferença quanto ao lugar da classe média para os entrevistados. Para alguns, seu comportamento se aproxima dos cidadãos de Classe Alta, para outros é possível notar nuances na ação dos indivíduos pertencentes a esses dois estratos. Essa situação, provavelmente, se dá em razão da ausência de consenso sobre o que significa a classe média: se pessoas pertencentes à elite ou se pessoas comprimidas entre a classe alta e os pobres. Enquanto alguns policiais resumem à estrutura social a classe média, pobres e favelados (como o entrevistado 4) outros amplificam este esquema de classes sociais de maneira a abarcar as nuances de comportamento entre os diversos indivíduos (como o entrevistado 5).

“Eu vejo que talvez, é uma percepção que eu tenho que não tem nenhuma experiência prática, talvez. Nos dois polos sociais muito baixo ou muito alto eu acredito que esta concepção de polícia comunitária ela é um pouco comprometida. Muito alto por um certo afastamento do policial que existe negar isso é bobagem e o muito baixo pela presença da polícia ali. As vezes não pela população ordeira, mas pela população ordeira que sofre a pressão dos desordeiros da região, oh não quero saber deste relacionamento com polícia não, e eles acatam, quem está com eles 24 hora é o marginal, mas isso é uma percepção sem nenhuma praticidade e sem nenhuma vivência prática, eu teria que ter vivido em uma unidade que tem”. (Entrevistado 5)

Apesar da controvérsia sobre o significado da classe média para os policiais, a tipificação dos cidadãos permite à PMMG destinar os projetos de policiamento comunitário para cada um destes diferentes perfis de cidadãos. Ser rotulado como cidadão da “classe A”, “classe média”, “pobre” ou “favelado” implica diretamente no modelo de programa de policiamento comunitário que será destino à região e aos respectivos moradores e consequentemente no modo como será construída a relação entre PMMG e comunidade.

Ao rotularem os indivíduos ricos como resistentes à adoção do policiamento comunitário, os pobres como susceptíveis a essa forma de serviço policial e os residentes em aglomerados como carentes dos requisitos mínimos que viabilizam o funcionamento de iniciativas de aproximação entre polícia e comunidade. Os policiais transformam o policiamento comunitário em uma modalidade de ação que apenas pode ser implementada em determinados bairros, que congregam indivíduos que possuem consciência dos seus direitos e estão dispostos a participar das estratégias de aproximação empreendidas pela polícia. Esses são, na visão dos policiais, os requisitos essenciais para o funcionamento do policiamento comunitário, como indica o seguinte depoimento:

“Quanto mais poder aquisitivo mais difícil. A comunidade, quanto mais poder aquisitivo mais difícil. Quem tem poder aquisitivo hoje, quanto mais, ele entende que ele vai pagar pra resolver seu problema de segurança pública, então ele vai contratar uma vigilância armada para a casa dele,

quem vai participar de reunião e gastar 02 horas, aliás ele nunca participou de reunião mas ele acha se participar da reunião a polícia vai pedir para ele comprar viatura, eu nunca recebi nada aqui nem um cafezinho de graça. Mas ele entende isso, à medida que você tem elevado o poder aquisitivo, as pessoas participam menos das reuniões, você quase que tem que implorar pra fazer reunião comunitária para ter criação de rede”. (Entrevistado 6)

Os depoimentos indicam que os policiais criam classes de cidadãos, de acordo com o tipo de participação apresentada: o da classe A tem consciência dos seus direitos, mas não é participativo; o de classe média, para alguns, especialmente se for comerciante, é consciente e participativo; o pobre é pouco consciente, apesar de ser o mais participativo entre todos e, por fim, o favelado não é nem consciente e, muito menos, participativo; pois em última instância tende a ser o próprio “bandido”. Para os entrevistados, o óbice à transformação do policiamento comunitário em uma filosofia é a dificuldade em interagir com os extremos (indivíduos muito ricos e muito pobres).

A consequência de rotular para implantar o policiamento comunitário é, a nosso ver, o total comprometimento do que vem a ser a essência da polícia comunitária, a saber, reformar a corporação em termos de prevenção do crime baseada na comunidade, reorientação das atividades de patrulhamento, aumento da responsabilidade da polícia e descentralização do comando (Skolnick e Bayley, 2006). A rotulação transforma a filosofia do policiamento comunitário em programas de ação específicos para determinadas populações, o que, entretanto, se afasta dos princípios basilares do policiamento comunitário. Em algumas situações, reforça-se a ideia de que o policiamento comunitário existe para proteger aqueles que podem pagar pelo serviço.

“Então dentro dessa setorização cada oficial, cada tenente ele tem o seu grupo que são guarnições que fazem contato nos comércios e monta essa rede de comércio protegido que é o que? São comércios próximos dentro de uma avenida, dentro de um polo comercial e esses comércios passam a se interagirem e se comunicarem utilizando-se de placas da PM escrita rede de comércio protegido, que esse comércio está sendo protegido pela PM e eles tem contato entre eles e tem um link com a PM. Então quer dizer esse trabalho de comércio protegido faz com que eles se aproximem e faz

também com que o PM. Mas como que isso funciona? O comércio traz informações pra PM e a PM traduz isso aí em ações e operações de prevenção. Outro trabalho que segue a mesma linha é a rede de vizinhos protegidos que também é desenvolvido. É a mesma dinâmica só que feito pra residências e apartamentos/prédios. Uma observação com relação a prédios a gente vai trabalhar o que? O roubo a estabelecimento comercial então as ações são desenvolvidas dentro dessa dinâmica de policiamento comunitário no comércio pra evitar roubos e arrombamentos ao comércio". (Entrevistado 1)

Se o rótulo que a PMMG atribuiu ao indivíduo está associado a características amistosas, o programa de policiamento comunitário a ser implementado enfatizara o diálogo. Todavia, se o rótulo está associado à violência, como no caso do "favelado", o policiamento comunitário será repressivo, pois o "favelado" é naturalmente violento e perigoso, é um "bandido". Na visão dos policiais, os aglomerados não seriam aptos ao recebimento do policiamento comunitário porque para eles a Polícia Militar reserva outro programa de policiamento comunitário: o Grupamento Especializado no Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR), que tem uma dimensão essencialmente repressiva, indispensável para o sucesso de ação nesta área, como indica o seguinte depoimento:

"Então pelo portfólio de serviço vocês vão ver, por exemplo, na característica do emprego então vocês vão identificar o local que tem Gepar. O que define a questão do emprego do Gepar em determinado local, qual o objetivo dele, como ele trabalha. Então ta tudo lá". (Entrevistado 3)

Quando indagados sobre a relação existente entre policiamento comunitário e GEPAR, os policiais afirmam que se trata de um serviço essencialmente repressivo, apesar de que, para o seu sucesso (leia-se captura de criminosos), é preciso algum tipo de articulação com a comunidade, o que poderia levar à classificação do GEPAR como um tipo específico de policiamento comunitário:

"Começou no Morro das Laranjas na área do XXº Batalhão. Então no início encontrou muita resistência que a comunidade não participava, tinha receio

em interagir com a Polícia Militar até com uma certa razão porque o marginal via lá que o cidadão de bem estava interagindo com a Polícia Militar. O marginal entendia que aquele cidadão de bem estava entregando, denunciando e tal e não é essa a função da polícia comunitária. A Polícia Militar não quer comprometer de forma alguma o cidadão comum, a gente sabe que é um risco. Eu vou lá no aglomerado, vou pegar informação com a pessoa é claro que ela vai virar alvo do bandido então não era essa a função. Mas aí a Polícia Militar entendeu também o seguinte que ela não poderia convidar o cidadão pra interagir conosco e deixar o cidadão depois entregue a própria sorte. Então o que foi feito, foi criado o Gepar o primeiro instrumento que eu me lembre. Ele começou a interagir com os moradores, teve muito conflito com os marginais que não aceitaram a presença da Polícia Militar que até então era novidade em becos, aglomerados, etc". (Entrevistado 2 - grifos nossos)

Logo, o programa de policiamento comunitário implantado em cada região da cidade é uma resposta da polícia construída a partir do perfil do morador. O rótulo é o divisor de águas que marca os perfis de indivíduos e os respectivos programas de policiamento que respondem as suas demandas, separando os estabelecidos, aqueles que têm direito a programas de diálogo; dos *outsiders*, aqueles que devem suportar a ação repressiva da polícia, ainda que isso signifique dar uma amplitude extremamente exagerada à categoria policiamento comunitário, como nos esclareceu um dos entrevistados.

"(...) a finalidade do GEPAR é trabalhar em aglomerado e na maioria das vezes de forma repressiva, aí foge um pouquinho da filosofia de policiamento comunitário." (Entrevistado 8)

A existência de uma modalidade de policiamento comunitário, de natureza híbrida, específico para as áreas de favela, que prima pela repressão em que pese a existência de uma dimensão de aproximação com a comunidade para acesso às informações sobre a dinâmica criminal da área, reforça o papel que o rótulo tem na produção do serviço policial. Desse modo, a *sujeição criminal* e a figura do "bandido", construídas socialmente, são os elementos principais utilizados pela polícia como demarcadores dos grupos sociais que

possuem os pré-requisitos convergentes ou divergentes com a filosofia do policiamento comunitário, e que, por esse motivo serão contemplados ou não com a mesma. Daí, a massiva presença da polícia comunitária nos bairros de classe média, que contam com comércios afluentes, algo que não ocorre nas favelas, lugares tipicamente habitados por “bandidos”, que são atendidos pelo tradicional policiamento repressivo, travestido ou simplesmente nomeado de policiamento comunitário.

Contudo, não são todas as áreas de favela que merecem o Gepar. Em algumas, a presença massiva de gangues, de traficantes de drogas e de conflitos armados intermitentes entre grupos rivais, além da posse de armas de fogo e outras práticas ilícitas convergem para que a política seja o “caixão”, como nos explicou um dos entrevistados:

“Infelizmente às vezes você até comemora a morte do cara, pois ele vai parar de roubar na sua área. Olha a que ponto o ser humano chega, de pensar em comemorar a morte de alguém para o cara parar de roubar. O único programa que está funcionando é caixão”. (Entrevistado 4)

Nas áreas de favela mais problemáticas, a ação comunitária da polícia fica comprometida devido ao medo da população em se aliar a polícia e sofrer agressões das gangues locais. Assim, a política do enfrentamento direto, única viável nos aglomerados com alta concentração de crimes, é representada pela tropa de elite da polícia mineira, a ROTAM.

“Então, a ROTAM ela vai trabalhar as abordagens, vai tentar trabalhar com a questão da apreensão de armas de fogo, vai trabalhar com a questão de prisão de traficantes, quer dizer vai coibir o tráfico de drogas. Então, o tipo de policiamento ROTAM ele é muito específico que trabalha também tanto a prevenção quanto a repressão. Porque a PM ela trabalha sempre com esses 2 viés, ela trabalha com o viés da prevenção e com o viés da repressão, mas que o policiamento que nós entendemos que é o policiamento mais efetivo é o preventivo”. (Entrevistado 1)

Os discursos mostram como o rótulo de favelado, de morador em áreas de aglomerado, é altamente excludente e hierárquico na medida em que coloca o indivíduo

rotulado numa condição de marginalidade e inferioridade, e, implicitamente, o associa à violência. O favelado é visto como alguém vulnerável ao crime e sem agência, tanto para se organizar junto à polícia como fazer outros tipos de demandas ao poder público (como acessar serviços de luz, que é o exemplo dado por um dos entrevistados). Daí a necessidade, segundo a PMMG, de um policiamento que seja adequado às condições específicas do lugar, tanto em termos de estrutura física quanto dos valores e comportamentos dos moradores. Em lugares violentos e desorganizados ou mesmo anômicos não é possível implantar a filosofia do policiamento comunitário, visto que um de seus princípios é a cooperação entre polícia e comunidade.

Por outro lado, bairros (em oposição a favelas) seriam os mais susceptíveis ao recebimento do modelo, que procura satisfazer as necessidades do cliente, desde que esse saiba exatamente quais são as competências da organização que provê o serviço.

“Você tem uma série de ocorrência de assaltos e roubos que acontecem as vezes não é porque ali está faltando polícia não é porque está faltando uma lâmpada no poste, está faltando podar uma árvore que está interferindo. E quem vai na Cemig para resolver o problema da luz? Porque eles querem que a gente vá a Cemig pra resolver o problema da luz?” (Entrevistado 8)

O modo de vida dos moradores dessas áreas, ordeiros, amistosos e respeitadores, aliado à infraestrutura destes bairros, características não encontradas em regiões de periferia, por se tratar de regiões marcadas pela violência e falta de estrutura, determina uma modalidade de policiamento comunitário mais dialógica. Em última instância, o que determina se as estruturas do policiamento comunitário irão ou não funcionar é a “consciência” de que a polícia não é um instrumento de política, o que só a classe média teria.

“qual que é o objetivo do CONSEP? É dar oportunidade ao cidadão de apresentar as suas demandas e através das suas demandas isso aí traduzir em melhores operações e melhores ações da polícia. No meu caso específico o CONSEP ele existe, ele não está operando por questões políticas porque entende-se que o CONSEP ele não pode ter esse viés político. O CONSEP tem que ser a presença do cidadão junto com a polícia



melhorando as ações de polícia e não um viés político. Por isso que no meu caso propriamente dito ele não está operante". (Entrevistado 1)

Tomando o discurso dos comandantes de Batalhão e Companhias da PMMG em Belo Horizonte é possível concluir que a rotulação é um elemento tipificador de indivíduos largamente utilizado pela PMMG. Ela emerge como uma espécie de bússola que orienta a corporação na construção das diversas modalidades de policiamento comunitário. Com isso, são criados "tipos" de cidadãos.

O de "classe A" que não quer contato com a polícia e acredita que resolve seu problema de segurança construindo uma fortaleza cercada de guaritas. O "esclarecido", típico indivíduo de classe média, bom nível de escolaridade e renda, muitas vezes não quer participar na construção de projetos de segurança junto a PMMG por achar que o problema de segurança diz respeito ao Estado. Neste ponto, há certa divergência entre os entrevistados, posto que alguns acreditam que a classe média é a mais participativa, o que faz com que o policiamento comunitário seja especialmente destinado a essa população e outros acreditam que ela tem um comportamento semelhante a classe A. Para resolver este conflito, os policiais concordam que os comerciantes são os mais colaborativos e propícios ao policiamento comunitário.

O "popular", segundo a PMMG, é o mais participativo. Este é o morador do bairro pobre, mas não da favela, que entende claramente a finalidade do programa de policiamento comunitário, em que pese algumas pessoas se utilizarem dessa arena para se autopromoverem politicamente.

O penúltimo tipo de cidadão é o "favelado". Geralmente, ele é negro ou pardo e possui um estilo peculiar na forma de vestir. Contudo, quando eles não se utilizam de violência para a sobrevivência, o programa de policiamento comunitário a eles destinado é o Gepar, que retirará da área os perigosos marginais que ali atuam.

Os indivíduos que são "favelados violentos", se conformando em uma ameaça para a sociedade, são merecedores de um tratamento específico, distinto do que é dispensado aos demais cidadãos. Trata-se, como nos informou um dos entrevistados, da política de "caixão" que remove da sociedade os "bandidos", ou seja, os seres matáveis tal como descrito por Misse (2010).

Portanto, considerando essa rotulação dos indivíduos feita pela polícia, o policiamento comunitário se conforma como um elemento de diferenciação entre estabelecidos e *outsiders* se distanciando, cada vez mais, da ideia de reforma da polícia.

### **Considerações finais**

Este estudo discorreu sobre o papel do rótulo para a escolha de determinadas áreas da cidade e de determinados grupos de cidadãos como aptos ao policiamento comunitário e, ao mesmo tempo, a exclusão de outras localidades e indivíduos como não aptos a este modelo. Com isso, foi possível demonstrar como, em Belo Horizonte, o policiamento comunitário é visto como programa de segurança destinado a finalidades outras que não a alteração da prática policial, não se transformando em uma filosofia de trabalho que reformaria a polícia e mudaria sua forma de agir.

Os discursos analisados evidenciam que, na visão da PMMG, o policiamento comunitário não é uma filosofia de trabalho que deve ser estendida por toda a cidade. Trata-se de uma modalidade de ação que deve atender regiões específicas e cidadãos com determinadas características. Para dar conta de toda essa diversidade, a PMMG construiu um portfólio de serviços, estruturado de acordo com as características da área da cidade em questão, em que pese a existência de um discurso institucional de inclusão de todos nesta metodologia de ação.

Assim, o policiamento comunitário passa a se diferenciar em dois grandes blocos. Por um lado, tem-se os programas destinados às áreas normais da cidade (BCM, Polícia e Família, Rede de Vizinhos) e, por outro, as modalidades de "policiamento comunitário" das áreas subnormais (Gepar, ROTAM). Reforça-se a ideia de certo uso discursivo da noção de "policiamento comunitário" para legitimar a ação da polícia, mesmo quando essa modalidade de ação não tem qualquer dimensão comunitária.

Para os entrevistados, a implantação da polícia comunitária predominantemente em bairros de classe média, com comércios, está associada à rotulação de parte desses indivíduos como aptos a este modelo de policiamento. Também na visão desse público, a Classe A não precisa e não deseja o policiamento comunitário e, dessa forma, alguns indivíduos de classe média passam a rejeitar essa modalidade de ação, fazendo dela um projeto mais específico para os comerciantes ou os pobres esclarecidos. Já os "favelados",

merecem estratégias de policiamento marcadas pela repressão, tendo no Gepar e na Rotam as suas representações.

Dentro desse arcabouço interpretativo, a rotulação se torna um mecanismo de segregação social utilizado pela Polícia Militar no processo de escolha dos indivíduos e, por conseguinte, dos bairros que receberão determinadas modalidades de policiamento comunitário. Prioriza-se os indivíduos estabelecidos, posto que conscientes de qual é o papel da polícia, mesmo que não desejem interagir com esta instituição. Neste caso, o serviço ofertado é bem mais próximo do ideal de polícia comunitária do que o recebido pelo morador de áreas de risco, em que muitas vezes a violência não permite que sequer o Gepar seja instalado, sobrando apenas o "caixão".

### Referências Bibliográficas

BEATO, Claudio Chaves. Reinventando a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (org). Policiamento Comunitário: experiências no Brasil (2000-2002). São Paulo: Página Viva, 2002. Pp. 113-165.

\_\_\_\_\_. Estudio de caso: Programa Fica Vivo en Brasil. Panamá: CAPSI, Iniciativa Centroamericanadel sector privado. Noviembre de 2013. Disponível em: <http://www.capsinitiative.net/wp-content/uploads/2014/07/Caso-Fica-Vivo-Version-final-Claudio-Beato-Portugu%C3%A9s.pdf>, acesso em 15 de março de 2015.

BECKER, Howard Saul. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARRIÓN, Fernando: Reforma policial: ¿realidad ineludible de una nueva doctrina de seguridad?. In: URVIO, Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana. No 2 (2007), pp. 5-22 .

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 10ªed., 2008.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Do patrulhamento ao policiamento comunitário. 2ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. (Coleção Polícia Amanhã).

DIAS NETO, Theodomiro. Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana. São Paulo: Ibccrim, 2000.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. In: A representação do eu na vida cotidiana. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LEEDS, Elizabeth. Change Agents in Reluctant Institutions: Nazareth Cerqueira and the Challenge of Public Safety Reform in Brazil. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (org). Os policiais trinta anos depois. São Paulo: Contexto, 2015 (no prelo).

MIRANDA, Ana Paula de; TEIXEIRA, Paulo Augusto de Souza. (orgs). Polícia e Comunidade: temas e desafios na implantação de conselhos comunitários de segurança. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2006. (Coleção Instituto de Segurança Pública).

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. Lua Nova, São Paulo, 79:15-38, 2010.

OLIVEIRA, Nilson Vieira (org). Policiamento Comunitário: experiências no Brasil (2000-2002). São Paulo: Página Viva, 2002.

PEIXOTO, Betânia Totino; ANDRADE, Mônica Viegas; AZEVEDO, João Pedro. Avaliação econômica do Programa Fica Vivo: O caso piloto. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2008.

SKOGAN, Wesley G. The promise of community policing. In: WEISBURD, David; BRAGA, Anthony A. (Ed.). Police innovation: Contrasting perspectives. Cambridge University Press, 2006. Pp 27-44.

SKOLNICK, Jerome H. & BAYLEY, David H. Policiamento Comunitário: questões e práticas através do mundo. São Paulo: Edusp, 2006.

SOUZA, Elenice. Avaliação do policiamento comunitário em Belo Horizonte. Dissertação de mestrado em sociologia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. (Edição original de 1922).

# **ENSAIOS FOTOGRAFÍCOS**

## Ara Pyaú Haupei Kyringue

Paola Correia Mallmann de Oliveira

Este ensaio fotográfico é uma aproximação ao *ara pyaú* (tempo novo) e às *kiringue* (crianças) no *nhanderekó*, modo de ser tradicional entre os *mbýá* Guarani na Aldeia Boa Vista, Prumirim (SP). Nesta pesquisa, percebo a comunicação entre o *Ará pyaú* (tempo novo), conceito cosmológico *mbýá* Guarani na “temporalidade” cíclica, uma dentre as duas estações do ano, ao novo presente, ao verão e às crianças na vida cotidiana através da experimentação do olhar mediado por uma tecnologia visual, no qual uma reflexão sobre o futuro dos povos indígenas, especificamente *mbýá* Guarani, e das novas gerações é problematizado.

São narrativas visuais sob o universo indígena realizada a partir de imagens que testemunhei e que tocam em interrogações antropológicas sobre a presença da linguagem fotográfica no trabalho etnográfico, a qual para Campos (2010) está imbuída de “propósitos ficcionais, narrativos e estéticos e até mesmo documentais e científicos” e, o sentido da visão, além da utilização desta mesma tecnologia para os *mbýá* Guarani, relacionado ao lugar das crianças e sua socialização na comunidade.

Ângela Nunes (1999), como outros pesquisadores que estudaram as crianças indígenas em diferentes contextos de aprendizagem, pondera ser a fotografia um meio de pesquisa condizente diante a relevância do gesto das crianças. Em uma fração de tempo única e instantânea, os retratos revelam um prisma de construção de leituras possíveis sobre o *ará pyaú* e as *kiringue*, um período da vida sensível e lúdico de aprendizado do *nhanderekó*.

Chego à comunidade Aldeia Boa Vista com uma câmera e a proposta de fazer uma fotoetnografia pensando-a como geradora de novos processos perceptivos de escritura e registro em campo, a mesma para Campos (2010) ocasionou “profundas consequências na forma como concebemos e registramos visualmente aquilo que nos cerca”, a metodologia visual de pesquisa é aqui escolhida também como forma de diálogo, traduzindo o que está ao redor, na realidade, em símbolos. Diante da câmera as crianças entre diversas facetas

brincam, “encenam” e a observam, querem ver cada fotografia que é tirada, riem das imagens.

‘Zoom’, enquadramento e foco, construímos a fotoetnografia deste “tempo novo” ou é ele que nos toca - uma imagem que remete ao passado e à memória, ao tempo velho e ao inverno; a fotografia passa a ser do sujeito que a possui ou que dela participou como referente, uma vez que altera a inserção do sujeito no mundo como expõe Koury (1996). Igualmente a câmera fotográfica mostra-se como um objeto de fluxo vivo que têm uma agência diferenciada e diferenciadora de discursos. Enquanto é manuseada pelos *mbýá* Guarani, o fotografar é ação de alteridade, um instrumento de transmissão de conhecimento e de ocupação do indígena como narrador de sua vida e história para a comunidade e para os não-indígenas, para as crianças também é brincadeira, neste ensaio pode ser também outro modo de perceber o diálogo da antropologia com a imagem.

A terceira margem que sobrepõe a narrativa composta nas 10 fotografias, está na dimensão em que o conceito de *ará pyaú* e o *nhanderekó* se relacionam com a água e seus usos no território indígena, como recurso disponível na comunidade Aldeia Boa Vista, foi um elemento que crescentemente demandava atenção por sua presença na relação das crianças e da comunidade dentro da *tekóa* (lugar ocupado onde se realiza o modo de ser) ,é a água que ao ser fervida prepara o alimento do dia.

Esta experiência visual é fruto de pesquisa de imagem junto aos *mbýá* Guarani do Rio Grande do Sul e das aulas do curso de *mbýá* Guarani na UFRGS, realizamos o percurso de Porto Alegre até a comunidade Aldeia Boa Vista em SP no começo de janeiro de 2014 e 2015 com o professor e fotógrafo Vherá Poty. No momento das primeiras permanências na aldeia, pude observar que os aprendizados e vivências das crianças são informais, íntimos e afetuosos com a natureza e os outros, ao passo em que cada vez mais cresce a presença dos meios midiáticos e da fotografia, integrando seu mundo infantil.

A vivência na comunidade Aldeia Boa Vista com um professor de *mbýá* Guarani é uma experiência transformadora, Vherá Poty ensinou além de palavras iniciais do idioma, a própria sabedoria de fotografar. Ao observar um mesmo elemento da natureza, percebi-a sua outra abordagem ao fotografar, fazendo-me questionar quais são os sentidos da imagem para os *mbýá* Guarani (e os novos cineastas e fotógrafos indígenas), assim como para os antropólogos audiovisuais no Brasil.



Remeto ao tradicional *jeguatá*, caminhar guarani à Terra Sem Males, pela relação que venho construindo da fotografia enquanto categoria de olhar que integra a mobilidade da perspectiva. As imagens expostas foram confeccionadas no verão, o *ara pyaú*, quando a comunidade realiza o *Nhemongarai*, o batismo com erva-mate *mbyá* guarani e momento que ocorre a revelação dos nomes das *kiringue*. Qual a relação das *kiringue* com as imagens? Como as *kiringue* criam um tecido de significados sobre o que é posar para um retrato e fazem do gesto de fotografar uma visualidade de si, e a visibilidade dos outros? O que as *kiringue* ensinam?



















### Referências bibliográficas

CAMPOS, Ricardo. Imagem e tecnologias visuais em pesquisa social: tendências e desafios. *Análise Social*, vol. XLVI (199), 2010, p. 237-259.

CAYUBI NOVAES, Silvia. et al. (orgs.). *Escrituras da Imagem*. São Paulo, Edusp. 2004

NUNES, Angela (2011) A Sociedade das Crianças A'uwe- Xavante: revisitando um estudo antropológico sobre a infância. *Revista POIÉSIS*. Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, ISSN 2179-2534.

NUNES, Angela & CARVALHO, Rosário. Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância. *BIB/ANPOCS*, São Paulo, 2009. nº68, p.77-97.

FREIRE, Marcius, LOURDOU, Philippe. Descrever o visível: cinema documentário e antropologia fílmica. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

FELDMAN-BIANCO, Bela, LEITE, Mirian L. Moreira (org). Desafios da Imagem. São Paulo: Papirus, 1998.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Estado das artes nas Ciências Sociais do Visual do Brasil. Revista Política e Trabalho, n. 14 – Setembro / 1998 – pp.91-110.

## RESENHAS



**Capitalismo Parasitário: e outros temas contemporâneos**Ramon T. P. Brandão<sup>1</sup>

O livro *Capitalismo Parasitário: e outros temas contemporâneos* foi escrito por Zygmunt Bauman, sociólogo polonês e professor emérito de sociologia na Universidade de Leeds na Inglaterra e na Universidade de Varsóvia na Polônia. Bauman é famoso por introduzir, em obras anteriores, o conceito de liquidez, que é o paradigma da vida moderna; carregada de constantes incertezas, fruto da disposição de um capitalismo flexível, fluido e/ou tecnológico. O mundo líquido caracteriza-se pelo consumo e descarte incessantes, e no mundo líquido a única regra é a ausência de formas definidas. Não há padrões; tudo é momentâneo. Destarte, o presente livro está estruturado em cinco capítulos: os dois primeiros são capítulos descritivos e os três posteriores são entrevistas. O foco das análises do autor aponta para a pluralidade de incidências sociais e subjetivas que o capitalismo, em sua atual fase, faz repercutir sobre os sujeitos. Bauman nos apresenta uma compreensão da crise econômica vivida nos Estados Unidos em meados de 2009 e que afetou centenas de outros países, evidenciando o que o autor demonstra ser um comprometimento entre os atuais governos democráticos e a vigência de políticas de mercado que, através do incentivo ao consumo desenfreado, assujeita homens e mulheres a uma vida repleta de dívidas na qual a única participação legítima e outorgada pela sociedade de consumo se faz por meio de uma interminável jornada na busca de mercadorias descartáveis e pelo assentimento de empréstimos bancários que possam permitir que essa modalidade de cidadania prossiga em curso.

Em todos os capítulos da presente obra Bauman evidencia o objetivo de sua análise: questionar os efeitos sociais das políticas neoliberais e seus fundamentos, demonstrando o indubitável laço que se estabelece entre estratégias de vida e sociedade de consumo, de modo que o atual ritmo da produção de mercadorias – um ritmo certamente mais acelerado que os anteriores – e a sua ávida substituição – devido à rápida obsolescência de seus produtos – influenciam, por exemplo, nas relações inter-geracionais (entre pais e filhos, por exemplo), gerando dúvida e desconfiança entre si. Segundo o autor, os pressupostos morais da geração atual são confrontados com os da geração anterior.

---

<sup>1</sup> Mestrando vinculado ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: ramonbrandao41@hotmail.com

Aquilo que para algumas gerações, pode parecer “natural” – da série “as coisas são assim”, “normalmente, as coisas são feitas assim” ou “deveriam ser feitas assim” –, para outras pode ser uma aberração: um afastamento da norma, um estado de coisas extravagantes e talvez até irracional, ilegítimo, injusto, abominável. Aquilo que, para algumas gerações, pode parecer uma condição confortável e familiar, pois permite o uso de habilidades e rotinas aprendidas e dominadas, poderia parecer estranha e desagradável a outras (p.63).

No primeiro capítulo (“Capitalismo parasitário”), Bauman justifica os fatores pelos quais o capitalismo pode ser considerado um sistema parasitário. Um dos motivos, segundo o autor, seria o fato de se instalar, como um parasita, em um “organismo hospedeiro”; consumindo-o e, conseqüentemente, prejudicando-o e destruindo-o. A característica parasitária do capitalismo é aquela que se refere à força que o mesmo emprega na busca incessante de novos lugares para se fazer ampliar. Em outras palavras, a característica parasitária está na busca incessante por novos mercados. “Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim [...] as condições de sua prosperidade” (p.8-9). Um exemplo do parasitismo capitalista está na última crise americana – que gozou de seu auge em 2009 –, causada pela “aventura” das hipotecas *subprime*, onde os bancos norte-americanos financiaram indivíduos desprovidos dos pré-requisitos para empréstimos bancários.

A força do capitalismo está na extraordinária engenhosidade com que busca e descobre novas espécies hospedeiras sempre que as espécies anteriormente exploradas se tornam escassas ou se extinguem. [...] A atual contração do crédito não é um sinal do fim do capitalismo, mas apenas da exaustão de mais um pasto. A busca de novas pastagens terá início imediatamente, alimentada, como no passado, pelo Estado capitalista, por meio da mobilização forçada de recursos públicos (usando os impostos, em lugar do poder de sedução do mercado, agora abalado e temporariamente fora de operação) (p.9-10).

A materialização deste parasitismo é manifestada no cartão de crédito, que com seu slogan “não adie a realização do seu desejo” induz o consumidor a gozar e consumir sem cessar através da aquisição de mercadorias, sobretudo quando não puder pagá-lo à vista. No capitalismo a ausência de débitos não é boa para os emprestadores, justamente porque não se paga juros (são eles as fontes permanentes de lucro dos emprestadores). O “devedor ideal” é aquele que jamais paga integralmente suas dívidas.

Não pode pagar sua dívida? [...] Não se preocupe: ao contrário dos emprestadores insensíveis de antigamente, [...] nós, modernos e benevolentes credores, não queremos nosso dinheiro de volta. Longe disso, oferecemos *mais créditos* para pagar a velha dívida e ainda ficar com algum dinheiro extra [...] a fim de pagar novas alegrias (p.14).

Assim, a contração do crédito decorrente da crise econômica de 2009 não se deve ao insucesso ou ineficiência dos bancos; pelo contrário, se deve ao extraordinário sucesso dos mesmos, uma vez que, ao introduzir a regra do “compre agora e pague depois”, produziu uma série de indivíduos endividados.

Alcançaram seu objetivo: uma raça de devedores eternos e a autoperpetuação do “estar endividado”, à medida que fazer mais dívidas é visto como o único instrumento verdadeiro de salvação das dívidas já contraídas. [...] Como em todas as mutações precedentes do capitalismo, desta vez o Estado também participou da criação de novos pastos a explorar: foi do presidente Clinton a iniciativa de introduzir nos Estados Unidos as hipotecas *subprime*. Elas eram garantidas pelo governo, a fim de oferecer crédito, para compra da casa própria, a pessoas desprovidas dos meios de pagar a dívida assumida, e, portanto, a fim de transformar setores da população até então inaccessíveis à exploração creditícia em devedores (p.19).

Bauman nos comprova suas afirmações com dados estatísticos. Segundo o sociólogo polonês, durante os oito anos precedentes ao ano em que escreveu o livro (ou seja, de 2001 até 2009), a taxa de endividamento da família americana subiu, em média, 22%. A soma total das aquisições feitas por cartões de crédito que não foram ressarcidas

cresceu 15% e as dívidas feitas por estudantes universitários dobrou. Em seguida, o sociólogo nos revela um dado estarrecedor sobre a economia familiar da Grã-Bretanha: “Em agosto de 2008, a inadimplência dos consumidores superou o total do Produto Interno Bruto da Grã-Bretanha. As famílias britânicas têm dívidas num valor superior a tudo que suas fábricas, fazendas e escritórios produzem” (p.20).

Sendo assim, a oferta contínua de crédito pelos bancos a todos os perfis de indivíduos é o que, segundo o sociólogo, caracteriza a principal estratégia de reprodução do atual sistema capitalista. Para sustentar essa análise, Bauman cita a “solução” que o então secretário do tesouro dos Estados Unidos (Henry M. Paulson Jr.) encontrou quando a crise econômica atingiu o seu auge: a alternativa era (claro) recapitalizar os bancos para que se pudessem incrementar o crédito novamente. Nas palavras de Henry

O programa atual de 250 milhões de dólares para aquisição de capitais é um remédio forte para nossas instituições financeiras. Mais quantidade de capital permitirá que os bancos suportem as perdas derivadas da desvalorização ou da venda de ativos problemáticos. E uma capitalização mais forte é essencial para incrementar o crédito, elemento vital para a recuperação econômica (p.21).

Como se vê, nenhum dos pressupostos e estratégias que levaram a economia americana à crise foram postas em discussão pelos poderes constituídos. Segundo sua ótica, o crédito ainda é a chave da prosperidade econômica (ainda que tenha sido um dos maiores responsáveis pela crise mundial de 2009). “São apenas os ‘ativos problemáticos’, e não as ‘instituições problemáticas’, que causam problemas” (p.22). Resumindo, a solução encontrada para a solução da crise econômica, por mais paradoxal que possa parecer, foi a de “*recapitalizar as empresas prestadoras [sobretudo os bancos] e reabilitar seus devedores para o crédito*, de modo que o negócio de emprestar e pedir emprestado possa voltar à ‘normalidade’” (p.23).

Ao discorrer sobre os aspectos da crise econômica mundial, Bauman enfatiza a estreita cumplicidade entre Estado e mercado, sinal inequívoco de que os efeitos subjetivos, antes de serem considerados nocivos aos cidadãos, são habilmente manipulados para que estes prossigam tal como adictos em abstinência:

As raízes da dor da qual nos lamentamos hoje, assim como as raízes de todos os males sociais, estão profundamente entranhadas no modo como nos ensinam a viver: em nosso hábito, cultivado com cuidado e agora já bastante arraigado, de correr para os empréstimos cada vez que temos um problema a resolver ou uma dificuldade a superar. Como poucas drogas, viver a crédito cria dependência (p.24).

Deste modo, o autor conclui que as atuais políticas de governo têm nos interesses do mercado um de seus pilares; a cooperação entre Estado e mercado é uma regra e o conflito entre eles, quando acontece, é a exceção. Em geral, as políticas do Estado capitalista – tanto em seus exemplos democráticos quanto nos exemplos “ditatoriais”, como no caso da China – são conduzidas em concordância com os interesses de mercado, de modo que “seu efeito principal (e intencional, embora não abertamente declarado) é avalizar/permitir/garantir a segurança e a longevidade do *domínio do mercado*” (p. 31).

No segundo capítulo, (“A cultura da oferta”) o sociólogo direciona sua argumentação para a vigência de uma cultura totalmente distinta daquela protagonizada pelas gerações anteriores. Segundo Bauman, a cultura das gerações anteriores é vista nos moldes de uma fase sólida da modernidade (em contraposição à atual fase “líquida” em que vivemos), na qual as instituições sociais sobreviviam aos ciclos individuais de vida e na qual a formação do cidadão e o seu cultivo eram preconizados como importantes na estruturação dos estados nacionais.

Ao contrário da era da construção das nações, a cultura líquido-moderna não tem “pessoas” a cultivar, mas clientes a seduzir. [...] A política sólido-moderna que consistia em negociar com o diferente, em assimilá-lo à cultura dominante, em privar os estrangeiros de sua estranheza, embora desejada por alguns, não é mais viável. Mas as velhas estratégias de resistência à interação e fusão entre culturas também não são mais efetivas, apesar de consideradas preferíveis pelos aficionados da separação rígida e do isolamento das “comunidades de pertença” (mais precisamente, as comunidades de pertença por nascimento) (p.36-37).

Por conseguinte, ao falar das sociedades ocidentais contemporâneas, Bauman aponta para o predomínio de uma cultura em que prevalece a sedução – através do engajamento

rápido e flexível – e o surgimento de vínculos interpessoais cada vez mais frágeis e impessoais.

Ainda no mesmo capítulo, o autor discorre acerca de dois importantes temas na educação contemporânea por meio dos subtítulos “novos desafios para a educação” e “a relação professor/aluno na fase líquido-moderna”. No primeiro, Bauman analisa a forma descompromissada de relação com o mundo com que a sociedade de consumo forja os sujeitos:

No mundo líquido-moderno, a solidez das coisas, assim como a solidez dos vínculos humanos, é vista como uma ameaça: qualquer juramento de fidelidade, qualquer compromisso a longo prazo (e mais ainda por prazo indeterminado) prenuncia um futuro prenhe de obrigações que limitam a liberdade de movimento e a capacidade de perceber novas oportunidades (p.40-41).

A durabilidade e a solidez já não estão mais em favor das coisas; “dos objetos e dos laços, exige-se apenas que sirvam durante algum tempo e que possam ser destruídos ou descartados de alguma forma quando se tornarem obsoletos” (p.42). A maneira de consumir do mundo líquido-moderno não consiste em acumular objetos e saberes como em tempos pretéritos, mas, antes, em usufruir e imediatamente descartar.

De modo consequente, a cultura da aprendizagem e da memória em longo prazo cede seu espaço para engajamentos flexíveis perante uma multiplicidade de informações televisivas, virtuais e impressas que se atualizam muito velozmente. Para o autor, a antiga tarefa de representar para os alunos o mundo tal como ele é e auxiliar a formação de uma personalidade adequada para viver em um mundo previsível, já não se mostra eficiente.

No turbilhão de mudanças, é muito mais atraente o conhecimento criado para usar e jogar fora, o conhecimento pronto para utilização e eliminação instantâneas, o tipo de conhecimento prometido pelos programas de computador que entram e saem das prateleiras das lojas num ritmo cada vez mais acelerado. Portanto, a ideia de que a educação pode consistir em um “produto” feito para ser apropriado e conservado é desconcertante, e sem dúvida não depõe a favor da educação institucionalizada (p.42).

Tal paradigma do conhecimento líquido-moderno “é contrário a tudo que a aprendizagem e a educação representaram na maior parte de sua história” (p. 46). Passamos do labirinto imutável das relações sólidas para o mercado aberto, onde qualquer coisa pode acontecer a qualquer instante e onde nada pode ser feito em definitivo.

Posteriormente, o autor se dedica à análise da atual discrepância inter-geracional entre jovens e adultos. Para ele, tal situação se deve ao domínio de distintas habilidades sociais adquiridas pelos jovens – habilidades que se contrapõem àquelas experimentadas por seus pais –, em que o surfar na Internet, conectar-se/desconectar-se e o “use e jogue fora” (p. 67) divergem das antigas práticas de indagar, aprofundar e ser fiel a projetos duradouros.

Nos capítulos que seguem, o livro é composto por entrevistas compiladas em três temáticas. Na primeira delas (“a sociedade do medo”), Bauman discorre novamente acerca do nexos entre governos e mercado, anunciando um ambiente de insegurança frequente característico da sociedade de consumo – no qual um medo permanente impera, sem que os sujeitos consigam identificar precisamente suas origens. Para Bauman, em tal contexto, os sujeitos comprem mais, na tentativa precária de se sentirem mais seguros.

Os medos não têm raiz. Essa característica líquida do medo faz com que ele seja explorado política e comercialmente. Os políticos e os vendedores de bens de consumo acabam transformando esse aspecto em um mercado lucrativo. [...] Para os governos e o mercado, é interessante manter acesos esses medos e, se possível, até estimular o aumento da insegurança. [...] Não temos como testar a verdade que nos contam. Só nos resta então acreditar no que dizem. (p.74-75).

Na segunda entrevista (“Corpo em contradição”) o autor sinaliza que a bulimia e a anorexia nervosas são psicopatologias engendradas em nossa cultura, são doenças contemporâneas, uma vez que a modernidade produz mensagens contraditórias, como convidar os sujeitos a desfrutarem intensamente dos prazeres da vida (prazeres físicos, sensoriais, alimentares, etc.) e, ao mesmo tempo, lança a advertência “mantenha-se adequado, mantenha-se em forma” (p. 85), como restrição pessoal e cuidado de si.

Na terceira e última entrevista (“Um homem com esperanças”), Bauman assinala que sua forma de analisar os fatos sociais não é otimista nem tampouco pessimista, porém,



afirma: “eu acredito [...] que é possível um mundo diferente e de alguma forma melhor do que o que temos agora. Então, talvez eu pertença à terceira categoria, que se mantém fora da *querele de famille* – a categoria dos ‘homens com esperança’” (p.87-88). Finalmente, ao concluir, o autor demonstra crer nas possibilidades de escolha do ser humano; escolhas em que pesem as transformações materiais com relação às trajetórias individuais de vida.

Por fim, Bauman pretende com o presente livro manter sua crítica ao mundo líquido-contemporâneo, demonstrando nele quais são os problemas de ordem econômica e subjetiva suscitadas em uma sociedade de consumo desenfreado.

### Referências bibliográficas

BAUMAN, Zigmund. *Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos*. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

## Seção Informes

### Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas (Visurb)

Criado em 2007, o Visurb tem como objetivo desenvolver estudos e pesquisas que contribuam para a produção de conhecimento na fronteira entre a antropologia visual e a antropologia urbana. Dessa forma, o grupo reúne pesquisadores de nível de graduação, mestrado e doutorado dos cursos de Ciências Sociais, Fotografia, História, História da Arte, entre outras áreas. Sob coordenação da Profª Drª Andréa Barbosa e do Profº Dr, Alexandre Barbosa Pereira, o Visurb vem realizando encontros quinzenais no campus da UNIFESP - Guarulhos, tais como discussão e debate sobre filmes, textos, projetos de pesquisa de seus membros e recebendo pesquisadores-convidados que realizam estudos com temáticas consonantes à proposta do grupo. Os pesquisadores-convidados em 2014 e 2015 foram: Fabiana Bruno (UNICAMP), Victor Gruvald (USP), Cecília Mello (UNIFESP), Daniela Palma (UNICAMP), Ilana Goldstein (UNIFESP), Guilherme Aderaldo (USP), Márcio José de Macedo (The New School for Social Research) e Edgar Teodoro da Cunha (UNESP).

O Visurb tem se voltado para a reflexão sobre o uso de imagens e sons na pesquisa em Antropologia, sobretudo, nos projetos de pesquisa individuais e coletivos do grupo. Os projetos individuais se destacam pela variedade de temas abordados pelos membros do Visurb: pixação, funk, Hip Hop, Kuduro, violência, movimentos sociais, processos de urbanização, gênero e sexualidade, velhice, análise fílmica, baloeiros e etc.

Entre os projetos coletivos desenvolvidos pelo grupo estão as oficinas fotográficas e os Projetos Fílmicos. Pensada para ser realizada no bairro dos Pimentas em Guarulhos-SP, a oficina fotográfica “Pimentas nos Olhos não é Refresco”, vem extrapolando fronteiras e é, frequentemente, convidada para ser realizada em outros bairros e cidades. Em 2014, além do bairro dos Pimentas, foi também realizada no âmbito do projeto “Sob o meu o nosso peso” desenvolvido na Vila Maria Zélia, em São Paulo, capital, sob coordenação da bailarina Zélia Monteiro. Os projetos fílmicos em desenvolvimento são: Fotografias e objetos. Memória e experiência na cidade de Celina e Os Baloeiros em São Paulo. Vale destacar nesse rol o lançamento em 2015 do documentário “Pimenta nos Olhos”, produzido e dirigido por integrantes do Visurb. Para mais informações: <http://visurb-unifesp.wix.com/visurb-unifesp>

### **Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Classes e Conflitos Sociais (GEPECSO)**

O Gepecso foi fundado em 2011 e reúne professores pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação interessados no estudo da educação e dos conflitos sociais, tendo como referência da análise o conceito de classes. Coordenado pelo Profº Dr. Davisson Charles Cangussu de Souza (UNIFESP), possui outros quatro professores pesquisadores Profª Drª Débora Goulart (UNIFESP), Profº Drª Marieta Gouvêa de Oliveira Penna (Pedagogia-UNIFESP), Profª Drª Patrícia Vieira Trópia (UFU) e Profª Drª Selma Venco (UNICAMP) e estudantes/pesquisadores de Graduação e Pós-graduação da UNIFESP.

Desenvolveu em 2013 a pesquisa “Condições de trabalho e relações de classe dos docentes do ensino básico de Guarulhos-SP”, realizando a aplicação de uma enquete com amostra representativa com os professores que atuam no município. Tal projeto teve como principal objetivo analisar a posição e as relações de classe dos docentes na cidade de Guarulhos-SP. Visando articular a discussão teórica sobre o tema com um recorte empírico que possibilitasse aplicar os principais critérios utilizados para a definição das classes e para a estratificação dos grupos socioprofissionais. O objetivo desta foi problematizar a posição e as relações de classe dos professores, tomando como principais indicadores suas condições de vida e trabalho, sua atuação política e suas representações ideológicas, embasado em uma discussão sobre as transformações no trabalho e na profissão que a categoria vivenciou nas últimas décadas.

Atualmente, o grupo tem se dedicado aos estudos sobre marxismo e educação dando continuidade ao debate levantado na pesquisa realizada em 2013.

Ademais, o grupo conta com duas linhas com pesquisas em curso (1. Educação, política e sociedade; 2. Trabalho e profissão docente), há uma terceira área em implantação, que reúne pesquisas sobre movimento sindical e lutas sociais no Brasil. Para maiores informações: <https://gepecso.wordpress.com>

### **Grupo de Estudos sobre Mediação e Alteridade (GEMA)**

O Gema iniciou suas atividades em 2008, com o intuito de realizar estudos sobre questões teóricas da antropologia, sobretudo no que se refere aos temas da “mediação” e

da “alteridade”. Sob a coordenação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Melvina Araújo , o GEMA consiste de membros de múltiplas disciplinas e instituições, como: UNIFESP, USP, UNICAMP e CEBRAP.

Estes pesquisadores têm realizado trabalhos de pesquisa sobre os mais variados temas, submetidos à proposta teórica do grupo. Incluem-se aí questões relativas às identidades de grupos sociais, museologia, marcadores sociais de diferença, rituais religiosos, missões religiosas, religião e política. Estas pesquisas são realizadas em diversos contextos de pesquisa, no Brasil, na África (Quênia, Angola e Moçambique) e na Europa (Bósnia, Sérvia e Espanha).

Entre 2010 e 2014, o grupo realizou a pesquisa Alteridade e mediação: processos de construção do “outro” em universos católicos e protestantes no Brasil e na África, cujos resultados deverão ser publicados em uma coletânea, a ser lançada em breve. Atualmente, o Gema realiza reuniões a cada quinze dias, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), com o propósito de discutir questões teóricas relativas às pesquisas desenvolvidas no âmbito deste grupo, debater textos produzidos por seus membros e elaborar um novo projeto de pesquisa. Outras informações em: <https://grupogema.wordpress.com>